

Prospecto Definitivo da Segunda Distribuição Pública de Quotas Seniores do
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS - SupplierCard

CNPJ/MF nº 08.692.888/0001-82

Classificação da Fitch Ratings, atual Agência de Classificação de risco para as Quotas Seniores em 30/09/2011:
Escala Nacional Brasileira “AA+(bra)”

Registro da segunda distribuição na CVM: CVM/SRE/GER-1/Nº 1683/2009/, em 18/12/2009

Rentabilidade Alvo das Quotas Seniores: 111% da Taxa DI

Exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de maio de 2012 (inclusive), o Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de 115% da Taxa DI, para as Quotas Seniores, observado o critério *pro-rata temporis*, conforme as condições estabelecidas no Regulamento.

O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio aberto em 06 de março de 2007, por meio do “Instrumento Particular de Constituição de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”).

O Fundo é regido pela Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e por seu regulamento registrado em 06 de março de 2007, sob o nº 863081, e suas alterações de 29 de março, 1º de junho, 06 de julho de 2007, 27 de outubro, 05 de novembro de 2008, 04 de maio, 17 de junho de 2009, 23 de outubro de 2009, 23 de agosto de 2010, 04 de julho de 2011 e 04 de novembro de 2011 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Re-Ratificação, datados de 25 de agosto de 2010 e de 19 de julho de 2011, sob os nos 865245, 871039, 874132, 908375, 1020471, 920464, 922182, 936802, 968636, 1003121, 1017211, 969183 e 1004876, respectivamente, todos no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (“Regulamento”).

O Fundo está emitindo, nesta segunda distribuição, 1 (uma) classe de Quotas Seniores, dividida em até 9.287.590 Quotas Seniores, perfazendo, em 30 de junho de 2011, o montante de R\$ 1.482.578.738,42 (hum bilhão, quinhentos e setenta e oito milhões, setecentos e trinta e oito mil reais e quarenta e dois centavos). Na Primeira distribuição foram distribuídas 712.409,6469602 Quotas Seniores.

Protocolo CVM datado de 29 de outubro de 2009. Pleito de Modificação da Oferta, referente à prorrogação do prêmio das Quotas Seniores, protocolado na CVM em 04 de novembro de 2011.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, da CVM (“Instrução CVM nº 409”); (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).

Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 109 a 117 deste Prospecto.

Antes de investir no Fundo leia com atenção os outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto.

“A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas”.

Cedente, Estruturador e Coordenador Líder



Cedente e Administradora do Cartão



Coordenadores Contratados

LLA | INVESTIMENTOS



Agente Cobrador Bancário



Administradora



Custodiante



Empresa de Auditoria



Assessor Legal Estruturador



Consultor Jurídico



Agência Classificadora de Risco



AVISOS – ANBIMA

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.

“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

“Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas”.

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada a de fundos similares com prazo inferior.”

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	9
1. CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS	27
1.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS	27
1.2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO	28
2. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES	30
3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	32
3.1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....	32
3.2. CRONOGRAMA DA OFERTA.....	33
3.3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA	33
4. SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO.....	36
4.1. O FUNDO, SEU PÚBLICO-ALVO E INADEQUAÇÃO DE INVESTIMENTO.....	36
4.2. FATORES DE RISCO	37
4.3. ADMINISTRADORA	37
4.4. OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	38
4.5. CUSTODIANTE	39
4.6. COBRANÇA.....	40
4.7. SERVIÇOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES	41
4.8. CUSTÓDIA FÍSICA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	42
4.9. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO	42
4.10. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E ENCARGOS DO FUNDO.....	42
4.11. REMUNERAÇÃO DEVIDA AOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....	44
4.12. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	45
4.13. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS	46
4.14. PORTFÓLIO DO FUNDO EM 31 DE OUTUBRO DE 2011	47
4.15. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	47
4.16. GERENCIAMENTO DE RISCOS	48
4.17. VALORES MÍNIMOS PARA APLICAÇÃO, PARA SOLICITAÇÃO DE RESGATE E SALDO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA NO FUNDO	49
4.18. RESGATE DE QUOTAS SENIORES E DE QUOTAS SUBORDINADAS	49
4.19. TRIBUTAÇÃO	50
4.20. ATENDIMENTO AO QUOTISTA.....	51
4.21. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS	52
4.22. CONSELHO CONSULTIVO	53
4.23. VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	53
4.24. ASSEMBLÉIA GERAL	54
5. OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO	57
6. DISPOSIÇÕES GERAIS DO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO E DO CONTRATO DE CARDMEMBER.....	61
6.1. RESUMO DAS “NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO”	61

6.2.	RESUMO DO “CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO SISTEMA SUPPLIERCARD”	61
7.	POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA.....	64
7.1.	POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	64
7.2.	POLÍTICA DE COBRANÇA.....	68
8.	CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO.....	70
8.1.	RESUMO DA ESTRUTURA	70
8.2.	DESENHO ESQUEMÁTICO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO.....	70
8.3.	PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DE VALORES E ROTINAS DE REPASSE.....	71
8.4.	PROCEDIMENTO DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	73
8.5.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÃO DE CESSÃO.....	74
8.6.	VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO.....	77
8.7.	INEXISTÊNCIA DE CO-OBRIGAÇÃO	77
8.8.	PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS.....	77
8.9.	TAXA MÍNIMA DE DESCONTO	78
8.10.	OPÇÕES DE COMPRA E MODIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE TITULARIDADE DO FUNDO.....	78
8.11.	PROCEDIMENTOS DE REGISTRO	80
8.12.	CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DA CESSÃO	80
8.13.	EVENTOS DE REVISÃO.....	81
8.14.	EVENTOS DE RESGATE ANTECIPADO.....	83
8.15.	EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	85
8.16.	RAZÃO DE GARANTIA, ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E EXCESSO DE SPREAD	86
8.17.	ÍNDICES DO FUNDO EM 30 DE JUNHO DE 2011	87
8.18.	RE-ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA E DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO	87
8.19.	RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO	88
8.20.	PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	88
8.21.	ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS	89
8.22.	DIREITOS CREDITÓRIOS	90
9.	AS QUOTAS	101
9.1	CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES	101
9.2	CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SUBORDINADAS	102
9.3	VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES E SUBORDINADAS	102
9.4	VALOR BRUTO DE RESGATE E TAXA DE SAÍDA.....	104
9.5	RESGATE DAS QUOTAS	105
10.	FATORES DE RISCO	110
10.1	INTRODUÇÃO.....	110
10.2	RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO	110
10.3	RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	116

11.	CONFLITOS DE INTERESSE.....	120
12.	UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.....	123
13.	CEDENTE	125
13.1.	INTRODUÇÃO.....	125
13.2.	ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES	126
13.3.	ADMINISTRAÇÃO.....	126
13.4.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES E DEMAIS ADMINISTRADORES DA CEDENTE	126
13.5.	ACORDO DE ACIONISTAS	128
13.6.	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA CEDENTE	128
13.7.	AMBIENTE REGULATÓRIO.....	129
13.8.	PRINCIPAIS PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS	132
13.9.	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS E ÍNDICES FINANCEIROS.....	133
14.	SUPPLIER E SUPPLIER ASSESSORIA	139
14.1.	SUPPLIER	139
14.1.1	INTRODUÇÃO.....	139
14.1.2.	ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES	139
14.1.3.	ADMINISTRAÇÃO.....	139
14.1.4.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES E DEMAIS ADMINISTRADORES DA SUPPLIER	139
14.1.5	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPPLIER.....	140
14.2.	SUPPLIER ASSESSORIA.....	139
14.2.1	INTRODUÇÃO.....	139
14.2.2.	ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES	139
14.2.3.	ADMINISTRAÇÃO.....	139
14.2.4.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES E DEMAIS ADMINISTRADORES DA SUPPLIER	139
14.2.5	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPPLIER.....	140
15.	ADMINISTRADORA	142
15.1.	HISTÓRICO	142
15.2.	ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO	142
15.3.	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO.....	142
16.	CUSTODIANTE	144
16.1.	INTRODUÇÃO.....	144
16.2.	TECNOLOGIA E SISTEMAS	144
16.3.	SISTEMA DE <i>BACK-UP</i>	145
16.5.	POLÍTICAS DE <i>COMPLIANCE</i> E CONTROLES INTERNOS	145
	Anexos.....	147
	Demonstrações Financeiras do Fundo.....	149
	Demonstrações Trimestrais do Fundo.....	150

Súmula da Agência de Classificação de Risco.....152

Regulamento154

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm os seguintes significados:

Aceite Eletrônico de Cessão	arquivo eletrônico no qual se encontram definidas as condições aplicáveis a cada cessão de Direitos Creditórios da Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
Administradora	é a Oliveira Trust, conforme definido neste Prospecto e no Regulamento.
Afiliada	a(s) Pessoa(s), exceto pessoas físicas, direta ou indiretamente, controlada(s) ou sob controle de um mesmo controlador, direto ou indireto, bem como a(s) Pessoa(s), físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente controladora(s), ou sob o controle de um mesmo controlador, direto ou indireto, ou ainda suas coligadas e sociedades sob controle comum, sendo, para todos os fins e efeitos dos Documentos de Securitização, a Supplier, considerada uma sociedade Afiliada do Banco Ourinvest S.A..
Agência de Classificação de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro nº 20, sala 401B, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/001-33, ou sua sucessora, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, responsável pela classificação de risco das Quotas Seniores.
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa.
Agente Cobrador Bancário	(i) o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo “Cidade de Deus”, S/N, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12; e/ou (ii) qualquer outra Instituição Autorizada que tenha celebrado contrato, cujo objeto e atribuições sejam substancialmente equivalentes às avenças contidas no Contrato de Cobrança Bancária.
Agente de Financiamento	é o Banco Ourinvest S.A., conforme definido neste Prospecto e no Regulamento do Fundo.
Alocação Mínima de Investimento	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do patrimônio líquido do Fundo, apurada diariamente pelo Custodiante (exemplo: se Alocação Mínima

	de Investimento – 0,50, então Alocação Mínima de Investimento – 50%).
Anexo	anexos ao Regulamento, cujos termos e condições são suas partes integrantes e complementares.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Apólice de Seguro	apólice de seguros: (i) da Euler Hermes Seguros de Crédito S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.573.811/0001-32; (ii) da Cescebrasil Seguros de Garantias e Crédito S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.959.459/0001-07; (iii) da Coface do Brasil Seguros de Crédito Interno S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.644.868/0001-73; (iv) da Crédito y Caucción Seguradora de Crédito e Garantias S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.587.950/0001-76; ou (v) de outra seguradora autorizada a operar no Brasil, de reconhecida idoneidade e experiência no segmento de seguros de recebíveis.
Apontamentos	os seguintes apontamentos constantes do “Sistema-Serasa”: (i) “protesto”; (ii) “recuperação judicial requerida”; (iii) “recuperação judicial deferida”; (iv) “falência decretada”; e (v) “recuperação extrajudicial”.
Assembleia Geral	assembleia geral de Quotistas do Fundo.
Aviso de Desenquadramento	aviso preparado substancialmente na forma do Regulamento, a ser encaminhado pela Administradora à Cedente no caso de haver a necessidade de reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, nos termos das condições do Regulamento.
Bacen	Banco Central do Brasil.
Banco Ourinvest S.A.	é o Banco Ourinvest S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista nº 1728, sobreloja, 1º e 2º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.632.767/0001-20.
Base de Dados do Fundo	base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relacionadas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios definidos no Regulamento.
BM&FBOVESPA	significa a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros.

Capítulo	cada um dos capítulos do Regulamento.
Cartão ou Cartões	“Cartão de Compra SupplierCard”, emitido substancialmente nos termos do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember.
Cedente ou Cedentes	(i) Banco Ourinvest S.A., e/ou (ii) Supplier, conforme definidos neste Prospecto e no Regulamento.
Cédulas de Crédito Bancário ou CCB	significam as cédulas de crédito bancário instituídas pela Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, emitidas em nome dos Titulares, na forma prevista nas Cláusulas 9.4, 9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3 do Contrato de CardMember, conforme definido neste Prospecto e no Regulamento.
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Condição de Cessão ou Condições de Cessão	condição a ser observada pela Cedente, quando da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.
Condições de Derivativos	hipóteses, previstas no Regulamento, necessárias para a contratação, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, de operações com instrumentos derivativos.
Conselho Consultivo	conselho consultivo composto na forma do Regulamento, responsável pela aprovação de política de investimento, contratação de operações de derivativos, dentre outros assuntos, conforme indicado no Regulamento.
Consultora Especializada	significa a Supplier Assessoria, conforme definido neste Prospecto e no Regulamento.
Conta Centralizadora	conta corrente nº 2723-5, na agência 2374-4 do banco 237 (Banco Bradesco S.A.), de titularidade da Cedente, para a qual todos os recursos oriundos dos pagamentos feitos pelos Titulares, em relação a cada um dos Direitos Creditórios de

	<p>titularidade da Cedente ou cedidos, nos termos do Contrato de Cessão, ao Fundo, serão transferidos, para conciliação e posterior repasse à Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança.</p>
Conta da Cedente	<p>conta corrente de titularidade da Cedente, mantida no Custodiante, na qual serão creditados os valores devidos pelo Fundo à Cedente em razão da aquisição dos Direitos Creditórios.</p>
Conta do Fundo	<p>conta corrente mantida junto ao Custodiante, banco 341 (Banco Itaú S.A.) na agência 2001, de titularidade do Fundo.</p>
Contrato de Adesão ao Contrato de Distribuição	<p>“Contrato de Adesão ao Contrato de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Subordinadas do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Suppliercard”, celebrado entre o Distribuidor Líder, a Supplier e a Reliance, e o “Contrato de Adesão ao Contrato de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Subordinadas do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Suppliercard”, celebrado entre o Distribuidor Líder, a Supplier e a LLA, em conjunto ou isoladamente.</p>
Contrato de CardMember	<p>“Normas Gerais para a Concessão de Limite de Cartão de Compra”, as quais estabelecem as disposições gerais acerca da utilização do Cartão e do limite de crédito conferido por cada um dos Emissores a cada Titular, cujo modelo é parte integrante do Regulamento.</p>
Contrato de Cartão de Crédito	<p>“Contrato para Emissão de Cartões de Crédito Sistema SupplierCard” e/ou instrumento equivalente celebrado entre cada um dos Emissores, a Supplier e os Estabelecimentos, cujo modelo é parte integrante do Regulamento.</p>
Contrato de Cessão	<p>“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado em 05 de abril de 2007, entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, a Cedente e a Supplier, com interveniência e anuência do Custodiante, aditado em 06 de novembro de 2008, nos termos do “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” e nos termos do “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, respectivamente.</p>
Contrato de Cobrança	<p>“Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo,</p>

	<p>e cada uma das Cedentes, com interveniência e anuência da Supplier, quando esta não for parte no contrato na qualidade de Cedente, para a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes que tenham sido cedidos pela respectiva Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão correspondente.</p>
Contrato de Cobrança Bancária	<p>“Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança Bancária”, celebrado entre o Agente Cobrador Bancário, cada uma das Cedentes, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, com interveniência e anuência da Supplier, quando esta não for parte no contrato na qualidade de Cedente.</p>
Contrato de Consultoria Especializada	<p>“Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada” a ser celebrado entre a Administradora e a Supplier Assessoria para a prestação dos serviços de consultoria especializada objetivando a análise e seleção dos Direitos Creditórios que comporão e integrarão a carteira do Fundo. O Contrato de Consultoria Especializada será incorporado ao Contrato de Gestão que será celebrado pela Administradora com a Supplier Assessoria após a obtenção, por esta última, do credenciamento perante a CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários.</p>
Contrato de Custódia	<p>“Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e com a interveniência e anuência de cada uma das Cedentes.</p>
Contrato de Distribuição	<p>“Contrato de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Subordinadas do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Suppliercard”, celebrado entre a Administradora e o Banco Ourinvest S.A., Distribuidor Líder das Quotas.</p>
Contrato de Gestão	<p>“Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Carteira”, a ser celebrado entre a Administradora e a Supplier Assessoria, quando esta obtiver credenciamento perante a CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, para regular, dentre outras, as obrigações da Supplier Assessoria relacionadas à prestação dos serviços de gestão da carteira.</p>
Convênio de Cobrança	<p>“Convênio para Prestação de Serviços de Cobrança Bancária, Recebimento e Repasse de Valores”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada uma das Cedentes, com interveniência e anuência da Supplier, quando</p>

	esta não for parte no contrato na qualidade de Cedente, e do Custodiante.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen.
CPF/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
Critérios de Elegibilidade	critérios a serem observados pelo Custodiante na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, conforme definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.
Custodiante	Banco Itaú-Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, Torre Itáúsa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores	datas finais para solicitar o resgate das Quotas Seniores, para que o correspondente resgate ocorra durante o Período de Efetivação do Resgate seguinte, observados os critérios estabelecidos no Regulamento.
Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas	datas finais para solicitar o resgate das Quotas Subordinadas, para que o correspondente resgate ocorra na Data de Resgate de Quotas Subordinadas seguinte, observados os critérios estabelecidos no Regulamento.
Data de Aquisição	data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis às Cedentes, em moeda corrente nacional, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade da respectiva Cedente que será detentora de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
Data de Emissão	data em que são convertidos em Quotas os recursos em moeda corrente nacional ou, conforme o caso, em Direitos Creditórios, decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, de um Dia Útil.
Data de Oferta	data em que a Cedente envia a relação de Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.

Data de Resgate de Quotas Seniores	data em que ocorrer o resgate das Quotas Seniores Resgatadas e/ou das Quotas Seniores Resgatadas Postergadas a qual, no curso normal do Fundo, ocorrerá durante um Período de Efetivação de Resgate.
Data de Resgate de Quotas Subordinadas	90º dia após a respectiva Data de Apuração de Resgate de Quotas Subordinadas.
Data de Verificação	significa o 5º Dia Útil de cada mês calendário.
DCV	fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV for 0,19, então $DCV = 19,00\%$).
DCV30	fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV30 for 0,10, então $DCV30 = 10,00\%$).
DCV120	fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de

Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV120 for 0,03, então $DCV120 = 3,00\%$).

DCV180

fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Verificação, incluindo o valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, incluindo as Cedentes, e (ii) o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a 1ª (primeira) Data de Oferta, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, incluindo as Cedentes (se DCV180 for 0,02, então $DCV180 = 2,00\%$).

Demonstrativo de Pagamento

documento emitido pelo respectivo Emissor e enviado para cada Titular, acompanhado da respectiva ficha de compensação bancária, no curso dos procedimentos previstos no respectivo Contrato de Cartão de Crédito e no Contrato de CardMember, cujo modelo é parte integrante do Regulamento, no qual são discriminados Encargos, taxas, tarifas, e avisos em geral.

Dia Útil

todo dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais.

Direito Creditório

cada contrato ou prestação pecuniária devido por Titular(es) vinculado(s) a: (i) Operação Parcelado Emissor; (ii) Operações de Antecipação; (iii) Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente; (iv) Saque; (v) Operações Comerciais de Cartão de Crédito; e/ou (vi) Cédulas de Crédito Bancário..

Direito Creditório
Adimplente

cada Direito Creditório vincendo ou vencido, integrante da carteira do Fundo, e que não seja vinculado a uma Operação de Financiamento Inadimplente.

Direito Creditório de

os Direitos Creditórios originados do refinanciamento

Refinanciamento Automático	automático do Saldo Remanescente por meio do pagamento mínimo do Demonstrativo de Pagamento, caso haja tal opção.
Direito Creditório Elegível	todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade e à Condição de Cessão.
Diretor Designado	diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações relativas a esse.
Distribuidores	Distribuidor Líder e Distribuidores Contratados, em conjunto ou isoladamente.
Distribuidores Contratados	Reliance Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.215.594/0001-09, LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.600.379/0001-41, e qualquer outra instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários que aderir ao Contrato de Distribuição, nos termos dos normativos da CVM.
Distribuidor Líder	Banco Ourinvest S.A., conforme definido no presente Prospecto e no Regulamento.
Documentos Comprobatórios	documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, quais sejam: (i) Contrato de Cartão de Crédito; (ii) Contrato de CardMember; e (iii) Cédula de Crédito Bancário.
Documentos da Securitização	são, conjunta ou isoladamente: (i) o Regulamento; (ii) o Contrato de Cessão; (iii) este Prospecto; (iv) o Contrato de Custódia; (v) o Convênio de Cobrança; (vi) o Contrato de Cobrança Bancária; (vii) o Contrato de Cobrança; (viii) o Contrato de Distribuição; (ix) o Contrato de Adesão ao Contrato de Distribuição; (x) o Contrato de Gestão, quando aplicável; (xi) o Contrato de Consultoria Especializada; (xii) os Termos de Cessão Consolidados; e (xiii) os Aceites Eletrônicos de Cessão.
Emissor ou Emissores	significa (i) o Banco Ourinvest S.A., ou (ii) a Supplier, conforme definidos no presente Prospecto e no Regulamento.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes, auditor devidamente contratado pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria de sua carteira.
Encargos	somatório da taxa de juros, multas, impostos, taxas,

	contribuições e demais tributos incidentes, bem como outras despesas ou tarifas, indicadas no Demonstrativo de Pagamento, decorrentes de Operações de Financiamento efetuadas pelo Titular por meio da utilização do Cartão.
ES ou Excesso de <i>Spread</i>	valor apurado pela Administradora, em cada Data de Verificação, mediante a utilização de expressão contida no Regulamento.
Estabelecimento ou Estabelecimentos	estabelecimento(s) que tenha(m) celebrado o Contrato de Cartão de Crédito com qualquer um dos Emissores, que possuam os dados cadastrados e permanentemente atualizados junto à Supplier, observada a Política de Concessão de Crédito constante do Anexo VII ao Regulamento, sendo que qualquer inclusão de novo estabelecimento deverá ser imediatamente informada à Administradora e à Agência de Classificação de Risco, cujos documentos cadastrais do respectivo Estabelecimento deverão ser arquivados na sede da Supplier.
EUA	Estados Unidos da América.
Evento de Liquidação	cada um dos eventos descritos no Regulamento, que, no caso de ocorrência, deverá ser suspensa a aquisição de Direitos Creditórios e, por conseguinte, ser realizado o resgate antecipado das Quotas Seniores.
Evento de Resgate Antecipado	evento que pode ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada por Assembleia Geral, nos termos do Regulamento.
Evento de Revisão	cada um dos eventos definidos no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá caracterizar um Evento de Resgate Antecipado, nos termos do Regulamento.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FS ou Fator de Saída	fator a ser aplicado na taxa de saída, calculado pela Administradora conforme o Tempo de Permanência do Quotista no Fundo.
Fundo	Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard.
Grau de Confiança	percentual que confere ao auditor a certeza de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Gestor	significa a Oliveira Trust, até que seja obtido pela Supplier Assessoria o credenciamento perante a CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, devendo a Administradora realizar alteração ao Regulamento, momento em que a prestação de serviços de consultoria especializada será incorporada à prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo.
IGP-DI/FGV	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, conforme calculado e divulgado pela FGV.
IGP-M/FGV	Índice Geral de Preços do Mercado, conforme calculado e divulgado pela FGV.
Índice de Recompra	é a divisão do: (i) somatório do valor de Direitos Creditórios recomprados do Fundo pela(s) Cedente(s), por (ii) somatório do valor de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, no período compreendido entre o 1º (primeiro) e o último Dia Útil dos meses: (a) de Janeiro e Junho, e (b) de Julho e Dezembro, de cada ano.
Índice de Refinanciamento	valor apurado em cada Data de Verificação pela Administradora, com base nas informações colocadas à disposição pelo Custodiante, no site <i>itaucustodia</i> , mediante a aplicação de expressão contida no Regulamento.
Informações dos Direitos Creditórios	dados referentes aos Direitos Creditórios objeto dos procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão e no Regulamento.
Início das Atividades	data da 1ª (primeira) integralização de Quotas.
Instituições Autorizadas	instituições aptas a atuar como contraparte nas operações de <i>swap</i> contratadas pela Administradora, em nome do Fundo, quais sejam: (i) Banco Bradesco S.A.; (ii) Banco Itaú-Unibanco S.A.; (iii) Banco Itaú BBA S.A.; (iv) Banco Santander (Brasil) S.A.; (v) Banco Citibank S.A.; (vi) ING Bank N.V., Filial São Paulo; (vii) HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo; (viii) Banco do Brasil S.A.; ou (ix) outras instituições de 1ª (primeira) linha que venham a ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, cuja deliberação seja condicionada a parecer emitido pela Agência de Classificação de Risco acerca da manutenção do <i>rating</i> em função da inclusão de tais outras instituições.
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Interface de Cessão	conexão automática colocada à disposição da Cedente e da Administradora, pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.
IPC/FIPE	Índice de Preços ao Consumidor, conforme calculado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
<i>Layout</i>	arquivo remessa enviado eletronicamente pelas Cedentes ou por seus Agentes ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o qual contém os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo.
Liquidez	característica daquilo que se encontra claramente definido ou determinado.
Limite de Erro Tolerável	erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar.
Oliveira Trust	é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.
Oferta	presente segunda distribuição pública de Quotas Seniores.
Operação de Antecipação	operação de antecipação de recebíveis relativa a Direitos Creditórios realizada entre o Emissor e cada Estabelecimento, por meio da qual o Emissor adquire do Estabelecimento, mediante cessão, direitos creditórios, em moeda corrente nacional, decorrentes de operações de aquisição de mercadorias realizadas em cada Estabelecimento pelos Titulares por meio da utilização do Cartão, nos termos e condições do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember, as quais são liquidadas por meio de Demonstrativos de Pagamento.
Operação de Financiamento	qualquer Operação Parcelado Emissor, Operação de Antecipação, Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente e/ou Saque.

Operação de Financiamento Inadimplente	Operação de Financiamento que contenha qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo superior a 30 (trinta) dias.
Operação de Financiamento Provisionada	Operação de Financiamento cujos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo.
Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente	operação financeira por meio da qual o Titular, caso esta opção lhe seja facultada, efetua o pagamento igual ou superior ao mínimo indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento, hipótese em que o Saldo Remanescente: (i) será automaticamente financiado pelo Agente de Financiamento; e (ii) ficará sujeito à cobrança de Encargos, contados a partir da data do vencimento do Demonstrativo de Pagamento.
Operação Parcelado Emissor	operações de crédito com a cobrança de Encargos, por meio da qual o Agente de Financiamento financia a aquisição de mercadorias realizadas pelos Titulares nos Estabelecimentos, com a utilização do Cartão, nos termos do Contrato de CardMember.
Operações Comerciais de Cartão de Crédito	operações comerciais realizadas pelos Emissores com os Estabelecimentos e/ou com os Titulares do Cartão não caracterizadas como operações financeiras de crédito.
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios.
Periódico	o periódico “Monitor Mercantil”, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do Regulamento.
Período de Efetivação do Resgate das Quotas Seniores	período de 30 (trinta) dias corridos que se iniciará no 45º (quadragésimo quinto) dia (inclusive) e terminará no 75º (septuagésimo quinto) dia (inclusive), imediatamente subsequentes a última Data de Apuração de Resgate de Quotas Seniores.
Pessoas	pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio.
PIS	Programa de Integridade Social.

Política de Cobrança	rotina e política de cobrança seguidas pelas Cedentes, descritas resumidamente no Anexo VI do Regulamento e contidas em manual a ser entregue à Administradora, mediante protocolo de recebimento, na data de celebração do Contrato de Cessão.
Política de Concessão de Crédito	política de concessão de crédito seguida pelas Cedentes, descrita resumidamente no Anexo VII do Regulamento e contida em manual a ser entregue à Administradora, mediante protocolo de recebimento, na data de celebração do Contrato de Cessão.
Potencial de Cessão	valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, que, a critério da Administradora e do Conselho Consultivo, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo.
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais as Cedentes cedem Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades.
Prospecto	o presente prospecto definitivo da segunda distribuição pública de Quotas Seniores.
Quotas, Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	as quotas, quotas seniores ou quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, conforme o caso.
Quotas Seniores Postergadas	saldo das Quotas Seniores Resgatadas que superar o Valor Máximo de Resgate e que será resgatado na Data de Resgate de Quotas Seniores seguinte, nos termos do Regulamento.
Quotas Seniores Resgatadas	quantidade de Quotas Seniores solicitadas para resgate conforme vier a ser apurado pela Administradora em cada Data de Apuração de Resgate de Quotas Seniores, observado o Valor Máximo de Resgate.
Quotas Subordinadas Resgatadas	quantidade de Quotas Subordinadas solicitadas para resgate conforme vier a ser apurado pela Administradora em cada Data de Apuração de Resgate de Quotas Subordinadas.
Quotistas, Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados	os titulares das Quotas, das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, respectivamente.
Razão de Garantia	fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Seniores, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador o valor do patrimônio líquido do Fundo, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada

diariamente pelo Custodiante (exemplo: se Razão de Garantia for 0,80, então Razão de Garantia – 80%).

Regulamento	regulamento do Fundo.
Reserva de Caixa	parcela do patrimônio líquido aplicada nas modalidades de investimento referidas no Regulamento, segregadas na contabilidade do Fundo, equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 3 (três) meses calendários subsequentes à realização do respectivo provisionamento.
Reserva de Liquidez	parcela do patrimônio líquido do Fundo equivalente a 3% (três por cento) do valor dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, apurada na forma do Regulamento.
Resgate Antecipado Compulsório	resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, a ser realizado pela Administradora, independentemente de realização de Assembléia Geral, das Quotas Seniores em Circulação, para reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, nos termos do Regulamento.
Resolução CMN nº 2.682	Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada.
Resolução CMN nº 2.689	Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN, conforme alterada.
Resolução CMN nº 2.907	Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN.
Saldo Remanescente	diferença apurada entre o saldo efetivamente devido pelo Titular, conforme constante no respectivo Demonstrativo de Pagamento, e o valor pago pelo Titular, quando esse pagamento for maior ou igual ao pagamento mínimo autorizado pelo respectivo Emissor e indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento.
Saque	operação de crédito, com a cobrança de Encargos, contratada pelo Titular, por meio da utilização do Cartão.
Seção	seções deste Prospecto.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
Serasa	Serasa – Centralização de Serviços dos Bancos S.A..
SISBACEN	Sistema de Informações do Bacen.

SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
<i>Spread</i>	11 (onze) ou 15 (quinze), exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de maio de 2012 (inclusive).
Supplier	SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.951.711/0001-28, administradora do Cartão.
Supplier Assessoria	significa a Supplier Assessoria Financeira Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, 14º andar, Bela Vista, CEP 01310-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.797.505/0001-70.
Taxa de Administração	montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definida no Regulamento, podendo parcela dessa taxa ser paga diretamente à terceiros, nos termos da legislação aplicável.
Taxa de Desconto	taxa de desconto, informada pela Cedente ao Custodiante e confirmada pela Administradora, por meio dos sistemas eletrônicos colocados à disposição para tanto.
Taxa de Saída	taxa de saída decrescente que recai sobre o valor das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Seniores Postergadas, calculada pelo Custodiante, de acordo com o Tempo de Permanência.
Taxa DI	taxa média diária dos certificados de depósitos interbancários de 1 dia, extra grupo, apurada e divulgada pela CETIP, válida por 1 Dia Útil, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 Dias Úteis).
Taxa Mínima de Desconto	taxa de mínima de desconto a ser aplicada na cessão, a ser apurada pelo Custodiante conforme fórmula constante no item “Taxa Mínima de Desconto” da Seção “Características Básicas do Programa de Securitização” deste Prospecto.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Tempo de Permanência	período compreendido entre a respectiva Data de Emissão das Quotas Seniores e a data de seu respectivo e efetivo resgate, inteiro ou fracionado.

Termo de Adesão	documento preparado na forma do Regulamento, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento.
Termo de Cessão Consolidado	termo de cessão preparado e consolidado na forma do Contrato de Cessão.
Termo de Recompra	documento preparado substancialmente na forma do Contrato de Cessão.
Titular	pessoa física ou jurídica titular de Cartão, devidamente credenciada por uma das Cedentes ou, por delegação da respectiva Cedente e na hipótese de esta não ser uma Cedente, pela Supplier, com sede/domicílio no Brasil, que realiza transações mediante a utilização do Cartão.
Valor Bruto de Resgate	valor efetivamente recebido pelo Quotista quando do resgate de suas Quotas, descontada a Taxa de Saída, observados, ainda, eventuais tributos incidentes sobre o respectivo resgate.
Valor Máximo de Resgate	valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas, o qual corresponde a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado na última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento.
Valor Referencial	valor apurado para a Quota Sênior na hipótese de ocorrência de procedimentos de dação em pagamento, conforme estipulados no Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

1.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

Emissor:	Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard.
Cedente:	Banco Ourinvest S.A. e a Supplier
Classe de Quotas:	2 classes, sendo: 1 classe de Quotas Seniores; e 1 classe de Quotas Subordinadas.
Preço Unitário das Quotas Seniores:	R\$ 100,00 na 1ª Data de Emissão.
Preço Unitário das Quotas Subordinadas:	R\$ 100,00 na 1ª Data de Emissão.
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Banco Itaú-Unibanco S.A.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes.
Agência de Classificação de Risco:	Fitch Ratings Brasil Ltda.
Data de Emissão:	data em que os recursos em moeda corrente nacional decorrentes da integralização de Quotas Seniores são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, de um Dia Útil.
Resgate de Quotas:	no curso normal do Fundo, o resgate de Quotas poderá ser solicitado a qualquer tempo, observadas as Datas de Apuração de Resgate e os Períodos de Efetivação do Resgate, períodos esses que ocorrerão três vezes ao ano, conforme disposto na Seção “Resgates de Quotas” deste Prospecto.

1.2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

Custo	% em Relação ao Valor da Distribuição (*)	Montante (R\$)
Comissão de Estruturação (**)	0,0027	33.023,23
Comissão de Distribuição (***)	0,9000	11.007.744,54
Taxa de Registro na Anbima	0,0020	24.461,65
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (****)	0,0004	4.892,33
Total	0,9051	11.070.121,76

Tabela 1: Custos de Distribuição.

(*) Considerando, para tanto, uma distribuição no valor de R\$ 1.223.082.727,10.

(**) Valores arcados pela Cedente.

(***) Valores arcados pela Supplier.

(****) Valores estimados.

Valor Unitário Quota Sênior**	% em relação ao valor unitário da Quota Sênior	Custo Unitário de Distribuição (R\$)*
R\$ 131,68811520	0,91%	1,19

Tabela 2: Custo Unitário de Distribuição.

(*) Considerando, para tanto, uma distribuição inicial no valor de R\$ 1.223.082.727,10.

(**) Considerando o valor atualizado da Quota Sênior em 30/09/2009, nos termos do Regulamento do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

A Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

A Cedente declara que as informações contidas neste Prospecto, referentes às suas atividades e situações econômico-financeiras, são verdadeiras, consistentes e corretas.

Ainda, o Distribuidor Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante o prazo da Oferta, inclusive eventuais ou periódicas que venham a integrar este Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Ademais, a Administradora e o Distribuidor Líder declaram que o presente Prospecto: (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas Seniores ofertadas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Potenciais investidores devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de resgate de Quotas, assim como à descrição dos fatores de risco a que o Fundo e seus Quotistas estão expostos.

3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

3.1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

O Fundo está emitindo até 9.287.590 Quotas Seniores, com valor unitário inicial fixado em R\$ 100,00 (cem reais), e as Quotas Subordinadas, com valor unitário inicial fixado em R\$ 100,00 (cem reais). Cada Quota corresponde a uma fração ideal do patrimônio líquido do Fundo, nos termos descritos no Regulamento. As Quotas terão seu valor unitário atualizado de acordo com o disposto no Regulamento. Em 30 de junho de 2011, o valor unitário da Quota Sênior e da Quota Subordinada era de R\$ 159,63008040 e R\$ 418,44234080, respectivamente.

Por se tratar de fundo aberto, as Quotas Seniores serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pelos Distribuidores durante todo o prazo de duração a contar da data do protocolo dos documentos do Fundo na CVM, sob o regime de melhores esforços, tudo nos termos do Regulamento. O valor mínimo individual de aplicação por Quotista será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

As Quotas Seniores deverão inicialmente representar 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Os 20% (vinte por cento) restantes serão representados por Quotas Subordinadas a serem subscritas pela Cedente ou por suas Afiliadas à medida que as Quotas Seniores forem sendo colocadas. A Razão de Garantia deverá ser observada, *pro forma*, a cada nova subscrição e integralização de Quotas Seniores.

No ato de subscrição de Quotas Seniores, o Quotista deverá assinar o Termo de Adesão e efetuar o pagamento da integralização de suas Quotas Seniores subscritas. Por meio de Termo de Adesão, o Quotista atestará que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da Taxa de Administração devida à Administradora, da Taxa de Performance, da Taxa de Saída, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como de perda do capital, parcial ou total, investido. Em caráter complementar, se for o caso, o Quotista deve assinar termo próprio declarando sua condição de investidor qualificado.

A integralização das Quotas Seniores somente poderá ser feita à vista, em moeda corrente nacional, por meio de TED, ou por outro mecanismo autorizado pelo Bacen. Somente as Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas mediante cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, os quais serão contabilizados com base nos critérios de precificação previstos no Contrato de Cessão.

As Quotas Seniores não poderão ser transferidas, ressalvados os casos de decisão judicial,

execução de garantia ou sucessão universal.

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400.

3.2. CRONOGRAMA DA OFERTA

Evento	Data Estimada*
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	29/10/2009
Disponibilização do Prospecto Definitivo	29/10/2009
Concessão do registro na CVM	18/12/2009
Publicação do Anúncio de Início da Segunda Distribuição de Quotas Seniores	21/12/2009
Subscrição das Quotas Seniores da Segunda Distribuição	23/12/2009
Publicação do Anúncio de Encerramento da Segunda Distribuição	21/12/2011

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora e do Distribuidor Líder.

Tabela 3: Cronograma da Oferta.

3.3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação, anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora, o Distribuidor Líder e os Distribuidores Contratados certificar-se-ão, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores eventualmente adiantados.

Ressalta-se que os termos acima indicados só serão aplicados exclusivamente nos casos de modificação da Oferta pela Administradora, sendo que, qualquer alteração que venha a ocorrer em razão de deliberação dos Quotistas e/ou em razão de alteração dos termos e condições do Fundo,

previamente previstos no Regulamento e em benefício dos Quotistas, o presente item não será aplicável.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4. SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO

4.1. O FUNDO, SEU PÚBLICO-ALVO E INADEQUAÇÃO DE INVESTIMENTO

O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de 20 (vinte) anos de duração, contado do Início das Atividades, e regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356 e pelo seu respectivo Regulamento.

Os documentos referidos nos § 1º do artigo 8º da Instrução CVM 356 foram protocolados na CVM em 29 de outubro de 2010. Registro CVM: CVM/SRE/GER-1/Nº 1683/2009 em 18 de dezembro de 2009.

O Fundo tem por objeto precípua proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação preponderante de recursos na aquisição de Direitos Creditórios originários de operações realizadas em qualquer segmento da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos financeiro, industrial, comercial e de prestação de serviços (serviços performados), desde que originados e cedidos pelas Cedentes, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e à Condição de Cessão, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, sem direito de regresso contra ou coobrigação de qualquer das Cedente, da Supplier, mesmo na hipótese da Supplier não ser uma Cedente, e/ou de qualquer de suas Afiliadas. As Cedentes, a Supplier e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos nem pela solvência dos Titulares ou dos Estabelecimentos, conforme o caso, inclusive na hipótese de qualquer das Cedentes e/ou de a Supplier, por qualquer motivo, incluindo a decretação de intervenção, falência, recuperação ou liquidação (extrajudicial ou judicial), ou evento assemelhado, tornarem-se impedidas de oferecer o financiamento automático ao Titular, na forma prevista no Contrato de Cartão de Crédito. As Cedentes somente são responsáveis pela existência, Liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

Vide Seção “Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão”, com referência aos procedimentos de constituição dos Direitos Creditórios e de sua cessão ao Fundo.

O Fundo emitirá Quotas Seniores para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e

da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

O investimento neste Fundo não é adequado a Investidores Qualificados que não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e/ou demais riscos relacionados ao investimento no Fundo. Para mais informações, vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

As Quotas Seniores serão objeto de oferta pública de distribuição no mercado primário, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, segundo plano de distribuição elaborado pelos Distribuidores, que levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

As Quotas Seniores são intransferíveis, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

4.2. FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, a Supllier Assessoria, na função de Consultora Especializada e posteriormente também como Gestor do Fundo, o(s) Distribuidor(es) ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos, nos termos deste Prospecto e do Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

4.3. ADMINISTRADORA

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo” e Seção “Administradora” deste Prospecto.

4.4. OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Gestor:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, até que seja obtido o credenciamento perante a CVM pela Supplier Assessoria abaixo qualificada.
Consultora Especializada:	Supplier Assessoria Financeira Ltda. Avenida Paulista, nº 1728, 14º andar 01310-919 São Paulo – SP
Agente de Financiamento:	Banco Ourinvest S.A. Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º e 2º andares 01310-919 São Paulo – SP
Auditoria:	KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, nº 33 04530-904 São Paulo – SP
Classificação de Risco:	Fitch Ratings Brasil Ltda. Praça XV de Novembro, nº 20, sala 401B 20010-010 Rio de Janeiro – RJ
Custódia e Controladoria:	Banco Itaú-Unibanco S.A. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 – Torre Itaúsa 04344-902 São Paulo – SP
Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplente:	Banco Ourinvest S.A. Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º e 2º andares 01310-919 São Paulo – SP
Estruturador e Distribuidor Líder:	Banco Ourinvest S.A. Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º e 2º andares 01310-919 São Paulo – SP
Distribuidores Contratados:	Reliance Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Rua dos Pinheiros, nº 870, 22º andar 05422-001 São Paulo – SP LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2391, 5º andar, conjunto 51 01452-000 São Paulo – SP

Agente de Cobrança Bancária:	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, s/n, Vila Yara 06029-900 Osasco – SP
-------------------------------------	---

Tabela 4: Outros Serviços.

4.5. CUSTODIANTE

O Banco Itaú-Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, é a instituição custodiante do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria, da Cedente e dos órgãos reguladores;
- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo de duração do Fundo, ressalvado o prazo específico da alínea (ii) deste subitem:
 - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
 - ii) Aceites Eletrônicos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização, pelo prazo de 10 (dez) Dias Úteis;
 - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pela Cedente ou por seus Agentes, observada, assim a subcontratação estabelecida no Regulamento;
 - iv) Documentos Comprobatórios referentes aos Outros Ativos;

- v) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos na alínea (i) do subitem “e” anterior;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pela Cedente ou por seus Agentes, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente na Conta do Fundo;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente na Conta do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão;
- j) calcular e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor da Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento;
- k) colocar à disposição da Administradora, diariamente, no site *itaucustodia* relatórios para apuração da Reserva de Caixa, Reserva de Liquidez e do Excesso de *Spread*;
- l) colocar à disposição da Administradora, em cada Data de Verificação, no site *itaucustodia* relatórios para apuração do valor do DCV, do DCV30, do DCV120, do DCV180 e do Índice de Refinanciamento;
- m) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o ele, o Fundo, possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- n) processar, calcular e aplicar a Taxa de Saída quando da efetivação do Resgate das Quotas Seniores na respectiva Data de Resgate das Quotas Seniores.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Vide Regulamento, Capítulo XI – “Do Gestor e Demais Prestadores de Serviços Contratados” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.

4.6. COBRANÇA

No curso ordinário do Programa de Securitização: (i) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamento vinculados aos Direitos Creditórios

cedidos ao Fundo, incluindo aqueles decorrentes de seu pagamento mínimo, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão: (a) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; (b) repassados às Cedentes nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; e (c) transferidos, pelas Cedentes, nos termos do Convênio de Cobrança, para a Conta do Fundo, em até 1 Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrarem-se disponíveis para a Cedente; (ii) na hipótese de inadimplemento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos com coobrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, os valores pagos pelos Estabelecimentos serão: (a) acolhidos pelas Cedentes; e (b) transferidos para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para as Cedentes; (iii) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, efetuados por meio de transferência eletrônica de fundos, serão acolhidos pelas Cedentes e subsequentemente transferidos diretamente, pela Cedente, para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para as Cedentes; (iv) a totalidade dos valores equivalentes ao refinanciamento automático do Saldo Remanescente, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser creditados pelas Cedentes, diretamente na Conta do Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data da concessão do financiamento automático do Saldo Remanescente, na forma prevista no Contrato de CardMember; e/ou (v) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamento vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, exceto quando do pagamento no valor mínimo ou de refinanciamento do Saldo Remanescente que deverão ser pagos às Cedentes, efetuados em dinheiro e/ou em cheque poderão ser pagos pelos Titulares, por meio de boleto bancário, diretamente na Conta do Fundo.

Nos termos do Convênio de Cobrança, caberá à Cedente identificar e segregar em seus respectivos sistemas de gerenciamento interno quais dos valores pagos pelos Titulares são de titularidade da Cedente ou do Fundo, quais Direitos Creditórios foram devidamente pagos com as verbas recebidas, se recursos por ela recebidos de cada Titular são equivalentes ao valor total do Saldo Remanescente expresso no respectivo Demonstrativo de Pagamento.

A título de prestação de contas em razão da prestação de seus serviços, nos termos do Convênio de Cobrança, a Cedente deverá enviar ao Custodiante e à Administradora, por meio eletrônico, em cada data de transferência, relatório eletrônico, cujo formato será definido de comum acordo entre a Cedente e o Custodiante, contendo, no mínimo, as seguintes informações relativas a cada Direito Creditório de titularidade do Fundo que tenha sido liquidado com os recursos transferidos pela Cedente ao Fundo na respectiva data de transferência: (i) Titular do respectivo Direito Creditório, identificado por seu CNPJ/MF ou CPF/MF; (ii) data de vencimento do Direito Creditório; (iii) data de pagamento dos valores devidos; e (iv) valores recebidos, incluindo o valor amortizado do Direito Creditório, juros moratórios e multas, e, conforme o caso, valor do Saldo Remanescente.

Para mais informações, vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização – Procedimentos de Recebimento de Valores” deste Prospecto.

4.7. SERVIÇOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES

A Cedente, na qualidade de mandatária do Fundo especialmente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, será responsável pela

implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios por ela cedidos para o Fundo e de titularidade do Fundo, que estejam vencidos e não pagos. Os deveres e as obrigações da Cedente, relacionados aos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo vencidos e não pagos, encontram-se definidos no Contrato de Cobrança.

Vide Seção “Procedimentos de Cobrança” deste Prospecto.

4.8. CUSTÓDIA FÍSICA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Nos termos do Contrato de Custódia e do Contrato de Cessão, a Cedente, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante, na forma da regulamentação em vigor, será responsável pela guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios referentes a Operações de Financiamento cujos Direitos Creditórios sejam cedidos pela Cedente ao Fundo.

4.9. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento.

4.10. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E ENCARGOS DO FUNDO

Taxa de Administração: remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou (ii) o valor correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo que atingir até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), acrescido do valor apurado pela aplicação do percentual de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano sobre o montante que exceder os R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) do patrimônio líquido do Fundo, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último Dia Útil de cada mês, bem como acrescidos dos valores mencionados no parágrafo a seguir. A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos do Regulamento, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.

Sobre o valor da Taxa de Administração, serão acrescidos os valores, em moeda corrente nacional, equivalentes: (a) ao maior valor entre: (i) o montante apurado de acordo com os parâmetros definidos na tabela a seguir, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), e (ii) R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais; (b) à R\$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos) por aplicação, resgate ou qualquer evento de Quotista no Fundo; e (c) à R\$ 0,60 (sessenta centavos) pela emissão de cada extrato de movimentação do Quotista. Os valores monetários ora referidos serão corrigidos anualmente nos termos do Regulamento.

Patrimônio líquido do Fundo (em mil reais)	Percentagem anual incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo
0,000 à 50.000	0,0240

	50.001 à 100.000	0,0208
	100.001 à 150.000	0,0200
	150.001 à 200.000	0,0195
	Acima de 200.001	0,0190
Taxa de ingresso:	Não há.	
Taxa de Saída:	<p>Recairá sobre o valor das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Seniores Postergadas uma taxa de saída decrescente, a ser calculada pelo Custodiante de acordo com o Tempo de Permanência e que resultará em nenhum decréscimo sobre o valor do resgate caso o Tempo de Permanência seja superior a 720 (setecentos e vinte) dias corridos.</p> <p>A Taxa de Saída irá reduzir o valor de resgate efetivamente pago às Quotas Seniores Resgatadas e às Quotas Seniores Postergadas de maneira inversamente proporcional ao Tempo de Permanência, observados os critérios definidos na Seção “Taxa de Saída” deste Prospecto.</p>	
Taxa de performance:	<p>Será devida à Supplier Assessoria, na qualidade de Consultora Especializada do Fundo e/ou Gestor, quando da obtenção do credenciamento perante a CVM, Taxa de Performance, calculada nos termos do item 9.8 do Regulamento.</p> <p>O pagamento da Taxa de Performance semestral será condicionado a um Índice de Recompra menor que 7% (sete por cento), apurado no último Dia Útil de cada semestre, considerando o período compreendido entre o 1º (primeiro) e o último Dia Útil dos meses de: (i) janeiro e junho; e (ii) julho e dezembro, de cada ano.</p> <p>O pagamento da Taxa de Performance semestral estará condicionado ao Fundo possuir um saldo de Quotas Subordinadas, igual ou maior que a somatória dos valores dos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, de titularidade dos 5 (cinco) maiores sacados, no Dia Útil anterior da data do referido pagamento.</p> <p>Na hipótese do desenquadramento, conforme disposto acima,, o pagamento da Taxa de Performance à Supplier Assessoria ocorrerá tão logo o Fundo esteja enquadrado.</p> <p>A Taxa de Performance continuará sendo paga à Supplier Assessoria, na qualidade de Gestor, após a assunção por ela das funções de gestão da carteira do Fundo.</p> <p>Para o cálculo da Taxa de Performance será utilizado o conceito denominado “marca d’água”, ou seja, só será cobrada Taxa de Performance se o valor da cota do Fundo, no término do período de cobrança de performance, estiver acima do valor da quota na data da última cobrança da taxa de performance, atualizado pelo "benchmark" (“Valor da Marca D’Água - VMA”). Caso o quotista ingresse no Fundo e a quota de sua aplicação esteja inferior ao VMA, a Administradora cobrará um ajuste, a título de apuração da performance individual, cobrado no momento do resgate.</p> <p>Em caso de resgate de quota, haverá retenção da taxa de performance proporcional, acumulada até 1 (um) dia antes da data do efetivo resgate, sendo</p>	

	que tal retenção será apropriada como “Taxa de Performance a Pagar” e paga ao GESTOR, em até 5 (cinco) Dias Úteis após o término do respectivo semestre civil de apuração.
Encargos do Fundo:	<ul style="list-style-type: none"> a) Taxa de Administração; b) Taxa de Performance; c) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo; d) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente; e) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas; f) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas correntes de titularidade do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora; g) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo; h) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido; i) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral; j) despesas com a contratação de agência de classificação de risco; k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, de acordo com o previsto no Regulamento; e l) taxas de custódia de ativos do Fundo, as quais incluem todos os serviços prestados pelo Custodiante.

Tabela 5: Remuneração da Administradora, Taxa de Performance e Encargos do Fundo.

4.11. REMUNERAÇÃO DEVIDA AOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Nos termos do Contrato de Cobrança, a Supplier faz *jus* a uma remuneração semestral no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), paga pela Administradora, às suas expensas.

Observado o disposto no Contrato de Custódia, o Custodiante faz *jus* a remuneração mensal, devida pelo Fundo, nos termos do inciso VIII do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, equivalente ao valor aproximado de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), dependendo do valor do patrimônio líquido do Fundo.

Nos termos do Contrato de Cobrança Bancária, o Agente Cobrador Bancário faz *jus* a uma remuneração semestral, devida pela Administradora, às suas expensas, equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais).

A Supplier, nos termos do Convênio de Cobrança, faz *jus* a remuneração semestral, devida pela Administradora, às suas expensas, equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais).

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, o Distribuidor fará *jus* a uma remuneração anual referente à distribuição das Quotas Seniores, equivalente a 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, considerando, para tanto, um ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, sobre o valor de cada integralização realizada por cada um dos subscritores.

Nos termos do contrato de prestação de serviços de auditoria independente específico, a Empresa de Auditoria, no exercício de 2010, fez *jus* à remuneração anual de R\$ 17.930,00 (dezessete mil e novecentos e trinta reais), paga pelo Fundo, nos termos do inciso IV do artigo 56 da Instrução CVM nº 356.

Por fim, a Agência Classificadora de Risco fez *jus*, no exercício de 2010, à remuneração anual de R\$ 51.385,56 (cinquenta e um mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), paga às despesas do Fundo, nos termos do inciso X do artigo 56 da Instrução CVM nº 356.

4.12. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

Decorridos 90 (noventa) dias do Início das Atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio em Direitos Creditórios, observada, ainda, a alocação de recursos para a Reserva de Liquidez e Reserva de Caixa.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu patrimônio líquido de acordo com a tabela a seguir.

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio líquido do Fundo	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios;	50%	100%
b) moeda corrente nacional;	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;	0%	50%
d) quotas de fundo(s) de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados, com liquidez diária e com resgate no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente a solicitação, que tenha(m) seu(s) patrimônio(s) representado(s) por títulos ou ativos de renda fixa de longo prazo, pré ou pós-fixados, de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, bem como quotas de fundo(s) de investimento em quotas desses fundos de investimento, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas;	0%	50%
e) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos; e	0%	50%
f) títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen a atuar no mercado brasileiro, respeitados os seguintes limites de concentração:		
(i) até 20% (vinte por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos por uma Instituição Autorizada;		
(ii) até 10% (dez por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos		

emitidos pelo Banco Safra S.A. ou pelo Banco Votorantim S.A.; e

(iii) até 5% (cinco por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos por instituição financeira cuja classificação de risco atribuída pela Agência de Classificação de Risco, bem como pela Moody's América Latina Ltda. e pela Standard & Poor's Rating Services seja equivalente ou superior à classificação de risco atribuída ao Fundo pela Agência de Classificação de Risco.

Tabela 6: Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira.

O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que, no momento da cessão, se encontrem vencidos e não pagos.

4.13. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar, desde que atendidas as Condições de Derivativos, as disposições do Regulamento e a deliberação do Conselho Consultivo, operações em mercados derivativos com o objetivo único e exclusivo de proteger a rentabilidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo das flutuações da taxa de juros, cuja remuneração estará, conforme o caso, vinculada a taxas pré-fixadas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas: (i) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, 1 (uma) ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&FBOVESPA sob a modalidade “sem garantia”, e/ou (ii) diretamente na BM&FBOVESPA, sob a modalidade “com garantia”, desde que tal modalidade de operação seja previamente autorizada, por escrito, pela Agência de Classificação de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título.

Observados o disposto no Regulamento, a sugestão enviada pelo Gestor e a deliberação do Conselho Consultivo, a Administradora somente poderá proceder à contratação de operações com instrumentos derivativos, por conta e ordem do Fundo, desde que estejam presentes as seguintes Condições de Derivativos:

- a) existência de contraparte para realização da respectiva operação com instrumentos derivativos; e
- b) caso o Fundo tenha recursos livres e disponíveis para arcar com os custos de realização da respectiva operação com instrumentos derivativos.

Os recursos decorrentes de ajustes de credores em operações de contratos futuros, celebradas pelo Fundo, deverão ser mantidos obrigatoriamente em (i) moeda corrente nacional, (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, (iii) quotas de fundo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu(s) patrimônio(s) representado(s) por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, bem como quotas de fundo(s) de investimento em quotas desses fundos de investimento, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; (iv) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, e (v) títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen a atuar no mercado brasileiro, respeitados os seguintes limites de

concentração: (a) até 20% (vinte por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos por uma Instituição Autorizada; (b) até 10% (dez por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos pelo Banco Safra S.A. ou pelo Banco Votorantim S.A.; e (c) até 5% (cinco por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos por instituição financeira cuja classificação de risco atribuída pela Agência de Classificação de Risco, bem como pela Moody's América Latina Ltda. e pela Standard & Poor's Rating Services seja equivalente ou superior à classificação de risco atribuída ao Fundo pela Agência de Classificação de Risco..

Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações no mercado de derivativos deverão ser creditados na Conta do Fundo, devendo a Administradora fazer constar tal obrigação nos contratos porventura celebrados.

A Administradora não poderá contratar operações de *swap* caso os respectivos contratos estipulem: (i) direito de a contraparte rescindi-lo antecipadamente ; e/ou (ii) restrições ou limitações no direito de receber os valores devidos por conta dos ajustes positivos em favor do Fundo.

4.14. PORTFÓLIO DO FUNDO EM 31 DE OUTUBRO DE 2011

Portfólio	R\$	% em relação ao patrimônio líquido do Fundo
Moeda Corrente Nacional	26.275,64	0,01%
Quotas de fundos de investimento	48.379.646,93	19,04%
Títulos de emissão do Tesouro Nacional ou Bacen	4.444.539,43	1,75%
Provisão de Receitas / Despesas	21.747,81	0,01%
Direitos Creditórios:		
- Direitos Creditórios a vencer (valor presente)	170.853.695,91	67,22%
- Direitos Creditórios em atraso	32.982.561,23	12,98%
- PDD*	(2.522.468,94)	(0,99)%
TOTAL	254.185.998,01	100%

* Provisão para Devedores Duvidosos.

Fonte: Administradora.

Tabela 7: Portfólio do Fundo em 31 de outubro de 2011.

4.15. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os seus valores ajustados de acordo com o disposto neste item, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo CMN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Outros Ativos da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BM&FBOVESPA, SISBACEN ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.

As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos e computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.682:

Nível de risco	Dias de atraso	% de provisão
AA	0	0
A	Até 14	0,5
B	15 a 30	1,0
C	31 a 60	3,0
D	61 a 90	10,0
E	91 a 120	30,0
F	121 a 150	50,0
G	151 a 180	70,0
H	Acima de 180	100,0

Os Direitos Creditórios relativos a Operações de Financiamento Inadimplentes, classificados como de risco nível H, serão transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos Creditórios devidos pelo mesmo Financiamento, conforme descrito acima (“efeito vagão”).

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

4.16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração do Fundo orienta-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Administradora, assim como pelo Conselho Consultivo.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelos comitês referidos neste item, os quais traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

4.17. VALORES MÍNIMOS PARA APLICAÇÃO, PARA SOLICITAÇÃO DE RESGATE E SALDO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA NO FUNDO

Aplicação Mínima por Investidor	R\$ 25.000,00
Solicitação Mínima de Resgate	R\$ 5.000,00
Saldo Mínimo	R\$ 25.000,00

Tabela 8: Valores Mínimos.

4.18. RESGATE DE QUOTAS SENIORES E DE QUOTAS SUBORDINADAS

Para maiores informações vide Seção “As Quotas – Resgate de Quotas”.

4.18.1. Resgate de Quotas Seniores

No curso normal do fundo, o resgate das Quotas Seniores poderá ser solicitado a qualquer tempo, sendo que somente será efetivado durante o Período de Efetivação de Resgate seguinte, observadas as Datas de Apuração de Resgate das Quotas Seniores.

Caso o valor do resgate solicitado pelos Quotistas Seniores seja superior ao Valor Máximo de Resgate, o saldo restante (Quotas Seniores Postergadas) será resgatado no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

4.18.2. Resgate de Quotas Subordinadas

No curso normal do Fundo, o resgate das Quotas Subordinadas poderá ser solicitado a qualquer tempo, sendo que somente será efetivado na Data de Resgate das Quotas Subordinadas seguinte, observadas as Datas de Apuração de Resgate das Quotas Subordinadas.

O resgate das Quotas Subordinadas somente ocorrerá após resgatada a totalidade das Quotas Seniores Resgatadas, assim como a totalidade das Quotas Seniores Postergadas, observados os demais termos e condições do Regulamento.

4.19. TRIBUTAÇÃO

Para fins tributários, e de acordo com a composição de sua carteira, o Fundo será classificado como “fundo de investimento de longo prazo”, nos termos definidos pelo artigo 1º, § 1º, inciso I, da Instrução nº 487, de 30 de dezembro de 2004, da Secretaria da Receita Federal.

Até a data de preparação deste Prospecto, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento são isentos do imposto de renda e não sofrem a incidência da CSLL, da COFINS e da Contribuição ao PIS. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos nas transações com os ativos componentes das carteiras dos fundos de investimentos implicam, tão-somente, na valorização da totalidade das quotas dos fundos, sem efeitos tributários diretos e imediatos.

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos quotistas do Fundo há previsão legal de retenção de IR na Fonte (IRRF). Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos, para esse propósito, os Direitos Creditórios), variando de acordo com o disposto abaixo.

Fundo de longo prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

Os prazos referidos são considerados a partir da data da aplicação.

Semestralmente, no último Dia Útil dos meses de maio e novembro de cada ano, é realizada pelo administrador do fundo a retenção do IRRF (“come-cotas”), em valor equivalente a 20% (para fundos classificados como de curto prazo) ou 15% (para os rendimentos relativos a fundos classificados de longo prazo). Por ocasião do resgate das quotas é aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas apresentada anteriormente.

Por fim, há incidência regressiva do Imposto sobre Operações Financeiras, Câmbio e Seguro – IOF sobre as quotas quando a amortização ou resgate ocorrer em prazo inferior a 30 dias da data da aplicação.

4.20. ATENDIMENTO AO QUOTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown
22640-100

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0098 ou (21) 3514-0098

E-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

Site: www.oliveiratrust.com.br

At. Sr. José Alexandre Freitas

Banco Ourinvest S.A.

Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º e 2º andares
01310-919

São Paulo – SP

Telefone: (11) 4081-4444

Fax: (11) 4081-4443

E-mail: alberto.alves@ourinvest.com.br

Site: www.ourinvest.com.br

At. Sr. Alberto José Bianchi Alves

Reliance Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua dos Pinheiros, nº 870, 22º andar
05422-001

São Paulo – SP

Telefone: (11) 3089 9393

Fax: (11) 3089 9395

E-mail: carvalho@reliance.com.br

Site: www.reliance.com.br

At. Sr. Marcelo Andre Steuer

LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2391, 5º andar, conjunto 51
01452-000

São Paulo – SP

Telefone: (11) 3095 7070

Fax: (11) 3095 7071

E-mail: sergio@lla.com.br

Site: www.lla.com.br

At. Sr. Sérgio Manoel Correia

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

Site: www.cvm.gov.br

4.21. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Liquidação ou Evento de Resgate Antecipado, nos termos do Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.

A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja “Monitor Mercantil”, e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem as Quotas no mercado.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu site, em sua sede e dependências, informações sobre: (a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor; (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

4.22. CONSELHO CONSULTIVO

O Fundo terá um Conselho Consultivo composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) deles necessariamente representantes da Administradora e o outro escolhido pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas, reunidos em Assembléia Geral, os quais definirão, por meio de regimento interno, os procedimentos de convocação e deliberação do Conselho Consultivo. O Diretor Designado ou seu representante deverá necessariamente comparecer a todas as reuniões do Conselho Consultivo.

Os membros do Conselho Consultivo não farão *jus* a qualquer remuneração.

As deliberações do Conselho Consultivo serão sempre tomadas por unanimidade de seus membros.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá realizar os seguintes negócios jurídicos ou transações após sua aprovação prévia pelo Conselho Consultivo:

- a) observados os termos e condições do Regulamento, definir a política de alocação, aquisição e alienação de Outros Ativos;
- b) a contratação pelo Fundo de operações em mercado de derivativos, incluindo operações de *hedge*;
- c) deliberar sobre a antecipação do resgate das Quotas Seniores Postergadas e/ou das Quotas Seniores Resgatadas, na forma do Regulamento; e
- d) definir o Potencial de Cessão antes de cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.

As deliberações adotadas nas reuniões do Conselho Consultivo deverão ser lavradas em ata própria, assinada por todos os presentes, que deverá ser arquivada pela Administradora.

Considera-se o correio eletrônico (*e-mail*) como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre os membros do Conselho Consultivo para fins das deliberações acima referidas, aceitando-se, inclusive, a assinatura eletrônica, para os fins do aqui disposto.

Caberá ao Diretor Designado consolidar cada uma das deliberações realizadas e arquivá-las, nos termos do Regulamento.

4.23. VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, por amostragem, o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo no respectivo trimestre, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora, ao Gestor, às Cedentes, à Agência de Classificação de Risco e à Empresa de Auditoria do Fundo. Independentemente do aqui disposto, o Custodiante poderá verificar, a qualquer momento e desde que em data e horário comercial, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento com relação à guarda e

organização dos Documentos Comprobatórios, tudo nos termos do Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão.

A verificação do lastro por amostragem a ser efetuada pelo Custodiante seguirá os seguintes parâmetros definidos pela Empresa de Auditoria do Fundo:

- a) em conformidade com as boas práticas nacionais (“Norma Brasileira de Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade”) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática, que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra: (i) Grau de Confiança: 95% (noventa e cinco por cento); e (ii) Limite de Erro Tolerável: 5% (cinco por cento).
- c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

4.24. ASSEMBLÉIA GERAL

Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo do Regulamento, nos curso ordinário do Programa de Securitização;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- d) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Gestor, da Consultora Especializada e/ou do Custodiante, observados os termos e condições do Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- g) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Resgate Antecipado;

- h) deliberar sobre a alteração dos Documentos da Securitização; e
- i) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.

A primeira e a segunda convocação da Assembleia Geral far-se-ão, concomitantemente, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de *e-mail* enviado ao Quotista ou seu representante, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

Salvo se outro prazo não for estabelecido no Regulamento, a Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias contado de sua convocação, e, em segunda convocação, no prazo de 5 (cinco) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação, tudo nos termos acima descritos.

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 1 (um) Quotista.

Independentemente das formalidades previstas neste Prospecto e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A Assembleia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5. OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO

A Cedente oferecerá ao Fundo Direitos Creditórios originados exclusivamente pela utilização dos Cartões pelos Titulares. Os Cartões podem ser utilizados exclusivamente para compras de mercadorias e serviços perante os Estabelecimentos.

Os débitos dos Titulares são representados nos Demonstrativos de Pagamento, sendo que esses somente podem ser pagos na rede de compensação bancária. Em 30 de junho de 2011, a média da carteira operacional de Cartões possuía aproximadamente 19.520 (dezenove mil quinhentos e vinte) contratos ativos (clientes), sendo o valor médio das parcelas aproximadamente R\$ 2.458,66 (dois mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

Os Cartões são operados pela Supplier sendo que as operações de financiamento a eles vinculadas são realizadas pelo Agente de Financiamento.

As Cedentes são responsáveis por: (i) autorizar, revisar e cancelar limites de crédito; (ii) contabilizar em seus livros os Direitos Creditórios em aberto; (iii) receber pagamentos dos Titulares; (iv) controlar pagamentos, cobranças e valores em aberto de cada conta; (v) processar e enviar Demonstrativos de Pagamento; (vi) cobrar inadimplentes; (vii) atuar na recuperação de créditos vencidos, (viii) disponibilizar os Cartões aos Titulares.

A Supplier é responsável por: (i) operacionalizar o serviço de atendimento ao Titular; e (ii) manter e ampliar a rede de serviços com os Estabelecimentos.

Já o Agente de Financiamento é responsável por prover financiamento para as Operações de Financiamento.

O Cartão oferece ao seu respectivo Titular a utilização das seguintes Operações de Financiamento:

- a) Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente: operação financeira por meio da qual o Titular, caso esta opção lhe seja facultada, efetua o pagamento igual ou superior ao mínimo indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento, hipótese em que o Saldo Remanescente: (i) será automaticamente financiado pelo Agente de Financiamento; e (ii) ficará sujeito à cobrança de Encargos, contados a partir da data do vencimento do Demonstrativo de Pagamento;
- b) Operação Parcelado Emissor: operações de crédito com a cobrança de Encargos, por meio das quais o Agente de Financiamento financia a aquisição de mercadorias realizadas pelos Titulares nos Estabelecimentos, com a utilização do Cartão, nos termos do Contrato de CardMember; e
- c) Saque: operação de crédito, com a cobrança de Encargos, contratada pelo Titular, por meio da utilização do Cartão.

Os seguintes Estabelecimentos encontram-se até o momento conveniados:

- Agrofrango Industria Comercio de Alimentos Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 00.672.248/0001-07, com sede na Rua Área Industrial, s/n, Cidade de Ipumirim, Estado de Santa Catarina. Contrato celebrado em 02 de fevereiro de 2011.
- Aldo Componentes Eletrônicos Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 81.106.957/0001-19, com sede na Avenida Guaiaipó, 4200, Cidade de Maringá, Estado do Paraná. Contrato celebrado em 15 de setembro de 2005.
- Bunge Alimentos S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ sob nº 84.046.101/0001-93, com sede na Rodovia Jorge Lacerda, km 20, Cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina. Contrato celebrado em 1º de outubro de 2005.
- C&C Casa e Construção Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 63.004.030/0001-96, com sede na Avenida Miguel Stéfano, 2394, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 30 de agosto de 2006.
- Dagranya Agroindustria Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 59.966.879/0001-73, com sede na Rua Forte do Triunfo, 130, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 02 de fevereiro de 2011.
- Danone Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 23.643.315/0001-52, com sede na Avenida Paulista, 2300, 5º andar, CEP 01310-300, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 13 de novembro de 2007.
- Prefer Metal Plus – Indústria e Comércio de Metais Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 08.879.248/0001-86, com sede na Rua Dianópolis, 122 – 1º andar, Parque da Mooca, CEP 03125-100, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 01 de outubro de 2007.
- Prefer S/A Ind e Com de Ferro e Aço, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob nº 61.077.996/0001-28, com sede na Rua Eugenio Losso, 451, sala 01, Unileste, CEP 13422-180, Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 01 de outubro de 2007.
- Frigorífico Mabella Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 02.263.791/0001-78, com sede na Avenida Manoel Domingos Pinto, 9, parte B, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 02 de fevereiro de 2011.
- Gimba Suprimentos de Escritórios e Informática Ltda, sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 54.651.716/0001-88, com sede na Rua Agostinho Gomes, 330/380, Ipiranga, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 18 de dezembro de 2007.
- Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 60.500.246/0001-54, com sede à Rua dos Prazeres, 284, Belenzinho, CEP 03021-900, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 01 de novembro de 2009.

- Interávia Transportes Ltda, sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 09.795.030/0001-06, com sede na Rua Madre de Deus, nº 27, Cidade de Recife, Estado do Pernambuco. Contrato celebrado em 01 de setembro de 2010.
- Johnson Controls Be do Brasil Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 01.092.686/0001-50, com sede na Rua João Tibiriça, 900, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 10 de setembro de 2010.
- Mais Próxima Comercial e Distribuidora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ sob nº 11.692.628/0001-11, com sede a Estrada Sadae Takagi, 2600, Armz II parte B, Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 21 de junho de 2010.
- Penasul Alimentos Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 04.664.556/0001-33, com sede na Rodovia RS-470, s/n km 226, Cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul. Contrato celebrado em 02 de fevereiro de 2011.
- Philips do Brasil Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 61.086.336/0001-03, com sede na Avenida Marcos Penteado Ulcha Rodrigues, 939, CEP 06460-040, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 01 de julho de 2010.
- Sara Lee Cafés do Brasil Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 02.333.707/0001-45, com sede na Alameda Araguaia, 120, Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 27 de maio de 2011.
- Seara Alimentos S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ sob nº 02.914.460/0001-50, com sede na Avenida Chedid Jafet, 222, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 02 de fevereiro de 2011.
- Votorantim Cimentos do Brasil S/A, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob nº 96.824.549/0001-2401, com sede na Av. Comendador Pereira Inácio, nº 1.399, Cidade de Votorantim, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 01 de setembro de 2010.
- Votorantim Cimentos S/A, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob nº 01.637.895/0001-32, com sede na Praça José Lannes Paes, nº 40, 9º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Contrato celebrado em 01 de setembro de 2010.
- Votorantim Cimentos N/NE S/A, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob nº 10.656.452/0001-80, com sede na Rua Madre de Deus, nº 27, Cidade de Recife, Estado do Pernambuco. Contrato celebrado em 01 de setembro de 2010.

Maiores descrições acerca da carteira de Direitos Creditórios, assim como os níveis de inadimplência, prazos médios de pagamento e *aging*, poderão ser obtidos no Anexo a este Prospecto - “Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes”, dados esses referentes ao início das atividades do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6. DISPOSIÇÕES GERAIS DO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO E DO CONTRATO DE CARDMEMBER

A análise dos aspectos relacionados ao Contrato de Cartão de Crédito e ao Contrato de CardMember contida nesta Seção, não tem por finalidade oferecer qualquer tipo de aconselhamento jurídico para potenciais investidores do Fundo ou qualquer outra Pessoa. Potenciais investidores devem buscar orientação legal específica e independente antes de decidirem por efetuar aplicações de recursos no Fundo. Para mais informações, vide o Regulamento.

6.1. RESUMO DAS “NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO”

A. Partes: (a) Supplier; (b) Banco Ourinvest S.A.; e (c) Titular.

B. Objeto: regular as condições para a prestação dos serviços de administração do Cartão, bem como as condições para: (a) a realização de transações no Estabelecimento; e (b) a contratação de Operação de Financiamento, ambas a serem feitas exclusivamente pelo Titular, conforme vier a ser autorizado pelas Cedentes ou pela Supplier, e as quais compreenderão: (i) a concessão do limite do Cartão, para aquisição de bens e serviços no Estabelecimento; (ii) a administração e gestão da utilização do Cartão; (iii) a emissão do Demonstrativo de Pagamento; e (iv) demais serviços prestados pela Supplier, ou por terceiros, sendo que a prestação dos serviços financeiros serão prestados pelo Agente de Financiamento.

C. Utilização do Cartão: o Cartão poderá ser utilizado pelo Titular, desde que as respectivas modalidades de transações sejam previamente colocadas à sua disposição. Dentre as transações que podem ser disponibilizadas ao Titular destacam-se: (i) Operação de Refinanciamento do Saldo Remanescente; (ii) Saque; (iii) “Operação Parcelado-Estabelecimento” - concessão, feita diretamente pelo Estabelecimento, da facilidade de pagamento a prazo, em 1 (uma) ou mais parcelas, das compras ali realizadas, desde que tal opção encontre-se disponível ao Titular no sistema, e sobre as quais não incidirão juros remuneratórios, salvo na hipótese de inadimplência; e (iv) Operação Parcelado Emissor.

D. Liquidação do Demonstrativo de Pagamento: o Titular deverá efetuar o pagamento dos valores constantes do seu Demonstrativo de Pagamento exclusivamente na rede de compensação bancária nacional.

6.2. RESUMO DO “CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO SISTEMA SUPPLIERCARD”

A. Partes: (i) Banco Ourinvest S.A., (ii) Supplier, e (iii) Estabelecimento.

B. Objeto: disposições gerais sobre a emissão dos Cartões e forma que será regulada a concessão de crédito, limites e procedimentos operacionais na utilização do Cartão pelos Titulares, assim como as responsabilidades e obrigações das partes no que tange tal utilização.

C. Responsabilidades do Estabelecimento: dentre as responsabilidades do Estabelecimento destacam-se: (i) aceitar o sistema para aquisições de bens e/ou serviços por ele comercializados; (ii) disponibilizar as informações de seus clientes; (iii) participar do processo de divulgação e captação de novos Titulares durante a vigência do contrato; (iv) oferecer aos seus clientes a opção de pagamento das transações via Cartão, de acordo com as condições e Encargos estabelecidos no Contrato de Cartão de Crédito e no Contrato de CardMember (v) estabelecer contato imediato com as Cedentes, sempre que identificar ou suspeitar de irregularidade no uso do Cartão; (vi) guardar todo e qualquer documento decorrente das transações, durante o prazo de 5 (cinco) anos fiscais contados de sua respectiva elaboração, incluindo, mas não se limitando a, nota fiscal de venda e comprovante de entrega das mercadorias, devendo apresentar esses documentos em caso de solicitação por qualquer uma das Cedentes, em até, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas; (vii) não realizar nenhuma nova transação comercial a prazo com o Titular que apresentar saldo em atraso com a Cedente, por quaisquer meios de pagamento, com recursos próprios ou de terceiros, bem como não realizar nenhuma nova transação comercial através do limite de compra com os Titulares que apresentarem saldo em atraso ou dívida renegociada com o Estabelecimento; (viii) manter cadastro físico ou digital do Titular, contendo, no mínimo: (a) a última alteração contratual consolidada, e (b) o balanço contábil; e (ix) enviar à Supplier o termo de adesão ao Contrato de CardMember, devidamente assinado pelos Titulares, sempre que o limite de compra for igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

7. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

O resumo dos procedimentos da política de concessão de crédito aos Titulares e dos procedimentos de cobrança apresentados nesta Seção destacam os principais elementos considerados relevantes para o entendimento do Programa de Securitização, não representando uma descrição exaustiva de todas as atividades e rotinas realizadas pela Cedente. É importante ressaltar que o Banco Ourinvest S.A., mesmo na qualidade de Cedente do Fundo, continuará a realizar as rotinas descritas também com relação aos financiamentos de sua titularidade não cedidos ao Fundo, sendo que certos procedimentos podem não ser relevantes para o Fundo e o Programa de Securitização.

7.1. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

7.1.1. Parceria com Estabelecimentos

A SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A. é a instituição do Grupo Ourinvest responsável pelo gerenciamento e controle de cartões de crédito.

O público dos cartões de crédito é composto por pessoas jurídicas de pequeno e médio portes, clientes de empresas industriais e comerciais (Estabelecimentos), que demandam linhas de crédito para aquisição de bens produzidos e/ou comercializados por estas.

Dessa maneira, previamente à emissão do cartão de crédito ao cliente, são firmadas parcerias com os fornecedores. Para a concretização dessas parcerias, entre outros procedimentos envolvidos, os Estabelecimentos são submetidos à análise de crédito realizada pelo comitê de crédito do Banco Ourinvest S.A.. Atualmente, a Supplier detém parcerias com os seguintes Estabelecimentos:

- Agrofrango Industria Comercio de Alimentos Ltda.
- Aldo Componentes Eletrônicos Ltda.
- Bunge Alimentos S.A.
- C&C Casa e Construção Ltda.
- Dagranga Agroindustria Ltda.
- Danone Ltda.
- Prefer Metal Plus – Indústria e Comercio de Metais Ltda.
- Prefer S/A Ind e Com de Ferro e Aço.
- Frigorífico Mabella Ltda.

- Gimba Suprimentos de Escritórios e Informática Ltda.
- Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda.
- Interávia Transportes Ltda.
- Johnson Controls Be do Brasil Ltda.
- Mais Próxima Comercial e Distribuidora S.A.
- Penasul Alimentos Ltda.
- Philips do Brasil Ltda.
- Sara Lee Cafés do Brasil Ltda.
- Seara Alimentos S.A.
- Votorantim Cimentos do Brasil S/A
- Votorantim Cimentos S/A.
- Votorantim Cimentos N/NE S/A.

7.1.2. Processo de concessão de limite de crédito

Após a aprovação da parceira com os fornecedores, seus clientes passam a ser analisados.

A análise de crédito dos clientes dos Estabelecimentos inclui a troca de informações por meio de arquivos eletrônicos entre os fornecedores e a Supplier. São solicitadas, aos fornecedores, entre outras, as seguintes informações referentes à empresa:

- identificação da empresa;
- CNPJ/MF;
- Razão Social;
- Inscrições Estadual e Municipal;
- número de funcionários;
- data de fundação;
- atividade jurídica;
- tipo de sociedade;
- endereço e telefone de contato;
- tempo no endereço;
- faturamento mensal;
- nome do contador da empresa;

- e-mail da empresa;
- referências bancárias;
- data da primeira compra do cliente no estabelecimento; e
- limite praticado pelo estabelecimento para o cliente.

Adicionalmente, são requisitadas aos fornecedores informações referentes aos avalistas/sócios da empresa:

- nome;
- CPF/MF e RG;
- data de nascimento;
- sexo;
- telefone de contato; e
- endereço.

Dados de histórico de cliente para fins de análise de fluxo de caixa e performance de pagamentos também são solicitados:

- identificação da compra;
- data da compra;
- data de vencimento da compra;
- data de vencimento das parcelas;
- valor da compra no vencimento;
- data de pagamento;
- valor de pagamento; e
- tipo de liquidação pelo cliente.

De posse dos dados destacados, os arquivos eletrônicos, recebidos em padrão previamente acordado, são inseridos no “Autorizador de Crédito”. Esse programa realiza, mediante parâmetros preestabelecidos, a análise de crédito automática de cada um dos clientes do Estabelecimento. Nessa etapa, são consultados, entre outros, os seguintes itens:

- confirmação do CNPJ/MF na Receita Federal;
- cálculo de parâmetros de performance (dias de atraso, prazos de pagamento de parcelas, inadimplência, etc.);
- verificação de restrições em órgãos de proteção ao crédito da empresa e dos avalistas/sócios;
- verificação da existência de limite de crédito; e
- tempo decorrido desde a fundação.

Em seguida, para os clientes aprovados, são determinados os respectivos limites de crédito. Caso o cliente não tenha sido aprovado por alguma inconsistência na análise do “Autorizador de Crédito”, este tem seu crédito negado ou encaminhado à mesa de crédito. Segundo informações da Administradora, aproximadamente 20% (vinte por cento) dos clientes analisados são direcionados à mesa de crédito.

Na mesa de crédito são realizadas análises mais rigorosas do cliente, com o intuito de confirmar informações apresentadas. Podem ser solicitados:

- apresentação de documentos dos avalistas/sócios, tais como carteira de identidade civil, carteira dos conselhos estadual e federal, carteira nacional de habilitação, carteira funcional com fé pública, etc.;
- confirmação do CPF/MF;
- apresentação de contrato social da empresa; e
- referências bancárias.

Além disso, pode ser feito um levantamento de problemas de inadimplência com o Estabelecimento.

7.1.3. Requisitos mínimos para a concessão do Cartão

Para clientes dos Estabelecimentos e futuros clientes do cartão, são obedecidos os seguintes requisitos mínimos:

- CPF/MF dos sócios sem restrições relevantes;
- CNPJ/MF da empresa sem restrições, tais como falência, recuperação judicial ou extrajudicial e ação executiva;
- Extrato(s) em aberto com tempo inferior a 5 (cinco) dias;
- Maior dia de atraso histórico com tempo não superior a 40 (quarenta) dias.

Adicionalmente, para os novos clientes dos Estabelecimentos, é exigido tempo de fundação superior a 6 (seis) meses.

7.1.4. Limites de crédito

Os limites de crédito são determinados de acordo com o Estabelecimento envolvido na operação. Podem ser atribuídos os seguintes limites aos clientes:

- Limite de compra (sem interveniência): calculado com base no comportamento de compras/pagamentos, na classificação de risco do *score* de crédito de compra e nos restritivos externos de cada cliente;
- Limite de rotativo: é uma porcentagem do limite de compra, com base na classificação de risco do *score* de crédito de rotativo de cada cliente;
- Limite de interveniência: é o limite de compra que o cliente terá, o qual é amparado em respectivo contrato de adesão firmado entre as partes. O principal pagador e garantidor desse limite é o próprio estabelecimento;
- Limite de saque: é uma porcentagem do limite de compra, com base na classificação de risco do *score* de crédito de saque de cada cliente.

7.1.5. Aumento do limite de crédito

O aumento do limite de compra será feito sempre pelo Estabelecimento mediante análise do comportamento de compra dos últimos meses.

7.2. POLÍTICA DE COBRANÇA

O pagamento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo será feito por cada Titular na rede de compensação bancária, conforme boleto bancário emitido pelo Banco Bradesco S.A.

Titulares em atraso têm bloqueadas suas novas compras de mercadorias junto ao Estabelecimento, conforme parâmetros estabelecidos por cada um dos Estabelecimentos.

Em caso de atraso, os seguintes procedimentos de cobrança são seguidos adicionalmente àqueles já adotados por cada Estabelecimento:

- a plataforma de cobrança da Supplier faz ligações entre 3 (três) e 5 (cinco) dias após o vencimento do Direito Creditório, cobrando o saldo devedor em aberto;
- em até 15 (quinze) dias do atraso, um arquivo com todos os Titulares nessa situação é enviado ao Serasa, que envia imediatamente uma comunicação a cada um dos Titulares, dando-lhes um prazo de 10 (dez) dias para que o saldo devedor em aberto seja quitado; e
- passado tal prazo, o nome do Titular passa a constar como devedor no PEFIN (sistema que centraliza informações de pendências financeiras) do Serasa.

A Cédula de Crédito Bancário (CCB) prevista no contrato de adesão do Titular é o instrumento de execução judicial.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

8. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

O resumo da estrutura do Programa de Securitização apresentado nesta Seção possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global dele, de modo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.

8.1. RESUMO DA ESTRUTURA

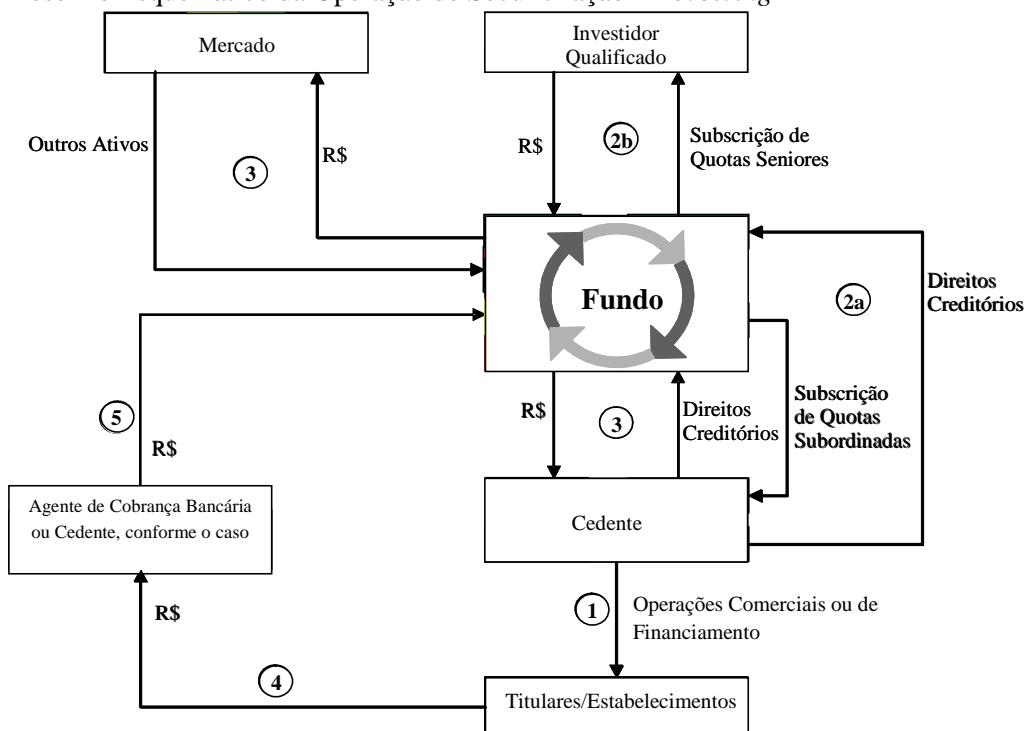
O Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observados os termos e as condições do Regulamento, a valorização de suas Quotas mediante a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios e de Outros Ativos. Os procedimentos para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade e a Condição de Cessão, encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização – Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão” deste Prospecto.

O Fundo adquirirá, em caráter continuado, Direitos Creditórios da Cedente utilizando-se dos recursos provenientes da integralização de Quotas e da liquidação dos ativos de sua titularidade pelas respectivas contrapartes.

8.2. DESENHO ESQUEMÁTICO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

Desenho Esquemático da Operação de Securitização – Revolving



Fluxo 1: Fluxo da Operação – “Revolving”.

1. Os Titulares/Estabelecimentos celebram com a Cedente Operações Comerciais de Cartão de Crédito ou Operações de Financiamento, vinculadas à utilização do Cartão pelos Titulares, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito ou, no caso os Titulares, refinanciam seu Saldo Remanescente por meio da Operação de Refinanciamento do Saldo Remanescente.
2. (a) A Cedente subscreve Quotas Subordinadas por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. (b) Posteriormente, o Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Seniores por investidores devidamente habilitados a adquirir as Quotas.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “2a” anterior e, no curso do Programa de Securitização, utilizando-se dos recursos provenientes do recebimento de valores decorrentes do pagamento de ativos de sua titularidade.
4. Os Titulares efetuam pagamento total ou parcial dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e/ou efetuam a contratação da Operação de Refinanciamento do Saldo Remanescente (item 1).
5. Os valores pagos pelos Titulares são acolhidos diretamente pela Cedente, e coletados e posteriormente transferidos, pelo Agente de Cobrança Bancária, para a Conta Corrente Centralizadora, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária e do Convênio de Cobrança. Os valores de titularidade do Fundo, depositados pelo Agente de Cobrança Bancária na Conta Corrente Centralizadora, são transferidos pela Cedente para a Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança. Na hipótese de contratação da Operação de Refinanciamento do Saldo Remanescente vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, os respectivos recursos são transferidos pela Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, diretamente para a Conta do Fundo.

O Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores, desde que a Razão de Garantia computada, *pro-forma*, a integralização, total ou parcial, das respectivas Quotas Seniores, seja igual ou inferior a 80% (oitenta por cento).

A Cedente não se encontra obrigada a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, tendo a prerrogativa de, a seu exclusivo critério, interromper os procedimentos de cessão. A ocorrência de tal evento poderá dar causa a um Evento de Resgate Antecipado e, por conseguinte, ao resgate antecipado das Quotas.

8.3. PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DE VALORES E ROTINAS DE REPASSE

No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo serão acolhidos e transferidos pela Cedente ao Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, da seguinte maneira:

- a) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamento vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão: (i) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; (ii) repassados às Cedentes nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; e (iii) transferidos, pelas Cedentes, nos termos do Convênio de Cobrança, para a Conta do Fundo, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrarem-se disponíveis para a Cedente;
- b) na hipótese de inadimplemento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos com coobrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, os valores pagos pelos Estabelecimentos serão: (i) acolhidos pelas Cedentes; e (ii) transferidos para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrarem-se disponíveis para as Cedentes;
- c) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, efetuados por meio de transferência eletrônica de fundos, serão acolhidos pelas Cedentes e subsequentemente transferidos diretamente, pela Cedente, para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrarem-se disponíveis para as Cedentes;
- d) a totalidade dos valores equivalentes ao refinanciamento automático do Saldo Remanescente, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser creditados pelas Cedentes, diretamente na Conta do Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data da concessão do financiamento automático do Saldo Remanescente, na forma prevista no Contrato de CardMember; e/ou
- e) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamento vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, exceto quando do pagamento no valor mínimo ou de refinanciamento do Saldo Remanescente que deverão ser pagos às Cedentes, efetuados em dinheiro e/ou em cheque poderão ser pagos pelos Titulares, por meio de boleto bancário, diretamente na Conta do Fundo.

Conforme estabelecido no Contrato de Cobrança Bancária, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação ou de um Evento de Resgate Antecipado, a Administradora, a seu exclusivo critério e independentemente de justificativa prévia, poderá solicitar ao Agente Cobrador Bancário que a totalidade dos valores por ele arrecadados nos termos do Contrato de Cobrança Bancária sejam creditados única e exclusivamente na Conta do Fundo.

Conforme disposto no Contrato de Cobrança Bancária, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, nomeia e constitui a Cedente sua bastante procuradora, enquanto existirem Quotas em Circulação, para praticar os atos necessários à implementação da Política de Cobrança, incluindo os procedimentos referentes à cobrança extrajudicial dos respectivos créditos, sendo expressamente vedada a prática de qualquer ato não previsto no respectivo instrumento.

A Cedente não poderá, sem a anuência prévia e por escrito da Administradora, conceder qualquer benefício aos Titulares, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, e que não esteja previsto na Política de Cobrança.

Caso os Titulares venham a efetuar pagamentos em valores inferiores aos indicados nos respectivos Demonstrativos de Pagamento, excetuados os casos de Operação de Refinanciamento do Saldo Remanescente, a Cedente, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember, estornará o respectivo crédito em favor Titular, no Demonstrativo de Pagamento subsequente, e, portanto, não considerará qualquer valor pago. Nesse sentido, não repassará qualquer valor ao Fundo. Caso os Direitos Creditórios representados naquele respectivo Demonstrativo de Pagamento venham a ser considerados como perda, conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.689, e existam recursos não estornados pela Cedente ao Titular, nos termos descritos neste item, caberá à Cedente repassar a eventual quantia não estornada ao Fundo, observado o critério *pro rata* com relação aos Direitos Creditórios representados naquele Demonstrativo de Pagamento não quitado.

8.4. PROCEDIMENTO DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis da respectiva Cedente, observados os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (i) em moeda corrente nacional e/ou (ii) por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o Fundo atenda, cumulativamente, aos índices e parâmetros dispostos no Regulamento, observados os prazos para regularização definidos no Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros ora referidos.

No curso ordinário do Programa de Securitização, observado o disposto no Contrato de Cessão, a Cedente colocará à disposição do Custodiante, até às 11:30 horas de cada Data de Oferta, o *Layout* contendo as Informações dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo, inclusive indicando a existência ou não de coobrigação por parte do Estabelecimento com relação a cada um dos Direitos Creditórios arrolados no *Layout*. Por conseguinte, a Administradora informará ao Custodiante, até às 11:00 horas de cada Data de Oferta, o Potencial de Cessão, a Taxa de Desconto, assim como as contrapartidas que serão utilizadas na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis (i.e., moeda corrente nacional e/ou Quotas Subordinadas).

Após o recebimento das informações anteriormente referidas, o Custodiante (i) verificará quais Direitos Creditórios identificados no respectivo *Layout* atendem aos Critérios de Elegibilidade e (ii) colocará à disposição da Administradora e da Cedente, por meio da Interface de Cessão, a partir das 13:30 horas da Data de Oferta, o Aceite Eletrônico de Cessão, contendo os termos e as condições da respectiva cessão, o relatório sintético com a relação dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis, individualmente identificados, no mínimo, pelas Informações dos Direitos Creditórios, a respectiva Taxa de Desconto (conforme previamente informada pela Administradora) e o respectivo preço de aquisição.

Após o envio do Aceite Eletrônico de Cessão, nos termos definidos anteriormente, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, confirmará ao Custodiante, por meio da Interface de Cessão, sua concordância com a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis e solicitará ao Custodiante para que efetue, por conta e ordem do Fundo, o pagamento do Preço de Aquisição, nos termos do Contrato de Cessão, que deverá ser feito até as 17:00 horas da Data de Oferta.

Quando da escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis constantes do(s) *Layout(s)* enviado(s) pela Cedente, em cada Data de Oferta, o Custodiante partirá sempre do Direito Creditório de maior valor nominal e de prazo mais longo.

Caso o somatório do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis seja superior ao Potencial de Cessão aplicável na ocasião e o valor excedente ao Potencial de Cessão não seja integralmente utilizado como integralização de Quotas Subordinadas, a critério da Cedente, o Custodiante deverá excluir Direitos Creditórios, partindo sempre do último Direito Creditório Elegível escolhido, até que o Preço de Aquisição constante do relatório enviado à Cedente atinja valor igual ou imediatamente inferior ao respectivo Potencial de Cessão, acrescido do valor utilizado como integralização de Quotas Subordinadas na ocasião, se for o caso.

A cessão de Direitos Creditórios da respectiva Cedente ao Fundo será considerada perfeita e acabada somente após a impositação, pela Administradora, por meio da Interface de Cessão, de sua concordância com a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis e do pagamento do Preço de Aquisição à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão. É facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação ou de Evento de Revisão anteriormente ao pagamento do Preço de Aquisição.

A cessão formalizada na forma descrita neste item transferirá ao Fundo, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação da respectiva Cedente e de suas Afiliadas, a plena titularidade dos Direitos Creditórios e de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, inclusive seguros, ou títulos que os representem.

Efetuada o pagamento, a Cedente outorgará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao pagamento da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis identificados no correspondente Aceite Eletrônico de Cessão.

Os Direitos Creditórios que não atendam aos Critérios de Elegibilidade poderão ser reofertados em data posterior, devendo, na ocasião, ser objeto de novo procedimento de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

As Cedentes e o Fundo poderão celebrar cessões de 1 (um) ou mais Direitos Creditórios referentes à mesma Operação Parcelado Emissor e/ou Saque. É vedada a realização de cessões de frações do valor nominal de Direitos Creditórios.

8.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÃO DE CESSÃO

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios cujas informações sejam transmitidas pela Cedente, com auxílio da Consultora Especializada, ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) não terem prazo de vencimento superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, contado da Data de Aquisição, observado que é permitido que até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo contenha Direitos Creditórios com prazo de vencimento de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contado da Data de Aquisição;
- b) o respectivo Titular não se encontrar com uma Operação de Financiamento Inadimplente perante o Fundo;
- c) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devido pelo respectivo Titular, resultar em um valor igual ou inferior a: (i) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo Titular não esteja coberto por Apólice de Seguro; ou (ii) 4% (quatro por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo Titular esteja coberto por Apólice de Seguro;
- d) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, originado pelo Estabelecimento Bunge, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.046.101/0001-93, resultar em um valor igual ou inferior a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião;
- e) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, originado pelos demais Estabelecimentos, resultar em um valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido na ocasião, sendo que, passados 18 (dezoito) meses do Início das Atividades, esse percentual deverá ser, no máximo, 40% (quarenta por cento), observada a alínea (d) anterior;
- f) o respectivo Titular, não coberto por Apólice de Seguro, na Data de Aquisição, não apresentar registros de apontamentos negativos de cadastro no Serasa em valor agregado igual ou superior a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- g) o respectivo Estabelecimento não se encontrar inadimplente com o Fundo em relação a coobrigação por esse prestada vinculada a Direito Creditório de titularidade do Fundo, seja integral ou parcial, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- h) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de Refinanciamento Automático, de titularidade do Fundo, seja igual ou inferior a 5% (cinco por cento); e
- i) o prazo médio de vencimento das parcelas dos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos Creditórios pretendida pelo Fundo, não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, calculado conforme a fórmula abaixo:

$$PMC = \frac{[\sum_1^n (VN_d \times N_d)] + (VND \times ND)}{VN_e + VND}$$

onde:

PMC	é o prazo médio da carteira de Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, em número inteiro de dias, obtido pelo arredondamento do resultado da fórmula;
VN_d	é o valor nominal de cada parcela do Direito Creditório de propriedade do Fundo na Data de Aquisição, exceto aqueles que, na Data de Aquisição, estejam vencidos e não pagos;
N_d	é o número de dias compreendidos entre a data do dia de apuração do saldo da carteira e a data de vencimento, inclusive, da respectiva parcela do Direito Creditório;
VND	é o valor nominal da parcela do Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo;
ND	é o número de dias compreendidos entre a Data de Aquisição e a data de vencimento, inclusive, do Direito Creditório a ser adquirido; e
VN_t	é o somatório do valor nominal das parcelas dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo na Data de Aquisição, exceto aqueles que, na Data de Aquisição, estejam vencidos e não pagos.

A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade previstos nas alíneas (c) e (d) acima, serão efetuados pelo Custodiante, mediante identificação do Titular e/ou do Estabelecimento, conforme o caso, informados pela Cedente, com auxílio da Consultora Especializada, no respectivo Layout.

Caberá à Cedente, verificar que o Fundo não possui exposição por Titular, nos termos da alínea (c) acima, considerando o grupo econômico do Titular, ou seja, grupo de empresas controladas e controladoras do Titular.

A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade previstos nas alíneas (c) e (d) acima serão verificados pelo Custodiante, somente a partir de 01 de dezembro de 2008.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios com seguro, nos termos da alínea (c) acima, que tenham sido selecionados previamente pela Cedente, com o auxílio da Consultora Especializada, e validados pelo Gestor, que sejam cobertos por Apólice de Seguros, sendo esta a “Condição de Cessão”.

A Condição de Cessão prevista acima somente deverá ser validada pelo Gestor quando da assunção pela Supplier Assessoria das funções de gestão da carteira do Fundo.

Caberá exclusivamente à Cedente, verificar se o Titular do respectivo Direito Creditório a ser ofertado ao Fundo está devidamente coberto pela Apólice de Seguro, bem como incluir tal informação no respectivo no Layout.

8.6. VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA CONDIÇÃO DE CESSÃO

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e pela operacionalização de todas as rotinas e procedimentos necessários à aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, que sejam de sua estrita responsabilidade.

A Cedente, com o auxílio da Consultora Especializada e validação do Gestor serão responsáveis pela verificação dos Direitos Creditórios à Condição de Cessão.

Desde que observados os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, as verificações do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e da Condição de Cessão, realizadas pelo Custodiante e pela Cedente, respectivamente, serão consideradas como definitivas. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão ou direito de regresso contra a Administradora, o Custodiante, a Supplier Assessoria, os Distribuidores, as Cedentes, a Supplier, e/ou qualquer de suas Afiliadas.

8.7. INEXISTÊNCIA DE COOBRIGAÇÃO

A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação de qualquer das Cedentes, ou da Supplier, mesmo na hipótese da Supplier não ser uma Cedente, e/ou de qualquer de suas Afiliadas. As Cedentes, a Supplier, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos nem pela solvência dos Titulares ou Estabelecimentos, conforme o caso, sendo apenas responsáveis pela existência, Liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, observados os termos deste Prospecto, do Regulamento e do Contrato de Cessão.

8.8. PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS

Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo Fundo à Cedente, à vista, por meio das contrapartidas definidas no respectivo Aceite Eletrônico de Cessão, apurado pela Administradora e colocado à disposição das Partes pelo Custodiante na Interface de Cessão, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PADC = \frac{VDC}{\left[(1 + TD)^{\frac{N}{252}} \right]};$$

onde:

PADC = preço de aquisição de cada Direito Creditório;

VDC = valor nominal de cada Direito Creditório;

TD = Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano (exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TD = 0,20); e

N = número de dias entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º (primeiro) dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Após a impositação, pela Administradora, por meio da Interface de Cessão, de sua concordância com a respectiva cessão de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão, o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, observadas as condições estabelecidas pela Administradora no respectivo Aceite Eletrônico de Cessão, efetuará o pagamento do Preço de Aquisição, conforme o caso, em moeda corrente nacional, exclusivamente por meio de crédito das quantias devidas, na Conta da Cedente, e/ou lançará o respectivo número de Quotas Subordinadas na conta de depósito de titularidade da Cedente.

A parcela do valor total do preço de aquisição a ser paga à Cedente, em moeda corrente nacional, é limitada ao valor do Potencial de Cessão aplicável na ocasião.

Em 30 de junho de 2011, para cálculo do preço de aquisição, o Fundo utilizava Taxa de Desconto equivalente a 30% (trinta por cento).

8.9. TAXA MÍNIMA DE DESCONTO

Nas cessões do Fundo será observada a seguinte Taxa Mínima de Desconto:

$$TMD = (ESM + 1) \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) + 1 \right\}^{252} - 1;$$

onde:

TMD = Taxa Mínima de Desconto, expressa na forma decimal ao ano.

ESM = Valor mínimo do Excesso de *Spread*, conforme estabelecido no Regulamento.

DI_{T-1} = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data “t” de apuração da Taxa Mínima de Desconto. Exemplo: se a Taxa DI do Dia Útil anterior for 13,00% ao ano, então DI_{T-1} = 13,00.

Spread = Valor atribuído ao *Spread*, conforme disposto no Regulamento.

8.10. OPÇÕES DE COMPRA E MODIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE TITULARIDADE DO FUNDO

Durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, a Cedente poderá adquirir do Fundo, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, qualquer Direito Creditório relativo a uma Operação de Financiamento Inadimplente, desde que, considerada, *pro-forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda à Razão de Garantia, à Alocação Mínima de Investimento e ao Excesso de *Spread* e não

estejam sendo implementados quaisquer dos procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Liquidação, Evento de Revisão e/ou Evento de Resgate Antecipado, devendo essa análise ser realizada pela Administradora. Caso a Cedente exerça a opção de compra aqui referida, ela deverá comunicar sua intenção à Administradora, por meio eletrônico, com cópia para o Custodiante, identificando quais Direitos Creditórios deseja adquirir e indicando o nome e a qualificação do fundo dos respectivos créditos, sempre observado o disposto no Regulamento. A aquisição dos Direitos Creditórios será formalizada por meio do Termo de Recompra.

Durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, a Cedente poderá adquirir do Fundo, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, qualquer Direito Creditório relativo a uma Operação de Financiamento Adimplente, desde que, considerada *pro-forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda à Razão de Garantia, à Alocação Mínima de Investimento e ao Excesso de *Spread* e não estejam sendo implementados quaisquer dos procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Liquidação, Evento de Revisão e/ou Evento de Resgate Antecipado e o valor agregado dos preços de aquisição dos Direitos Creditórios Adimplentes, adquiridos pela Cedente nos termos aqui descritos, calculado para o período de 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à respectiva data de pagamento, não seja superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, sempre observado o disposto no Regulamento, devendo essa análise ser realizada pela Administradora. Nesse sentido, a aquisição dos Direitos Creditórios será formalizada por meio do Termo de Recompra.

O preço de aquisição do Direito Creditório, para efeito do exercício das opções de compra ora previstas, será pago à vista, em dinheiro, na data de celebração do Termo de Recompra, por meio de crédito dos valores devidos na Conta do Fundo. O preço de aquisição dos referidos Direitos Creditórios Adimplentes será equivalente ao seu Preço de Aquisição ajustado pela mesma Taxa de Desconto aplicada quando de sua aquisição até a data de recompra. O preço de aquisição dos referidos Direitos Creditórios Inadimplentes será equivalente ao seu valor adquirido, já considerados os rendimentos apropriados até a data do pagamento e as respectivas provisões por atraso no pagamento definidas por meio da aplicação dos critérios estabelecidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682, e suas alterações posteriores, sendo que ele, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a R\$ 0,01 (um centavo de real).

Sem prejuízo das opções de compra, a Cedente terá o direito de preferência, caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição dos respectivos ativos pela Cedente deverá ser igual ou superior ao preço de compra oferecido à Administradora, em caráter vinculante e de boa fé pelo terceiro interessado, observado o disposto no Regulamento.

Caso (i) o cheque utilizado pelo Titular e/ou qualquer coobrigado no pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo seja, por qualquer motivo, devolvido e (ii) uma das Cedente informe ao Custodiante que o respectivo Demonstrativo de Pagamento foi devidamente liquidado total ou parcialmente e, conseqüentemente, nos termos do Convênio de Cobrança, transfira ao Fundo os valores equivalentes ao respectivo Demonstrativo de Pagamento, fica desde já estabelecido que, nos termos do disposto no inciso I do artigo 347 e no artigo 348 do Código Civil brasileiro, a Cedente se sub-rogará em todos os direitos e prerrogativas do Fundo referentes ao respectivo Direito Creditório, sendo assim, considerados como automaticamente cedidos às Cedentes. Nesta hipótese, a Cedente deverá enviar ao Custodiante, no prazo de até 7 (sete) Dias

Úteis, contado do crédito dos respectivos valores na Conta do Fundo, um relatório, cujo formato será definido de comum acordo entre a Cedente e o Custodiante, contendo as informações mínimas necessárias para que o Custodiante possa identificar em seus sistemas quais Direitos Creditórios foram objeto da sub-rogação indicada.

8.11. PROCEDIMENTOS DE REGISTRO

No curso do Programa de Securitização, a Administradora deverá providenciar, quinzenalmente, diretamente ou por meio de seus Agentes, a lavratura, por instrumento público, perante o 18º Tabelião de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado de todos os demonstrativos colocados à sua disposição pelo Custodiante, pelo prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as Informações dos Direitos Creditórios cedidos, em cada período, pela Cedente ao Fundo.

A Administradora deverá providenciar a lavratura, por instrumento público, perante o 18º Tabelião de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado de todos os demonstrativos colocados à sua disposição pelo Custodiante, pelo prazo de 15 dias, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as Informações dos Direitos Creditórios cedidos pela Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, referentes aos Direitos Creditórios que não tenham sido objeto dos procedimentos referidos, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contado da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação ou de um Evento de Resgate Antecipado.

A Administradora poderá firmar os Termos de Cessão Consolidados, por conta e ordem da Cedente, utilizando-se dos poderes outorgados na procuração irrevogável, devendo encaminhar à Cedente cópia e/ou certidão do respectivo Termo de Cessão Consolidado, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação neste sentido enviada pela Cedente solicitando o envio dos respectivos documentos. Os custos relacionados com a preparação das cópias ou certidões, serão por esta prévia e integralmente adiantados à Administradora ou diretamente pagos pela Cedente.

8.12. CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DA CESSÃO

Considerar-se-á resolvida a cessão de todos os Direitos Creditórios referentes a cada Operação de Financiamento, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso, notificação à Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- a) cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não venha a ser realizado pelo respectivo Titular em virtude (i) de rejeição ou devolução do produto cuja venda tenha originado tal Direito Creditório, por força de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (ii) do não recebimento de tal produto;
- b) caso fique caracterizada a inexistência do negócio subjacente;

- c) que o respectivo Direito Creditório venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de direitos sobre tal crédito previamente à sua aquisição pelo Fundo;
- d) caso não seja verificada a constituição apropriada de documentos e/ou títulos para a sua cobrança, administrativa ou judicial; ou, ainda,
- e) nas hipóteses em que o pagamento de um Direito Creditório venha a se frustrar, por qualquer motivo que seja, desde que a Cedente tenha dado causa a esse fato.

A Cedente está obrigada a restituir ao Fundo, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado da data: (i) em que a Cedente tiver tomado conhecimento da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão; ou (ii) do recebimento da comunicação, encaminhada pelo Fundo, informando-a da ocorrência do respectivo evento, o preço de aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, cuja cessão tiver sido resolvida, apurado na forma do Contrato de Cessão, atualizado *pro-rata temporis*, desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na aquisição do respectivo Direito Creditório.

8.13. EVENTOS DE REVISÃO

Conforme definidos no Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer evento que implique em modificação do Controle das Cedentes ou da Supplier, em relação ao que prevalecia à época da celebração do Contrato de Cessão, à exceção de reorganizações societárias entre Pessoas do mesmo conglomerado econômico das Cedentes ou da Supplier;
- b) caso se verifique qualquer falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelas Cedentes ou pela Supplier, nos termos do Contrato de Cessão, que possa comprometer, de maneira adversa, a exclusivo critério da Administradora, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas do Fundo;
- c) caso qualquer das alterações ao Contrato de Cartão de Crédito, ao Contrato de CardMember, à Política de Concessão de Crédito e/ou à Política de Cobrança, informadas pela Cedente à Administradora, nos termos do Contrato de Cessão, possa afetar, de maneira adversa, a exclusivo critério da Administradora, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização;
- d) caso qualquer das deliberações dos órgãos de administração da Cedente, informadas à Administradora, nos termos do Contrato de Cessão, possa afetar, de maneira adversa, a exclusivo critério da Administradora, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização;
- e) existência de indícios de que a Cedente tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com o disposto no Contrato de Cessão;

- f) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer, de maneira adversa, a exclusivo critério da Administradora, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas do Fundo;
- g) existência de indícios de que a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas se encontre(m) inadimplente(s) no cumprimento de qualquer operação de natureza financeira em que qualquer das Pessoas referidas seja parte e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios mencionados, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da respectiva Pessoa, apurado em 31 de dezembro do ano civil imediatamente anterior à data de ocorrência do respectivo evento, excetuados os que: (i) tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação; e/ou (ii) tenham seus efeitos suspensos, nos termos da lei;
- h) tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pela Cedente ou sacados contra ela, e/ou qualquer de suas Afiliadas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que: (i) tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação; e/ou (ii) tenham seus efeitos suspensos, nos termos da lei;
- i) caso seja ajuizada contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da respectiva Pessoa, apurado em 31 de dezembro do ano civil imediatamente anterior à data de ocorrência do respectivo evento, excetuando os casos em que: (i) tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, (ii) tenham sido constituídas garantias, e/ou (iii) tenham seus efeitos suspensos, nos termos da lei;
- j) descumprimento pela Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Liquidação, Evento de Revisão e/ou Evento de Resgate Antecipado, desde que tal descumprimento: (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando à Cedente da ocorrência do respectivo evento; e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora, comprometer, de maneira adversa, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas do Fundo;
- k) caso os Titulares, por qualquer motivo, não possam efetuar o pagamento de seus Demonstrativos de Pagamento;
- l) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas, cujo valor dos referidos bens seja superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da respectiva Pessoa, apurado em 31 de dezembro do ano civil imediatamente anterior à data de ocorrência do respectivo evento;

- m) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Cedente;
- n) caso os recursos acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário não sejam transferidos para a Cedente e/ou para o Fundo, na forma estabelecida no Contrato de Cobrança Bancária;
- o) caso a Cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Bacen e do CMN; ou
- p) a não entrega, pela Cedente, das notas fiscais que comprovem a aquisição das mercadorias pelos Titulares, nos termos do Contrato de Cessão.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão, deverão ser observados os procedimentos definidos no Regulamento.

8.14. EVENTOS DE RESGATE ANTECIPADO

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Resgate Antecipado quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de referida notificação;
- b) inobservância por qualquer uma das Cedentes, pelo Gestor ou pela Consultoria Especializada de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, a Cedente, o Gestor ou a Consultoria Especializada inadimplente não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- c) inobservância por qualquer uma das Cedentes ou do Gestor, quanto à cessão ao Fundo, de Direitos Creditórios que não atenda à Condição da Cessão;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Seniores em mais de 2 (dois) subníveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- e) resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- f) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- g) resilição do Contrato de Cobrança ou renúncia da(s) Cedente(s) que representem 50% (cinquenta por cento) dos Direitos Creditórios Elegíveis do Fundo dos últimos 3 (três) meses;

- h) resilição de qualquer dos Documentos da Securitização por qualquer Pessoa, sem que outra(s) Pessoa(s) assumam integralmente as atribuições ali estabelecidas nos termos ali definidos;
- i) descumprimento pelo Agente Cobrador Bancário de qualquer de suas obrigações definidas no Contrato de Cobrança Bancária, que não seja sanado nos prazos ali assinalados, que possa, a exclusivo critério da Administradora, comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização;
- j) interrupção ou mudança significativa nos procedimentos de recebimento e transferência de valores previstos no Convênio de Cobrança e/ou no Contrato de Cobrança Bancária, e tal evento possa, a critério exclusivo da Administradora, afetar a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização;
- k) renúncia da Administradora ou do Gestor, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição, nos termos do Regulamento;
- l) caso haja um acréscimo da Taxa DI acima de 50% (cinquenta por cento) em relação à Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- m) caso o Fundo deixe de atender à Reserva de Caixa, à Reserva de Liquidez, à Alocação Mínima de Investimento, e/ou Razão de Garantia e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data em que se verificar o desenquadramento;
- n) caso o Fundo deixe de atender ao Excesso de *Spread* em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Excesso de *Spread*. Não será exigido o atendimento da obrigação contida neste subitem durante os 2 (dois) primeiros meses subsequentes à 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;
- o) caso o DCV, o DCV30, o DCV120, o DCV180 ou o Índice de Refinanciamento, apurado pela Administradora em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 6% (seis por cento), a 7% (sete por cento) ou a 50% (cinquenta por cento), respectivamente;
- p) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor para as Quotas Seniores, nos termos do Regulamento;
- q) caso qualquer uma das Cedentes deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou de enviar o *Layout* ao Custodiante, nos termos do Regulamento;
- r) caso ambas as Cedentes informem sua decisão de interromper definitivamente os procedimentos de cessão de Direitos Creditórios, conforme previsto no Regulamento;

- s) caso os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, deliberem que o fechamento do Fundo para resgates é um Evento de Resgate Antecipado, nos termos do Regulamento;
- t) caso ocorra qualquer Evento de Revisão, que não seja, caso aplicável, sanado nos prazos estabelecidos no Contrato de Cessão;
- u) existência de indícios de que qualquer uma das Cedentes tenha cedido Direitos Creditórios sem lastro em uma Operação Parcelado Emissor, Operação de Antecipação, Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente e/ou Saque; ou
- v) decretação de falência, de autofalência ou de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer Estabelecimento, desde que a soma dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e vinculados ao respectivo Estabelecimento represente 15% (quinze por cento) ou mais do total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Resgate Antecipado, a Administradora deverá: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, (ii) suspender, de imediato, o resgate de Quotas e o recebimento de quaisquer solicitações de resgate de Quotas; (iii) convocar a Assembleia Geral, nos termos do Regulamento, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Resgate Antecipado, para que ela se reúna no prazo máximo de 20 (vinte) dias; (iv) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (v) se assim dispuser a Assembleia Geral, iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, conforme disposições constantes no Regulamento e na regulamentação vigente.

Vide Regulamento – Capítulo XXIII – “Dos Eventos de Liquidação e Dos Eventos de Resgate Antecipado”.

8.15. EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

São Eventos de Liquidação, os quais ensejam a liquidação automática do Fundo, a ser efetuada nos termos do Regulamento:

- a) caso o Fundo não possua recursos suficientes para realizar o resgate tanto das Quotas Seniores Resgatadas quanto das Quotas Seniores Postergadas, conforme solicitado pelos Quotistas, nas datas, prazos e termos constantes do Regulamento;
- b) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- c) requerimento de (i) autofalência, (ii) recuperação judicial ou extrajudicial, ou (iii) intervenção de qualquer uma das Cedentes e/ou de qualquer de suas Afiliadas, conforme o caso; e
- d) decretação de falência, intervenção, regime especial de administração temporária, liquidação, ou evento assemelhado de qualquer uma das Cedentes e/ou de qualquer de suas Afiliadas, conforme o caso.

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Liquidação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou a seus representantes, (ii) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (iii) iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, primeiramente efetuando o resgate das Quotas Seniores, considerado proporcionalmente os investimentos no Fundo, conforme disposições constantes do Regulamento e da regulamentação vigente, e por conseguinte, o resgate das Quotas Subordinadas. Nessa hipótese, o valor de cada evento de resgate fracionado por Quotista, tanto para os Quotistas Seniores quanto para os Quotistas Subordinados, não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo e/ou a solicitação forem menores que esse valor.

Adicionalmente, a Administradora, em nome do Fundo, deverá iniciar os procedimentos de resgate para a liquidação acelerada do Fundo quando restarem 12 (doze) meses para o prazo final de duração do Fundo, conforme o Regulamento, observadas, se for o caso, eventuais prorrogações. Para tanto, a Administradora, no início do referido prazo, realizará *mutatis mutandis* os procedimentos definidos no parágrafo anterior até que se proceda ao completo resgate das Quotas, observados os demais termos do Regulamento.

Vide Regulamento – Capítulo XXIII – “Dos Eventos de Liquidação e Dos Eventos de Resgate Antecipado”.

8.16. RAZÃO DE GARANTIA, ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E EXCESSO DE SPREAD

Enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 80% (oitenta por cento), a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) e o Excesso de *Spread* deverá ser, no mínimo, equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano, todos calculados na periodicidade e na forma definidas no Regulamento.

Através da Razão de Garantia, a proporção do valor das Quotas Seniores em Circulação em relação ao valor do patrimônio líquido do Fundo é diariamente monitorada, a fim de que os Quotistas possam controlar a capacidade do Fundo de cumprimento pontual dos resgates de Quotas Seniores, nos termos e condições previstos no Regulamento.

Já a Alocação de Investimento Mínima é responsável por monitorar o cumprimento, pelo Fundo, da alocação de valores correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos Creditórios.

Por fim, a capacidade financeira do Fundo para realizar os resgates de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, também é controlada através do Excesso de *Spread*.

8.17. ÍNDICES DO FUNDO EM JUNHO DE 2011

Índice	%	Índice de referência no Regulamento
Alocação de Investimento Mínima	56,46%	No mínimo 50%
Razão de Garantia	60,70%	No máximo 80%
Excesso de <i>Spread</i> *	13,09%	No mínimo 5% ao ano

Fonte: Administradora.

* Calculado no 5º Dia Útil de Junho de 2011, 07/06/2011.

8.18. REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA E DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO

A Administradora deverá enviar às Cedentes, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento, observado o disposto no Regulamento, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelas Cedentes à Administradora, impreterivelmente até o 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, a respectiva Cedente deverá:

- a) informar se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo *Layout* ao Custodiante;
- b) informar sua intenção em re-enquadrar a Razão de Garantia e/ou a Alocação Mínima de Investimento aos parâmetros definidos no Regulamento, por meio do Resgate Antecipado Compulsório, observados os procedimentos definidos no Regulamento. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, a Cedente deverá indicar o valor do Resgate Antecipado Compulsório, a ser implementado pela Administradora no curso dos procedimentos definidos no Regulamento, e o novo valor do patrimônio líquido em que a Cedente reenquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no Regulamento; ou
- c) interromper definitivamente os procedimentos de cessão definidos no Contrato de Cessão.

Na hipótese do subitem “a” deste item, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro-forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros definidos no Regulamento.

Na hipótese do subitem “b” deste item, a Administradora, caso necessário, dará início aos procedimentos estabelecidos no Regulamento, com vista ao Resgate Antecipado Compulsório.

Vide Regulamento, Capítulo XXIV – “Do Reenquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e da Alocação Mínima de Investimento”.

8.19. RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO

Para o reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, ou, ainda, para os termos e efeitos do parágrafo a seguir, a Administradora, a seu exclusivo critério, procederá ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independente de realização de Assembleia Geral, de todas as Quotas Seniores em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado nos termos do Regulamento, de forma que, computada, *pro-forma*, o resgate pretendido, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento.

A Cedente poderá notificar a Administradora acerca de sua pretensão, temporária, de não mais ceder Direitos Creditórios ao Fundo até que esse reduza, por meio de Resgate Antecipado Compulsório, seu patrimônio líquido ao patamar indicado na respectiva notificação, hipótese em que deverão ser observados os procedimentos definidos no parágrafo anterior.

Nos termos deste item, a Administradora deverá realizar o Resgate Compulsório Antecipado, inteiro ou fracionado, até que o patrimônio líquido do Fundo atinja o patamar indicado na mencionada notificação, sendo obrigatório, para que seja retomada a compra de Direitos Creditórios pelo Fundo, que se encontrem atendidos pelo Fundo, concomitantemente, aos parâmetros definidos no Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos descritos anteriormente, a Administradora deverá informar imediatamente aos Quotistas, ou a seus representantes, conforme endereço cadastrado na forma do Regulamento, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, assim como a razão da antecipação dos resgates, conforme o caso, e o valor total do respectivo resgate devido a cada Quotista.

Vide Regulamento, Capítulo XXV – “Dos Eventos Antecipado Compulsório”.

8.20. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

Para efeito do disposto no inciso VI, alínea (c), do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas Seniores referida no Regulamento, existam Quotas Seniores em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro-forma*, observado o disposto no Regulamento. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão observar ao disposto no Regulamento.

Antes da realização dos procedimentos anteriormente mencionados, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de informar o resultado

do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil a seguir referido.

Para fins do disposto neste item, os Direitos Creditórios dados em dação em pagamento pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da respectiva Assembleia Geral. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante, por meio de seu Agente contratado para prestação de serviço de custódia física, fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo mencionado, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

Antes da implementação dos procedimentos de dação em pagamento, a Cedente terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, deduzido dos Outros Ativos, se for o caso, e acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. A Cedente poderá exercer a opção de compra no prazo decadencial de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando a Cedente do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão observar o disposto no Regulamento. Na hipótese de a Cedente optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos anteriormente referidos.

Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos aqui descritos deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo XXVI – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.

8.21. ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da 1ª (primeira) data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados na Conta do Fundo, a alocar os

recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento de despesas e dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) no pagamento de dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações;
- c) no resgate de Quotas Seniores Postergadas, observados os termos e as condições do Regulamento, conforme aplicável;
- d) no resgate de Quotas Seniores Resgatadas, observados os termos e as condições do Regulamento;
- e) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa e da Reserva de Liquidez;
- f) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- g) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- h) no pagamento da Taxa de Performance, quando for o caso; e
- i) no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo XXII – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.

8.22. DIREITOS CREDITÓRIOS

8.22.1. Pré-Pagamentos, Atrasos, Refinanciamentos, Perdas e Inadimplência dos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo

As Cedentes atuam, por conta e ordem do Fundo, como agente cobrador dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento Inadimplentes. Nem a Administradora, nem as Cedentes poderão atuar de forma diversa da disposta no Regulamento, no Contrato de Cobrança e na Política de Cobrança.

Quando há pré-pagamento, o Titular efetua o pagamento dos Direitos Creditórios ainda não vencidos, pelo seu respectivo valor presente na ocasião. Ainda, a Cedente não cobra qualquer taxa de liquidação antecipada das Operações de Financiamento, fato este que não resulta em impacto para o Fundo.

No refinanciamento, o Saldo Devedor é refinanciado mediante a celebração de nova operação. Nos termos do Regulamento, a totalidade dos valores equivalentes a Operação de Refinanciamento do Saldo Devedor, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devem ser creditados pelas Cedentes, diretamente na Conta do Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data da concessão do respectivo refinanciamento, na forma prevista no Contrato de CardMember.

A quantidade de refinanciamentos dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo é monitorada, em cada Data de Verificação, pelo Índice de Refinanciamento.

O Índice de Refinanciamento corresponde ao valor apurado em cada Data de Verificação pela Administradora, com base nas informações colocadas à disposição pelo Custodiante, no site *itaucustodia*, mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$\text{Índice de Refinanciamento} = \text{SDCRF} / \text{SDCR},$$

onde:

SDCRF = somatório dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, por meio do procedimento de refinanciamento do Saldo Devedor, nos termos do Regulamento, durante o mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Refinanciamento; e

SDCR = somatório dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, por qualquer dos procedimentos referidos no Regulamento, durante o mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Refinanciamento (se Índice de Refinanciamento é igual à 0,15, então Índice de Refinanciamento é 15%).

A tabela a seguir mostra os Índices de Refinanciamento apurados pela Administradora de setembro de 2007 a junho de 2011:

Data	SDCRF	SDCR	% Refinanciamento	Máximo <= 50%
10/9/2007	134.084,85	3.795.866,51	3,53%	Enquadrado
5/10/2007	364.224,38	11.120.064,87	3,28%	Enquadrado
8/11/2007	834.776,05	20.101.714,45	4,15%	Enquadrado
7/12/2007	728.959,39	17.166.969,69	4,25%	Enquadrado
8/1/2008	590.216,76	13.868.865,63	4,26%	Enquadrado
11/2/2008	3.200.150,31	17.700.944,39	18,08%	Enquadrado
7/3/2008	1.928.467,05	11.730.810,93	16,44%	Enquadrado
7/4/2008	2.916.619,19	15.478.839,62	18,84%	Enquadrado
8/5/2008	3.656.454,26	21.631.407,31	16,90%	Enquadrado

6/6/2008	3.320.332,64	19.773.637,01	16,79%	Enquadrado
7/7/2008	2.896.419,88	22.524.784,84	12,86%	Enquadrado
7/8/2008	5.402.864,14	35.425.199,70	15,25%	Enquadrado
5/9/2008	3.991.341,51	31.637.221,19	12,62%	Enquadrado
7/10/2008	4.730.925,08	41.948.177,55	11,28%	Enquadrado
7/11/2008	5.730.459,89	52.929.401,06	10,83%	Enquadrado
5/12/2008	5.077.916,42	37.320.117,29	13,61%	Enquadrado
8/1/2009	7.368.670,64	48.214.196,63	15,28%	Enquadrado
6/2/2009	6.489.314,92	45.483.095,11	14,27%	Enquadrado
6/3/2009	4.482.452,46	37.513.674,34	11,95%	Enquadrado
7/4/2009	8.316.925,74	59.457.048,40	13,99%	Enquadrado
8/5/2009	6.808.311,00	55.551.656,60	12,26%	Enquadrado
5/6/2009	6.224.678,40	50.680.313,88	12,28%	Enquadrado
7/7/2009	6.194.380,50	58.456.962,98	10,60%	Enquadrado
7/8/2009	6.662.411,22	68.913.081,69	9,67%	Enquadrado
8/9/2009	4.216.652,75	54.517.698,20	7,73%	Enquadrado
7/10/2009	3.701.728,69	73.499.007,56	5,04%	Enquadrado
9/11/2009	2.632.066,01	65.351.858,15	4,03%	Enquadrado
7/12/2009	2.710.647,05	55.870.989,12	4,85%	Enquadrado
8/1/2010	2.904.463,37	80.107.306,55	3,63%	Enquadrado
5/2/2010	1.977.918,67	60.834.352,86	3,25%	Enquadrado
5/3/2010	765.034,93	54.640.269,67	1,40%	Enquadrado
8/4/2010	2.005.930,83	77.034.195,49	2,60%	Enquadrado
7/5/2010	1.259.820,74	69.570.666,19	1,81%	Enquadrado
8/6/2010	2.820.041,35	68.078.768,45	4,14%	Enquadrado
7/7/2010	1.821.223,82	94.365.548,52	1,93%	Enquadrado
6/8/2010	2.083.387,75	89.082.722,05	2,34%	Enquadrado
8/9/2010	1.432.181,40	76.867.728,19	1,86%	Enquadrado
7/10/2010	1.453.850,73	93.939.540,35	1,55%	Enquadrado
8/11/2010	867.319,14	72.956.003,64	1,19%	Enquadrado
7/12/2010	1.294.572,38	89.650.670,11	1,44%	Enquadrado
7/1/2011	766.133,19	114.270.110,87	0,67%	Enquadrado
7/2/2011	823.598,68	76.692.212,57	1,07%	Enquadrado
9/3/2011	937.745,16	87.629.232,90	1,07%	Enquadrado
7/4/2011	1.387.174,77	117.686.829,02	1,18%	Enquadrado
6/5/2011	612.135,99	83.234.580,26	0,74%	Enquadrado
7/6/2011	1.254.913,72	102.784.924,99	1,22%	Enquadrado
7/7/2011	1.437.181,63	120.047.080,35	1,20%	Enquadrado
5/8/2011	929.324,50	90.177.283,76	1,03%	Enquadrado
8/9/2011	1.143.582,54	143.726.835,15	0,80%	Enquadrado
7/10/2011	655.814,61	116.720.296,17	0,56%	Enquadrado
8/11/2011	635.227,71	121.660.037,17	0,52%	Enquadrado

Os Direitos Creditórios Inadimplentes de titularidade do Fundo, são diretamente monitorados pela Administradora por meio do DCV, DCV30, DCV120 e DCV180.

Caso o DCV, o DCV30, o DCV120, o DCV180 ou o Índice de Refinanciamento, apurado pela Administradora em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 6% (seis por cento), a 7% (sete por cento) ou a 50% (cinquenta por cento), respectivamente, será considerado Evento de Resgate Antecipado, que poderá ensejar a liquidação do Fundo, a ser deliberada em Assembleia Geral.

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Resgate Antecipado: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, (ii) suspender, de imediato, o resgate de Quotas e o recebimento de quaisquer solicitações de resgate de Quotas; (iii) convocar a Assembleia Geral, nos termos do Regulamento, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Resgate Antecipado, para que ela se reúna no prazo máximo de 20 (vinte) dias; (iv) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (v) se assim dispuser a Assembleia Geral, iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, conforme disposições constantes deste Regulamento e da regulamentação vigente.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembleia Geral, convocada na forma do Regulamento, deliberarem e aprovarem a liquidação do Fundo, observado o *quorum* de deliberação ali definido, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas Seniores, proporcional, inteiro ou fracionado, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento, observados a ordem de aplicação de recursos do Fundo e os seguintes procedimentos:

- a) suspender os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios definidos no Contrato de Cessão e no Regulamento e depositar todos os valores decorrentes do pagamento e/ou da alienação dos ativos de titularidade do Fundo única e exclusivamente na Conta do Fundo;
- b) utilizar os recursos arrecadados na forma da alínea (a) acima no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores, por seu valor apurado na forma do Regulamento, sendo que cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor; e
- c) somente após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, nos termos da alínea (b) anterior, a Administradora deverá utilizar os recursos arrecadados na forma da alínea (a) acima no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas, por seu valor devidamente apurado na forma do Regulamento, sendo que cada evento de resgate fracionado não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Quotista, ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembleia Geral, convocada na forma do Regulamento, decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembleia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembleia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado nos termos do Regulamento, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento.

8.22.2. Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo

As tabelas abaixo apresentam os dados estatísticos do comportamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, desde o início de suas atividades, inclusive dados relativos a atrasos e perdas.

Na tabela a seguir são apresentados valores do somatório dos Direitos Creditórios a vencer e em atraso integrantes da carteira do Fundo, os valores de todos Direitos Creditórios a vencer, bem como os valores dos Direitos Creditórios em atraso e o percentual destes em relação ao montante total de Direitos Creditórios (vencidos e a vencer) de titularidade do Fundo. Nota-se, nesta tabela, que o percentual dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos não ultrapassava, em 31 de dezembro de 2007, 18,89% do valor total de recebíveis de titularidade do Fundo.

Ainda, nota-se, que o percentual dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, em 31 de dezembro de 2008, não ultrapassa 17,48%, o que é explicado pela inadimplência naquele mês de clientes com longo histórico de relacionamento com a Supplier. De acordo com a Supplier, cerca de 75% (setenta e cinco por cento) do montante em atraso até 29 (vinte e nove) dias estava segurado pela Euler Hermes Seguros de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2009, o percentual dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos não ultrapassava 6,32% do valor total de recebíveis de titularidade do Fundo.

Ainda, em 31 de dezembro de 2010, o percentual dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos não ultrapassava 4,11% do valor total de recebíveis de titularidade do Fundo.

Data	Total de Direitos Creditórios (R\$)	Direitos Creditórios a vencer (R\$)	Direitos Creditórios em Atraso	
			R\$	% em Relação ao Total de Direitos Creditórios
30/6/2007	0,00	0,00	0,00	0,00%
31/7/2007	3.604.815,44	3.604.815,44	0,00	0,00%
31/8/2007	22.734.833,39	22.734.833,39	0,00	0,00%
28/9/2007	22.907.172,30	22.161.893,56	734.424,24	3,21%
31/10/2007	25.069.589,26	23.165.924,91	1.879.459,23	7,50%
30/11/2007	24.722.696,32	22.562.349,26	2.123.384,71	8,59%
31/12/2007	22.852.074,21	18.498.386,51	4.316.725,35	18,89%
31/1/2008	26.945.214,75	25.418.167,80	1.428.728,97	5,30%
29/2/2008	30.210.349,84	25.922.550,82	4.093.156,87	13,55%
31/3/2008	34.356.404,36	29.464.162,75	4.596.784,91	13,38%
30/4/2008	35.740.123,95	32.998.448,81	2.385.423,18	6,67%
30/5/2008	32.244.570,33	27.423.949,04	4.383.871,01	13,60%
30/6/2008	46.623.985,03	43.962.070,44	2.107.942,63	4,52%
31/7/2008	48.047.705,53	44.488.216,24	2.958.576,29	6,16%
29/8/2008	53.779.502,12	45.748.562,26	8.804.380,06	16,37%
30/9/2008	60.177.840,49	51.583.255,67	9.330.352,12	15,50%
31/10/2008	57.291.162,04	54.355.509,27	3.654.348,37	6,38%
28/11/2008	60.748.454,07	57.804.873,69	3.698.087,36	6,09%
31/12/2008	56.582.274,58	47.565.230,86	9.889.950,56	17,48%
30/1/2009	75.526.966,38	67.229.233,15	9.289.568,03	12,30%
27/2/2009	86.852.257,29	77.881.148,75	10.224.326,02	11,77%
31/3/2009	82.625.740,52	69.675.193,62	14.379.530,59	17,40%
30/4/2009	83.202.073,63	74.242.458,22	10.612.405,41	12,75%
29/5/2009	87.968.595,42	77.114.416,02	12.713.641,16	14,45%
30/6/2009	91.091.330,78	78.557.385,27	14.760.804,78	16,20%
28/7/2009	92.692.901,84	81.914.940,28	13.004.820,83	14,03%
31/08/2009	87.587.129,96	75.255.330,25	14.816.010,68	15,60%
30/09/2009	83.682.862,53	79.508.759,07	6.603.937,72	7,89%
30/10/2009	86.889.977,46	83.275.336,02	6.383.963,95	7,35%
30/11/2009	90.993.106,95	88.564.061,78	5.184.502,11	5,70%
31/12/2009	89.258.043,15	86.227.193,49	5.644.507,88	6,32%
29/1/2010	89.464.334,07	79.832.841,80	12.362.946,85	13,82%
26/2/2010	79.918.381,35	68.596.054,77	14.041.787,62	17,57%
31/3/2010	77.850.199,15	75.531.847,37	4.339.723,68	5,57%
30/4/2010	91.319.126,65	88.016.525,28	5.411.471,36	5,93%
31/5/2010	119.439.738,52	107.569.295,41	14.540.791,69	12,17%
30/6/2010	118.061.128,24	114.485.532,73	5.009.934,97	4,24%
30/7/2010	115.780.027,40	112.369.150,55	4.599.522,33	3,97%
31/8/2010	120.389.800,20	106.516.413,74	15.040.344,63	12,49%
30/9/2010	105.379.047,79	102.302.942,33	4.209.686,92	3,99%
29/10/2010	119.843.655,83	106.467.214,92	14.560.658,75	12,15%
30/11/2010	140.707.320,02	122.928.373,40	18.970.351,39	13,48%
31/12/2010	119.373.928,18	115.572.844,78	4.910.976,48	4,11%
31/01/2011	132.553.300,80	115.492.949,71	18.190.496,61	13,72%
28/02/2011	135.599.837,35	125.735.209,31	11.091.557,22	8,18%
31/03/2011	131.705.747,14	126.751.705,69	6.423.516,24	4,88%
29/04/2011	141.876.048,90	118.118.614,89	25.424.997,94	17,92%
31/05/2011	157.066.316,05	134.435.883,90	24.957.954,97	15,89%
30/06/2011	143.439.775,20	138.156.946,83	7.480.219,12	5,21%
29/07/2011	159.771.621,37	139.231.709,99	22.574.078,54	14,13%

31/08/2011	172.453.658,17	168.046.973,67	6.636.946,82	3,95%
30/09/2011	186.443.307,02	179.959.782,60	9.005.542,06	4,83%
31/10/2011	201.313.788,20	170.853.695,91	32.982.561,23	16,38%

Fonte: Administradora.

Tabela 9: Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo de 30 de junho de 2007 a 31 de outubro de 2011.

Data	Valor Contábil da Totalidade de Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo (R\$)	Direitos Creditórios Vencidos entre 01 e 30 dias (R\$)	%(*)	Direitos Creditórios Vencidos entre 31 e 60 dias (R\$)	%(*)	Direitos Creditórios Vencidos entre 61 e 90 dias (R\$)	%(*)	Direitos Creditórios Vencidos acima de 90 dias (R\$)	%(*)
29/06/2007									
31/07/2007	3.604.815,44	-	0%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
31/08/2007	22.734.833,39	-	0%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
28/09/2007	22.907.172,30	705.379,32	3%	29.044,92	0,13%	0	0,00%	0	0,00%
31/10/2007	25.069.589,26	1.671.923,69	7%	187.789,20	0,75%	19.746,34	0,08%	0	0,00%
30/11/2007	24.722.696,32	1.870.399,94	8%	129.757,04	0,52%	120.878,02	0,49%	2.349,71	0,01%
31/12/2007	22.852.074,21	3.966.619,25	17%	157.333,64	0,69%	77.841,39	0,34%	114.931,07	0,50%
31/01/2008	26.945.214,75	1.009.170,39	4%	141.108,45	0,52%	114.202,89	0,42%	164.247,24	0,61%
29/02/2008	30.210.349,84	3.621.836,70	12%	113.279,21	0,37%	96.579,25	0,32%	261.461,71	0,87%
31/03/2008	34.356.404,36	4.024.403,20	12%	148.288,43	0,43%	86.925,30	0,25%	337.167,98	0,98%
30/04/2008	35.740.123,95	1.754.861,12	5%	132.214,19	0,37%	100.474,87	0,28%	397.873,00	1,11%
30/05/2008	32.244.570,33	3.654.446,46	11%	156.041,89	0,48%	92.381,76	0,29%	481.000,90	1,49%
30/06/2008	46.623.985,03	1.032.116,76	2%	413.772,06	0,89%	106.504,32	0,23%	555.549,49	1,19%
31/07/2008	48.047.705,53	1.856.931,36	3,86%	198.659,68	0,41%	247.652,27	0,52%	655.332,98	1,36%
29/08/2008	53.779.502,12	7.673.243,71	14,27%	229.529,83	0,43%	64.316,11	0,12%	837.290,41	1,56%
30/09/2008	60.177.840,49	8.243.309,55	13,70%	111.598,38	0,19%	210.079,78	0,35%	765.364,41	1,27%
31/10/2008	57.291.162,04	2.617.908,01	4,57%	75.494,29	0,13%	81.394,81	0,14%	879.551,26	1,54%
28/11/2008	60.748.454,07	2.444.143,18	4,02%	342.043,83	0,56%	51.736,55	0,09%	860.163,80	1,42%
31/12/2008	56.582.274,58	8.163.358,58	14,43%	662.916,17	1,17%	246.876,46	0,44%	816.799,35	1,44%
30/01/2009	75.526.966,38	6.798.538,02	9,00%	960.426,69	1,27%	526.483,42	0,70%	1.004.119,90	1,33%
27/02/2009	86.852.257,29	7.898.243,86	9,09%	233.494,95	0,27%	670.763,45	0,77%	1.421.823,76	1,64%
31/03/2009	82.625.740,52	11.534.587,07	13,96%	727.066,83	0,88%	259.645,77	0,31%	1.858.230,92	2,25%
30/04/2009	83.202.073,63	7.126.328,74	8,57%	1.021.423,87	1,23%	515.974,71	0,62%	1.948.678,09	2,34%
29/05/2009	87.968.595,42	9.330.051,12	10,61%	388.404,19	0,44%	1.060.740,24	1,21%	1.934.445,61	2,20%
30/06/2009	91.091.330,78	11.127.207,28	12,22%	494.932,21	0,54%	246.780,03	0,27%	2.891.885,26	3,17%
28/07/2009	92.692.901,84	8.963.337,55	9,67%	484.238,29	0,52%	465.924,67	0,50%	3.091.320,32	3,34%
31/08/2009	87.587.129,96	10.659.423,13	11,22	895.819,14	0,94	559.489,34	0,59	2.701.279,07	2,84
30/09/2009	83.682.862,53	2.823.122,80	2,73	346.362,98	0,33	825.496,20	0,80	2.608.955,74	2,52
30/10/2009	86.889.977,46	2.672.671,16	3,08%	251.954,19	0,29%	250.032,38	0,29%	3.209.306,22	3,69%
30/11/2009	90.993.106,95	1.802.552,80	1,98%	258.947,88	0,28%	152.597,54	0,17%	2.970.403,89	3,26%
31/12/2009	89.258.043,15	2.388.519,40	2,68%	365.719,39	0,41%	191.551,29	0,21%	2.698.717,80	3,02%
29/1/2010	89.464.334,07	8.979.640,01	10,04%	303.892,18	0,34%	280.135,38	0,31%	2.799.279,28	3,13%
26/2/2010	79.918.381,35	10.629.146,30	13,30%	369.166,52	0,46%	238.289,61	0,30%	2.805.185,19	3,51%
31/3/2010	77.850.199,15	1.948.807,06	2,50%	164.760,24	0,21%	217.844,92	0,28%	2.008.311,46	2,58%
30/4/2010	91.319.126,65	3.099.105,65	3,39%	182.355,14	0,20%	108.080,96	0,12%	2.021.929,61	2,21%
31/5/2010	119.439.738,52	12.517.358,82	10,48%	153.216,38	0,13%	127.831,66	0,11%	1.742.384,83	1,46%
30/6/2010	118.061.128,24	3.222.218,74	2,73%	211.291,06	0,18%	94.027,30	0,08%	1.482.397,87	1,26%
30/7/2010	115.780.027,40	2.863.354,55	2,47%	338.762,16	0,29%	170.970,29	0,15%	1.226.435,33	1,06%
31/8/2010	120.389.800,20	13.354.271,83	11,09%	231.034,75	0,19%	251.531,16	0,21%	1.203.506,89	1,00%
30/9/2010	105.379.047,79	2.605.418,13	2,47%	188.984,34	0,18%	166.268,25	0,16%	1.249.016,20	1,19%
29/10/2010	119.843.655,83	12.951.067,38	7,05	149.705,77	0,08	165.998,16	0,09	1.293.887,44	0,70
30/11/2010	140.707.320,02	17.445.484,14	9,63	168.576,79	0,09	108.267,32	0,06	1.248.023,14	0,69
31/12/2010	119.373.928,18	3.399.145,87	1,80	272.555,72	0,14	128.253,72	0,07	1.111.021,17	0,59
31/01/2011	132.553.300,80	16.515.459,34	7,62	366.014,83	0,17	224.907,82	0,10	1.084.114,62	0,50
28/02/2011	135.599.837,35	9.118.100,80	4,09	499.003,46	0,22	262.666,48	0,12	1.211.786,48	0,54
31/03/2011	131.705.747,14	4.003.774,30	1,64	749.166,18	0,31	356.131,01	0,15	1.314.444,75	0,54
29/04/2011	141.876.048,90	22.653.959,67	9,12	733.486,46	0,30	472.408,62	0,19	1.565.143,19	0,63
31/05/2011	157.066.316,05	22.066.268,56	8,82	552.585,99	0,22	395.753,89	0,16	1.943.346,53	0,78
30/06/2011	143.439.775,20	4.637.616,81	1,83	411.692,31	0,16	399.281,38	0,16	2.031.628,62	0,80
29/07/2011	159.771.621,37	19.560.818,36	8,07	524.518,55	0,22	285.566,94	0,12	2.203.174,69	0,91
31/08/2011	172.453.658,17	3.642.024,34	1,48	399.679,68	0,16	349.111,52	0,14	2.246.131,28	0,91
30/09/2011	186.443.307,02	5.803.017,02	2,31	496.153,44	0,20	328.177,67	0,13	2.378.193,93	0,95
31/10/2011	201.313.788,20	29.647.820,72	11,66	532.006,87	0,21	387.275,73	0,15	2.415.457,91	0,95

(*)percentual em relação ao valor contábil da totalidade de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Fonte: Administradora.

Tabela 10: Dados Estatísticos dos Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo por Faixas de Atraso.

8.22.3. Possibilidade de os Direitos Creditórios Serem Acrescidos, Removidos ou Substituídos

Conforme descrito na Seção “8.10. Opções de Compra e Modificação das Condições de Remuneração dos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo”, apesar de ser facultado às Cedentes adquirirem do Fundo Direitos Creditórios relativos a Operações de Financiamento, inadimplentes ou não, a Cedente não se encontra obrigado a exercer tal opção de compra.

As recompras de Direitos Creditórios ocorrem diariamente, conforme tabela abaixo. Caso tais recompras sejam interrompidas ou reduzidas, o Fundo eventualmente poderá sofrer desenquadramento da Razão de Garantia.

Data	Valor Contábil da Totalidade de Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo (R\$)	Direitos Creditórios Recomprados (R\$)	%(*)
29/6/2007	-	-	0,00%
31/7/2007	3.604.815,44	0	0,00%
31/8/2007	22.734.833,39	46.189,66	0,20%
28/9/2007	22.907.172,30	66.047,33	0,29%
31/10/2007	25.069.589,26	103.312,00	0,41%
30/11/2007	24.722.696,32	253.407,13	1,02%
31/12/2007	22.852.074,21	515.790,09	2,26%
31/1/2008	26.945.214,75	544.589,16	2,02%
29/2/2008	30.210.349,84	280.924,44	0,93%
31/3/2008	34.356.404,36	388.887,78	1,13%
30/4/2008	35.740.123,95	789.622,93	2,21%
30/5/2008	32.244.570,33	707.244,85	2,19%
30/6/2008	46.623.985,03	726.129,54	1,56%
31/7/2008	48.047.705,53	587.237,87	1,22%
29/8/2008	53.779.502,12	615.731,17	1,14%
30/9/2008	60.177.840,49	488.141,59	0,81%
31/10/2008	57.291.162,04	734.548,81	1,28%
28/11/2008	60.748.454,07	515.790,09	0,85%
31/12/2008	56.582.274,58	1.027.482,08	1,82%
30/1/2009	75.526.966,38	1.119.763,34	1,48%
27/2/2009	86.852.257,29	1.395.313,55	1,61%
31/3/2009	82.625.740,52	2.329.942,33	2,82%
30/4/2009	83.202.073,63	655.385,75	0,79%
29/5/2009	87.968.595,42	1.281.855,93	1,46%
30/6/2009	91.091.330,78	1.204.656,98	1,32%
28/7/2009	92.692.901,84	1.228.479,76	1,33%
31/8/2009	87.587.129,96	887.223,02	1,01%
30/9/2009	83.682.862,53	804.773,80	0,96%
30/10/2009	86.889.977,46	1.400.550,31	1,61%
30/11/2009	90.993.106,95	899.421,92	0,99%
31/12/2009	89.258.043,15	1.514.575,63	1,70%
29/1/2010	89.464.334,07	1.574.987,43	1,76%
26/2/2010	79.918.381,35	1.455.553,61	1,82%
31/3/2010	77.850.199,15	1.530.295,03	1,97%
30/4/2010	91.319.126,65	2.270.057,15	2,49%
31/5/2010	119.439.738,52	1.570.144,65	1,31%
30/6/2010	118.061.128,24	1.654.775,92	1,40%
30/7/2010	115.780.027,40	3.018.773,75	2,61%
31/8/2010	120.389.800,20	2.078.490,84	1,73%
30/9/2010	105.379.047,79	1.307.391,73	1,24%

29/10/2010	119.843.655,83	1.354.428,27	1,13%
30/11/2010	140.707.320,02	1.238.626,66	0,88%
31/12/2010	119.373.928,18	1.975.365,34	1,65%
31/01/2011	132.553.300,80	3.628.306,84	2,74%
28/02/2011	135.599.837,35	2.432.920,95	1,79%
31/03/2011	131.705.747,14	2.457.420,87	1,87%
29/04/2011	141.876.048,90	3.530.492,77	2,49%
31/05/2011	157.066.316,05	4.588.924,41	2,92%
30/06/2011	143.439.775,20	3.618.162,42	2,52%
29/07/2011	159.771.621,37	0	0%
31/08/2011	172.453.658,17	0	0%
30/09/2011	186.443.307,02	0	0%
31/10/2011	201.313.788,20	0	0%

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

9. AS QUOTAS

Encontra-se nesta Seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, descritas no Regulamento, e poderão ser resgatadas nos termos do Regulamento. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas, pela Administradora, em contas de depósito em nome de seus titulares em sistema próprio da Administradora.

As Quotas serão de 2 (duas) classes: (i) 1 (uma) classe de Quotas Seniores e (ii) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas.

As Quotas são intransferíveis, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

Em 30 de junho de 2011 o Fundo contava com 1.238.519,01982000 Quotas Seniores Circulação, no valor unitário de R\$ 159,63008040, perfazendo o montante total de R\$ 197.704.890,52. Nesta mesma data, o Fundo contava com 134.707,43972118 Quotas Subordinadas, no valor unitário de R\$ 418,44234080, perfazendo o montante total de R\$ 56.367.296,19.

9.1 CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES

Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de seu resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;
- c) tem seu valor apurado na forma definida no Regulamento;
- d) nos termos do Regulamento, os Quotistas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- e) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

Vide Regulamento – Capítulo XIV – “Das Quotas”.

9.2 CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SUBORDINADAS

Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
- c) tem seu valor calculado conforme o disposto no Regulamento;
- d) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de vetar: (i) a inclusão da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Seniores como nova Instituição Autorizada, e (ii) a adoção do índice escolhido pelos titulares das Quotas Seniores, nos termos do Regulamento;
- e) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo em separado: (i) as matérias definidas no Regulamento e (ii) a substituição da Administradora, do Gestor e do Custodiante, nos termos do Regulamento.

Vide Regulamento – Capítulo XIV – “Das Quotas”.

9.3 VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES E SUBORDINADAS

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas poderão ser emitidas, a qualquer tempo, pelo valor apurado na respectiva Data de Emissão na forma definida neste item e no Regulamento. O Fundo está emitindo, na segunda distribuição, até 9.287.590,35 (nove milhões duzentas e oitenta e sete mil quinhentas e noventa inteiros e trinta e cinco centésimos) Quotas Seniores, observados os termos do Regulamento.

A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos seguintes valores:

- a) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- b) o valor apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS_T = VQS_1 \times \prod_{T=1}^Z \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) + 1 \right\};$$

onde:

<i>VQST</i>	valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização ou resgate, calculado para a data “T”.
<i>VQS1</i>	valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, ou seja, VQS1 é igual a R\$ 100,00 (cem reais).
<i>Z</i>	Número total de Taxas DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 Dia Útil (<i>overnight</i>).
<i>T</i>	Número de ordem da Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, sendo “T=1” a Taxa DI-over divulgada da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e “T=Z” a Taxa DI-over divulgada do Dia Útil anterior a data “T”.
<i>DIT-1</i>	Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: se a Taxa DI-over do Dia Útil anterior for 13,50% ao ano, então DI T-1 = 13,50.
<i>Spread</i>	11 (onze) ou 15 (quinze), exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de maio de 2012 (inclusive).

Cada Quota Subordinada terá seu valor unitário equivalente ao resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Quotas Seniores em Circulação, apurado conforme o aqui disposto, pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, anteriormente definidos, têm como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deverá ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, da Supplier Assessoria, das Cedentes, da Supplier, do(s) Distribuidor(es) e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.

Quando da determinação do valor das Quotas Seniores, nos termos aqui definidos, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento. Nesse caso, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Quotas na data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado, autorizados a funcionar pelo Bacen para operações similares. Na hipótese de inexistência de tal parâmetro, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado pelos Quotistas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para determinação do valor das Quotas Seniores. Os titulares da maioria das Quotas Subordinadas terão o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida

Assembleia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, devendo, nessa ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação.

9.4 VALOR BRUTO DE RESGATE E TAXA DE SAÍDA

Recairá sobre o valor das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Seniores Postergadas uma taxa de saída decrescente, a ser calculada pelo Custodiante, de acordo com o Tempo de Permanência e que resultará em nenhum decréscimo sobre o valor do resgate caso o Tempo de Permanência seja superior a 720 (setecentos e vinte) dias corridos. A Taxa de Saída irá reduzir o valor de resgate efetivamente pago às Quotas Seniores Resgatadas e às Quotas Seniores Postergadas de maneira inversamente proporcional ao Tempo de Permanência. O Valor Bruto de Resgate e a Taxa de Saída serão calculados pelas seguintes fórmulas:

$$a) \quad VBR = \frac{VQS_T \times Q}{Taxa \ de \ Saída},$$

onde:

VBR = valor das Quotas Seniores Resgatadas ou das Quotas Seniores Postergadas, na data do pagamento do resgate, inteiro ou fracionado;

VQS_T = tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento; e

Q = quantidade de Quotas Seniores Resgatadas ou de Quotas Seniores Postergadas que estão sendo efetivamente resgatadas, inteira ou fracionada, na data do pagamento do resgate, inteiro ou fracionado;

$$b) \quad Taxa \ de \ Saída = \frac{CDIAcm1}{CDIAcm2};$$

onde:

$$i) \quad CDIAcm1 = \prod_{i=1}^N \left\{ \left[\left(\frac{DI_{Ti}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Spread}{100} \right) + 1 \right\} + 1; e$$

$$ii) \quad CDIAcm2 = \prod_{i=1}^N \left\{ \left[\left(\frac{DI_{Ti}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{FS}{100} \right) + 1 \right\} + 1;$$

onde:

$Taxa \ de \ Saída$ = fator de redução de rentabilidade pelo Tempo de Permanência;

DI_T = significa a Taxa DI;

$CDIAcm1$ = produto dos “N” fatores da Taxa DI acrescida do *Spread*, desde a Data de Emissão ($i = 1$) até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate ($i = N$),

inteiro ou fracionado;

CDIAcm2 = produto dos “N” fatores da Taxa DI acrescida do Fator de Saída, desde a Data de Emissão ($i = 1$) até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate ($i = N$), inteiro ou fracionado;

Spread = 11 (onze) ou 15 (quinze), exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de maio de 2012 (inclusive); e

FS = fator de saída, calculado de acordo com o Tempo de Permanência, conforme a tabela abaixo:

Tempo de Permanência	Fator de Saída
Até 360 dias corridos	<i>Spread</i> – 2,0
De 361 até 720 dias corridos	<i>Spread</i> – 1,0
Acima de 720 dias corridos	<i>Spread</i>

Tabela 11: Fatores de Saída.

9.5 RESGATE DAS QUOTAS

Os procedimentos aqui definidos foram redigidos de forma a facilitar a compreensão do investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo. Recomenda-se a leitura cuidadosa deste item, assim como dos Capítulos XVII e XVIII do Regulamento, os quais definem com detalhes os procedimentos aqui resumidos. Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos no Regulamento.

Observado o disposto no Regulamento, os Quotistas poderão requerer o resgate de suas Quotas à Administradora ou seus Agentes, por meio de solicitação escrita. A solicitação de resgate nos termos do Regulamento será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.

A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado que o saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvada a hipótese de saldo de permanência inferior resultante: (i) dos eventos de rateio por ocasião da solicitação de resgate em valor maior ao Valor Máximo de Resgate, (ii) dos Eventos de Liquidação, (iii) do Resgate Antecipado Compulsório, (iv) dos Eventos de Resgate Antecipado ou (v) do procedimento de aquisição de Direitos Creditórios após o resgate inteiro ou fracionado das Quotas Seniores Resgatadas, das Quotas Seniores Postergadas e das Quotas Subordinadas Resgatadas.

9.5.1. Resgate das Quotas Seniores

Os Quotistas Seniores poderão requerer, a qualquer tempo, o resgate de suas Quotas à Administradora ou seus Agentes, por meio de solicitação escrita.

A solicitação de resgate será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.

Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas Seniores desde a data do envio da convocação para Assembléia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembléia Geral que delibere definitivamente sobre o tema, ressalvados os casos de resgate de Quotas Seniores previamente agendados antes da referida convocação.

Apuração do Resgate

A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas Seniores solicitados até as seguintes datas:

	Período de Solicitação de Resgate de Quotas Seniores	Datas de Apuração do Resgate de Quotas Seniores
1.	de <u>1º de outubro</u> (inclusive) até <u>31 de janeiro</u> (inclusive)	<u>1º de fevereiro</u>
2.	de <u>1º de fevereiro</u> (inclusive) até <u>31 de maio</u> (inclusive)	<u>1º de junho</u>
3.	de <u>1º de junho</u> (inclusive) até <u>30 de setembro</u> (inclusive)	<u>1º de outubro</u>

Observados os termos do Regulamento, as Quotas Seniores Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores serão resgatadas no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

Datas de Efetivação de Resgate

Observados os procedimentos administrativos descritos no Capítulo XIX do Regulamento, o resgate das Quotas Seniores Resgatadas deverá ocorrer dentro do Período de Efetivação do Resgate. O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência

A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado, ainda, o saldo mínimo de permanência, que é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvadas as hipóteses específicas definidas no Regulamento.

Valor Máximo de Resgate

O valor máximo a ser pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas, no curso dos procedimentos referidos no Regulamento, não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado para a última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento.

Caso o valor a ser solicitado para resgate exceda ao respectivo Valor Máximo de Resgate, o Fundo procederá ao resgate das Quotas Seniores Postergadas, no Período de Efetivação de Resgate subsequente.

O valor das Quotas Seniores Postergadas do Período de Efetivação do Resgate anterior não será considerado para o cálculo do Valor Máximo de Resgate do Período de Efetivação do Resgate seguinte.

Ordem de Efetivação do Resgate

Durante o Período de Efetivação do Resgate a Administradora, observados os procedimentos definidos no Regulamento, resgatará: (i) a integralidade das Quotas Seniores Postergadas apurada na última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores; e (ii) após resgatadas a totalidade das Quotas Seniores Postergadas, efetuará o resgate, inteiro ou fracionado, observado o Valor Máximo de Resgate para as Quotas Seniores Resgatadas, apurado para a respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores.

Os Quotistas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em termos outros que não os previstos neste Regulamento.

Não serão devidos aos titulares das Quotas Seniores Resgatadas e/ou das Quotas Seniores Postergadas, conforme aplicável, quaisquer valores a título de multa ou qualquer outra penalidade, caso o Fundo, no curso dos procedimentos definidos no Regulamento, não conte com os recursos suficientes para efetuar o resgate integral de suas Quotas durante o respectivo Período de Efetivação do Resgate.

9.5.2. Resgate das Quotas Subordinadas

Solicitação de Resgate

Os Quotistas Subordinados poderão solicitar o resgate de suas Quotas a partir da 2ª (segunda) Data de Apuração de Resgate de Quotas Subordinadas imediatamente subsequente à Data de Emissão de suas respectivas Quotas, por meio de solicitação escrita.

A solicitação de resgate será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.

Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas Subordinadas desde a data do envio da convocação para Assembleia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembleia Geral que delibere definitivamente sobre o tema.

Apuração do Resgate

A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas Subordinadas solicitados até as seguintes datas:

	Período de Solicitação de Resgate de Quotas Subordinadas	Datas de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas
1.	de <u>20 de setembro</u> (inclusive) até <u>19 de janeiro</u> (inclusive)	<u>20 de janeiro</u>

2.	de <u>20 de janeiro</u> (inclusive) até <u>19 de abril</u> (inclusive)	<u>20 de abril</u>
3.	de <u>20 de abril</u> (inclusive) até <u>19 de setembro</u> (inclusive)	<u>20 de setembro</u>

Observados os termos do Regulamento, as Quotas Subordinadas Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas serão resgatadas na Data de Resgate de Quotas Subordinadas subsequente.

Datas de Efetivação de Resgate

Observado o disposto no Regulamento, o resgate das Quotas Subordinadas Resgatadas deverá ocorrer na Data de Resgate de Quotas Subordinadas. O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência

A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado o saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvadas as hipóteses descritas no Regulamento.

Procedimentos para Efetivação do Resgate

O resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas na Data de Resgate das Quotas Subordinadas somente ocorrerá após o resgate integral de todas as Quotas Seniores Postergadas e Quotas Seniores Resgatadas, até o limite das disponibilidades em moeda corrente nacional arrecadadas pelo Fundo no curso dos procedimentos definidos no Regulamento, que não estejam alocadas para o pagamento de outras obrigações do Fundo, (i) observados os critérios definidos no Regulamento e (ii) considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda a Razão de Garantia, a Alocação Mínima de Investimento e o Excesso de *Spread*.

Os Quotistas Subordinados não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em outros termos que não os previstos neste Regulamento.

O resgate de Quotas Subordinadas estará condicionado ao Fundo possuir um saldo de Quotas Subordinadas, após computado *pro forma* o referido resgate, igual ou maior que a somatória dos valores dos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, de titularidade dos 5 (cinco) maiores sacados, na data do referido resgate.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

10. FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

10.1 INTRODUÇÃO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, a Supllier Assessoria na função de Consultora Especializada e posteriormente também como Gestor do Fundo, o(s) Distribuidor(es), as Cedentes ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos, nos termos deste Prospecto e do Regulamento.

10.2 RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

- a) **Riscos de Liquidez e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo necessite alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios, (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e a seus Quotistas e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos em caso de inadimplemento. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados.
- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão (i) das quotas do Fundo serem inegociáveis e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio aberto, admitindo o resgate das Quotas pelos Quotistas nos termos estabelecidos no Regulamento eles podem ter dificuldade em realizar seus investimentos mediante o resgate de suas Quotas no momento em que considerarem oportuno.

- c) **Resgate condicionado e possibilidade de perda do capital investido.** O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelos Titulares ou por eventuais garantidores, que os Outros Ativos sejam liquidados e/ou alienados e que os recursos recebidos sejam depositados na Conta do Fundo. A Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para o resgate integral das Quotas, não havendo qualquer garantia de que o Fundo procederá ao resgate integral das Quotas Seniores Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, e das Quotas Subordinadas Resgatadas durante o Período de Efetivação de Resgate correspondente e/ou na Data de Resgate de Quotas Subordinadas. O valor de resgate das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do patrimônio líquido do Fundo, não sendo devido, todavia, pelo Fundo ou por qualquer Pessoa qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Assim, tendo em vista a inexistência de co-obrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- d) **Valor máximo de resgate.** O valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado para a última Data de Apuração de Resgate de Quotas Seniores, acrescido do valor das Quotas Seniores Postergadas nos termos deste Prospecto e do Regulamento. Caso o valor a ser pago a título de resgate exceda ao limite definido, o Fundo procederá ao resgate do saldo do valor das respectivas Quotas Seniores Resgatadas, por seu valor apurado na forma do Regulamento, na Data de Resgate de Quotas Seniores imediatamente subsequente, observados os procedimentos definidos no Regulamento.
- e) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado no prazo de até 1 (um) ano contado da ocorrência de um Evento de Resgate Antecipado e deverá ser liquidado no caso de ocorrer um Evento de Liquidação. Nesses casos, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Assim, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios entregues em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Titulares e eventuais garantidores dos créditos, além de incorrerem, entre outras despesas e encargos (*i.e.* honorários advocatícios), em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.
- f) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- g) **Riscos operacionais.** O Custodiante realizará a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios apenas através de auditoria trimestral e por

amostragem. Considerando que: (i) tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo; (ii) os procedimentos de emissão dos Demonstrativos de Pagamento para cobrança são processados por sistema interno de controle dos Emissores, não tendo a Administradora e o Custodiante qualquer controle sobre tais procedimentos; e (iii) o Custodiante, sem prejuízo de suas responsabilidades, poderá subcontratar terceiros no que tange à guarda dos Documentos Comprobatórios; assim, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e nos sistemas internos de controle sob responsabilidade dos Emissores, dos terceiros contratados pelo Custodiante e de seus Agentes, nos termos dos Documentos da Securitização, poderá causar, entre outras ocorrências adversas, atraso no recolhimento dos valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios. A ocorrência de tais hipóteses poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.

- h) **Trânsito dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo por contas correntes de titularidade das Cedentes e outros procedimentos de liquidação.** A totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamentos vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, incluindo aqueles decorrentes de seu pagamento parcial e/ou pré-pagamento, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão (i) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário, (ii) repassados à uma das Cedentes; e (iii) transferidos, pela Cedente para Conta do Fundo, conforme identificado no Regulamento. Os procedimentos de recebimento e repasse dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo poderão atrasar ou deixar de ocorrer, por diversas razões, incluindo, sem limitação, (i) na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente com referência às Cedentes e/ou ao Agente Cobrador Bancário, ou (ii) o inadimplemento, por qualquer das Cedentes e/ou pelo Agente Cobrador Bancário, de suas obrigações previstas no Convênio de Cobrança e no Contrato de Cobrança Bancária, respectivamente. Ademais, na ocorrência de qualquer das hipóteses anteriores, e caso os recursos de titularidade do Fundo se encontrem na posse do Agente Cobrador Bancário e/ou das Cedentes, eles podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. A ocorrência de qualquer evento que impossibilite aos Titulares efetuarem o pagamento de seus Demonstrativos de Pagamento poderá levar à necessidade de adoção de nova sistemática de recebimento e cobrança direta, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, dos valores devidos ao Fundo, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos de transação, causando assim efeitos adversos na sua carteira.
- i) **Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança por qualquer uma das Cedentes.** Caso qualquer das Cedentes deixe, por qualquer motivo, de atuar como agente de cobrança do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, o recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, conforme identificado no Regulamento, poderão ser negativamente afetados até a efetiva nomeação de agente de cobrança substituto.
- j) **Descasamentos de taxas e operações com instrumentos derivativos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados principalmente a taxas pré-fixadas, e em Outros Ativos. Considerando-se que o

valor das Quotas Seniores será apurado na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores. A ocorrência de tal evento poderá resultar na perda do valor de principal das aplicações dos Quotistas, mesmo na hipótese da Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar o risco de descasamento identificado. A Administradora não se encontra obrigada a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas Seniores, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.

- k) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos nesta Seção, poderão resultar em perdas para os Quotistas.
- l) **Emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, independentemente de autorização prévia dos Quotistas, emitir novas Quotas. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos Quotistas da mesma classe de Quotas que já estejam em Circulação.
- m) **Riscos associados aos Outros Ativos (inclusive de liquidez).** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, os quais podem afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es), a Supplier Assessoria, as Cedentes ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate antecipado de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. Além disso, os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores/contrapartes dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não

fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor, incluindo o manual de marcação a mercado do Custodiante. Os referidos critérios de avaliação de ativos poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor do Patrimônio Líquido.

- n) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerado, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, da Cedente, da Supplier, da Supplier Assessoria, do(s) Distribuidor(es) e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os Quotistas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.
- o) **Risco do exercício de poder de veto pelo Quotista titular das Quotas Subordinadas.** A aprovação das matérias definidas no Regulamento dependerá dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes e do voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas.
- p) **Resgate antecipado de Quotas Seniores.** Conforme estabelecido no Regulamento, para reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, ou, ainda, caso a Cedente decida por descontinuar, temporariamente, os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Administradora poderá proceder ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembleia Geral, de todas as Quotas Seniores em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma estabelecida no Regulamento.
- q) **Risco de descontinuidade do Fundo.** A política de investimento do Fundo, conforme descrita no Regulamento, estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da descontinuidade das operações regulares das Cedentes, da Supplier, da capacidade das Cedentes ou da Supplier, nos termos do Contrato de CardMember, originarem Direitos Creditórios Elegíveis para o

Fundo e da vontade unilateral de qualquer das Cedentes em continuar a ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

- r) **Risco no atraso dos repasses dos recursos de titularidade do Fundo.** A obrigação de a Cedente repassar os valores referentes aos pagamentos dos Direitos Creditórios feitos pelos Titulares, nos termos do Regulamento, inicia-se na data do respectivo recebimento dos valores pela Cedente. Nesse sentido, caso o Titular efetue pagamentos mediante cheque, ou em agentes de correspondente bancário e em agências situadas em locais remotos, os referidos recursos somente encontrar-se-ão disponíveis para transferência pela Cedente ao Fundo no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis.
- s) **Risco da Cedente.** Qualquer uma das Cedentes, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, o Fundo poderá ser adversamente afetado na hipótese de descontinuidade das operações de uma ou mais Cedentes com Direitos Creditórios Elegíveis nos termos do Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Quotas Seniores, observada a possibilidade de os Quotistas deliberarem a alteração dos Critérios de Elegibilidade do Regulamento em Assembleia Geral de Quotistas.
- t) **Risco de pagamentos inferiores ao mínimo estabelecido no Demonstrativo de Pagamento.** Caso o Titular venha a realizar pagamentos inferiores ao valor mínimo estabelecido no Demonstrativo de Pagamento, a Cedente estornará o respectivo crédito em favor do Titular e, portanto, não considerará qualquer valor pago. Nessa hipótese, não haverá repasse de qualquer valor ao Fundo, o que poderá causar efeitos adversos em sua carteira. Ainda, no caso de eventuais repasses de valores que estejam retidos após os Direitos Creditórios a eles vinculados serem considerados como perda, nos termos do Regulamento, tal fato poderá afetar negativamente a carteira do Fundo e, por conseguinte, a valorização das Quotas.
- u) **Conflito de interesses por parte do Banco Ourinvest S.A..** O Banco Ourinvest S.A. acumula as funções de Cedente dos Direitos Creditórios, Emissor, Agente de Financiamento, distribuidor das Quotas e agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, sendo também o responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de sua titularidade, que tenha cedido ao Fundo. Nesse sentido, não há garantia que no futuro não venha a existir a possibilidade de conflito de interesses com o Banco Ourinvest S.A., em razão do acúmulo de funções por ele exercidas, o que poderá causar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.
- v) **Conflito de interesses por parte do grupo Supplier.** O grupo Supplier, através da Supplier e da Supplier Assessoria, acumula as funções de Emissor e Cedente dos Direitos Creditórios, Consultora Especializada e, eventualmente, Gestor do Fundo, bem como agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, sendo também a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de sua titularidade, que tenha cedido ao Fundo. Nesse sentido, não há garantia que no futuro não venha a existir a possibilidade de conflito de interesses com o grupo Supplier, em razão do acúmulo de funções por ele exercidas, o que poderá causar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.

10.3 RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios são pagos pelos Titulares quando do vencimento de seus respectivos Demonstrativos de Pagamento, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito, inclusive, na hipótese de pagamento parcial do Saldo Remanescente expresso no Demonstrativo de Pagamento, por meio dos procedimentos de financiamento automático conforme definidos no Contrato de Cartão de Crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos Titulares e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. No caso dos Direitos Creditórios cedidos com coobrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, esses são responsáveis por seu pagamento na hipótese de inadimplemento do Titular nos termos do Contrato de Cartão de Crédito. Tal circunstância, contudo, não assegura que os valores devidos ao Fundo sejam recuperados, total ou parcialmente.
- b) **Inexistência de coobrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação das Cedentes ou qualquer de suas Afiliadas. As Cedentes, a Supplier e quaisquer de suas Afiliadas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência dos Titulares e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante, a Supplier Assessoria e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Titulares e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios.
- c) **Impossibilidade de qualquer das Cedentes prover o refinanciamento Automático do Saldo Remanescente aos Titulares.** Nos casos de refinanciamento automático do Saldo Remanescente, o Titular poderá vir a atrasar o pagamento de suas obrigações referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, caso qualquer das Cedentes, por qualquer motivo, incluindo a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente, torne-se impedida de oferecer o financiamento automático ao Titular e a Supplier não obtenha recursos no mercado para prover o financiamento do respectivo Saldo Remanescente, na forma estabelecida no Contrato de Cartão de Crédito. Dessa forma, o Titular terá de efetuar o pagamento integral do valor expresso em seu Demonstrativo de Pagamento. A ocorrência do evento identificado neste item poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido e, consequentemente, a solvência do Fundo.
- d) **Modificações ao Contrato de Cartão de Crédito, à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança.** As Cedentes e a Supplier poderão, unilateralmente, proceder alterações aos termos e às condições do Contrato de CardMember, do Contrato de Cartão de Crédito, da Política de Concessão de Crédito e/ou da Política de Cobrança, sem a necessidade de aprovação prévia da Administradora e/ou dos Quotistas. As Cedentes somente informarão à Administradora, a Supplier Assessoria e ao Custodiante qualquer alteração aos documentos após a sua implementação. Assim, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações a tais documentos poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo.

- e) **Risco relacionados a Titulares e/ou Estabelecimentos em inadimplência perante as Cedentes.** Não há qualquer restrição em o Fundo adquirir Direitos Creditórios de Titulares e/ou provenientes de Estabelecimentos que estejam inadimplentes com suas obrigações perante as Cedentes. Nessa hipótese, no caso de pagamentos efetuados por tais Titulares e/ou coobrigações exercidas pelos Estabelecimentos, conforme o caso, tais recursos serão alocados primeiramente para o pagamento dos gastos inicialmente incorridos, podendo ser, inclusive, aqueles em inadimplência. Assim, nesse sentido, poderá ocorrer atrasos e/ou inadimplências futuras com relação aos Direitos Creditórios que venham a compor a carteira do Fundo, causando efeitos negativos em seu patrimônio líquido.
- f) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.** A Administradora, o Custodiante, a Supplier Assessoria, o(s) Distribuidor(es) ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pela respectiva Cedente pode ser invalidada ou tornada ineficaz, caso configurada: (i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, conforme disposto na legislação em vigor, a Cedente esteja insolvente ou, se em razão da cessão, passar a esse estado; (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na Data de Aquisição, demanda judicial fundada em direito real; (iii) fraude à execução fiscal, a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal; ou (iv) caso o respectivo Direito Creditório já se encontre vinculado a outros negócios jurídicos, inclusive por meio da constituição de garantias reais.
- g) **Crítérios de Elegibilidade.** Os Crítérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar e definir o tipo de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Crítérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Titulares. A observância pelo Custodiante dos Crítérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos respectivos devedores dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.
- h) **Possibilidade de eventual questionamento da validade da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.** A validade da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá vir a ser questionada, administrativa ou judicialmente, por qualquer terceiro. Por este motivo, os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse do Custodiante, da Supplier, do Agente Cobrador Bancário ou das Cedentes podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, podendo tal evento prejudicar negativamente os Quotistas.
- i) **Possibilidade de os Direitos Creditórios Elegíveis virem a ser alcançados por obrigações da Cedentes ou de terceiros prestadores de serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelas Cedentes ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na

hipótese de “penhora *on line*” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- j) **Riscos decorrentes dos critérios adotados para concessão de crédito.** Somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios constituídos de acordo com a Política de Concessão de Crédito. A Política de Concessão de Crédito adotada tem a finalidade a adequada gestão e a uniformidade na avaliação do crédito, tendo sido elaborada com base em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Não obstante a adoção de tal Política de Concessão de Crédito, a solvência dos Direitos Creditórios depende integralmente da situação econômico-financeira dos respectivos devedores e de seu efetivo pagamento tempestivo. Dessa forma, a observância da Política de Concessão de Crédito não constitui garantia de adimplência dos respectivos devedores.
- k) **Riscos decorrentes dos critérios adotados para cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis vencidos e não pagos.** A Política de Cobrança adotada tem a finalidade de disciplinar a adequada cobrança do crédito, tendo sido elaborada com base em critérios de recuperação dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos. Não obstante a adoção de tal Política de Cobrança, não há garantia que o Fundo consiga recuperar, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios de sua titularidade vencidos e não pagos, havendo a possibilidade de os Quotistas sofrerem eventual atraso no pagamento do resgate de suas Quotas.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo as Cedentes, a Supplier, a Administradora, o Custodiante, a Supplier Assessoria, o(s) Distribuidor(es) e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos nesta Seção, desde que tais eventos não tenham se dado por má-fé das Cedentes, da Supplier, da Administradora, do Custodiante, da Supplier Assessoria, do(s) Distribuidor(es) e/ou de qualquer de suas Afiliadas.

Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

11. CONFLITOS DE INTERESSE

O Banco Ourinvest S.A., tendo em vista que acumula funções de Cedente dos Direitos Creditórios, Emissor, Agente de Financiamento, distribuidor das Quotas, e agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções e que possui mecanismos apropriados de segregação de suas atividades, assim como independência em suas funções.

O grupo Supplier, através da Supplier e da Supplier Assessoria, acumulam as funções de Emissor e Cedente dos Direitos Creditórios, Consultora Especializada e, eventualmente, Gestor do Fundo, bem como agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, sendo também a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de sua titularidade, que tenha cedido ao Fundo, todavia o grupo Supplier declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções e que possui mecanismos apropriados de segregação de suas atividades, assim como independência em suas funções.

A Administradora desempenha o papel de gestora em fundos de investimento nos quais o Banco Ourinvest S.A. atua como agente de colocação. Por sua vez, o Agente de Cobrança presta serviços bancários regulares decorrentes de operações de contas correntes ao Banco Ourinvest S.A., além de atuar como seu agente de compensação na CBLIC e como banco liquidante junto à CETIP e ao SELIC. Ademais, o Custodiante realiza serviços de custódia para diversos fundos de investimentos imobiliários administrados pelo Banco Ourinvest S.A. a Cedente, que mantém e movimenta suas contas correntes.

Na data deste Prospecto, o Custodiante prestava serviços de custódia para os seguintes fundos de investimento administrados pela Administradora: (1) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNMAX, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 05.429.936/0001-56; (2) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNPREMIUM I – Crédito Consignado, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 06.332.301/0001-07; (3) Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.906/0001-50; (4) GP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.507.899/0001-82; (5) GP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS 2, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.742.454/0001-87; (6) GP AETATIS II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Imobiliários, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 05.753.599/0001-58; (7) UN5 Fundo de Investimento Participações, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 09.248.229/0001-14; (8) BCRE Development Fund I Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 08.906.928/0001-41; (9) Life Fundo Mutuo de Investimento em Empresas Emergentes, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 05.006.494/0001-35; (10) Fundo de Investimento em Participações Multisetorial, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 09.068.796/0001-99; (11) Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado inscrito no CNPJ sob o nº 11.377.129/0001-30; (12) Minerva Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil inscrito no CNPJ sob o nº 11.088.794/0001-03; (13) Nutriplant Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Segmento Agroindustrial inscrito no CNPJ sob o nº 11.128.884/0001-80; (14) Kobold Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e

Financeiros II inscrito no CNPJ sob o nº 10.756.703/0001-06; (15) RG Salamanca I Fundo de Investimento em Participações inscrito no CNPJ sob o nº 10.265.991/0001-98; (16) Fundo de Investimento Imobiliário Edifício Ourinvest inscrito no CNPJ sob o nº 06.175.262/0001-73; (17) TRX Realty Logística Renda I Fundo de Investimento Imobiliário – FII inscrito no CNPJ sob o nº 11.839.593/0001-09; (18) Fundo de investimento imobiliário Empírica Planejamento Financeiro inscrito no CNPJ sob o nº 12.093.327/0001-34; (19) Foco Fundo de Investimento em Participações inscrito no CNPJ sob o nº 08.815.371/0001-33; (20) Mso Fundo de Investimento em Participações inscrito no CNPJ sob o nº 12.621.266/0001-30; e (21) Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado inscrito no CNPJ sob o nº 11.377.129/0001-30.

Ademais, o Custodiante presta serviços de escrituração de quotas dos seguintes fundos de investimento, administrados pela Administradora: (1) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNMAX, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 05.429.936/0001-56; (2) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNPREMIUM I – Crédito Consignado, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 06.332.301/0001-07; (3) Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.906/0001-50; (4) GP AETATIS II Fundo de Investimento em direitos Creditórios Imobiliários, fundo de investimentos em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 05.753.599/0001-58; (5) UN5 Fundo de Investimento Participações, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 09.248.229/0001-14; (6) BCRE Development Fund I Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 08.906.928/0001-41; (7) Life Fundo Mutuo de Investimento em Empresas Emergentes, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 05.006.494/0001-35; (8) Fundo de Investimento em Participações Multisetorial, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 09.068.796/0001-99; (9) Fundo de Investimento Imobiliário - EDIFICIO OURINVEST, fundo de investimento inscrito no CNPJ sob o nº 06.175.262/0001-73; (10) Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado inscrito no CNPJ sob o nº 11.377.129/0001-30; (11) Minerva Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil inscrito no CNPJ sob o nº 11.088.794/0001-03; (12) Nutriplant Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Segmento Agroindustrial inscrito no CNPJ sob o nº 11.128.884/0001-80; (13) Kobold Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Financeiros II inscrito no CNPJ sob o nº 10.756.703/0001-06; (14) RG Salamanca I Fundo de Investimento em Participações inscrito no CNPJ sob o nº 10.265.991/0001-98; (15) TRX Realty Logística Renda I Fundo de Investimento Imobiliário – FII inscrito no CNPJ sob o nº 11.839.593/0001-09; (16) Fundo de investimento imobiliário Empírica Planejamento Financeiro inscrito no CNPJ sob o nº 12.093.327/0001-34; (17) Foco Fundo de Investimento em Participações inscrito no CNPJ sob o nº 08.815.371/0001-33; (18) Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado inscrito no CNPJ sob o nº 11.377.129/0001-30.

A Administradora também era, na data deste Prospecto, a instituição responsável pela administração do FII Edifício Ourinvest, no qual o Banco Ourinvest S.A. é apenas locatário do imóvel de propriedade do referido fundo de investimento imobiliário.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

12. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios da Cedente e, conforme o caso, no resgate de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

As Cedentes, por sua vez, utilizarão os recursos obtidos com a cessão dos Direitos Creditórios, no todo ou em parte, na substituição e diversificação de suas fontes de captação de recursos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

As informações referentes ao Banco Ourinvest S.A., à Supplier e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pela Cedente e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

13. BANCO OURINVEST S.A.

13.1. INTRODUÇÃO

O Grupo Ourinvest atua no mercado brasileiro há 30 anos. Iniciou sua história como uma fundidora, através da Ourinvest Sociedade Brasileira de Metais, empresa do Grupo criada em 1979, possibilitando o surgimento do primeiro instrumento de *hedge* cambial a ser colocado em prática no Brasil, contribuindo de maneira decisiva na transformação do “metal nobre” em ativo financeiro e institucionalizando o mercado de ouro no país. Em 1984, foi adquirida a Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., atendendo, já na época, grandes investidores e acompanhando a crescente expansão da demanda e complexidade do mercado financeiro.

Em 1990, foi fundada a Ourinvest International Corp-Miami, que iniciou as atividades do grupo no mercado internacional. Diversas operações realizadas em instituições consagradas conferiram ao grupo uma visão privilegiada do mercado internacional que, nesta época, estava em franca fase de desenvolvimento pela globalização.

Com esta visão do mercado, o Grupo Ourinvest foi o primeiro a distribuir *eurobonds* emitidos por corporações brasileiras. Já com uma sólida participação do mercado e respeitado dentro e fora do Brasil, estruturou, através da Ourinvest International e bancos internacionais, os primeiros fundos que utilizavam ativos da dívida nacional, como “IDU” e “DFA”. O Grupo também participou da negociação de *eurobonds* brasileiros.

Em 1991, o Banco Ourinvest S.A., com forte atuação no mercado financeiro, foi integrado ao Grupo, e passou a operar nas carteiras de investimento, crédito, financiamento e câmbio. Estava então criada a estrutura das atividades do Grupo Ourinvest.

Em 1999, tendo em vista as oportunidades de mercado e as estratégias de negócios do Grupo, foi criada a Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, primeira companhia hipotecária do mercado brasileiro, responsável pelo lançamento, no mesmo ano, do primeiro fundo imobiliário voltado para o segmento de varejo no Brasil.

Em 2000, a partir da associação do Grupo Ourinvest com o Grupo Rossi, foi fundada a Brazilian Securities. Uma securitizadora independente criada para agregar a expertise do Grupo Ourinvest no mercado de capitais à força e imagem da marca Rossi e sua capacidade de gerar recebíveis.

Em 2001, amplia-se a atuação do grupo na área internacional por meio da participação no *Dartley Bank & Trust* (Bahamas), instituição fundada em 1993, com foco nas áreas de *private banking* e estruturação de operações internacionais.

Em 2004, um novo segmento do mercado financeiro é objeto das atividades do Grupo Ourinvest, através da criação da SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A., empresa voltada

para a estruturação de financiamentos a pessoas jurídicas de pequeno e médio porte, clientes de empresas industriais e comerciais, destinados à aquisição de bens por estas produzidos e/ou comercializados.

Em março de 2005, o Banco Ourinvest S.A. lançou seu primeiro fundo de investimento em direitos creditórios, o Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos.

13.2. ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES

O Banco Ourinvest S.A. é uma instituição financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima, sujeita à fiscalização do Bacen. O Banco Ourinvest S.A. é controlado pela Ourinvest Participações S.A., que detém 100% das ações do Banco Ourinvest S.A..

O capital social do Banco Ourinvest S.A. é de R\$ 27.000.160,00, dividido em 4.656.300 ações, totalmente subscritas e integralizadas, sem valor nominal, sendo 2.328.150 ordinárias e 2.328.150 preferenciais. O quadro acionário do Banco Ourinvest S.A. apresenta-se distribuído da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias	% Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Ações Preferenciais	Total Ações	%
Ourinvest Participações S.A.	2.328.150	100	2.328.150	100	4.656.300	100
Total	2.328.150	100	2.328.150	100	4.656.300	100

Tabela 12: Acionistas da Cedente.

Fonte: Cedente.

13.3. ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco Ourinvest S.A. compete à Diretoria, cujos membros são eleitos pelos acionistas. O Conselho Fiscal só funciona nos exercícios sociais em que é instalado.

A Diretoria será composta por, no mínimo 2 e no máximo 8 membros, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. A atual Diretoria é composta por 6 membros.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e igual número de suplentes. Atualmente o Conselho Fiscal não encontra-se em funcionamento.

13.4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES E DEMAIS ADMINISTRADORES DA CEDENTE

Atualmente, a Diretoria do Banco Ourinvest S.A. é composta pelos seguintes profissionais, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas do Banco Ourinvest S.A., realizada em 26 de abril de 2010, com mandato até realização da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da companhia, a ser realizada em 2013: David Assine, Rodolfo Schwarz, Ralph Ezra Bigio, Bruce Thomas Philips, José Carlos Leme da Silva e Samuel Jorge Esteves Cester.

Abaixo encontra-se descrição resumida da experiência profissional e formação acadêmica dos atuais Diretores do Banco Ourinvest S.A.:

David Assine – Diretor do Banco Ourinvest S.A. desde 1988, sendo atualmente o responsável pelas áreas de administração de recursos de terceiros e de fundos de investimento imobiliário. Diretor da Ourinvest Participações S.A. desde 1992. Participou ativamente na expansão das operações do Banco Ourinvest S.A. e contribuiu significativamente para a implementação do mercado de câmbio flutuante no Brasil. Presidente do Conselho de Administração da Supplier desde 2004. Atuou na Assine Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. de 1978 a 1985 como Sócio Gerente. Graduado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Rodolfo Schwarz – Diretor do Banco Ourinvest S.A. desde 1991, responsável pelas áreas comercial e de *marketing*. Em outubro de 1979 tornou-se sócio da Ourinvest Sociedade Brasileira de Metais Ltda., ficando responsável pela institucionalização das operações de ouro nos mercados de balcão, pela criação do mercado de bolsa e pela implantação de unidade pioneira de refinaria e fundição de ouro. Nesta sociedade, atuou na implantação e direção da área comercial, coordenando todas as filiais da Ourinvest Sociedade Brasileira de Metais Ltda. no Brasil. Diretor desde 1992 da Ourinvest Participações S.A., participou de sua criação e das subsidiárias e coligadas desta sociedade, inclusive no exterior. De setembro de 1999 a dezembro de 2002, foi Diretor responsável pelo desenvolvimento de novos projetos e pelas áreas comercial e de *marketing* da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, destacando-se na estruturação de fundos de investimento imobiliários.

Ralph Ezra Bigio – Diretor do Banco Ourinvest S.A. desde 1991, responsável pela área financeira e interbancária, gerenciamento e controle de risco e liquidez. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Supplier desde 2004. Atua, desde 2003, na Companhia Ourinvest Securitizadora de Créditos Financeiros. Foi gerente do Banco Safra S.A. de 1977 a 1980, superintendente do Banco Icohp de Investimento S.A. de 1980 a 1988 e Diretor da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. de 1988 a 1991. Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Bruce Thomas Philips – Diretor do Banco Ourinvest S.A. desde 1996, responsável pelo desenvolvimento de operações estruturadas. De 1982 a 1986 foi *Relationship Officer* do Banco Chase Manhattan S.A., desenvolvendo trabalhos de relacionamento com clientes institucionais e corporações multinacionais. De 1986 a 1989 foi *officer* da área de mercado de capitais, responsável pelo desenvolvimento do departamento de Mercado de Capitais do Banco de Boston S.A. De 1989 a 1996, foi sócio e gerente da Eitsa Serviços de Consultoria Ltda., responsável pela negociação de títulos da dívida brasileira, pela estruturação de operações de *corporate finance*, envolvendo fluxo financeiro entre o Brasil e outros países, pelo desenvolvimento da área de relacionamento inter-bancário da empresa objetivando a aprovação de limites de crédito junto a outras instituições financeiras. Originou e distribuiu a primeira emissão de *eurobonds* de companhias brasileiras após a moratória de 1982. Como Diretor do Banco Ourinvest S.A., foi responsável pela participação do Banco Ourinvest S.A. no processo licitatório para privatização de Rodovias do Estado de São Paulo, do qual sagrou-se vencedora para exploração do Lote 5 da malha rodoviária de ligação entre Ribeirão Preto e Igarapava e entre Ribeirão Preto e Bebedouro, tendo sido responsável pela estruturação e coordenação do investimento, cuja estimativa de

faturamento era de US\$ 1.6 bilhões no prazo de 20 anos. Bacharel em administração de empresas com especialização em finanças pelo *Rider College, Lawrenceville, New Jersey*, EUA.

José Carlos Leme da Silva – Diretor do Banco Ourinvest S.A. desde 1991, responsável pelas carteiras de câmbio, carteiras de investimento e prevenção à lavagem de dinheiro. Foi chefe de departamento de renda fixa na Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A. de 1966 a 1973. Entre 1973 e 1977, atuou como gerente de Renda Fixa da Baluarte Corretora de Valores. Ainda, foi chefe de renda fixa da Telles Almeida Santos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. de 1977 a 1979. Foi acionista, gerente e diretor da Kromo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do Banco Kromo S.A. de 1979 a 1991, antigas denominações da Cedente.

Samuel Jorge Esteves Cester – Diretor do Banco Ourinvest S.A. desde 1994, sendo atualmente o responsável pelas áreas administrativa, contábil e de crédito. Atuou como Diretor do Banco Iochpe de Investimento S.A. de 1984 a 1989, responsável pela diretoria de contencioso, em nível nacional, e pela área de operações ativas, em nível nacional. Antes de eleito Diretor, exerceu diversos cargos e ocupou várias funções no Banco Iochpe de Investimento S.A., entre 1971 e 1984, desde operador de mercado até superintendente regional de São Paulo. Foi Diretor do Banco Planibanc S.A. de 1989 a 1990, responsável pelas áreas de risco, revisão de risco e auditoria, bem como Diretor Regional São Paulo do Banco Arbi S.A., de 1990 a 1994, responsável pela coordenação de equipe voltada à área de financiamentos no Estado de São Paulo. Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

13.5. ACORDO DE ACIONISTAS

O Banco Ourinvest S.A. é signatário de um acordo de acionistas que vincula as ações de emissão da Supliercard Participações S.A. de titularidade do Banco Ourinvest S.A., não havendo, entretanto, quaisquer cláusulas ou condições que possam comprometer a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.

13.6. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO BANCO OURINVEST S.A.

O Banco Ourinvest S.A. possui autorização para operar com carteiras de Crédito, Financiamento e Investimento, de Investimento e de Câmbio, tendo como principais atividades, as seguintes:

- Administração de Recursos Próprios;
- Administração e Colocação de Fundos de Investimento Imobiliário;
- Gestão e Colocação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários;
- Operações de Crédito Direto ao Consumidor, Crédito Pessoal e outros Financiamentos;
- Captação de Recursos (CDB); e
- Operações de Câmbio e Ouro.

13.7. AMBIENTE REGULATÓRIO

13.7.1. Organização do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, tendo como órgão máximo normativo o CMN.

A sua estrutura contempla um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas, governo).

Tal estrutura organizacional foi delineada pela Lei da Reforma Bancária de 1964, Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a qual foi responsável pela disciplina da atividade exercida pelas instituições monetárias, bancárias e creditícias. Nos termos da referida Lei, integram o Sistema Financeiro Nacional: (a) o CMN; (b) o Bacen; (c) Banco do Brasil S.A.; (d) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e (e) as demais instituições financeiras públicas e privadas. O arcabouço regulatório base para a estruturação do Sistema Financeiro Nacional foi completado com a edição das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, e 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que regulamentaram especificamente o mercado de capitais brasileiro.

Segundo o modelo organizacional que rege o Sistema Financeiro Nacional, a constituição e o funcionamento das instituições financeiras assemelhadas que atuam no âmbito dos mercados financeiro e de capitais dependem da prévia autorização do Bacen. Além disso, o exercício das atividades que caracterizam cada instituição está sujeito à regulamentação específica e a uma rigorosa fiscalização por agentes reguladores, com atuação e foco também específicos.

Agentes de Regulação e Fiscalização

A responsabilidade pela regulação e fiscalização das atividades exercidas no âmbito dos mercados financeiro e de capitais brasileiros, bem como de seus participantes, cabe aos agentes reguladores criados pela Lei nº 4.595/64, quais sejam, o CMN, o Bacen e a CVM. Cada um desses agentes tem competência específica, conforme atribuída pela referida Lei.

CMN

Órgão colegiado criado com a finalidade de formular políticas macros aplicadas ao mercado financeiro. Como órgão normativo, por excelência, não lhe cabem funções executivas, cabendo-lhe expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. O CMN é responsável pela fixação e coordenação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial do País. Pelo envolvimento destas políticas no cenário econômico nacional, o CMN acaba transformando-se num conselho de política econômica.

Bacen

O Bacen é a entidade criada para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN.

Dentre outras, é sua responsabilidade implementar as políticas monetárias e de crédito estabelecidas pelo CMN, regular os mercados de câmbio e o fluxo de investimento estrangeiro no Brasil, autorizar o ingresso de novas instituições financeiras no mercado e fiscalizar a forma de atuação das instituições financeiras.

CVM

Autarquia federal, também vinculada ao Ministério da Fazenda, dedica-se à regulamentação e fiscalização do mercado de capitais e seus agentes. Mesmo as instituições financeiras e demais instituições que operam sob a égide do Bacen estão subordinadas à ação da CVM quando conduzindo negócios no âmbito do mercado de capitais.

No exercício de suas funções, a CVM é competente para, visando o bom funcionamento do mercado de capitais e a prevenção ou correção de eventuais irregularidades: (a) aprovar, suspender ou cancelar registros; (b) aprovar, suspender ou cancelar ofertas públicas de valores mobiliários; (c) supervisionar as atividades das companhias abertas, bolsas de valores e de mercadorias e futuros, membros do sistema de distribuição de valores mobiliários; (d) divulgar informações ou recomendações a fim de prestar esclarecimentos ou orientar participantes do mercado; (e) divulgar informações ou recomendações a fim de prestar esclarecimentos ou orientar participantes do mercado; e (f) proibir os participantes do mercado, sob cominação de multa, de praticarem atos considerados prejudiciais ao funcionamento regular do mercado e aos investidores.

13.7.2. Instituições Financeiras

A legislação brasileira define como ou equipara a instituições financeiras aquelas que atuam, essencialmente, na captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, ou seja, atividades tipicamente relacionadas à intermediação de crédito. Neste conceito estão incluídos os bancos, as caixas econômicas, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como as demais entidades autorizadas a operar pelo Bacen, tais como as corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e as sociedades de arrendamento mercantil.

Tais instituições estão sujeitas a um regime regulatório específico e à fiscalização por parte do Bacen, que incluem, dentre outros, exigências mínimas de capital para estabelecimento ou transferência de matrizes ou filiais (no Brasil ou no exterior), autorização para mudança no controle societário, exigência de apresentação de demonstrações financeiras anuais e semestrais auditadas e trimestralmente revisadas, bem como demonstrações financeiras não auditadas mensais, além de acesso a informações referentes a operações de crédito e câmbio, operações de importação e exportação e outras atividades econômicas.

Adicionalmente, a estrutura regulatória do Sistema Financeiro Nacional impõe regras específicas a cada espécie de instituição participante de acordo com a atividade que desempenha, estabelecendo restrições e limites operacionais proporcionais à amplitude e ao risco que as respectivas atividades representam para o mercado financeiro como um todo.

13.7.3 Participantes do Sistema Financeiro Nacional

Segue a seguir uma breve descrição das principais modalidades de instituições financeiras e instituições equiparadas que atuam no mercado financeiro brasileiro.

Bancos Comerciais

São aqueles que essencialmente conduzem as operações tradicionais do mercado financeiro, como a abertura de contas de depósito à vista e a prazo e a concessão de empréstimos pessoais e para capital de giro. Um segmento muito presente na atuação dos bancos comerciais é a concessão de crédito para financiamento de bens de consumo, como eletrodomésticos e veículos. Uma modalidade de operação bastante praticada pelos bancos comerciais é o crédito direto ao consumidor.

Bancos de Investimento

No mercado brasileiro, os bancos de investimento têm sua atuação voltada principalmente para o mercado de capitais e para a estruturação de operações para seus clientes, como ocorre nas aquisições de empresas e participações societárias.

Muitos bancos de investimento, além dessas atividades, têm uma atuação importante no segmento de administração de recursos de terceiros, que incluem sua base de clientes individuais (detentores de grandes somas de recursos), clientes corporativos e investidores institucionais, como por exemplo as entidades de previdência privada.

Bancos Múltiplos

Os bancos múltiplos foram criados em 21 de setembro de 1988, pela Resolução CMN nº 1.524, e são regulados atualmente pelo regulamento anexo à Resolução CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994. Os bancos múltiplos podem ser definidos como instituições financeiras autorizadas a operar com, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento: (a) comercial; (b) investimento e/ou desenvolvimento (a última exclusiva de bancos públicos); (c) de crédito imobiliário; (d) de crédito, financiamento e investimento; e (e) arrendamento mercantil.

Desta maneira, um banco múltiplo, titular de carteira de arrendamento mercantil, está autorizado a conduzir operações de *leasing* da mesma forma que o fazem as sociedades de arrendamento mercantil. De forma a mitigar o risco que tais instituições carregam ao realizar diferentes espécies de operações, os bancos múltiplos são obrigados a cumprir com limites operacionais para cada carteira que operam.

Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento

As sociedades de crédito, financiamento e investimento são instituições financeiras privadas que têm como objetivo principal a concessão de financiamentos por meio de operações de CDC. As referidas instituições não podem manter contas correntes, tendo como o seu principal instrumento de captação de recursos a letra de câmbio, que consiste em uma ordem de pagamento à vista ou a prazo.

Sociedades de Arrendamento Mercantil

As sociedades de arrendamento mercantil são equiparadas às instituições financeiras, uma vez que praticam uma modalidade específica de atividade creditícia, o arrendamento mercantil. Tais espécies de instituições financeiras foram reguladas pela Lei nº 6.099, que além de dispor sobre os aspectos tributários do *leasing*, também lhes atribuiu algumas definições.

O arrendamento mercantil, ou *leasing*, pode ser definido como a operação realizada por uma empresa arrendadora, constituída e atuante sob a fiscalização do Bacen, que tem por objeto o arrendamento de bens móveis e imóveis, adquiridos junto a terceiros, para fins de uso próprio do cliente.

Outros Participantes

Existem, ainda, uma série de outras espécies de instituições financeiras, tais como as sociedades corretoras de valores mobiliários e as sociedades distribuidoras de valores mobiliários e as corretoras de valores, atuando no mercado financeiro e no mercado de capitais em segmentos específicos.

13.8. PRINCIPAIS PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

13.8.1. Cíveis

As Cedentes não figuram como parte em nenhum processo, judicial ou administrativo, de natureza cível, cujo valor ou objeto possa comprometer a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, sendo considerado, para os fins ora propostos, como valor relevante, o valor mínimo de R\$ 100.000,00.

13.8.2 Tributárias

Dos 16 processos tributários dos quais a Cedente figura como parte, apenas os débitos de CSLL, PIS, IRPJ e COFINS compensados com créditos de PIS oriundos de decisão transitada em julgado na apelação nº 94.03.015660-0 (processo originário - Ação Ordinária nº 91.0686002-8), podem representar uma contingência e possível desembolso por parte da Cedente entre os próximos 5 e 10 anos.

Os referidos débitos são atualmente objeto de processos administrativos que aguardam julgamento de Recurso interposto pela Cedente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (2ª Instância Administrativa).

O valor total histórico autuado, referente ao processo acima mencionado, soma R\$ 2.458.392,16 e não há provisão no balanço da Cedente, considerando-se o prognóstico de êxito provável.

13.8.3. Trabalhistas

A Cedente não figura como parte em nenhum processo, judicial ou administrativo, de natureza trabalhista, cujo valor ou objeto possa comprometer a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, sendo considerado, para os fins ora propostos, como valor relevante, o valor mínimo de R\$ 100.000,00.

13.9. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS E ÍNDICES FINANCEIROS

13.9.1 BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela a seguir apresenta o balanço patrimonial referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, bem como aos semestres encerrados em 30 de junho de 2010 e 2009.

(em milhares de reais)

	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de			Semestre Encerrado em 30 de junho de	
	2010	2009	2008	2010	2009
ATIVO					
CIRCULANTE	127.610	102.651	94.175	106.015	116.116
DISPONIBILIDADES	798	545	880	982	625
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE					
LIQUIDEZ	25.267	36.472	28.427	41.659	71.163
Aplicações em Operações Compromissadas	23.855	34.405	24.404	40.600	67.899
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	0	0	0	0
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.412	2.067	4.023	1.059	3.264
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	48.607	38.108	6.621	17.913	14.140
Carteira Própria	45.795	35.864	4.339	15.156	11.778
Instrumentos Financeiros Derivativos	1	146	2.282	13	968
Vinculados à Prestação de Garantias	2.811	2098	0	2.744	1.394
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	47.305	23.277	48.851	37.955	23.724
Setor Privado	48.959	24.647	51.065	39.411	26.909
(-) Provisão para Créditos em Liquidação	(1.654)	-1.370	-2.214	-1.456	-3.185
OUTROS CRÉDITOS	5.066	3.127	9.100	6.325	4.416
Carteira de Câmbio	0	0	0	0	0
Rendas a Receber	2.160	1.557	1.223	2.554	1.234
Negociação e Intermediação de Valores	1.058	230	1.865	1729	623
Diversos	1.848	1.340	6.012	2.042	2.559

Adiantamento Salarial	0	84	57	431	265
Cheques a Receber	0	0	0	0	0
Devedores por Compra de Valores e Bens	0	0	0	0	0
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições	0	0	0	0	0
Imposto de Renda a Compensar	0	253	5.257	171	68
Pagamentos a Ressarcir	0	1.002	696	406	686
Devedores Diversos no País	0	1	2	1.034	1.540
(-) Provisão para Outros Créditos	0	0	0	0	0
OUTROS VALORES E BENS	567	1122	296	1181	627
Despesas Antecipadas	567	1122	296	1181	627
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	194	389	3003	0	2410
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	180	0	2882	0	1428
Carteira Própria	180	0	604	0	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	50	0	6
Vinculados à Prestação de Garantias	0	0	2.228	0	1422
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	14	0	0	0	0
Setor Privado	14	0	0	0	0
(-) Provisão para Créditos em Liquidação	0	0	0	0	0
OUTROS CRÉDITOS	0	389	121	0	982
Diversos	0	389	121	0	982
Devedores por Compra de Valores e Bens	0	0	0	0	861
Devedores para Depósitos em Garantia	0	389	121	0	121
PERMANENTE	20.629	17.488	12.326	19.048	15.088
INVESTIMENTOS	20.216	16.888	11.679	18.475	14.470
Participação em Coligadas e Controladas	20.067	16.747	11.158	18.338	14.335
Títulos Patrimoniais	0	0	0	0	0
Ações e Cotas	0	129	0	0	123
Outros Investimentos	149	12	521	137	12
IMOBILIZADO DE USO	395	471	501	430	495
Outras Imobilizações de Uso	1.475	1.422	1.310	1.448	1.375
(-) Depreciações Acumuladas	(1.080)	-951	-809	-1018	-880
DIFERIDO	18	90	146	68	116
GASTOS COM AQUISIÇÃO DE SISTEMAS	170	648	648	648	648
(-) Amortizações Acumuladas	(152)	-558	-502	-580	-532
INTANGÍVEL	0	39	0	75	7
Gastos com Aquisição de Sistemas	0	43	0	87	8
(-) Amortizações Acumuladas	0	-4	0	-12	-1
TOTAL ATIVO	148.433	120.528	109.504	125.063	132.193

(em milhares de reais)

	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de			Semestre Encerrado em 30 de junho de	
	2010	2009	2008	2010	2009
PASSIVO					
CIRCULANTE	66.489	28.689	40.209	55.944	45.122
DEPÓSITOS	41.967	15.762	9.687	35.616	20.409
Depósitos a Prazo	41.855	15.499	9.597	34.622	20.044
Outros Depósitos	112	263	90	994	365
Depósitos para Investimentos	112	263	90	994	365
Recursos em Trânsito de Terceiros	0	0	0	0	0
Ordens Pagos em Moedas Exrangeiras	0	0	0	0	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	643	63	15	1.305
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	0	0	0	0	0
Recursos em Transito de Terceiro	0	0	0	0	0
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.522	12.284	30.459	20.313	23.408
Cobrança e Arrecadação de Tributos	32	54	72	15	8
Sociais e Estatutárias	1.035	0	472	0	0
Carteira de Câmbio	312	12	0	14	0
Fiscais e Previdenciárias	3.243	1.462	7.275	1.054	1.109
Negociação e Intermediação de Valores	7.168	2.700	20.451	4.071	17.682
Diversos	12.732	8.056	2.189	15.159	4.609
Obrigação por Aquisição de Bens e Direitos	0	0	14	0	17
Provisão para Pagamentos a Efetuar	0	672	554	967	846
Subscrições de Capital a Integralizar	0	0	0	0	422
Credores Diversos – País	0	1.961	1.621	2.185	3.324
Financiamento de Cartões de Crédito a Liberar	0	5.423	0	12.007	0
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	29.400	51.792	20.792	29.974	45.883
DEPÓSITOS	29.400	51.792	19.782	29.974	45.306
Depósitos a Prazo	29.400	51.792	19.782	29.974	45.306
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	0	0	9	0	1
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0	0	1001	0	576
Diversos	0	0	1001	0	576
Obrigação por aquisição Bens e Direitos	0	0	5	0	0
Provisão para Passivos Contingentes	0	0	573	0	576
Subscrições de Capital a Integralizar	0	0	423	0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.544	40.047	48.503	39.145	41.188

CAPITAL SOCIAL	27.000	27.000	27.000	27.000	27.000
De Domiciliados no País	27.000	27.000	27.000	27.000	27.000
RESERVAS DE CAPITAL	0	0	344	0	0
RESERVAS DE LUCROS	25.544	13.047	21.159	12.144	17.558
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0	0	0	1	1
LUCROS / (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	0	0	0	0	-3.371
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	148.433	120.528	109.504	125.063	132.193

Tabela 13: Balanço Patrimonial da Cedente.

Fonte: Balanço Patrimonial disponibilizado pela Cedente.

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas pela Veneziani Auditores Independentes. As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como aos semestres encerrados em 30 de junho de 2009 e 2010 foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

13.9.2 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

A tabela a seguir apresenta as demonstrações do resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 2010, 2009 e 2008, bem como aos semestres encerrados em 30 de junho de 2010 e 2009.

	Exercício Encerrado em 31 de			Semestre Encerrado em 30 de junho de	
	dezembro de				
	2010	2009	2008	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.384	9.979	28.320	7.499	4.364
Operações de Crédito	8.231	6.636	15.559	4.657	3.210
Resultado de Oper.c/Titls.e Valrs.Mobiliários	7.200	5.595	6.389	2.116	2.774
Resultado de Oper.c/ Instrum. Financ. Derivativos	238	-2.252	4.131	51	-1.620
Reversão de Provisões Operacionais	0	0	1.408	0	0
Resultado de Operações de Câmbio	715	0	833	675	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.816)	-6.441	-3.948	-4.581	-3.099
Operações de Captação no Mercado	(8.173)	-5.116	-2.518	-3.816	-1.694
Operações de Empréstimos e Repasses	0	0	0	0	0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-469	-1.430	-765	-971
Resultado de Operações de Câmbio	(1.643)	-856	0	0	-434

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.568	3.538	24.372	2.918	1.265
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	1.607	-10.769	-23.735	-3.733	-7.035
Receitas de Prestação de Serviços	33.876	21.435	14.941	13.823	8.899
Despesas de Pessoal	(16.695)	-12.147	-9.155	-7.166	-5.169
Outras Despesas Administrativas	(22.433)	-22.713	-19.691	-10.526	-11.921
Despesas Tributárias	(5.159)	-3.471	-3.660	-1.988	-1.502
Resultado de Participações Societárias	1.907	3590	305	1.591	1.227
Outras Receitas Operacionais	10.299	3.915	1.336	625	2.742
Outras Despesas Operacionais	(188)	-1.378	-7.811	-92	-1.311
RESULTADO OPERACIONAL	8.175	-7.231	637	-815	-5.770
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	8.431	2.633	13.613	-294	2.609
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	16.606	-4.598	14.250	-1.109	-3.161
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(672)	87	-6433	206	-210
Imposto de Renda	(411)	86	-4.174	129	-100
Contribuição Social	(261)	1	-2.259	77	-110
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(1.035)	0	-740	0	0
RESULTADO ANTES RECLASSIF. JUROS S/ CAP. PRÓPRIO	14.899	-4.511	7.077		
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-	0	0	0	0
EFEITOS TRIBUTÁRIOS S/ REM. DE CAPITAL PRÓPRIO	0	0	0		
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO	14.899	-4.511	7.077	-903	-3.371
QUANTIDADE DE AÇÕES:	4.656.300	4.656.300	4.656.300	4.656.300	4.656.300
QUANTIDADE DE AÇÕES: 4.656.300					
LUCRO POR AÇÃO - R\$	3,20	-0,97	1,52	-0,19	-0,72

Tabela 14: Demonstrações Financeiras da Cedente.

Fonte: Balanço Patrimonial disponibilizado pela Cedente.

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas pela Veneziani Auditores Independentes. As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e 2010, bem como aos trimestres encerrados em 30 de junho de 2009 e 2010 foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

14. SUPPLIER E SUPPLIER ASSESSORIA

14.1. SUPPLIER

14.1.1 INTRODUÇÃO

A Supplier é uma administradora de cartões de crédito que atua no ramo de negócios corporativos gerando meios de pagamento para grandes fornecedores. A empresa foi constituída em 2004 como uma sociedade anônima por então executivos de um grande banco de varejo, em sociedade com o Grupo Ourinvest.

14.1.2. ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES

Na data deste Prospecto, o capital social da Supplier era de R\$ 42.764.000,00, dividido em 40.575.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em setembro de 2010, a Supplier passou a ser controlada pela holding Suppliercard Participações S.A., que incorporou 100% (cem por cento) das ações por ela emitidas.

14.1.3. ADMINISTRAÇÃO

A administração da Supplier compete à Diretoria da sociedade. O Conselho Fiscal apenas funciona nos exercícios sociais em que é instalado. Atualmente o Conselho Fiscal não encontra-se em funcionamento.

A Diretoria é composta por 3 membros – Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente e Diretor de Planejamento - com mandato de 1 ano, permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por, no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e igual número de suplentes.

14.1.4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES DA SUPPLIER

Atualmente, a Diretoria da Supplier é composta pelos seguintes profissionais, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2010.

Eduardo Wagner - Sócio-fundador e Diretor da Supplier. Foi Diretor Comercial *Corporate* e Diretor de Produtos da Fininvest, empresa do Grupo Unibanco. Foi também sócio-fundador da Cred/1 Serviços Financeiros. Graduado pela FGV e com MBA pela *Wharton School* da Universidade da Pensilvânia (EUA).

Mauro Wulkan - Sócio-fundador, Diretor e membro do Conselho de Administração da Suppliercard Participações S.A. Foi Diretor Geral da Fininvest. Em parceria com Eduardo Wagner,

foi também sócio-fundador da Créd/1 Serviços Financeiros, empresa que, em 2000, foi adquirida pelo Grupo Unibanco. Profissional especializado em finanças pela FGV.

Felipe Fonseca Montagna - Diretor da Supplier. Foi VP de Private Equity do Pátria Investimentos, onde atuou em novos negócios, fusões e aquisições e na gestão de empresas do grupo - Anhanguera Educacional e Casa do Pão de Queijo. Atuou também em fusões e aquisições no BTG Pactual. Graduado em administração de empresas pela FGV.

14.1.5. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPPLIER

A Supplier tem por objeto social (i) atuar como emissora e administradora de cartão de crédito e de outros tipos ou modalidades, além da prática de atividades correlatas, inclusive em regime de consórcio; (ii) realizar operações e prestar serviços não vedados às emissoras e/ou administradoras de cartões de crédito, tais como, mas não unicamente, atuar como mandatária de seus clientes, prestando-lhes aval ou fiança junto a instituições financeiras; (iii) prestação e administração de serviços de crediário, recebimento e recuperação de títulos, carnês e afins; (iv) realização de pagamentos, como mandatária, por conta e ordem de seus clientes, com recursos oriundos da prestação dos serviços descritos no subitem “iii” deste item; (v) receber importâncias como mandatária, por conta e ordem de seus clientes; (vi) análise de crédito e cadastro, intermediação e encaminhamento de pedidos de financiamento; (vii) atuar, na qualidade de mandatária, por conta e ordem de seus clientes, na contratação e administração de pagamento de empréstimos obtidos junto a instituições financeiras; (viii) compra e venda de Direitos Creditórios próprios e de terceiros; e (ix) participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

14.2. SUPPLIER ASSESSORIA

14.2.1. INTRODUÇÃO

A Supplier Assessoria Financeira Ltda. é a empresa do grupo Suppliecard dedicada a gestão de fundos e análise e seleção de seus ativos e carteiras. A empresa foi constituída em 2011, a partir do crescimento do Grupo e perspectivas de criação de novos produtos financeiros e fundos que os viabilizem.

14.2.2. ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES

Na data deste Prospecto, o capital social da Supplier era de R\$ 10.000,00, dividido em 10.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

14.2.3. ADMINISTRAÇÃO

A administração da Supplier compete à Diretoria da sociedade. A Diretoria é composta por 3 membros – Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente, e Diretor de Planejamento e de Gestão de Recursos de Terceiros - com mandato de 1 ano, permitida a reeleição.

14.2.4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DIRETORES DA SUPPLIER

Atualmente, a Diretoria da Supplier é composta pelos seguintes profissionais, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2011.

Eduardo Wagner - Sócio-fundador e Diretor da Supplier. Foi Diretor Comercial Corporate e Diretor de Produtos da Fininvest, empresa do Grupo Unibanco. Foi também sócio-fundador da Cred/1 Serviços Financeiros. Graduado pela FGV e com MBA pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia (EUA).

Mauro Wulkan - Sócio-fundador, Diretor e membro do Conselho de Administração da Supliercard Participações S.A. Foi Diretor Geral da Fininvest. Em parceria com Eduardo Wagner, foi também sócio-fundador da Créd/1 Serviços Financeiros, empresa que, em 2000, foi adquirida pelo Grupo Unibanco. Profissional especializado em finanças pela FGV.

Felipe Fonseca Montagna - Diretor da Supplier. Foi VP de Private Equity do Pátria Investimentos, onde atuou em novos negócios, fusões e aquisições e na gestão de empresas do grupo - Anhanguera Educacional e Casa do Pão de Queijo. Atuou também em fusões e aquisições no BTG Pactual. Graduado em administração de empresas pela FGV.

14.2.5. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPPLIER

A Supplier Assessoria tem por objeto social: (i) a administração de carteiras de títulos, valores mobiliários, fundos de investimento ou outros ativos, de titularidade de terceiros, no Brasil ou no exterior; (ii) a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira às empresas em geral, exceto consultoria de valores mobiliários; (iii) a prestação de serviços de análise de crédito e risco; (iv) a prestação de serviços de cobrança extrajudicial; (v) o investimento em quotas de fundos de investimento; e (vi) a participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos lucros de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia ou quotista ou titular de debêntures.

15. ADMINISTRADORA

15.1. HISTÓRICO

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da Administradora levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

15.2. ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO

A empresa é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 80 profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, trustee em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Desde 1996 submete-se ao processo de classificação de risco pela SR Rating, que atribui atualmente a nota “AA BR”.

15.3. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

O Administrador tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação do Administrador, na qualidade de administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, o Administrador disponibiliza aos cedentes de direitos de crédito e aos cotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos de crédito e aos respectivos cotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente, o Administrador administra fundos de investimento de patrimônio superior a R\$ 5 bilhões.

No segmento de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora administra fundos em montante superior a R\$ 3 bilhões (data de referência: janeiro/2011).

Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

16. CUSTODIANTE

16.1. INTRODUÇÃO

O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 (trinta) anos.

Pioneiro no desenvolvimento de produtos e serviços para o mercado de capitais, com uma estrutura totalmente dedicada e capacitada para prover serviços de alta qualidade e grande número de serviços agregados, o Custodiante atua há mais de 10 (dez) anos na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos e clubes de investimento e carteiras administradas. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais. A estratégia de investir constantemente na qualificação das equipes, excelência dos serviços, tecnologia e soluções inovadoras levou o Custodiante a conquistar o prêmio de único custodiante local “Top Rated” no Brasil e “Best in Class” em 9 (nove) das 10 (dez) categorias analisadas pela pesquisa, segundo a revista Global Custodian (Edição Winter 2009, 2009 Agent Banks in Emerging Markets Survey / Melhor Prestador de Serviços de Custódia Local do Mercado Brasileiro).

O Custodiante obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de: (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a: (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

16.2. TECNOLOGIA E SISTEMAS

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais na condução de suas atividades, e ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas.

A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais garante a redução das atividades manuais. A interação do Custodiante com os seus clientes processa-se tanto pela digitação em nossos sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação.

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais” do Custodiante subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú Unibanco, representada pelo “Centro Técnico e Operacional”, para

alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O "Centro Técnico e Operacional" mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços de terceiros não acessam informações referentes aos fundos e carteiras sob a responsabilidade do Custodiante, suas partes relacionadas e/ou vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham uma estrutura de servidores de banco de dados independentes.

16.3. SISTEMA DE *BACK-UP*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *backup* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes.

Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação *on-line* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial.

Tanto a estrutura de *backup* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência.

O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do *site* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

16.4. POLÍTICAS DE *COMPLIANCE* E CONTROLES INTERNOS

A "Área de Mercado de Capitais" do Custodiante possui uma superintendência de compliance própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como para normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos foram recentemente re-certificados pela nova norma ISO9000. O processo de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais é realizado regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral pelo Custodiante.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras do Fundo



**Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios Financeiros - Suppliercard
CNPJ nº 08.692.888/0001-82
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.)
(CNPJ nº 36.113.876/0001-91)**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010 e 2009**



**Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Financeiros - Suppliercard
CNPJ nº 08.692.888/0001-82**

**(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)
(CNPJ nº 36.113.876/0001-91)**

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	5
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7 - 33



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Quotistas e à Administradora do

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard (administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2010 e a respectiva demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a fundo de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



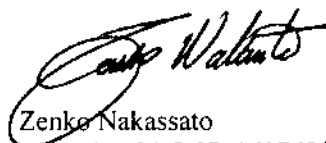
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supplercard em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho das suas operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a fundo de investimentos em direitos creditórios.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Zenko Nakassato
Contador CRC SP-160769/O-0 S-RJ

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard
CNPJ nº 08.692.888/0001-82

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
(CNPJ nº 36.113.876/0001-91)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações

em 31 de dezembro de 2010

Aplicações/especificação	Quantidade	Valor atual (R\$ mil)	% sobre o ativo
Titulos públicos		<u>2.069</u>	<u>1,09</u>
Letras Financeiras do Tesouro		2.069	1,09
Cotas de fundos de investimento		<u>67.342</u>	<u>35,63</u>
Itau Soberano Referenciado DI Longo Prazo Fundo de Investimento	3.224.353,041	66.929	35,41
Santander Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Banespa Títulos Públicos Referenciado DI	12.408,686	413	0,22
Direitos creditórios		<u>120.484</u>	<u>63,74</u>
A vencer		115.573	61,14
Vencidos		4.911	2,60
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(1.110)</u>	<u>(0,59)</u>
Outros valores a receber		<u>252</u>	<u>0,13</u>
Depósitos bancários		35	0,02
Outros		217	0,11
Total do ativo		<u>189.037</u>	<u>100,00</u>
Outros		<u>65</u>	<u>0,03</u>
Patrimônio líquido		<u>188.972</u>	<u>99,97</u>
Total do passivo		<u>189.037</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard
CNPJ nº 08.692.888/0001-82

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
(CNPJ nº 36.113.876/0001-91)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

	2010	2009
Patrimônio líquido no início dos exercícios	<u>116.984</u>	<u>68.267</u>
Quotas seniores 652.167,158 quotas a R\$ 134,856037 cada uma	87.948	
Quotas subordinadas 127.507,910 quotas a R\$ 227,716957 cada uma	29.036	
Quotas seniores 444.311,460 quotas a R\$ 120,987228 cada uma		53.756
Quotas subordinadas 105.185,717 quotas a R\$ 137,961589 cada uma		14.511
Quotas emitidas	<u>59.036</u>	<u>64.075</u>
Quotas seniores 367.747,228 quotas	53.036	
Quotas subordinadas 18.082,015 quotas	6.000	
Quotas seniores 468.495,498 quotas		59.625
Quotas subordinadas 30.859,690 quotas		4.450
Quotas resgatadas	<u>(12.665)</u>	<u>(30.066)</u>
Quotas seniores 84.473,359 quotas	(10.359)	
Quotas subordinadas 7.536,315 quotas	(2.306)	
Quotas seniores 260.639,800 quotas		(29.162)
Quotas subordinadas 8.537,497 quotas		(904)
Variação no resgate de quotas	<u>(1.848)</u>	<u>(4.893)</u>
Patrimônio líquido antes do resultado dos exercícios	<u>161.507</u>	<u>97.383</u>
Resultado dos exercícios		
Receitas	<u>31.124</u>	<u>24.093</u>
Rendas com direitos creditórios	26.277	23.000
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	-	1
Rendas de títulos e valores mobiliários	184	1.082
Rendas de aplicações em quotas de fundos de investimento	3.159	-
Outras receitas	1.504	10
Despesas	<u>(3.659)</u>	<u>(4.492)</u>
Perdas com direitos creditórios	(2.062)	(1.076)
Liquidação antecipada de direitos creditórios	(739)	(927)
Despesas administrativas	(858)	(748)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	-	(1.741)
Resultado dos exercícios	<u>27.465</u>	<u>19.601</u>
Patrimônio líquido do final dos exercícios	<u>188.972</u>	<u>116.984</u>
Quotas seniores 935.441,027 quotas a R\$ 150,072387 cada uma	140.384	
Quotas subordinadas 138.053,610 quotas a R\$ 351,950590 cada uma	48.588	
Quotas seniores 652.167,158 quotas a R\$ 134,856037 cada uma		87.948
Quotas subordinadas 127.507,910 quotas a R\$ 227,716957 cada uma		29.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Financeiros - Suppliercard**
CNPJ nº 08.692.888/0001-82

**(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)**
(CNPJ nº 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

1 Contexto operacional

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio aberto, iniciou suas atividades em 27 de junho de 2007 com prazo de duração de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado a critério da maioria dos quotistas, reunidos em assembléia geral, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356, e pelo regulamento do Fundo.

O Fundo é destinado a quaisquer pessoas que estejam habilitados a adquirir quotas de emissão de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de acordo com a regulamentação em vigor, nos termos de seus respectivos regulamentos, que busquem rentabilidade no médio e longo prazos condizente com a política de investimento do Fundo, e que estejam dispostos a aceitar risco de crédito em suas aplicações.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus quotistas a valorização de suas quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, originados e cedidos pela Suppliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A., que atendam aos critérios de elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em outros ativos. O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de 111% da Taxa DI, sendo que durante o período compreendido entre 4 de novembro de 2008 a 4 de novembro de 2011, o Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de 115% da Taxa DI, para as quotas seniores, observado a critério *pro-rata temporis*, conforme as condições estabelecidas no regulamento.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da cedente, da administradora, do custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais sujeitam-no às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2 Elaboração das demonstrações financeiras

Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Títulos públicos

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data de balanço, e ajustados ao valor de mercado.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

b. Quotas de fundos de investimento

As aplicações em quotas de fundos de investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da quota, divulgada pelos respectivos administradores.

c. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata-temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

d. Direitos creditórios vencidos

Estão integralmente registrados, limitados ao seu respectivo valor de face. A partir de 60 dias de seu vencimento, não são mais apropriadas receitas e encargos referentes a estas parcelas.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída, obedecida a escala de provisionamento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

f. Recompra dos direitos creditórios

É facultada à cedente dos direitos creditórios, a recompra de qualquer destes, a seu exclusivo critério, pelo valor contábil registrado no Fundo na respectiva data de aquisição, atualizado pela taxa pactuada no termo de seção.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

4 Títulos e valores mobiliários

a. Composição por: tipo de título, montante, natureza e faixas de vencimento

Os títulos de renda fixa estão assim classificados:

Títulos para negociação

Faixa de vencimento/título	Títulos públicos		Total contábil
	Custo (*)	Valor mercado	
Acima 365 dias (**)	<u>2.071</u>	<u>2.069</u>	<u>2.069</u>
Letras Financeiras do Tesouro	2.071	2.069	2.069
Total negociação	<u>2.071</u>	<u>2.069</u>	<u>2.069</u>
Total carteira renda fixa	<u>2.071</u>	<u>2.069</u>	<u>2.069</u>

(*) É o valor de aquisição acrescido dos rendimentos apropriados;

(**) Prazo a decorrer da data de balanço até o vencimento.

b. Premissas adotadas na determinação do valor de mercado

Títulos indexados à taxa SELIC - O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela taxa SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. Para esta atualização, as informações utilizadas são obtidas, diariamente por meio da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) para cada vencimento no dia anterior ao cálculo.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

5 Rating

O Fundo é avaliado por agência de *rating* especializada, conforme detalhado no regulamento. Esta avaliação é feita periodicamente, a cada trimestre, a partir da data da constituição, tendo sido contratada para avaliação a Moody's Investors Service. Em 31 de dezembro de 2009 o Fundo estava classificado no *rating* Ba2/Aa2.br na sua escala nacional às quotas seniores, em 31 de março de 2010, em 30 de junho de 2010, em 30 de setembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010 o mesmo *rating* atribuído foi mantido.

6 Direitos creditórios

Os direitos creditórios adquiridos são caracterizados por operações de financiamentos com encargos, operações de desconto e operação de refinanciamento de saldo devedor originados e cedidos pela cedente que é uma instituição financeira caracterizada como banco múltiplo.

a. Critérios de elegibilidade

O Fundo somente pode adquirir direitos creditórios cujas informações sejam transmitidas pela cedente ao custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no contrato de cessão e no contrato de custódia, e que atendam, cumulativamente, na data de aquisição, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- i. Não terem prazo de vencimento superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de aquisição, observado que é permitido que até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo contenha direitos creditórios com prazo de vencimento de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contado da data de aquisição;
- ii. O respectivo titular não se encontrar com uma operação de financiamento inadimplente perante o Fundo;

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

- iii. Depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de direitos creditórios de titularidade do Fundo, devido pelo respectivo titular, resultar em um valor igual ou inferior a (i) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo titular não esteja coberto por apólice de seguro ou, (ii) 4% (quatro por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo titular esteja coberto por apólice de seguro;
- iv. Depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de direitos creditórios de titularidade do Fundo, originado pelo estabelecimento Bunge, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.046.101/0001-93, resultar em um valor igual ou inferior a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião;
- v. Depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de direitos creditórios de titularidade do Fundo, originado pelo respectivo estabelecimento, resultar em um valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido na ocasião, sendo que, passados 18 (dezoito) meses do início das atividades, esse percentual deverá ser, no máximo, 40% (quarenta por cento);
- vi. O respectivo titular, na data de aquisição, não apresentar registros de apontamentos negativos de cadastro no SERASA, sendo que, no caso de protestos, não apresentar registros em valor agregado igual ou superior a R\$ 1; e
- vii. O respectivo estabelecimento não se encontrar inadimplente com o Fundo em relação a co-obrigação por esse prestada vinculada a direito creditório de titularidade do Fundo, seja integral ou parcial, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

b. Verificação dos direitos creditórios

O Itaú Unibanco S.A., contratado para prestação dos serviços de custódia e controladoria do Fundo, verifica por amostragem, trimestralmente ou em periodicidade menor, a seu exclusivo critério, a existência e formalização dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como o cumprimento da cedente com relação à guarda e organização dos referidos documentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram emitidos 4 relatórios da auditoria substantiva dos documentos que representam o lastro dos direitos creditórios, realizado pelo Itaú Unibanco S.A., os relatórios foram emitidos nas seguintes datas:

Data de emissão do relatório	Período de aquisição dos recebíveis	Data de verificação
23/03/2010	01/11/2009 a 31/01/2010	12/03/2010
30/06/2010	01/02/2010 a 31/03/2010	09/06/2010
22/09/2010	01/04/2010 a 30/06/2010	06/09/2010
10/12/2010	01/08/2010 a 31/10/2010	30/11/2010

c. Composição de direitos creditórios por vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2010, a carteira de direitos creditórios estava assim composta:

Direitos creditórios a vencer

Período em dias	Valor bruto	Quantidade de títulos
De 0 a 90	115.271	51.427
De 91 a 180	284	780
De 181 a 300	17	89

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Período em dias	Valor bruto	Quantidade de títulos
De 301 a 360	<u>1</u>	<u>10</u>
Total	<u>115.573</u>	<u>52.306</u>

Direitos creditórios vencidos

Período em dias	Valor bruto	Quantidade de títulos
De 1 a 90	3.800	2.425
De 91 a 180	351	285
De 181 a 300	470	282
De 301 a 360	290	101
De 361 a 720	<u>-</u>	<u>13</u>
Total	<u>4.911</u>	<u>3.106</u>

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Valor presente dos contratos (*)	% de provisão	Valor da provisão
Títulos a vencer			
Nível AA	108.484	-	-
Títulos vencidos			
Nível A	9.108	0,5	45
Nível B	570	1	6
Nível C	977	3	29
Nível D	155	10	16

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

	Valor presente dos contratos (*)	% de provisão	Valor da provisão
Nível E	83	30	25
Nível F	168	50	84
Nível G	113	70	79
Nível H	<u>826</u>	100	<u>826</u>
Total	<u>120,484</u>		<u>1,110</u>

- (*) Para cálculo do valor da provisão para devedores duvidosos foi considerado o valor total do contrato, tendo-se por base a data de vencimento da primeira parcela não liquidada. Todos os contratos de um mesmo Cadastro de Pessoa Física (CPF) foram classificados na faixa de vencimento em que foi verificado o maior atraso. A base de direitos creditórios utilizada para cálculo da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), não contempla o critério de congelamento dos títulos vencidos a mais de 60 dias, conforme dispõe a Resolução BACEN nº 2.682/99, critério de provisionamento de perdas utilizado pelo Fundo, e já está impactada pelas baixas (pagamentos) dos créditos realizadas no último dia útil do mês, face ser processada somente no 1º dia útil do mês subsequente à data-base. Em virtude desses fatores, em 31 de dezembro de 2010, a carteira apresenta valor presente dos créditos de R\$ 120.478, e o valor disponibilizado no relatório D7 MH/A (Relatório/base gerencial utilizado para cálculo da provisão para devedores duvidosos) de R\$ 120.484.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

e. Movimentação da provisão de crédito para liquidação duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.614)
Constituição	(825)
Reversão	<u>2.329</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(1.110)</u>

f. Recompra de direitos creditórios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a cedente recomprou direitos creditórios, totalizando um montante de R\$ 21.031 conforme relatório de recompra de direitos creditórios (D7UW/B) emitido pelo custodiante.

Mês	Valor contábil	Valor recompra
01/2010	1.575	1.559
02/2010	1.456	1.437
03/2010	1.530	1.511
04/2010	2.270	2.232
05/2010	1.571	1.551
06/2010	1.655	1.636
07/2010	3.019	2.988
08/2010	2.079	2.056
09/2010	1.308	1.298
10/2010	1.354	1.340
11/2010	1.239	1.225
12/2010	<u>1.975</u>	<u>1.953</u>
Total	<u>21.031</u>	<u>20.786</u>

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

g. Perdas com direitos creditórios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram baixados para prejuízo o montante de R\$ 2.062 referentes à direitos creditórios com atrasos superiores a 361 dias.

7 Gerenciamento de riscos

Os direitos creditórios e os outros ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os quotistas, não podendo a administradora, o custodiante, o distribuidor, ou qualquer de suas respectivas afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os direitos creditórios e outros ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos quotistas quando do resgate de suas quotas, entre outros eventos, nos termos do regulamento.

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário

O investimento do Fundo em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais direitos creditórios. Caso o Fundo necessite alienar seus direitos creditórios a terceiros, ou caso o quotista receba tais direitos creditórios em pagamento pelo resgate de suas quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os direitos creditórios, (ii) o preço de alienação dos direitos creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e a seus quotistas e/ou (iii) a administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos em caso de inadimplemento.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados.

Liquidez das quotas

Em razão (i) das quotas do Fundo serem inegociáveis e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio aberto, admitindo o resgate das quotas pelos quotistas nos termos estabelecidos no regulamento, esses podem ter dificuldade em realizar seus investimentos mediante o resgate de suas quotas no momento em que considerarem oportuno.

Resgate condicionado

O Fundo somente procederá ao resgate das quotas em moeda corrente nacional na medida em que os direitos creditórios sejam devidamente pagos pelos titulares ou por eventuais garantidores, que os outros ativos sejam liquidados e/ou alienados e que os recursos recebidos sejam depositados em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo. A administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para o resgate integral das quotas, não havendo qualquer garantia de que o Fundo procederá ao resgate integral das quotas seniores resgatadas, até o limite do respectivo valor máximo de resgate, e das quotas subordinadas resgatadas durante o período de efetivação de resgate correspondente e/ou na data de resgate de quotas subordinadas. O valor de resgate das quotas seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do patrimônio líquido do Fundo, não sendo devido, todavia, pelo Fundo ou por qualquer pessoa qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Assim, tendo em vista a inexistência de co-obrigação ou direito de regresso contra a cedente e/ou qualquer de suas afiliadas com relação aos direitos creditórios e outros ativos, após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar o resgate, em moeda corrente nacional, de suas quotas.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Valor máximo de resgate

O valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das quotas seniores resgatadas não pode ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das quotas seniores em circulação, apurado para a última data de apuração de resgate de quotas seniores, acrescido do valor das quotas seniores postergadas nos termos do regulamento. Caso o valor a ser pago a título de resgate exceda ao limite anteriormente definido, o Fundo procederá ao resgate do saldo do valor das respectivas quotas seniores resgatadas, por seu valor apurado, na data de resgate das quotas seniores imediatamente subsequente, observados os procedimentos definidos no regulamento.

Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira

O regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado no prazo de até 1 (um) ano contado da ocorrência de um evento de resgate antecipado, observado o disposto no regulamento. Nesse caso, o resgate das quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de direitos creditórios. Assim, os quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os direitos creditórios entregues em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos titulares e eventuais garantidores dos créditos, além de incorrerem, entre outras despesas e encargos (i.e. honorários advocatícios), em custos de custódia dos direitos creditórios e dos documentos comprobatórios.

Risco da titularidade indireta

A titularidade das quotas não confere aos quotistas o domínio direto sobre os direitos creditórios ou outros ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da administradora

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Riscos operacionais

O custodiante realizará a verificação documental (física) da regularidade dos documentos comprobatórios apenas através de auditoria semestral e por amostragem. Considerando que: (i) tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos direitos creditórios ao Fundo; (ii) os procedimentos de emissão dos demonstrativos de pagamento para cobrança são processados por sistema interno de controle da cedente ou da Supplier, não tendo a administradora e o custodiante qualquer controle sobre tais procedimentos; (iii) o custodiante, sem prejuízo de suas responsabilidades, poderá sub-contratar terceiros no que tange a guarda dos documentos comprobatórios; e (iv) a carteira do Fundo poderá conter direitos creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e nos sistemas internos de controle sob responsabilidade da cedente, da Supplier, dos terceiros contratados pelo custodiante e de seus agentes, nos termos dos documentos da securitização, poderá causar, entre outras ocorrências adversas, atraso no recolhimento dos valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios. A ocorrência de tais hipóteses poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Trânsito dos valores relativos aos direitos creditórios de titularidade do Fundo por contas correntes de titularidade da cedente e outros procedimentos de liquidação

A totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos titulares, dos demonstrativos de pagamentos vinculados aos direitos creditórios cedidos ao Fundo, incluindo aqueles decorrentes de seu pagamento parcial e/ou pré-pagamento, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão (i) acolhidos pelo agente cobrador bancário, (ii) repassados a cedente; e (iii) transferidos, pela cedente para a conta do Fundo, conforme identificado no regulamento. Os procedimentos de recebimento e repasse dos valores relativos aos direitos creditórios de titularidade do Fundo poderão atrasar ou deixar de ocorrer, por diversas razões, incluindo, sem limitação, (i) na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente com referência a cedente e/ou ao agente cobrador bancário, ou (ii) o inadimplemento, pela cedente e/ou pelo agente cobrador bancário, de suas obrigações previstas no convênio de cobrança e no contrato de cobrança bancária respectivamente. Ademais, na ocorrência de qualquer das hipóteses anteriormente indicadas, e caso os recursos de titularidade do Fundo se encontrem na posse do agente cobrador bancário e/ou da cedente, eles podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela administradora, por conta a ordem do Fundo. A ocorrência de qualquer evento que impossibilite aos titulares efetuarem o pagamento de seus demonstrativos de pagamento poderá levar a necessidade de adoção de nova sistemática de recebimento e cobrança direta, pela administradora, por conta e ordem do Fundo, dos valores devidos ao Fundo, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos de transação, causando assim efeitos adversos na sua carteira.

Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança pela cedente

Caso a cedente deixe, por qualquer motivo, de atuar como agente de cobrança do Fundo, nos termos do convênio de cobrança, o recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, conforme identificado no regulamento, poderão ser negativamente afetados até a efetiva nomeação de agente de cobrança substituto.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Descasamentos de taxas e operações com instrumentos derivativos

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em direitos creditórios, as quais são remunerados principalmente a taxas pré-fixadas, e em outros ativos. Considerando-se que o valor das quotas seniores será apurado na forma estabelecida no regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos direitos creditórios e dos outros ativos e (ii) das quotas seniores. A ocorrência do evento anteriormente descrito poderá resultar na perda do valor de principal das aplicações dos quotistas, mesmo na hipótese de a administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar o risco de descasamento identificado neste item. A administradora não se encontra obrigada a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das quotas seniores, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.

Fatores macroeconômicos relevantes

Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos direitos creditórios e dos outros ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos no regulamento, poderão resultar em perdas para os quotistas.

Emissão de novas quotas

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no regulamento, independentemente de autorização previa dos quotistas, emitir novas quotas. Na hipótese de emissão de novas quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais quotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos quotistas da mesma classe de quotas que já estejam em circulação.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Riscos associados aos outros ativos

Os outros ativos, os quais poderá compor até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, quotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, os quais poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos quotistas.

Inexistência de rendimento predeterminado

O valor das quotas seniores será apurado de acordo com as critérios definidos no regulamento. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos quotistas seniores na hipótese de resgate de suas respectivas quotas e não representa nem deverá ser considerado, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da administradora, do custodiante, da cedente, da Supplier, do(s) distribuidor(es) e/ou de suas respectivas afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os quotistas seniores no farão jus, em nenhuma circunstância, quando do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas quotas apurado no regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de quotas.

Risco do exercício de poder de veto pelo quotista titular das quotas subordinadas

A aprovação das matérias definidas no regulamento dependerá dos titulares da maioria das quotas seniores presentes e do voto afirmativo dos titulares da maioria das quotas subordinadas.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Resgate antecipado de quotas seniores

Conforme estabelecido no regulamento, para re-enquadramento da razão de garantia e/ou da alocação mínima de investimento, ou, ainda, caso a cedente decida por descontinuar, temporariamente, os procedimentos de cessão dos direitos creditórios ao Fundo, a administradora poderá proceder ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembleia Geral, de todas as quotas seniores em circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do regulamento.

Risco de descontinuidade do Fundo

A política de investimento do Fundo, conforme descrito no regulamento, estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, a aplicação em direitos creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da descontinuidade das operações regulares da cedente, da Supplier, da capacidade da cedente e/ou da Supplier, nos termos do contrato de CardMember, originarem direitos creditórios elegíveis para o Fundo e da vontade unilateral da cedente em continuar a ceder direitos creditórios ao Fundo.

Risco no atraso dos repasses dos recursos de titularidade do Fundo

A obrigação de a cedente repassar os valores referentes aos pagamentos dos direitos creditórios feitos pelos titulares, nos termos do regulamento, inicia-se na data do respectivo recebimento dos valores pela cedente. Nesse sentido, caso o titular efetue pagamentos mediante cheque, ou em agentes de correspondente bancário e em agências situadas em locais remotos, os referidos recursos somente encontrar-se-ão disponíveis para transferência pela cedente ao Fundo no prazo de até 4 (quatro) dias úteis.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Risco da cedente

A cedente, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato de cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder direitos creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo esta condicionada a continuidade das operações da cedente com direitos creditórios elegíveis nos termos do regulamento, uma vez que a cedente é a originadora exclusiva dos direitos creditórios que comporão o Fundo, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das quotas seniores, bem como a vontade unilateral da cedente em ceder direitos creditórios ao Fundo, observada a possibilidade de os quotistas deliberarem a alteração dos critérios de elegibilidade do regulamento em assembleia geral de quotistas.

Risco de pagamentos inferiores ao mínimo estabelecido no demonstrativo de pagamento

Caso o titular venha a realizar pagamentos inferiores ao valor mínimo estabelecido no demonstrativo de pagamento, a cedente estornará o respectivo crédito em favor do titular e, portanto, não considerará qualquer valor pago. Nessa hipótese, não haverá repasse de qualquer valor ao Fundo, o que poderá causar efeitos adversos em sua carteira. Ainda, caso de eventuais repasses de valores que estejam retidos após os direitos creditórios a eles vinculados serem considerados como perda, no regulamento, tal fato poderá afetar negativamente a carteira do Fundo e, por conseguinte, a valorização das quotas.

Conflito de interesses por parte da cedente

A cedente acumula as funções de cedente dos direitos creditórios, distribuidora das quotas e agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, sendo também a responsável pela guarda dos documentos comprobatórios. Nesse sentido, não há garantia que no futuro não venha a existir a possibilidade de conflito de interesses pela cedente, em razão do acúmulo de funções por ela exercidas, o que poderá causar efeitos adversos ao Fundo e a sua carteira.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Quanto aos riscos associados aos direitos creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

Risco de crédito

Os direitos creditórios são pagos pelos titulares quando do vencimento de seus respectivos demonstrativos de pagamento, nos termos do contrato de cartão de crédito, inclusive, na hipótese de pagamento parcial do saldo devedor expresso no demonstrativo de pagamento, por meio dos procedimentos de financiamento automático conforme definidos no contrato de cartão de crédito. A realização dos direitos creditórios depende exclusivamente da solvência dos titulares e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. No caso dos direitos creditórios cedidos com co-obrigação, total ou parcial, dos estabelecimentos, esses são responsáveis por seu pagamento na hipótese de inadimplemento do titular, nos termos do contrato de cartão de crédito. Tal circunstância, contudo, não assegura que os valores devidos ao Fundo sejam recuperados, total ou parcialmente.

Inexistência de co-obrigação

A cessão ao Fundo de direitos creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação da cedente ou de qualquer de suas afiliadas. A cedente, a Supplier e quaisquer de suas afiliadas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos direitos creditórios cedidos ou pela solvência dos titulares e de eventuais garantidores dos direitos creditórios. Em nenhuma hipótese, a administradora, o custodiante e quaisquer de suas respectivas afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos direitos creditórios ou pela solvência dos titulares e de eventuais garantidores dos direitos creditórios.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Impossibilidade de a cedente prover o refinanciamento automático do saldo devedor aos titulares

Nos casos de refinanciamento automático do saldo devedor, o titular poderá vir a atrasar o pagamento de suas obrigações referentes aos direitos creditórios de titularidade do Fundo, caso a cedente, por qualquer motivo, incluindo a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente, torne-se impedida de oferecer o financiamento automático ao titular e a Supplier não obtenha recursos no mercado para prover o financiamento do respectivo saldo devedor, na forma estabelecida no contrato de cartão de crédito. Dessa forma, o titular terá de efetuar o pagamento integral do valor expresso em seu demonstrativo de pagamento. A ocorrência do evento identificado neste item poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido e, consequentemente, a solvência do Fundo.

Modificações ao contrato de cartão de crédito, a política de concessão de crédito e a política de cobrança

A cedente e a Supplier poderão, unilateralmente, proceder alterações aos termos e as condições do contrato de CardMember, do contrato de cartão de crédito, da política de concessão de crédito e/ou da política de cobrança, sem a necessidade de aprovação prévia da administradora e/o quotistas. A cedente somente informará a administradora e ao custodiante qual alteração aos documentos anteriormente referidos após a sua implementação. Assim, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações de tais documentos poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos direitos creditórios de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

8 Emissões, amortização e resgate de quotas

a. Emissão

Na emissão de quotas do Fundo deve ser utilizado o valor da quota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à administradora.

b. Resgate

Quotas seniores

O resgate pode ser solicitado a qualquer tempo, mas, está sujeito a uma taxa de saída, que será decrescente se o período de permanência for superior a 720 dias.

As datas de apuração dos resgates obedecem as seguintes datas:

Período de solicitação de resgate de quotas seniores	Datas de apuração do resgate de quotas seniores
De 01/10 a 31/01	01/02
De 01/02 a 31/05	01/06
De 01/06 a 30/09	01/10

A efetivação do resgate das quotas seniores ocorrerá entre o 45º e 75º dia após a apuração do resgate.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

Quotas subordinadas

Período de solicitação de resgate de quotas subordinadas	Datas de apuração do resgate de quotas subordinadas
De 20/09 a 19/01	20/01
De 20/01 a 19/04	20/04
De 20/04 a 19/09	20/09

A efetivação do resgate das quotas subordinadas ocorrerá no 90º dia após a apuração do resgate.

9 Custódia

Os títulos públicos estão registrados e custodiados, em conta própria do Fundo, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil. As quotas de fundos de investimento são custodiadas pelos respectivos administradores dos fundos. Os documentos representativos dos direitos creditórios são custodiados sob responsabilidade do Itaú Unibanco S.A. em empresas especialmente contratadas para essa finalidade.

10 Encargos do Fundo

a. Taxa de administração

A Administradora receberá pelos serviços de administração do Fundo taxa de administração equivalente ao maior valor entre (i) R\$ 10; ou (ii) o valor correspondente a 0,20% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo que atingir até R\$ 70.000, acrescido do valor apurado pela aplicação do percentual de 0,15% ao ano sobre o montante que exceder os R\$ 70.000 do patrimônio líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12, apurado no último dia útil de cada mês. Sobre esse valor serão acrescidos os valores equivalentes:

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

- i. Ao maior valor entre (i) o montante apurado de acordo com os parâmetros definidos na tabela abaixo, e (ii) R\$ 1 mensais.
- ii. À R\$ 0,00245 por aplicação, resgate ou qualquer evento de quotista no fundo; e
- iii. R\$ 0,00060 pela emissão de cada extrato de movimentação do quotista.

Patrimônio líquido	Percentual anual incidente sobre o patrimônio líquido
0 a 50.000	0,0240
50.001 a 100.000	0,0208
100.001 a 150.000	0,0200
150.001 a 200.000	0,0195
Acima de 200.001	0,0190

Esses valores são corrigidos anualmente, pelo critério *pro-rata temporis* no primeiro dia útil do mês de janeiro de cada ano, pela variação do IPC do ano imediatamente anterior ou, na sua falta, pela variação do IGP-M/FGV, ou, na falta de ambos, pela variação do IGP-DI/FGV. Sobre os valores apurados deve ser acrescido o valor resultante da aplicação das alíquotas vigentes, nas respectivas datas de pagamento, dos seguintes tributos: ISS, PIS e COFINS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a taxa de administração foi equivalente a 0,20% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo que atingir até R\$ 70.000, acrescido do valor apurado pela aplicação do percentual de 0,15% ao ano sobre o montante que exceder os R\$ 70.000 do patrimônio líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12, apurado no último dia útil de cada mês.

A despesa correspondente ao montante de R\$ 308 (R\$ 236 em 2009) foi registrado na rubrica "Despesas administrativas".

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

b. Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A administradora contratou o Itaú Unibanco S.A. para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de quotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares. A despesa correspondente ao montante de R\$ 415 (R\$ 305 em 2009) foi registrado na rubrica “Despesas administrativas”.

11 Evolução do valor da quota e rentabilidade

Data	Quota sênior R\$	Rentabilidade %
27/06/2007	100,000000	-
31/12/2007	106,209742	6,21
31/12/2008	120,987228	13,91
31/12/2009	134,856037	11,46
31/12/2010	150,072387	11,28

Data	Quota subordinada R\$	Rentabilidade %
27/06/2007	100,000000	-
31/12/2007	100,849005	0,85
31/12/2008	137,961589	36,80
31/12/2009	227,716957	65,06
31/12/2010	351,950590	54,56

A rentabilidade obtida no passado, não representa garantia de resultados futuros.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Supliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

12 Política de divulgação das informações

As informações, obrigatórias relativas ao Fundo deverão ser feitas por meio de publicação, no jornal “Monitor Mercantil”, ou por meio de correio eletrônico, e mantida disponível para os quotistas na sede e agências da instituição administradora e nas instituições que coloquem quotas do Fundo.

13 Legislação tributária

a. Imposto de renda

Conforme metodologia regulamentada pela secretaria da receita federal, os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2005 estarão sujeitos, ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas:

- i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ii. 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a até 720 dias; e
- iv. 15% em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Os rendimentos são tributados semestralmente, nos meses de maio e novembro de cada ano, a alíquota de 15% e, por ocasião do resgate das quotas, é aplicado a alíquota complementar, variável em razão do prazo da aplicação.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos quotistas sujeitos as regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

b. IOF

Não há incidência.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das quotas)

14 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos quotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15 Alterações estatutárias

Em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 19 de outubro de 2010 foi deliberada a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos quotistas seniores através da Assembleia Geral de Quotistas realizada em 22 de outubro de 2009, por mais um período de 1 ano. Dessa forma o *benchmark* das quotas seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI, no período que se iniciou em 4 de novembro de 2009 e encerrando-se em 4 de novembro de 2011.

16 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

* * *

José Rubens Bachiega
CRC 1SP158626

Mauro Sergio de Oliveira
Diretor Responsável

Demonstrações Trimestrais do Fundo

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2011.

À

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

GIE

A/c Claudio Maes

DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL

OURINVEST FIDC FINANCEIROS SUPPLIERCARD

ATIVO: OPERAÇÕES COM CARTÕES DE CRÉDITO

Prezados Senhores,

Na qualidade de diretor designado pela instituição administradora para o Fundo em referência, apresento o demonstrativo trimestral referente ao **1º trimestre de 2011**, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as negociações foram realizadas a taxas de mercado, conforme demonstrado abaixo:

I – Composição da Carteira (31/03/2011)

Composição da Carteira em 31/03/2011

	R\$	Base	% Ref.	Referência	
				Mín	Máx
Caixa (*)	30.557,28	PL	0,01	-	-
Contas a Pagar/Receber	44.698,52	PL	0,02	-	-
Recebíveis (Contábil)	131.705.747,14	PL	53,82	-	-
V.P. Recebíveis a Vencer	126.751.705,69	PL	51,79	-	-
Recebíveis em Atraso	6.423.516,24	PL	2,62	-	-
[x] 01 até 30 dias	4.003.774,30	PL	1,64	-	-
[x] 31 até 60 dias	749.166,18	PL	0,31	-	-
[x] 61 até 90 dias	356.131,01	PL	0,15	-	-
[x] mais de 90 dias	1.314.444,75	PL	0,54	-	-
PDD	(1.469.474,79)	PL	(0,60)	-	-
Aplicações Financeiras	112.949.253,38	PL	46,15	-	-
Curto Prazo	0,00	PL	0,00	-	-
Títulos Públicos	0,00	PL	0,00	-	-
Títulos Privados	0,00	PL	0,00	-	-
Longo Prazo	112.949.253,38	PL	46,15	-	-
Títulos Públicos	4.159.771,90	PL	1,70	-	-
Títulos Privados	108.789.481,48	PL	44,45	-	-
PL Total	244.730.256,32	PL	100,00	-	-

OLIVEIRA TRUST

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 3514-0000 • Fax: 3514-0099
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3504-8100 • Fax: 3504-8199

Ouvidoria
Atendimento: Dias úteis • 08h às 20h
Telefone: 0800 282 9900

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br
ouvidoria@oliveiratrust.com.br

II - CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS – VALORES E TAXAS

(Incisos I e II do § 3º do artigo 8º da IN 356/01)

01/01/2011 A 31/03/2011

OLIVEIRA TRUST

DATA DA CESSÃO	VALOR DE FACE	VALOR DE COMPRA	TAXA APLICADA (AO ANO)
5/1/2011	18.982.708,91	18.508.703,56	38,00%
6/1/2011	5.463.350,13	5.340.153,07	38,00%
7/1/2011	3.276.310,74	3.229.668,02	18,00%
10/1/2011	3.377.299,19	3.330.720,49	18,00%
11/1/2011	4.861.002,77	4.790.757,92	18,00%
12/1/2011	7.701.399,42	7.597.822,16	18,00%
13/1/2011	4.199.266,84	4.140.398,81	18,00%
14/1/2011	4.994.293,61	4.856.192,88	38,00%
17/1/2011	5.313.392,17	5.213.837,13	23,00%
18/1/2011	6.167.942,93	6.053.323,26	23,00%
19/1/2011	8.926.837,49	8.706.490,59	33,00%
20/1/2011	4.553.297,28	4.422.992,64	38,00%
21/1/2011	5.260.693,78	5.159.803,76	25,50%
24/1/2011	5.866.069,46	5.706.233,94	38,00%
26/1/2011	4.890.203,41	4.790.273,68	28,00%
27/1/2011	14.190.024,98	13.840.251,80	36,00%
28/1/2011	7.708.908,10	7.528.453,54	37,00%
31/1/2011	5.827.411,33	5.733.954,20	20,00%
1/2/2011	5.714.456,05	5.617.173,99	23,00%
3/2/2011	17.378.457,73	16.937.546,23	34,00%
4/2/2011	3.391.612,68	3.305.532,44	38,00%
7/2/2011	3.611.809,14	3.516.844,69	38,00%
8/2/2011	4.166.710,93	4.053.293,69	38,00%
9/2/2011	5.486.426,03	5.340.157,48	38,00%
10/2/2011	3.816.642,51	3.706.104,57	38,00%
11/2/2011	5.370.550,84	5.282.039,39	22,00%
14/2/2011	4.335.627,17	4.225.984,58	38,00%
15/2/2011	4.472.414,13	4.419.263,57	18,00%
16/2/2011	1.096.642,94	1.084.401,53	32,00%
17/2/2011	10.637.867,60	10.373.058,62	38,00%
18/2/2011	6.446.287,86	6.325.754,31	28,00%
21/2/2011	5.700.726,99	5.590.704,53	28,00%
22/2/2011	5.696.682,37	5.548.147,00	38,00%
23/2/2011	9.607.031,15	9.372.666,11	38,00%
24/2/2011	5.293.037,72	5.221.767,59	19,00%
25/2/2011	6.153.467,12	6.070.545,94	19,00%
28/2/2011	6.577.733,06	6.436.415,61	32,00%
9/3/2011	37.849.087,20	37.061.045,77	38,00%

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 3514-0000 • Fax: 3514-0099
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3504-8100 • Fax: 3504-8199

Ouvidoria
Atendimento: Dias Úteis • 08h às 20h
Telefone: 0800 282 9900

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br
ouvidoria@oliveiratrust.com.br

10/3/2011	4.907.801,92	4.786.231,03	38,00%
11/3/2011	9.748.118,80	9.512.473,10	38,00%
14/3/2011	4.358.900,00	4.292.358,46	19,00%
15/3/2011	5.458.545,44	5.379.691,98	19,00%
16/3/2011	8.370.388,43	8.143.856,34	38,00%
17/3/2011	4.777.805,87	4.703.560,61	19,00%
18/3/2011	6.164.155,79	6.074.771,74	19,00%
21/3/2011	5.167.271,33	5.021.257,99	38,00%
22/3/2011	7.070.550,33	6.946.415,02	25,00%
23/3/2011	7.714.769,81	7.517.016,08	38,00%
24/3/2011	5.383.829,96	5.301.407,03	19,00%
25/3/2011	5.794.533,88	5.709.156,36	19,00%
28/3/2011	5.298.205,97	5.153.466,83	38,00%
29/3/2011	6.993.841,80	6.810.093,28	35,00%
30/3/2011	10.830.818,11	10.562.262,62	38,00%
31/3/2011	5.636.254,15	5.554.631,87	19,50%

III - MÉDIA DA CARTEIRA

(Incisos I e II do § 3º do artigo 8º da IN 356/01)

01/01/2011 A 31/03/2011

ATIVO	VALOR MÉDIO	% MÉDIO
Títulos Públicos	3.463.337,62	1,58%
Títulos Privados	86.884.837,71	39,68%
Total Recebíveis	128.629.848,30	58,74%

IV - VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS RECEBÍVEIS

(Incisos III e IV do § 3º do artigo 8º da IN 356/01)

01/01/2011 A 31/03/2011

Em cumprimento com o disposto nos incisos III e IV do Artigo 8º da Instrução 356/01 expedida pela CVM, informamos o seguinte:

- Com relação ao inciso III ("Os procedimentos de verificação do lastro, por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso"):

O Custodiante realizou, por amostragem, a auditoria de verificação do lastro dos Direitos Creditórios do Fundo referentes ao 1º trimestre de 2011 com a adoção de

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 3514-0000 • Fax: 3514-0099
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3504-8100 • Fax: 3504-8199

Ouidoria
Atendimento: Dias úteis • 08h às 20h
Telefone: 0800 282 9900

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br
ouvidoria@oliveiratrust.com.br

metodologia própria. A análise foi realizada sobre 300 cédulas de Crédito Bancário, impressas via sistema, contendo os dados do sacado, quantidade de parcelas, vencimentos e os valores das compras efetuadas nos estabelecimentos conveniados, adquiridas pelo Fundo no período de 01/11/10 a 31/01/11, totalizando R\$ 3.619.099,39.

O trabalho teve como objetivo verificar a formalização dos contratos no seguintes aspectos:

-Verificação da existência do Contrato e suas respectivas Cédulas de Crédito Bancário;

- Verificação do Contrato para emissão de Cartões de Crédito Sistema Supliercard: assinaturas do estabelecimento; emissor; administradora; testemunhas; local e data da operação;

- Verificação do preenchimento dos campos da Cédula de Crédito Bancário; número da Cédula; nome do Emitente; CNPJ; valor; vencimento; quantidade de parcelas; local e data da operação; e

- Verificação da consistência entre os dados da CCB e os registros no sistema do Custodiante.

- Com relação ao inciso IV (“Os resultados da verificação do lastro, por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados”):

RESULTADO:

Foram entregues 300 Cédulas de Crédito Bancário, impressas via sistema, contendo os dados do sacado, quantidade de parcelas, vencimentos e os valores das compras efetuadas nos estabelecimentos conveniados assim distribuídos:

- Bunge Alimentos S.A. – 195 CCB's (65,00%)
- Votorantin Cimentos do Brasil S.A. – 64 (21,33%)
- Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda. – 23 (7,67%)
- C & C Casa e Construção Ltda. – 9 CCB's (3,00%)
- Gimba Suprimentos de Escritórios e Informática Ltda. – 3 CCB's (1,00%)
- Frefer Metal Plus – Indústria e Comércio de Metais Ltda – 2 (0,67%).
- Danone Ltda.– 1 (0,33%)
- Mais Próxima Comercial e Distribuidora S/A – 1 (0,33%)

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 3514-0000 • Fax: 3514-0099
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3504-8100 • Fax: 3504-8199

Ouvidoria
Atendimento: Dias úteis • 08h às 20h
Telefone: 0800 282 9900

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br
ouvidoria@oliveiratrust.com.br

Todos os contratos entre os estabelecimentos e a Administradora de Cartão de Crédito estão formalizados corretamente. Dos 9 (nove) estabelecimentos analisados, apenas o de Gimba Suprimentos de Escritórios e Informática Ltda não tem renovação automática.

a) Em 4 (quatro) cédulas de crédito foram identificadas divergência no nome do sacado em comparação ao cadastrado no sistema do Custodiante.

b) Duas cédulas apresentaram divergência no dia de vencimento em comparação com o sistema do Custodiante.

Em resposta aos apontamentos, a Cedente informou que:

a) Houve alteração cadastral destes clientes, não refletida na cédula por ocasião da sua emissão;

b) Trata-se de prorrogação da data de vencimento.

V - INFORMAÇÕES DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITORIOS

01/01/2011 A 31/03/2011

1) Incisos V e VI do § 3º do artigo 8º da IN 356/01)

- Em cumprimento ao disposto na alínea “a” do Inciso V do artigo 8º da IN 356/01, declaramos que as informações exigidas pelas alíneas “a” e “c” do inciso X do artigo 24 da IN 356/01 constam do Regulamento vigente do Fundo, o qual encontra-se disponível para consulta na página da rede mundial de computadores desta D. CVM;

- Em cumprimento ao disposto na alínea “b” do Inciso V, bem como no inciso VI do artigo 8º da IN 356/01, declaramos que as informações supramencionadas não sofreram alterações ou aditamentos;

2) Inciso VII do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

- No que concerne aos originadores que representam, individualmente, 10% ou mais da carteira do Fundo no trimestre e em cumprimento ao disposto na alínea “a” do Inciso VII do artigo 8º da IN 356/01, informamos que não houve alteração nos critérios descritos no Regulamento do Fundo para concessão de crédito adotados por tais originadores.

- No que concerne aos originadores que representam, individualmente, 10% ou mais da carteira do Fundo no trimestre e em cumprimento ao disposto na alínea “b” do Inciso VII do artigo 8º da IN 356/01, informamos que os critérios para

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 3514-0000 • Fax: 3514-0099
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3504-8100 • Fax: 3504-8199

Ouvidoria
Atendimento: Dias úteis • 08h às 20h
Telefone: 0800 282 9900

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br
ouvidoria@oliveiratrust.com.br

concessão de crédito adotados pelos originadores estão descritos no Regulamento do Fundo.

3) Inciso VIII do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

Informamos que não houve alteração em qualquer garantia existente para o conjunto de ativos do Fundo.

4) Inciso IX do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

- **Em cumprimento ao disposto na alínea “a” do Inciso IX do artigo 8º da IN 356/01**, informamos que foi celebrado um único Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, em 05 de abril de 2007, e alterado em 05 de novembro de 2008, através do Primeiro Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, tendo sido as cessões formalizadas através de Termos de Cessão Consolidados.

A tabela constante do item “II – Cessões de Direitos Creditórios - Valores e Taxas” do presente Demonstrativo Trimestral apresenta todas as cessões de Direitos Creditórios realizadas no trimestre em questão.

- **Em cumprimento ao disposto na alínea “b” do Inciso IX do artigo 8º da IN 356/01**, informamos que todas as cessões de direitos creditórios realizadas no trimestre em questão foram realizadas em caráter definitivo, nos termos do item 5.7 do Regulamento do Fundo.

5) Incisos X e XI do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

- **Em cumprimento ao disposto no Inciso X do artigo 8º da IN 356/01**, informamos que os eventos de pré-pagamento de direitos creditórios, ocorridos no trimestre em questão impactaram em R\$ 67.335,15, representando 0,03% do valor do Patrimônio Líquido do Fundo e 0,05% da rentabilidade da carteira de Direitos Creditórios do Fundo.

- **Em cumprimento ao disposto no Inciso XI do artigo 8º da IN 356/01**, informamos que os eventos de pré-pagamento relacionados acima não impactaram de forma relevante no Patrimônio Líquido do Fundo, bem como na rentabilidade da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo, não ocasionando prejuízo ao Fundo e a seus Quotistas.

OLIVEIRA TRUST

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 3514-0000 • Fax: 3514-0099
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3504-8100 • Fax: 3504-8199

Ouvidoria
Atendimento: Dias úteis • 08h às 20h
Telefone: 0800 282 9900

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br
ouvidoria@oliveiratrust.com.br

6) Incisos XII a XIV do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

- Em cumprimento ao disposto nas alíneas “a” e “b” do Inciso XII do artigo 8º da IN 356/01, informamos que não foram realizadas alienações, inclusive por venda ou permuta, de direitos creditórios pelo Fundo, no trimestre em questão.

- Em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 8º da IN 356/01, informamos que não ocorreram eventos de alienação de direitos creditórios do Fundo no trimestre em questão.

- Em cumprimento ao disposto no Inciso XIV do artigo 8º da IN 356/01, informamos ainda que, tendo em vista a não obrigatoriedade de alienações de direitos creditórios pelo Fundo, não é possível avaliar um impacto de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de direitos creditórios.

7) Inciso XV do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

Informamos que, no trimestre em questão, não houve evento de amortização antecipada de direitos creditórios do Fundo que tenha decorrido da verificação de quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar as operações respectivas.

8) Inciso XVI do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

Informamos que, no trimestre em questão, não ocorreram fatos que tenham afetado a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

Atenciosamente,



**Mauro Sergio de Oliveira - Diretor designado do OURINVEST FIDC
FINANCEIROS – SUPPLIERCARD**

OLIVEIRA TRUST

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 3514-0000 • Fax: 3514-0099
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3504-8100 • Fax: 3504-8199

Ouvidoria
Atendimento: Dias úteis • 08h às 20h
Telefone: 0800 282 9900

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br
ouvidoria@oliveiratrust.com.br



À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
GIE
A/c Claudio Maes

DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL

OURINVEST FIDC FINANCEIROS SUPPLIERCARD

ATIVO: OPERAÇÕES COM CARTÕES DE CRÉDITO

Prezados Senhores,

Na qualidade de diretor designado pela instituição administradora para o Fundo em referência, apresento o demonstrativo trimestral referente ao **3º trimestre de 2011**, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as negociações foram realizadas a taxas de mercado, conforme demonstrado abaixo:

I – Composição da Carteira (30/09/2011)

Composição da Carteira em 30/09/2011					
	Referência				
	R\$	Base	% Ref.	Mín	Máx
Caixa (*)	21.724,89	PL	0,01	-	-
Contas a Pagar/Receber	(722.605,98)	PL	(0,29)	-	-
Recebíveis (Contábil)	186.443.307,02	PL	74,38	-	-
V.P. Recebíveis a Vencer	179.959.782,60	PL	71,79	-	-
Recebíveis em Atraso	9.005.542,06	PL	3,59	-	-
[x] 01 até 30 dias	5.803.017,02	PL	2,31	-	-
x] 31 até 60 dias	496.153,44	PL	0,20	-	-
[x] 61 até 90 dias	328.177,67	PL	0,13	-	-
[x] mais de 90 dias	2.378.193,93	PL	0,95	-	-
PDD	(2.522.017,64)	PL	(1,01)	-	-
Aplicações Financeiras	64.931.614,56	PL	25,90	-	-
Curto Prazo	447.716,02	PL	0,18	-	-
Títulos Públicos	0,00	PL	0,00	-	-
Títulos Privados	447.716,02	PL	0,18	-	-
Longo Prazo	64.483.898,54	PL	25,72	-	-



OLIVEIRA TRUST

Títulos Públicos	4.405.532,41	PL	1,76	-	-
Títulos Privados	60.078.366,13	PL	23,97	-	-
PL Total	250.674.040,49	PL	100,00	-	-

II - CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS – VALORES E TAXAS

(Incisos I e II do § 3º do artigo 8º da IN 356/01)

01/07/2011 A 30/09/2011

DATA DA CESSÃO	VALOR DE FACE	VALOR DE COMPRA	TAXA APLICADA (AO ANO)
30/09/2011	9.277.038,00	9.433.717,43	20,00%
29/09/2011	6.168.147,76	6.265.107,09	20,00%
28/09/2011	13.258.579,89	13.460.305,21	20,00%
27/09/2011	5.716.624,24	5.807.984,26	20,00%
26/09/2011	7.231.489,95	7.346.461,86	20,00%
23/09/2011	7.795.727,20	7.959.325,85	28,00%
22/09/2011	7.219.033,62	7.377.576,26	28,00%
21/09/2011	18.835.677,37	19.222.073,25	28,00%
20/09/2011	116.012,63	121.835,51	28,00%
19/09/2011	8.243.218,77	8.410.386,82	28,00%
16/09/2011	6.762.654,86	6.924.140,51	29,50%
15/09/2011	5.356.221,76	5.480.393,99	29,50%
14/09/2011	9.939.349,57	10.158.713,24	29,50%
13/09/2011	12.764.426,47	13.056.158,89	29,50%
12/09/2011	65.374,55	67.162,17	29,50%
09/09/2011	4.915.522,54	5.028.949,88	29,50%
08/09/2011	7.177.540,58	7.334.713,22	29,50%
06/09/2011	4.664.250,37	4.770.891,08	29,50%
05/09/2011	20.452.163,10	20.908.775,50	29,50%
01/09/2011	6.411.767,71	6.557.813,41	29,50%
31/08/2011	15.950.697,11	16.305.779,66	29,50%
30/08/2011	8.216.927,93	8.405.050,23	29,50%
29/08/2011	6.412.283,71	6.549.162,66	22,50%
26/08/2011	6.808.199,60	6.955.539,77	29,50%
25/08/2011	8.373.381,50	8.571.838,13	29,50%
24/08/2011	12.155.380,04	12.435.648,65	29,50%
23/08/2011	5.848.948,58	5.981.883,42	29,50%
22/08/2011	11.856.466,35	12.114.483,37	29,50%
18/08/2011	5.599.178,29	5.725.424,43	29,50%



OLIVEIRA TRUST

17/08/2011	11.407.979,95	11.666.429,14	29,50%
16/08/2011	5.585.163,40	5.717.196,52	29,50%
15/08/2011	6.669.679,35	6.814.566,74	29,50%
12/08/2011	6.174.093,88	6.320.763,60	29,50%
11/08/2011	5.011.614,93	5.126.849,31	29,50%
10/08/2011	7.820.997,23	7.998.504,05	29,50%
09/08/2011	4.872.776,66	4.986.011,93	29,50%
08/08/2011	5.414.892,03	5.540.879,37	29,50%
05/08/2011	3.764.540,25	3.869.696,97	29,50%
04/08/2011	2.053.851,83	2.105.174,54	29,50%
03/08/2011	26.942.419,89	27.553.044,72	29,50%
01/08/2011	15.332.068,11	15.683.444,49	29,50%
28/07/2011	6.675.413,89	6.870.183,49	38,00%
27/07/2011	12.557.396,61	12.898.493,00	38,00%
26/07/2011	5.373.718,35	5.494.752,60	30,00%
25/07/2011	6.098.263,95	6.231.779,42	30,00%
22/07/2011	5.745.455,55	5.874.990,72	30,00%
21/07/2011	10.696.472,68	10.925.234,68	30,00%
20/07/2011	5.741.414,90	6.556.297,72	30,00%
18/07/2011	6.573.458,62	6.716.168,13	30,00%
15/07/2011	5.803.071,17	5.948.393,17	30,00%
14/07/2011	5.002.892,49	5.128.492,19	30,00%
13/07/2011	9.219.612,42	9.418.917,67	30,00%
12/07/2011	5.964.474,81	4.857.844,74	30,00%
11/07/2011	4.742.880,21	4.857.844,74	30,00%
08/07/2011	4.664.444,88	4.781.095,85	30,00%
07/07/2011	3.327.852,62	3.415.014,80	30,00%
06/07/2011	6.232.963,60	6.373.141,45	30,00%
05/07/2011	14.473.174,36	14.801.958,38	30,00%
01/07/2011	6.903.293,33	7.067.494,28	30,00%

III - MÉDIA DA CARTEIRA

(Incisos I e II do § 3º do artigo 8º da IN 356/01)

01/07/2011 A 30/09/2011

ATIVO	VALOR MÉDIO	% MÉDIO
Títulos Públicos	4.342.067,44	1,74%
Títulos Privados	72.290.196,32	28,95%



OLIVEIRA TRUST

Total Recebíveis

173.098.754,21

69,31%

IV - VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS RECEBIVEIS

(Incisos III e IV do § 3º do artigo 8º da IN 356/01)

01/07/2011 A 30/09/2011

Em cumprimento com o disposto nos incisos III e IV do Artigo 8º da Instrução 356/01 expedida pela CVM, informamos o seguinte:

- Com relação ao inciso III (“Os procedimentos de verificação do lastro, por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso”):

O Custodiante realizou, por amostragem, a auditoria de verificação do lastro dos Direitos Creditórios do Fundo referentes ao 3º trimestre de 2011 com a adoção de metodologia própria. A análise foi realizada sobre 300 cédulas de Crédito Bancário, impressas via sistema, contendo os dados do sacado, quantidade de parcelas, vencimentos e os valores das compras efetuadas nos estabelecimentos conveniados, adquiridas pelo Fundo no período de 01/05/11 a 31/07/11, totalizando R\$ 6.495.168,03.

O trabalho teve como objetivo verificar a formalização dos contratos no seguintes aspectos:

- Verificação da existência do Contrato e suas respectivas Cédulas de Crédito Bancário;
 - Verificação do Contrato para emissão de Cartões de Crédito Sistema Supliercard: assinaturas do estabelecimento; emissor; administradora; testemunhas; local e data da operação;
 - Verificação do preenchimento dos campos da Cédula de Crédito Bancário; número da Cédula; nome do Emitente; CNPJ; valor; vencimento; quantidade de parcelas; local e data da operação; e
 - Verificação da consistência entre os dados da CCB e os registros no sistema do Custodiante.
- Com relação ao inciso IV (“Os resultados da verificação do lastro, por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados”):**

RESULTADO:



Foram entregues 300 Cédulas de Crédito Bancário, impressas via sistema, contendo os dados do sacado, quantidade de parcelas, vencimentos e os valores das compras efetuadas nos estabelecimentos conveniados assim distribuídos:

- Bunge Alimentos S.A. – 196 CCB's (65,34%)
- Votorantin Cimentos do Brasil S.A. – 61 (20,34%)
- Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda. – 14 (4,67%)
- C & C Casa e Construção Ltda. – 02 CCB's (0,66%)
- Gimba Suprimentos de Escritórios e Informática Ltda. – 04 CCB's (1,33%)
- Danone Ltda.– 09 (3,00%)
- Rukavina Participações S.A (Mais Próxima Comercial e Distribuidora S/A) – 06 CCB's (20,34%)
- Seara Alimentos S.A – 03 CCB's (1,00%)
- PHILIPS do Brasil Ltda- 03 CCB's (3,00%)
- Aldo Componentes Eletrônicos Ltda – 02 CCB's (0,66%)

Todos os contratos entre os estabelecimentos e a Administradora de Cartão de Crédito estão formalizados corretamente. Dos 10 contratos analisados (dez), apenas o de Gimba Suprimentos de Escritórios e Informática Ltda não tem renovação automática.

Nas vias das Cédulas de Crédito apresentadas não constam assinaturas dos emitentes e das testemunhas e não há cópias dos comprovantes do CNPJ do sacado.

Em duas Cédulas de Crédito apresentadas foram identificadas divergência no nome do sacado em comparação ao cadastro no sistema D7.

ESCLARECIMENTOS: A cedente informou que para as duas Cédulas de Crédito apresentadas, foi solicitada alteração cadastral pelo Estabelecimento.

V - INFORMAÇÕES DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

01/07/2011 A 30/09/2011

1) Incisos V e VI do § 3º do artigo 8º da IN 356/01)

- **Em cumprimento ao disposto na alínea “a” do Inciso V do artigo 8º da IN 356/01**, declaramos que as informações exigidas pelas alíneas “a” e “c” do inciso X do artigo 24 da IN 356/01 constam do

Regulamento vigente do Fundo, o qual encontra-se disponível para consulta na página da rede mundial de computadores desta D. CVM;



- Em cumprimento ao disposto na alínea “b” do Inciso V, bem como no inciso VI do artigo 8º da IN 356/01, declaramos que as informações supramencionadas não sofreram alterações ou aditamentos;

2) Inciso VII do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

- No que concerne aos originadores que representam, individualmente, 10% ou mais da carteira do Fundo no trimestre e em cumprimento ao disposto na alínea “a” do Inciso VII do artigo 8º da IN 356/01, informamos que não houve alteração nos critérios descritos no Regulamento do Fundo para concessão de crédito adotados por tais originadores.

- No que concerne aos originadores que representam, individualmente, 10% ou mais da carteira do Fundo no trimestre e em cumprimento ao disposto na alínea “b” do Inciso VII do artigo 8º da IN 356/01, informamos que os critérios para concessão de crédito adotados pelos originadores estão descritos no Regulamento do Fundo.

3) Inciso VIII do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

Informamos que não houve alteração em qualquer garantia existente para a o conjunto de ativos do Fundo.

4) Inciso IX do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

- Em cumprimento ao disposto na alínea “a” do Inciso IX do artigo 8º da IN 356/01, informamos que foi celebrado um único Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, em 05 de abril de 2007, e alterado em 05 de novembro de 2008, através do Primeiro Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, tendo sido as cessões formalizadas através de Termos de Cessão Consolidados.

A tabela constante do item “II – Cessões de Direitos Creditórios - Valores e Taxas” do presente Demonstrativo Trimestral apresenta todas as cessões de Direitos Creditórios realizadas no trimestre em questão.

- Em cumprimento ao disposto na alínea “b” do Inciso IX do artigo 8º da IN 356/01, informamos que todas as cessões de direitos creditórios realizadas no trimestre em questão foram realizadas em caráter definitivo, nos termos do item 5.7 do Regulamento do Fundo.

5) Incisos X e XI do § 3º do artigo 8º da IN 356/01



- **Em cumprimento ao disposto no Inciso X do artigo 8º da IN 356/01**, informamos que os eventos de pré-pagamento de direitos creditórios, ocorridos no trimestre em questão, totalizaram R\$ 82.915.157,66, equivalentes a 33,08% do valor do Patrimônio Líquido do Fundo ("PL"). Apuramos, ainda, uma diferença entre o valor presente e o valor pago de R\$ 26.335,36, a qual impactou o PL em 0,01% e a rentabilidade da carteira de Direitos Creditórios do Fundo em 0,01%.

- **Em cumprimento ao disposto no Inciso XI do artigo 8º da IN 356/01**, informamos que os eventos de pré-pagamento relacionados acima não impactaram de forma relevante no Patrimônio Líquido do Fundo, bem como na rentabilidade da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo, não ocasionando prejuízo ao Fundo e a seus Quotistas.

6) Incisos XII a XIV do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

- **Em cumprimento ao disposto nas alíneas "a" e "b" do Inciso XII do artigo 8º da IN 356/01**, informamos que não foram realizadas alienações, inclusive por venda ou permuta, de direitos creditórios pelo Fundo, no trimestre em questão.

- **Em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 8º da IN 356/01**, informamos que não ocorreram eventos de alienação de direitos creditórios do Fundo no trimestre em questão.

- **Em cumprimento ao disposto no Inciso XIV do artigo 8º da IN 356/01**, informamos ainda que, tendo em vista a não obrigatoriedade de alienações de direitos creditórios pelo Fundo, não é possível avaliar um impacto de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de direitos creditórios.

7) Inciso XV do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

Informamos que, no trimestre em questão, não houve evento de amortização antecipada de direitos creditórios do Fundo que tenha decorrido da verificação de quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar as operações respectivas.

8) Inciso XVI do § 3º do artigo 8º da IN 356/01

Informamos que, no trimestre em questão, não ocorreram fatos que tenham afetado a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.



Atenciosamente,

Mauro Sergio de Oliveira - *Diretor designado do OURINVEST FIDC FINANCEIROS –
SUPPLIERCARD*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Súmula da Agência de Classificação de Risco


Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Supliercard

Sumário do Emissor


Analistas	Ely Mizrahi	55 11 4504-2617
	Robert Krause	55 11 4504-2211
Analista de Monitoramento	Kleber Oliveira	55 11 4504-2613

Tipo de Ativo(s)	Recebíveis Comerciais
Data de Início de Distribuição	30 Jun 2007
País	Brasil

Emissão/Classe/Rating

	Rating de Longo Prazo	Ação	Rating de Severidade de Perda	Ação	Data	Valor Nominal	Montante Inicial	Moeda	ISIN
Cotas Seniores – 1ª série	AA+ (bra) 	Atribuição	NR	NR	25 Jul 2011	100,00	1.000.000.000	BRL	BRSP11CTF000
Cotas Subordinadas	NR	NR	NR	NR	NR	100,00	250.000.000	NA	BRSP11CTF018

(prel) Rating Preliminar

Perspectiva	Observação	Tipo
		Positiva
		Negativa
		Indefinida
		Estável

Monitoramento

Últimas informações em: **30 Set 2011**

Composição dos Ativos

	Direitos Creditórios	Outros Ativos	Total Direitos Creditórios % (PL)	Patrimônio Líquido	Cota Subordinada % (PL)
29 Jul 2011	159.771.621	82.332.952	65,94%	242.284.262	19,10%
31 Ago 2011	172.453.658	74.279.222	69,91%	246.694.421	19,57%
30 Set 2011	186.443.307	64.953.339	74,38%	250.674.041	19,99%

Performance dos Direitos Creditórios

	Atrasos 1-30 dias (% dos DC)	Atrasos 31-60 dias (% dos DC)	Atrasos 61-90 dias (% dos DC)	Atrasos 91-120 dias (% dos DC)	Atrasos 121-150 dias (% dos DC)
29 Jul 2011	8,24%	0,49%	0,24%	0,18%	0,28%
31 Ago 2011	9,70%	0,59%	0,39%	0,17%	0,16%
30 Set 2011	6,25%	1,42%	0,30%	0,30%	0,13%

	Atrasos 151-180 dias (% dos DC)	Acima de 180 dias (% dos DC)		
29 Jul 2011	0,22%	0,00%		
31 Ago 2011	0,24%	0,00%		
30 Set 2011	0,15%	0,00%		

Histórico das Classes

Cotas Seniores – 1ª Série

	Montante Inicial	Rendimento do Período	Subscrição	(Resgate de Cotas)	Saldo Final
29 Jul 2011	197.704.891	2.178.579	-	(3.882.393)	196.001.077
31 Ago 2011	196.001.077	2.419.103	-	-	198.420.180
30 Set 2011	198.420.180	2.150.040	-	-	200.570.220



Cotas Subordinadas

	Montante Inicial	Rendimento do Período	Subscrição	(Resgate de Cotas)	Saldo Final
29 Jul 2011	56.367.296	2.009.198	-	(12.093.310)	46.283.185
31 Ago 2011	46.283.185	1.991.056	-	-	48.274.241
30 Set 2011	48.274.241	1.829.580	-	-	50.103.821

Reforço Inicial de Crédito

Informação Inicial

Montante Inicial (1ª Série Senior)	1.000.000.000	Índice de Referência	CDI
Prazo Total (meses)	240	Rendimento esperado(1ª Série)	115% do CDI
Vencimento Final	jun-2027		
Moeda	BRL		
Sobrecolateralização Inicial	20,0%		

Partes da Transação			
		Rating de Curto Prazo	Rating de Longo Prazo
Emissor	Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Supliercard	NA	NA
Originador	Banco Ourinvest S.A.	NR	NR
Custodiante	Itaú Unibanco S.A.	F1+ (bra)	AAA (bra) 
Agente Cobrador	Banco Bradesco S.A.	F1+ (bra)	AAA (bra) 
Administrador	Oliveira Trust DTVM Ltda.	NR	NR
Agente Fiduciário	NA	NR	NR
Contrapartida do Swap	NA	NR	NR

Perfil da Transação: A operação é uma securitização de recebíveis comerciais performados, provenientes de aquisições de insumos ou serviços de empresas de pequeno e médio portes, que utilizam como meio de pagamento cartões de bandeira própria da Supliercard. Este meio de pagamento permite que os detentores dos cartões efetuem as suas compras a prazo. Através desta operação tanto a Supliercard quanto o Banco Ourinvest, na qualidade de cedentes dos créditos, buscam recursos para primordialmente continuar a financiar suas operações.

Oliveira Trust DTVM S.A.
Avenida das Américas, nº 500 - Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown
Rio de Janeiro – RJ 22640-100

At: Sr. Mauro Sérgio de Oliveira

6 de dezembro de 2011

Prezado Mauro,

Ref: Ourinvest FIDC Financeiros – Suppliercard

Esta carta é fornecida em resposta à solicitação de confirmação do rating com respeito à emissão de cotas seniores pelo Ourinvest FIDC Financeiros - Suppliercard (Ourinvest FIDC).

A Fitch (“**Fitch**”) (veja definição abaixo) confirma que, a prorrogação por mais 6 meses (encerrando em 4 de maio de 2012) do prêmio de 4,0% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros (DI) conferido às cotas seniores emitidas pelo Ourinvest FIDC Financeiros – Suppliercard não resultará em retirada ou rebaixamento do rating atualmente atribuído pela Fitch à emissão de cotas seniores em ‘AA+(bra)’ (AA mais (bra)).

O rating atribuído pela Fitch se baseia nos documentos e nas informações fornecidas pelo emissor e por terceiros. A Fitch confia em todas estas fontes quanto à exatidão das informações e documentos. A Fitch não auditou ou verificou a veracidade ou a exatidão dessas informações.

O rating não constitui recomendação ou sugestão, direta ou indireta, de compra, venda, efetivação ou retenção de qualquer investimento, empréstimo ou título, ou para adoção de qualquer estratégia de investimento com respeito a qualquer investimento, empréstimo, título ou a qualquer emissor. O rating não tece comentário sobre a adequação do preço de mercado ou a conveniência de qualquer investimento, empréstimo ou título para um investidor em particular (incluindo, dentre outros, qualquer tratamento contábil e/ou regulatório), ou a natureza de isenção tributária, ou a tributação dos pagamentos efetuados com respeito a qualquer investimento, empréstimo ou título.

A Fitch não é consultora de V. Sas., nem está fornecendo aos senhores ou a qualquer terceiro um aconselhamento financeiro, ou prestando quaisquer serviços de ordem jurídica, de auditoria, contábil, de avaliação, valorização ou atuariais. Uma confirmação de rating não deve ser vista como substituição a esses aconselhamentos ou serviços.

A confirmação do rating não constitui concordância por parte da Fitch para utilização de seu nome como especialista em conexão com qualquer declaração de registro ou quaisquer outras submissões mediante as leis de títulos e valores mobiliários dos Estados Unidos da América, Reino Unido ou quaisquer outras leis relevantes sobre títulos e valores mobiliários.

A Fitch confia na disposição do emissor e terceiros de fornecer imediatamente à agência qualquer informação que possa ser substancial para os ratings, de forma que os nossos ratings continuem apropriados. Os ratings podem ser elevados, rebaixados, retirados ou colocados sob Observação devido a alterações nas, adições às, inexatidão das, ou inadequação das informações, ou por qualquer outra razão que a Fitch considere suficiente.

Nada na presente carta tem como objetivo ou deve ser interpretado como o estabelecimento de uma relação fiduciária entre a Fitch e V. Sas., ou entre esta agência e qualquer usuário dos ratings.

Na presente carta, “**Fitch**” significa Fitch, Inc. e Fitch Ratings Ltd. e qualquer subsidiária de qualquer uma destas, bem como qualquer sucessor dos interesses de quaisquer destas.

Foi uma satisfação ter tido a oportunidade de atendê-los. Caso necessitem de assistência adicional, por favor, entrem em contato pelo telefone (55 11-4504-2600).

Atenciosamente,

Fitch

Jayne Bartling
Diretor Sênior

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Regulamento

863081



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, constitui o **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SupplierCard**, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003 e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I - Sob a denominação de **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SupplierCard** ("FUNDO"), com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, fica constituído um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003 e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006;

II - A administração do **FUNDO** será efetuada por **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, acima qualificada;

III - O valor unitário inicial das Quotas Sênior e Subordinadas do **FUNDO** é de R\$ 100,00 (cem reais);

IV - O diretor da Instituição Administradora responsável pelas operações do **FUNDO**, designado para responder, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do **FUNDO**, bem como pela prestação de informações a ele relativas, é o Sr. Mauro Sergio de Oliveira; e

V - Seu regulamento é ora aprovado nos termos do documento anexo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2007

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

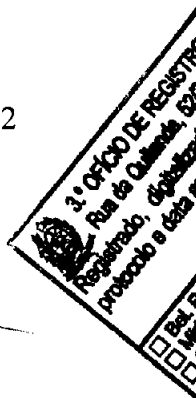
Cesar Reinaldo Leal Pinto
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
 Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
 RG: RG: 11812920-4 IFP/RJ
 CPF: CPF: 095.449.027-40

2. Michelle Moreira de Souza
 Nome: Michelle Moreira de Souza
 RG: RG: MG-7.929.096
 CPF: CPF: 010.915.956-07



865245

29 MAR 2007

865245

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo

CONSIDERANDO que a CVM formulou exigências para alterar o Regulamento do Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Alteração da redação:

- (a) Das alíneas "e" e "p" do item 8.4 do Capítulo VIII;
- (b) Da alínea "b" do item 12.2 do Capítulo XII;
- (c) Do item 14.3 do Capítulo XIV;
- (d) Do item 17.4 do Capítulo XVII, retificando o mês informado no item 2 do quadro referente ao Período de Solicitação de Resgate de Quotas Seniores; e
- (e) Do item 21.11 do Capítulo XXI.

3º RTD-RJ-Reg. nº 865245
Emolumentos R\$ 210,94
Distribuidor R\$ 11,32
Mutua/Acoterj R\$ 7,82
Fetj/Fundpar/Funparj R\$ 65,35
Total R\$ 295,43



Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2007.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Juarez Dias Costa
Diretor

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

Testemunhas:

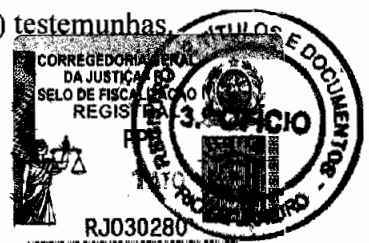
Paula Perazzi A. Ferreira

Paula Perazzi A. Ferreira
RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF: 095.449.027-40

Maria Eunice Motta M. de F. Mello

MARIAEUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.857.135-3

CERTIFICO MAIS que o presente documento
acha-se averbado à margem do registro sob
o nº 863081 do Livro 15-42
Dou fé *[assinatura]*



3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Cariacica, 523 - and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
protocolo e data e posto mecanicamente. O QUE CERTIFICO

[assinatura]

31/03/2007

Escritório Substituto
Escritório Substituto
Escritório Substituto
Escritório Substituto
Escritório Substituto

Escritório Substituto
Escritório Substituto
Escritório Substituto
Escritório Substituto
Escritório Substituto

871039

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007, ambos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo

CONSIDERANDO que a CVM formulou exigências para alterar o Regulamento do Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

- (a) Alteração da redação dos sub-ítems 32 e 82 e do item 2.1 do Capítulo II;
- (b) Inserção dos sub-ítems 78 e 91 do item 2.1 do Capítulo II;
- (c) Alteração da redação:
 - (i) do item 4.5 do Capítulo IV;
 - (ii) das alíneas "a" e "e" do item 5.2 e do item 5.7.1 do Capítulo V;
- (d) Inserção do item 5.8 ao Capítulo V;
- (e) Inserção do item 7.5 ao Capítulo VII;
- (f) Inserção do sub-item 11.7.2 e suas alíneas ao Capítulo XI;
- (g) Alteração da redação das alíneas "g" e "s" do item 12.2 do Capítulo XII;
- (h) Inserção da alínea "t" ao item 12.2 do Capítulo XII;
- (i) Inserção da alínea "e" ao item 12.3 do Capítulo XII;
- (j) Alteração da redação do item 12.4 do Capítulo XII;
- (k) Alteração da redação do item 15.1 do Capítulo XV;
- (l) Alteração da redação da alínea "b" do item 17.18 do Capítulo XVII;
- (m) Inserção da alínea "i" ao item 21.1 do Capítulo XXI;
- (n) Alteração da redação do item 26.1 do Capítulo XXVI; e
- (o) Inserção da alínea "j" ao item 27.1 do Capítulo XXVII.

3º RTD-RJ-Reg. nº 871039
Emolumentos
Distribuidor R\$ 242,70
Mantenedor R\$ 11,31
Fidelidade R\$ 7,78
Fidelidade Funerária R\$ 349,00
Total R\$ 610,79



CERTIFICADO que o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas, foi
acha-se averbado à margem do registro sob
o nº 865245 do Livro E-43 Rio de Janeiro, 01 de junho de 2007.
Doutor

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira
Promotor

Testemunhas:

Maria Eunice Motta M. de F. Mello

Paula Perazzi A. Ferreira

MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
CPF: 088.887.977-82
IFP: 12.857.135-3

Paula Perazzi A. Ferreira
RG: 11612920-4 IFP/RJ
CPF: 095.449.027-40



3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
Rua da Quitanda, 62/63 - 2º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ	
Telefone: (21) 250-1111	
Fax: (21) 250-1111	
E-mail: rtd@rio.rj.gov.br	
Site: www.rtd.rj.gov.br	
Assessoria Jurídica: Adv. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria Técnica: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Planejamento: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Controle: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Avaliação: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Arquivamento: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Publicação: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Distribuição: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Atendimento: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Treinamento: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Qualidade: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Segurança: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Meio Ambiente: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Saúde: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Comunicação: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Relações Públicas: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Marketing: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Vendas: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Suporte: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Manutenção: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Instalação: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Operação: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Monitoramento: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Análise: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Síntese: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	
Assessoria de Conclusão: Eng. Paulo Roberto de F. Mello	

874132

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS -
SUPPLIERCARD - 6 JUL 2007 874132**

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007 e (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que a CVM formulou exigências para alterar o Regulamento do Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

- (a) Alteração da redação do
 - (i) subitem 83 e do item 2.1 do Capítulo II;
 - (ii) item 11.7.1. do Capítulo XI;
- (b) Inserção da alínea "u" ao item 12.2 do Capítulo XII;
- (c) Retificação dos dispositivos indicados na alínea "e" do item 14.5 do Capítulo XIV;
- (d) Alteração da redação do item 15.1 do Capítulo XV, de modo a inserir a quantidade mínima e máxima de quotas que virão a representar o Patrimônio Líquido do Fundo

3º RTD-RJ-Reg. nº 874132
 Emolumentos R\$ 252,70
 Distribuidor R\$ 11,32
 Mutua/Acoter R\$ 7,82
 Fato/Fundper/Funper R\$ 77,82
 Total R\$ 349,66



Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas

CERTIFICO MAIS que o presente documento
 acha-se averbado à margem do registro sob
 o nº 871039 do Livro E-4 Rio de Janeiro, 06 de julho de 2007.
 Dou fé

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

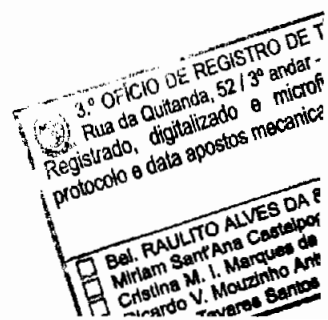
Testemunhas:

Maria Eunice Motta M. de F. Mello

MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
 CPF: 088.887.377-82
 IFP: 12.857.135-3

Paula Perazzi A. Ferreira

Paula Perazzi A. Ferreira
 RG: 11812920-4 IFP/RJ
 CPF: 095.449.027-40



INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; e (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que a maioria dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas aprovou alterar os Critérios de Elegibilidade constantes do Regulamento do Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação:

- (a) Alteração da redação dos subitens "c" e "e" do item 5.2 do Capítulo V;
- (b) Nova redação ao subitem "d" do item 5.2 do Capítulo V, com a conseqüente remuneração dos subitens seguintes; e
- (c) Inserção dos itens 5.2.1 e 5.2.2 ao Capítulo V.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

3ºRTD-RJ-Reg. nº 908375
Emolumentos R\$ 285,95
Distribuidor R\$ 11,81
Mutua/Acolerj R\$ 9,15
Felt/Fundpar/Funpar R\$ 81,94
Total R\$ 367,85



Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 2008.

[Handwritten signature]

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Testemunhas:

Silvia Cristina de Oliveira
Procuradora

[Handwritten signature: Maria Eunice Mottam de F. Mello]

MARIA EUNICE MOTTAM DE F. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.857.135-3

[Handwritten signature: Aline Tavares da Silva]

ALINE TAVARES DA SILVA
Detran/RJ: 020.621.272-2
CPF: 101.900.787-74



RMK16243



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - RJ

29 OUT 2008 908375

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

908822

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS -
SUPPLIERCARD**

- 5 NOV 2008

908822

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007; e (iv) Quarta Alteração ao Regulamento sob o nº 908375 em 29/10/2008, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que a maioria dos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, realizada em 17/10/2008, aprovou alterar os Critérios de Elegibilidade constantes do Regulamento do Fundo.

CONSIDERANDO que o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, aprovou em Assembléia Geral de Quotista, realizada em 31/10/2008, a criação de um prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, a ser conferido aos Quotistas Seniores, de modo que o benchmark das Quotas Seniores passará de 111% para 115% da Taxa DI, por um período de 6 meses, iniciando-se em 04/11/2008 (inclusive) e encerrando-se em 04/05/2009, mantendo-se as atuais condições de apuração do valor das Quotas Seniores e do critério de pagamento das mesmas, nos termos do item 21.11 do Capítulo XXI do Regulamento.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação:

3º RTD-RJ-Reg. nº 908822

Emolumentos	R\$ 265,85
Distribuidor	R\$ 11,81
Mutua/Acoterj	R\$ 8,15
Feto/Fundper/Funper	R\$ 81,94
Total	R\$ 367,85



- a) Nova redação à definição 10 e do item 2.1 do Capítulo II, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes;
- b) Nova redação à definição 29 e do item 2.1 do Capítulo II, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes;

- (c) Alteração da redação da definição 63 e do item 2.1 do Capítulo II;
- (d) Alteração da redação do item 4.1 do Capítulo IV;
- (e) Inserção do item 4.2.1 ao Capítulo IV.
- (f) Alteração do título do Capítulo V;
- (g) Alteração da redação do item 5.1 do Capítulo V;
- (h) Alteração da redação dos subitens "c", "d" e "e" do item 5.2 e dos itens 5.2.1 e 5.2.2 do Capítulo V;
- (i) Inserção do item 5.3 e do subitem 5.3.1 ao Capítulo V;
- (j) Alteração da redação dos subitens 5.4 e 5.5 do Capítulo V; e
- (k) Nova redação à alínea "c" do item 23.1 do Capítulo XXIII, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.


Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2008.

[Assinatura]

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Silvia Cristina de Oliveira
Procuradora

Testemunhas:

 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua da Quitanda, 52/3º and.-Centro - Rio de Janeiro - RJ Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Bek. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
<input checked="" type="checkbox"/>	Miriam Sant'Ana Castelpoggi - Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Cristina M. I. Marques da Silva - Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Ricardo V. Mouzinho Antunes - Escrevente Substituto

CERTIFICO MAIS que o presente documento
acha-se averbado a margem do registro sob
o nº 208375 do Livro B. 48
Dou fé _____



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 3º OFÍCIO
 - 5 NOV 2008 908822
 ARQUIVADA COM ENFOTOLIAS
 RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

920464

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**

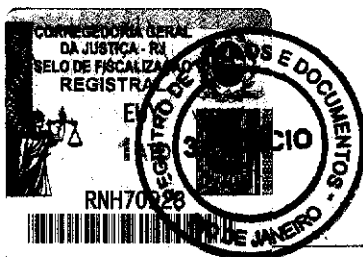
Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007; (iv) Quarta Alteração ao Regulamento sob o nº 908375 em 29/10/2008; e (v) Quinta Alteração ao Regulamento sob o nº 908822 em 05/11/2008, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, aprovou em Assembléia Geral de Quotista, realizada em 28/04/2009, a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos Quotistas Seniores através da Assembléia Geral de Quotistas realizada em 31/10/2008, por outro período de 6 meses.

CONSIDERANDO que o benchmark das Quotas Seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI, no período que se inicia em 04/11/2008 (inclusive) e encerrando-se em 04/11/2009 (inclusive).

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos itens 4.2.1, 16.1 – definição de *Spread*, e 17.18 "b", Fator de Saída acima de 720 dias corridos, que vigorarão na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação:

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.



Rio de Janeiro, 04 de maio de 2009.

[Handwritten signature]

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Silvia Cristina de Oliveira
Procuradora

3ºRTD-RJ-Reg. nº 920464
Emolumentos R\$ 282,07
Distribuidor R\$ 12,55
Mutual/Acoterj R\$ 8,72
Fet/Fundperj/Funperj R\$ 86,89
Total R\$ 390,23



ARQUIVADO EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

4 MAI 2009 920464

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

Testemunhas:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.857.135-3

Aline de Araujo Hamond
CPF: 116.576.577-28
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SETIMA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007; (iv) Quarta Alteração ao Regulamento sob o nº 908375 em 29/10/2008; (v) Quinta Alteração ao Regulamento sob o nº 908822 em 05/11/2008, e (vi) Sexta Alteração ao Regulamento sob o nº 920464 em 04/05/2009, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, aprovou em Assembléia Geral de Quotista, realizada em 28/04/2009, a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos Quotistas Seniores através da Assembléia Geral de Quotista realizada em 31/10/2008, por outro período de 6 meses.

CONSIDERANDO que o benchmark das Quotas Seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI, no período que se inicia em 04/11/2008 (inclusive) e encerrando-se em 04/11/2009 (inclusive) e, portanto, para cada período de aplicação do Quotista titular de Quotas Seniores, haverá um benchmark diferente, influenciando diretamente no Fator de Saída.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do item 17.18 "b", Fator de Saída "Até 360 dias corridos" e "De 361 até 720 dias corridos", que vigorarão na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

3ºRTD-RJ-Reg. nº 922182
Emolumentos R\$ 280,14
Distribuidor R\$ 12,55
Mutua/Acoter R\$ 8,72
Feto/Fundper/Funper R\$ 86,33
Total R\$ 387,74



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
Alexandre Lodi de Oliveira
PROCURADOR

Testemunhas:

Maria Eunice Motta M. Def. Mello

MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.857.135-3

Aline de Araujo Hamond

Aline de Araujo Hamond
CPF: 116.576.577-28
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ



RECEBIDA EM 17 JUN 2009
RIO DE JANEIRO - CAPITAL

17 JUN 2009 922182

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO



000502

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE OITAVA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelo Instrumento Particular de (i) Primeira Alteração ao Regulamento, registrado sob o nº 865245 em 29/03/2007; (ii) Segunda Alteração ao Regulamento registrado sob o nº 871039 em 01/06/2007; (iii) Terceira Alteração ao Regulamento sob o nº 874132 em 06/07/2007; (iv) Quarta Alteração ao Regulamento sob o nº 908375 em 29/10/2008; (v) Quinta Alteração ao Regulamento sob o nº 908822 em 05/11/2008, (vi) Sexta Alteração ao Regulamento sob o nº 920464 em 04/05/2009, e (vii) Sétima Alteração ao Regulamento sob o nº 922182, em 17/06/2009, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, aprovou em Assembléia Geral de Quotista, realizada em 22/10/2009, a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos Quotistas Seniores através da Assembléia Geral de Quotista realizada em 31/10/2008, por um período de 1 ano.

CONSIDERANDO que o benchmark das Quotas Seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI, no período que se inicia em 04/11/2008 (inclusive) e encerrando-se em 04/11/2010 (inclusive) e, portanto, para cada período de aplicação do Quotista titular de Quotas Seniores, haverá um benchmark diferente, influenciando diretamente no Fator de Saída.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do item 4.2.1 do regulamento do Fundo, de modo a refletir a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da taxa DI por um período de 1 ano, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2009.

Maria Eunice M. M. de Farias Melo

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
Maria Eunice M. M. de Farias Melo
Procuradora

Testemunhas:

Alina TAVARES DA SILVA

ALINE TAVARES DA SILVA
Detran/RJ: 020.621.272-2
CPF: 101.900.787-71

Renata Santiago Coutinho

Renata Santiago Coutinho
RG: 20.165960-4
103.005.347-28

3ºRTD-RJ-Reg. nº 936802
Emolumentos R\$ 282,07
Distribuidor R\$ 12,55
Mutua/Acoterj R\$ 8,72
Fet/Fundoperj/Funperj R\$ 86,89
Total R\$ 390,23



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE NONA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS -
SUPPLIERCARD**

968636

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelos Instrumentos Particulares de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Alterações ao Regulamento registrados em 29/03/2007, 01/06/2007, 06/07/2007, 29/10/2008, 05/11/2008, 04/05/2009, 17/06/2009 e 22/10/2009, sob os números 865245, 871039, 874132, 908822, 908822, 920464, 922182 e 936802 respectivamente, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que:

(i) o Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01;

(ii) conforme Carta-Circular nº 3.419, de 01 de fevereiro de 2008 do BACEN, as operações de crédito negociadas entre as instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 3.658, de 2008, ou seja, entre bancos múltiplos e fundos de investimento em direitos creditórios, em que os riscos e benefícios foram substancialmente retidos mediante a aquisição de cotas desses fundos, nos termos da alínea "a" do inciso I do art. 8º da Circular nº 3.445, de 2009, devem ser remetidas para registro no Sistema de Informações de Créditos ("SCR") pela instituição cedente.

RESOLVE a Instituição Administradora deliberar pelas seguintes alterações ao Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro deste instrumento no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

3ºRTD-RJ-Reg. nº 968636
Emolumentos R\$ 285,80
Distribuidor R\$ 13,06
Multiag:Acoter R\$ 9,07
Falt.F.L.R.dopar/Funper R\$ 81,11
Total R\$ 409,04



a) Excluir a alínea "b" do item 8.4 do Capítulo VIII, de modo a excluir a responsabilidade do Administrador pelo registro no SCR de operações crédito negociadas entre o Fundo e o Cedente, com a consequente renumeração dos itens seguintes.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2010.

Maria Eunice M. de Farias Mello

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Maria Eunice M. de Farias Mello
Procuradora

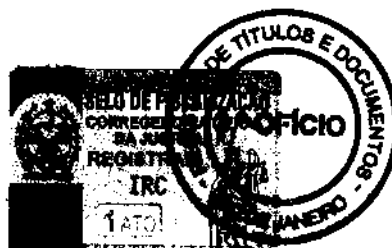
Maria Eunice M. de Farias Mello
Procuradora

Testemunhas:

Alline de Araujo Hamond

Alline de Araujo Hamond
CPF: 116.576.577-28
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

Arthur Farne D'amoed
Arthur Farne D'amoed
RG: 21.542.653-7 DETRAN/RJ
CPF: 118.812.467-60



RPU70030



3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda, 52/3.º and. Centro - Rio de Janeiro - RJ
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO

[Signature]

<input type="checkbox"/>	Bel. RAULIO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
<input checked="" type="checkbox"/>	Miriam Sant'Ana Castelpoggi - 1.ª Oficial Substituto
<input checked="" type="checkbox"/>	Ricardo V. Mouzinho Antunes - 2.ª Oficial Substituto

CERTIFICO E DOU FÉ que o presente documento
acha-se averbado a margem do Registro feito neste Ofício, no
Livro.....B-52....., sob o n.º de ordem 70664
e Protocolado sob o n.º 936802
em 26/10/2010 - RJ 23/08/10

3.º Ofício de Regt. de Tít. e Documentos

RECURSA SÓCIA EM MOEDAS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

23 AGO 2010 968636

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE NONA
ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD
CNPJ n.º 08.692.888/0001-82**

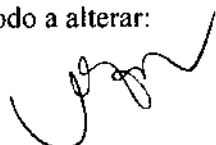
Pelo presente Instrumento Particular de Re-ratificação à Deliberação de Nona Alteração do Regulamento do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD** ("Fundo"), cujo Regulamento foi assinado pela Administradora e registrado em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e, alterado pelos Instrumentos Particulares de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Alterações ao Regulamento, registrados em 29/03/2007, 01/06/2007, 06/07/2007, 29/10/2008, 05/11/2008, 04/05/2009, 17/06/2009, 22/10/2009 e 23/08/2010, sob os números 865245, 871039, 874132, 908375, 908822, 920464, 922182, 936802 e 968636, respectivamente, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ("Regulamento"), do qual este é parte integrante, sendo o Fundo inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.692.888/0001-82, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, na qualidade de Administradora ("Administradora") do Fundo,

CONSIDERANDO QUE:

(i) em 23 de agosto de 2010 foi celebrado o Instrumento Particular de Nona Alteração ao Regulamento do Fundo, o qual foi registrado na mesma data, sob o nº 968636, perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro ("Instrumento Particular de Nona Alteração");

(ii) que, por ocasião do Instrumento Particular de Nona Alteração, o Regulamento foi alterado e consolidado, tendo ocorrido, por erro material, a consolidação contemplando erro na redação do sub-item 4.2.1 do item 4.2 do Capítulo IV e na definição de *Spread* na alínea "b" do item 16.1 do Capítulo XVI.

RESOLVE a Administradora re-ratificar o Regulamento consolidado conforme Instrumento Particular de Nona Alteração, que passa a vigorar conforme Anexo I à presente, de modo a alterar:



3ºRTD-RJ-Reg. n.º 969183
Emolumentos R\$ 265,80
Distribuidor R\$ 13,06
Multas/Atualizações R\$ 9,07
Fet./Fundos/Fund. R\$ 21,11
Trib. R\$ 409,04



26 AGO 2010 969183

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

(i) o sub-item 4.2.1 do item 4.2 do Capítulo IV, que passará a vigorar com a seguinte redação, cuja alteração encontra-se sublinhada:

"Exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de novembro de 2010, o Fundo buscará atingir uma rentabilidade (benchmark) de 115% (cento e quinze por cento) da Taxa DI, para as Quotas Seniores, observado o critério pro-rata temporis, conforme as condições estabelecidas no Capítulo XVI."

(ii) a definição de *Spread* na alínea "b" do item 16.1 do Capítulo XVI, que passará a vigorar com a seguinte redação, cuja alteração encontra-se sublinhada:

"11 (onze) ou 15 (quinze), exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de novembro de 2010 (inclusive)."

Ficam inalteradas todas as demais disposições do Regulamento.

Este instrumento, com o Regulamento consolidado deverá ser registrado perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2010

Maria Eunice M. M. de Farias Melo

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Maria Eunice M. M. de Farias Melo
Procuradora



Testemunhas:

Aline de Araujo Hamond

Nome: Aline de Araujo Hamond

RG: CPF: 116.576.577-23

CPF: RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

Renata Cunha

Nome:

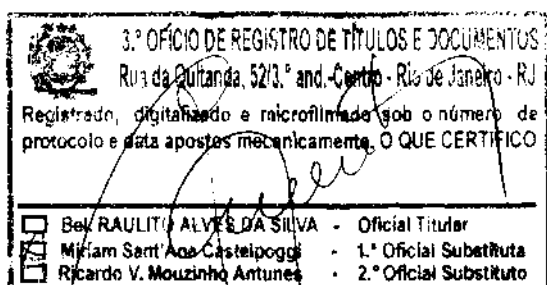
Renata Montelro da Cunha

RG:

RG: 10108848-2

CPF:

CPF: 079284627-37



CERTIFICO E DOU FÉ que o presente documento
foi averbado a margem do Registro feito neste Ofício, no
Livro.....B-52....., sob o n.º de ordem.....72664
e Protocolado sob o n.º.....236222
em.....26/10/09.....RJ.....20/10/10
.....
3.º Ofício de Reg. de Tít. e Documentos

INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelos Instrumentos Particulares de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Alterações ao Regulamento registrados em 29/03/2007, 01/06/2007, 06/07/2007, 29/10/2008, 05/11/2008, 04/05/2009, 17/06/2009, 22/10/2009 e 23/08/2010, sob os números 865245, 871039, 874132, 908375, 908822, 920464, 922182, 936802 e 968636, respectivamente, bem como pelo Instrumento Particular de Re-ratificação à 9ª alteração registrado em 26/08/2010 sob o número 969183, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que:

(i) o único Quotista titular de Quotas Subordinadas do Fundo, aprovou em Assembléia Geral de Quotista, realizada em 19/10/2010, a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos Quotistas Seniores através da Assembléia Geral de Quotista realizada em 22/10/2009, por um período de 1 ano.

(ii) que o benchmark das Quotas Seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI, no período que se inicia em 04/11/2008 (inclusive) e encerrando-se em 04/11/2011 (inclusive) e, portanto, para cada período de aplicação do Quotista titular de Quotas Seniores, haverá um benchmark diferente, influenciando diretamente no Fator de Saída.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações, de modo a refletir a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da taxa DI por um período de 1 ano, que vigorarão na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação:

(i) alteração do item 4.2.1; e

(ii) alteração da definição de *Spread* constante na alínea "b" do item 16.1 do Capítulo XVI,

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2010.

Maria Eunice Mello

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Maria Eunice M. M. de Farias Mello
Procuradora

Testemunhas:

Arthur Enme D'Amoed
RG: 31.562.653-7 DETRAN/RJ
CPF: 118.812.467-60

Renata Monteiro da Cunha
Renata Monteiro da Cunha
RG: 10103848-2
CPF: 079284627-37

3ºRTD-RJ-Reg. nº 975847
Emolumentos R\$ 283,72
Distribuidor R\$ 13,05
Mutua/Accoterj R\$ 9,41
Feto/Fundpary/Funper R\$ 90,41
Total R\$ 406,43



103



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 JUL 2011 1003121

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO
DO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS -
SUPPLIERCARD**

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFIL
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelos Instrumentos Particulares de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Alterações ao Regulamento registrados em 29/03/2007, 01/06/2007, 06/07/2007, 29/10/2008, 05/11/2008, 04/05/2009, 17/06/2009, 22/10/2009, 23/08/2010 e 28/10/2010 sob os números 865245, 871039, 874132, 908375, 908822, 920464, 922182, 936802, 968636, 975847 respectivamente, bem como pelo Instrumento Particular de Re-ratificação à 9ª alteração registrado em 26/08/2010 sob o número 969183, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 29 de junho de 2011, os Quotistas representando 73,55% das Quotas Seniores e 100% das Quotas Subordinadas em Circulação do Fundo deliberaram por unanimidade aprovar todas as matérias constantes da ordem do dia da referida Assembleia.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações, que vigorarão na forma do Regulamento consolidado anexo ao presente Instrumento de Alteração:

(i) alteração da Agência de Classificação de Risco do Fundo para Fitch Ratings Brasil Ltda.;

(ii) inclusão da SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A. como Cedente do Fundo.

(iii) inclusão do Banco Ourinvest S.A. e da SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A. como emissores de cartões que contratam operações comerciais de cartão de crédito com os Titulares;

(iv) inclusão do Banco Ourinvest S.A. como Agente de Financiamento dos Direitos Creditórios;

(v) contratação de prestador de serviço de consultoria especializada, Supplier Assessoria Financeira Ltda., para análise e seleção dos Direitos Creditórios que integrarão a carteira do Fundo e inclusão no Regulamento de suas obrigações;

3ºRTD-RJ-Reg. nº 1003121
Emolumentos R\$ 343,14
Distribuidor R\$ 13,85
Mutua/Acotej R\$ 9,63
Fet/Fundper/Funper R\$ 105,46
Total R\$ 472,08



(vi) contratação da Supplier Assessoria Financeira Ltda como gestor do Fundo, para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, tão logo obtido seu credenciamento perante a CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, ocasião em que a prestação de serviços de consultoria especializada, será incorporada à prestação de serviços de gestão da carteira e inclusão no Regulamento das obrigações do gestor e forma de substituição e renúncia



(vii) inclusão de Taxa de Performance, a ser paga pelo Fundo diretamente à Supplier Assessoria Financeira Ltda., equivalente a (i) 70% do que exceder 115% da Taxa DI de valorização das Quotas Subordinadas, 90% do que exceder 125% da Taxa DI de valorização das Quotas Subordinadas, em cascata, sendo que a Taxa de Performance deverá ser paga semestralmente pelo Fundo diretamente à Supplier Assessoria Financeira Ltda., cujo pagamento será condicionado: (a) a um Índice de Recompra menor que 7% no período de apuração; e (b) ao Fundo possuir um saldo de Quotas Subordinadas, igual ou maior que a somatória dos valores dos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, de titularidade dos 5 maiores sacados, no dia útil imediatamente anterior à data do referido pagamento. Caso o Fundo esteja desenquadrado, o pagamento ocorrerá tão logo esteja enquadrado;

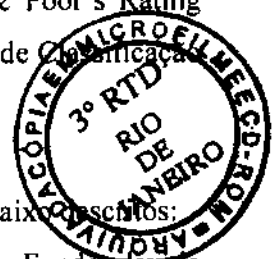
(viii) exclusão no Regulamento do Fundo, dos Estabelecimentos pré-definidos, são eles: "Intersmart", "C&C", "KSR/Votorantim", "Eletrodireto", "Aldo Componentes" e "Bunge", visando o aumento de direitos creditórios passíveis de cessão ao Fundo e, conseqüentemente, o potencial aumento do Patrimônio do Fundo, de modo que poderão ser Estabelecimentos aqueles que tenham celebrado o Contrato de Cartão de Crédito com a Supplier e qualquer uma das Cedentes, que possuam os dados cadastrados e permanentemente atualizados junto à Supplier, observada a Política de Concessão de Crédito.

(ix) inclusão das seguintes seguradoras de crédito: CesceBrasil Seguros de Garantias e Crédito S.A; Coface do Brasil Seguros de Crédito Interno S.A; Crédito y Caucción Seguradora de Créditos e Garantias S.A.;

(x) inclusão do índice de recompra que será apurado mediante a divisão do: (i) somatório do valor de Direitos Creditórios recomprados do Fundo pela(s) Cedente(s) pelo (ii) somatório do valor de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, no período compreendido entre o 1º (primeiro) e o último dia útil dos meses Janeiro e Junho, bem como dos meses de Julho e Dezembro de cada ano. O limite do Índice de Recompra será de 7%, o qual tem como objetivo, condição para pagamento da Taxa de Performance;

(xi) alteração da Política de Investimento do Fundo, com a inclusão de (i) Operações Comerciais de Cartões de Crédito, oriundas de recebíveis comerciais, industriais e de prestação de serviços, adicionalmente aos recebíveis financeiros, desde que originados e cedidos pelas Cedentes, e (ii) cédulas de crédito bancário originadas e cedidas pelo Agente de Financiamento, relacionados com as operações de cartões de crédito das Cedentes; bem como (iii) nova modalidade de investimento do saldo do patrimônio líquido do Fundo não aplicado em Direitos Creditórios: (a) até 20% (vinte por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu

patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos por uma Instituição Autorizada: (b) até 10% (dez por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos pelo Banco Safra S.A. ou pelo Banco Votorantim S.A.; e (c) até 5% (cinco por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos por instituição financeira cuja classificação de risco atribuída pela Agência de Classificação de Risco, bem como pela Moody's América Latina Ltda. e pela Standard & Poor's Rating Services seja equivalente ou superior à classificação de risco atribuída ao Fundo pela Agência de Classificação de Risco.;



(xii) alteração e inclusão de Critérios de Elegibilidade e/ou Condições de Cessão, conforme abaixo:

- aumento do percentual correspondente ao somatório do valor total de DCs de titularidade do Fundo, devido pelo respectivo Titular, de 0,75% para 1,25% do PL do Fundo na ocasião, caso o respectivo Titular não esteja coberto por Apólice de Seguro.

- aumento do limite, apenas para o Titular não coberto por Apólice de Seguro, na Data de Aquisição, de valor dos registros de protestos, que não poderá ser igual ou superior a R\$ 2.500,00. Para o Titular coberto por Apólice de Seguro, esse Critério de Elegibilidade não será aplicável.

- inclusão de novos Critérios de Elegibilidade, no que concerne: (a) ao limite para o valor total de Direitos Creditórios de Refinanciamento Automático, de titularidade do Fundo que, depois de computada, pro forma, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório seja igual ou inferior a 5%; e (b) ao prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo que, depois de computada, pro forma, a aquisição de Direitos Creditórios pretendida pelo Fundo, não poderá ser superior a 60 dias, calculado conforme a fórmula.

(xiii) inclusão de condição restritiva para o resgate de Quotas Subordinadas, que Fundo possua um saldo de Quotas Subordinadas, após computado *pro forma* o referido resgate, igual ou maior que a somatória dos valores dos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, de titularidade dos 5 maiores sacados, na data do referido resgate.

(xiv) inclusão de procedimento na Seção 5 do Capítulo XIX do Regulamento, a ser adotado pela Administradora do Fundo, caso, ao final do prazo de duração do Fundo, não haja liquidez para pagamento do resgate das Quotas Seniores, o que caracterizará inadimplemento pelo Fundo, devendo a Administradora convocar imediatamente os detentores das Quotas pendentes de resgate para decidir (i) sobre o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo; ou (ii) sobre os procedimentos que deverão ser adotados para quitação do saldo devedor;

(xv) as seguintes alterações das ordens de aplicação: (I) Prioridade no pagamento da Taxa de Performance em relação ao pagamento de resgate de Quotas Subordinadas; e (II) exclusivamente na hipótese de ocorrência de

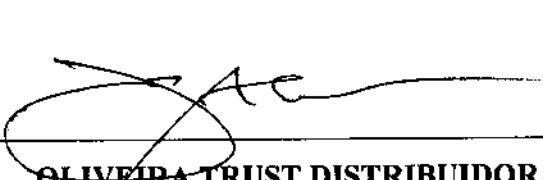
um Evento de Liquidação e/ou de um Evento de Resgate Antecipado, os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem: a) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável; b) resgate integral de Quotas Seniores, observados os termos e condições deste Regulamento; c) no pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco; d) no pagamento da remuneração da Taxa de Performance; e e) no resgate integral de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

(xvi) alteração do Evento de Resgate Antecipado, no que concerne à renúncia de Cedentes, constante no item (23.1), alínea (g) do Regulamento, que somente ocorrerá no caso de renúncia de Cedente(s) que representem 50% (cinquenta por cento) dos Direitos Creditórios Elegíveis das operações do Fundo dos últimos 3 (três) meses;

(xvii) ajustes nos modelos dos contratos constantes no Anexo III e no Anexo IV do Regulamento que são documentos em formato de minutas padrão, os quais foram ajustados de acordo com as negociações realizadas com cada Estabelecimento e com as especificidades das novas operações, em benefício do Fundo e dos Quotistas, bem como somente entrarão em vigor após o registro de referido documento no Cartório de Títulos e Documentos competente.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2011.



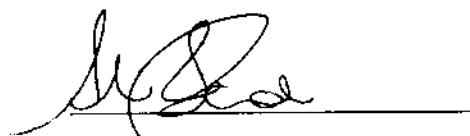
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS SA

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

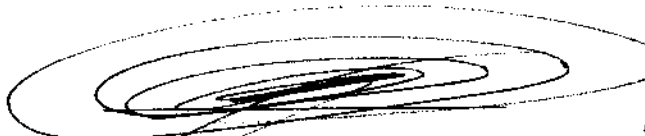


Maria Eunice M. M. de Farias Mello
Procuradora

Testemunhas:



Aline de Areujo Hamond
CPF: 116.576.577-28
RG: 11.172.043-0 DETRAN/RJ



Carlos Machado Galluzzo
DETRAN/RJ: 12.798.190-0
CPF: 058.942.377-09



3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda, 521.ª and. Centro - Rio de Janeiro - RJ

Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO

☒ Bel. RALITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
☐ Miriam Sant'Ana Castelpoggi - 1.º Oficial Substituto
☐ Ricardo V. Mouzinho Antunes - 2.º Oficial Substituto

CERTIFICO E DOU FE que o presente documento
foi registrado e margem de Registro feito neste Ofício no
Livro 055, sob nº 2.555, em 04 de julho de 2011.
2.º Ofício de Reg. de Tít. e Documentos

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 JUL 2011 - 1003121
ARQUIVADA COPIA
RIO DE JANEIRO - RJ

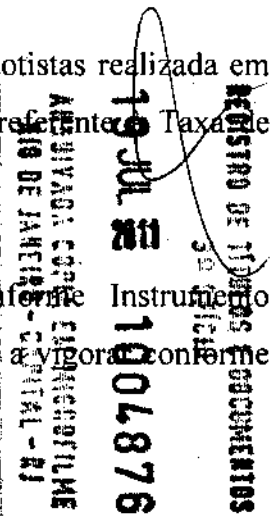
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE DÉCIMA
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO OURINVEST FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelos Instrumentos Particulares de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Alterações ao Regulamento registrados em 29/03/2007, 01/06/2007, 06/07/2007, 29/10/2008, 05/11/2008, 04/05/2009, 17/06/2009, 22/10/2009, 23/08/2010 e 28/10/2010 sob os números 865245, 871039, 874132, 908375, 908822, 920464, 922182, 936802, 968636, 975847 e 1003121, respectivamente, bem como pelo Instrumento Particular de Re-ratificação à 9ª alteração registrado em 26/08/2010 sob o número 969183, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que o Regulamento aprovado em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 29 de junho de 2011 consta de erro material no que tange ao seu item 9.8, referente Taxa de Performance.

RESOLVE a Administradora re-ratificar o Regulamento consolidado conforme Instrumento Particular de Décima Primeira Alteração pelas seguintes alterações, que passam a vigorar conforme anexo I à presente, de modo a:

3ºRTD-RJ-Reg. nº 1004876	
Emolumentos	R\$ 338,88
Taxa de Arrecadação	R\$ 13,85
Taxa de Arrecadação	R\$ 9,63
Taxa de Arrecadação	R\$ 104,17
Total	R\$ 466,53



Ficam retificados os seguintes itens, de modo a ficar em consonância ao deliberado em Assembleia Geral de Quotistas:

(i) alteração do item 9.8, no que concerne à retificação da fórmula para o cálculo da taxa de performance; e

(ii) inclusão dos sub-itens 9.8.4 e 9.8.5, referente à marca d'água para cálculo da Taxa de Performance, bem como no que concerne à retenção da taxa em caso de resgate.

Ficam ratificadas todas as demais disposições do Regulamento não alteradas por este Instrumento.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2011.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

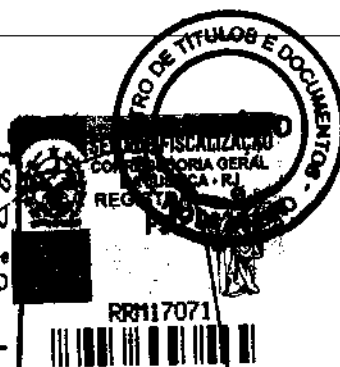
Maria Eunice M. M. de Farias Mello
Procuradora

Testemunhas:

3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda, 52/5.º and. Centro - Rio de Janeiro - RJ

Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO

<input type="checkbox"/>	Bel. RAULITO ALVES DA SILVA	- Oficial Titular
<input checked="" type="checkbox"/>	Miriam Sant'Ana Castelhoggi	- 1.º Oficial Substituto
<input type="checkbox"/>	Ricardo V. Moutinho Antunes	- 2.º Oficial Substituto



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
19 JUL 2011 1004876
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO OURINVEST
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD**, constituído em 06 de março de 2007, sob o nº 863081 e alterado pelos Instrumentos Particulares de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Alterações ao Regulamento, registrados em 29/03/2007, 01/06/2007, 06/07/2007, 29/10/2008, 05/11/2008, 04/05/2009, 17/06/2009, 22/10/2009, 23/08/2010, 28/10/2010, 04/07/2011 e 19/07/2011 sob os números 865245, 871039, 874132, 908375, 908822, 920464, 922182, 936802, 968636, 975847, 1003121 e 1004876, respectivamente, bem como pelos Instrumentos Particulares de Re-ratificações à 9ª e 11ª alterações registrado em 26/08/2010 e 19/07/2011 sob o número 969183 e 1004876 todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 03 de novembro de 2011, os Quotistas Subordinados titulares da totalidade das Quotas Subordinadas do Fundo em circulação aprovaram a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da Taxa DI, conferido aos Quotistas Seniores através da Assembleia Geral de Quotistas realizada em 22/10/2009 e prorrogado por mais um período de 01 (um) ano em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 19/10/2010, por um novo período adicional de 06 (seis) meses.

Desta forma, o *benchmark* das Quotas Seniores do Fundo será de 115% da Taxa DI, no período que se iniciou em 04/11/2009 (inclusive) e encerrando-se em 04/05/2012, mantendo-se as atuais condições de apuração do valor das Quotas Seniores e do critério de pagamento das mesmas, nos termos do item 21.1 do Capítulo XXI do Regulamento.

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração do item 4.2.1 de modo a refletir a prorrogação do prêmio de remuneração de 4% da taxa DI por um período de 06 (seis) meses, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo à presente Deliberação:

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2011

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
ALEXANDRE LÓDI DE OLIVEIRA
PROCURADOR

Testemunhas:

Artur Farnie D'Amore

Artur Farnie D'Amore
RG: 21.542.653-7 DETRAN/RJ
CPF: 119.612.467-60



RSH02326



Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Winnie Rodrigues Mazzei

Winnie Rodrigues Mazzei
RG - 22.394.984-3
CPF - 129.669.037-75

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 4 NOV 2011
1017211
ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CARIÓTIPO - RJ

3º RTD-RJ-Reg. nº 1017211
Emolumentos R\$ 304,80
Distribuidor R\$ 13,85
Multa por Atraso R\$ 9,63
Taxa de Registro R\$ 93,95
Total R\$ 422,23



Regulamento do

OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SUPPLIERCARD

Índice

CAPÍTULO I – DO FUNDO	2
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES	2
CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO	11
CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	11
CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO	13
CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, DO RECEBIMENTO DE VALORES, DA EMISSÃO DOS DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO E DA COBRANÇA	15
CAPÍTULO VII – DAS CEDENTES E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	17
CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	17
CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS	19
CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR	22
CAPÍTULO XI – DO GESTOR E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS CONTRATADOS	23
CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO	26
CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS	31
CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS	31
CAPÍTULO XVI – DA VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS	32
CAPÍTULO XVII – DO RESGATE DAS QUOTAS SENIORES	33
CAPÍTULO XVIII – DO RESGATE DAS QUOTAS SUBORDINADAS	36
CAPÍTULO XIX – DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS CONDIÇÕES DE RESGATE	37
CAPÍTULO XX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	39
CAPÍTULO XXI – DA ASSEMBLEIA GERAL	40
CAPÍTULO XXII – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	42
CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO E DOS EVENTOS DE RESGATE ANTECIPADO	42
CAPÍTULO XXIV – DO REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ E DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO	45
CAPÍTULO XXV – DO RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO	45
CAPÍTULO XXVI – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	46
CAPÍTULO XXVII – DOS ENCARGOS DO FUNDO	47
CAPÍTULO XXVIII – DO CONSELHO CONSULTIVO	47
CAPÍTULO XXIX – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	48
CAPÍTULO XXX – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS SENIORES	49
CAPÍTULO XXXI – DISPOSIÇÕES FINAIS	
ANEXO I	
ANEXO II	
ANEXO III	
ANEXO IV	
ANEXO V	
ANEXO VI	
ANEXO VII	
ANEXO VIII	
ANEXO IX	

RECEBUE
- 4 NOV 2011
1017211
ARQUIVADA COPIA EM DISCO
RIO DE JANEIRO - CARTEL - RJ

Regulamento do
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SupplierCard

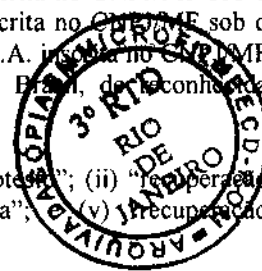
CAPÍTULO I – DO FUNDO

- 1.1. O **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS - SupplierCard** (“Fundo”) é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração de 20 (vinte) anos, contado do Início das Atividades, podendo ser prorrogado a critério da maioria dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356, e pelo presente Regulamento.
- 1.2. O Fundo é destinado a quaisquer Pessoas que estejam habilitadas a adquirir quotas de emissão de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de acordo com a regulamentação em vigor, nos termos de seus respectivos regulamentos, que busquem rentabilidade no médio e longo prazos condizente com a política de investimento do Fundo, e que estejam dispostos a aceitar risco de crédito em suas aplicações.
- 1.3. O presente Regulamento e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

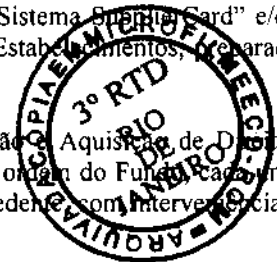
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

- 2.1. Para o efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os seguintes significados quando iniciados em letras maiúsculas:
 - 1) “Aceite Eletrônico de Cessão”: arquivo eletrônico no qual encontram-se definidas as condições aplicáveis de cada cessão, nos termos do Contrato de Cessão;
 - 2) “Administradora”: é a Oliveira Trust, conforme definido neste Regulamento;
 - 3) “Afiliada”: a(s) Pessoa(s), exceto pessoas físicas, direta ou indiretamente, controlada(s), ou sob controle de um mesmo controlador, direto ou indireto, bem como a(s) Pessoa(s) físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente controladora(s), ou sob controle de um mesmo controlador, direto ou indireto, ou ainda suas coligadas e sociedades sob controle comum, sendo, para todos os fins e efeitos dos Documentos de Securitização, a Supplier considerada uma sociedade Afiliada do Banco Ourinvest S.A.;
 - 4) “Agência de Classificação de Risco”: Fitch Ratings Brasil Ltda. sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, sala 401B, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, ou sua sucessora, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, responsável pela classificação de risco das Quotas Seniores;
 - 5) “Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
 - 6) “Agente Cobrador Bancário”: (i) o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo “Cidade de Deus”, S/N, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12; e/ou (ii) qualquer outra Instituição Autorizada que tenha celebrado contrato, cujo objeto e atribuições sejam substancialmente equivalentes às avenças contidas no Contrato de Cobrança Bancária;
 - 7) “Agente de Financiamento”: Banco Ourinvest S.A., conforme definido neste Regulamento;
 - 8) “Alocação Mínima de Investimento”: fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do patrimônio líquido do Fundo, apurada diariamente pelo Custodiante (exemplo: se Alocação Mínima de Investimento = 0,50, então Alocação Mínima de Investimento = 50%);
 - 9) “Anexo”: anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento;

- 10) “Apólice de Seguro”: apólice de seguro: (i) da Euler Hermes Seguros de Crédito S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.573.811/0001-32; (ii) da Cescebrasil Seguros de Garantias e Crédito S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.959.459/0001-07; (iii) da Coface do Brasil Seguros de Crédito Interno S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.644.868/0001-73; (iv) da Crédito y Caucción Seguradora de Crédito e Garantias S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.587.950/0001-76; ou (v) de outra seguradora autorizada a operar no Brasil, de reconhecida idoneidade e experiência no segmento de seguros de recebíveis;
- 11) “Apontamentos”: os seguintes apontamentos constantes do “Sistema-Serasa”: (i) “proteção”; (ii) “recuperação judicial requerida”; (iii) “recuperação judicial deferida”; (iv) “falência decretada”; (v) “recuperação extrajudicial”;
- 12) “Assembleia Geral”: assembleia geral de Quotistas do Fundo;
- 13) “Aviso de Desenquadramento”: aviso preparado substancialmente na forma do Anexo I, que deverá ser encaminhado pela Administradora à Cedente no caso de haver a necessidade de reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, na hipótese prevista no item (24.1) do Capítulo XXIV;
- 14) “Bacen”: Banco Central do Brasil;
- 15) “Banco Ourinvest S.A.”, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º e 2º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.632.767/0001-20;
- 16) “Base de Dados do Fundo”: base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relacionadas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios definidos no Anexo II;
- 17) “BM&F-Bovespa”: significa a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros;
- 18) “Cartão” ou “Cartões”: “Cartão de Compra SupplierCard” emitido substancialmente nos termos do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember;
- 19) “CDIAcm1”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (17.18) do Capítulo XVII;
- 20) “CDIAcm2”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (17.18) do Capítulo XVII;
- 21) “Cedente” ou “Cedentes”: (i) Banco Ourinvest S.A.; e/ou (ii) Supplier, conforme definidos no presente Regulamento;
- 22) “Cédulas de Crédito Bancário”: significam as cédulas de crédito bancário instituídas pela Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, emitidas em nome dos Titulares, na forma prevista nas Cláusulas 9.4, 9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3 do Contrato de CardMember, conforme definido neste Regulamento;
- 23) “CETIP”: CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
- 24) “Circulação”: número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
- 25) “CMN”: Conselho Monetário Nacional;
- 26) “CNPJ/MF”: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
- 27) “COFINS”: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
- 28) “Condição de Cessão” ou “Condições de Cessão”: tem o significado que lhe é atribuído no item (5.3) do Capítulo V, a ser observada pela Cedente;
- 29) “Condições de Derivativos”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.8) do Capítulo IV;
- 30) “Conselho Consultivo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (28.1) do Capítulo XXVIII;
- 31) “Consultora Especializada”: Supplier Assessoria, conforme definido neste Regulamento;



- 32) “Conta do Fundo”: conta corrente nº 57.503-0 ou nº 60.624-9, mantidas junto ao Custodiante, banco nº 341 (Banco Itaú S.A.), na agência nº 2001, de titularidade do Fundo;
- 33) “Contrato de CardMember”: “Normas Gerais para a Concessão de Limite de Cartão de Compra”, as quais estabelecem as disposições gerais acerca da utilização do Cartão e do limite de crédito conferido por cada um dos Emissores a cada Titular, cujo modelo é parte integrante deste Regulamento como seu Anexo III;
- 34) “Contrato de Cartão de Crédito”: “Contrato para Emissão de Cartões de Compra Sistema Supplier Card” e/ou instrumento equivalente celebrado entre cada um dos Emissores, a Supplier e os Estabelecimentos, celebrado substancialmente na forma do Anexo IV;
- 35) “Contrato de Cessão”: “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada uma das Cedentes e a Supplier, quando esta não for parte no contrato na qualidade de Cedente, com interveniência e anuência do Custodiante;
- 36) “Contrato de Cobrança”: “Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança” a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada uma das Cedentes, com interveniência e anuência da Supplier, quando esta não for parte no contrato na qualidade de Cedente, para a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes que tenham sido cedidos pela respectiva Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão correspondente;
- 37) “Contrato de Cobrança Bancária”: “Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança Bancária” a ser celebrado entre o Agente Cobrador Bancário, cada uma das Cedentes, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, com interveniência e anuência da Supplier, quando esta não for parte no contrato na qualidade de Cedente;
- 38) “Contrato de Consultoria Especializada”: “Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada” a ser celebrado entre o Fundo e a Administradora com a Supplier Assessoria para a prestação dos serviços de consultoria especializada objetivando a análise e seleção dos Direitos Creditórios que comporão e integrarão a carteira do Fundo. O Contrato de Consultoria Especializada será incorporado ao Contrato de Gestão que será celebrado pela Administradora com a Supplier Assessoria após a obtenção, por esta última, do credenciamento perante a CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários;
- 39) “Contrato de Custódia”: “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios” a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e com interveniência e anuência de cada uma das Cedentes;
- 40) “Contrato de Distribuição”: “Contrato de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Subordinadas do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - Suppliercard”, celebrado entre a Administradora e o Banco Ourinvest S.A., na qualidade de distribuidor das Quotas;
- 41) “Contrato de Gestão”: “Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Carteira”, a ser celebrado entre o Fundo e a Administradora com a Supplier Assessoria, quando esta obtiver credenciamento perante a CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, para regular, dentre outras, as obrigações da Supplier Assessoria relacionadas à prestação dos serviços de gestão da carteira;
- 42) “Convênio de Cobrança”: “Convênio para Prestação de Serviços de Cobrança Bancária, Recebimento e Repasse de Valores”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada uma das Cedentes, com interveniência e anuência da Supplier, quando esta não for parte no contrato na qualidade de Cedente, e do Custodiante;
- 43) “COSIF”: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
- 44) “Crerios de Elegibilidade”: critérios a serem observados pelo Custodiante na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no item (5.2) do Capítulo V;
- 45) “Custodiante”: Banco Itaú-Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04;
- 46) “CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;



- 47) "Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores": tem o significado que lhe é atribuído no item (17.4) do Capítulo XVII;
- 48) "Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas": tem o significado que lhe é atribuído no item (18.4) do Capítulo XVIII;
- 49) "Data de Aquisição": data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis às Cedentes, em moeda corrente nacional, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade da respectiva Cedente que serão detentores de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis de Fundos, nos termos do Contrato de Cessão;
- 50) "Data de Emissão": data em que são convertidos em Quotas os recursos em moeda corrente nacional ou, conforme o caso, Direitos Creditórios, decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, a qual deverá ser, necessariamente, de um Dia Útil;
- 51) "Data de Oferta": data em que a Cedente envia a relação de Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão;
- 52) "Data de Resgate de Quotas Seniores": possui a definição indicada no item (17.12) do Capítulo XVII;
- 53) "Data de Resgate de Quotas Subordinadas": possui a definição indicada no item (18.6) do Capítulo XVIII;
- 54) "Data de Verificação": significa o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário;
- 55) "DCV": fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV for 0,19, então $DCV = 19,00\%$);
- 56) "DCV30": fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV30 for 0,10, então $DCV30 = 10,00\%$);
- 57) "DCV120": fração informada pela Administradora, em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Verificação, e (ii) o denominador do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (se DCV120 for 0,03, então $DCV120 = 3,00\%$);
- 58) "DCV180": fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, (i) cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Operações de Financiamento integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Verificação, incluindo o valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Operações de Financiamento Provisionadas que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, incluindo as Cedentes, e (ii) o denominador do somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo



Fundo desde a 1ª (primeira) Data de Oferta, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, incluindo as Cedentes (se DCV180 for 0,02, então DCV180 = 2,00%);

- 59) “Demonstrativo de Pagamento”: documento emitido pelo respectivo Emissor e enviado para cada Titular, acompanhado da respectiva ficha de compensação bancária, no curso dos procedimentos previstos no respectivo Contrato de Cartão de Crédito e no Contrato de CardMember, preparado substancialmente na forma do Anexo V, no qual são discriminados Encargos, taxas, tarifas e avisos em geral;
- 60) “Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
- 61) “Direito Creditório”: possui a definição indicada no item (7.1.1) do Capítulo VII;
- 62) “Direito Creditório Adimplente”: cada Direito Creditório vincendo ou vencido, integrante da carteira do Fundo, e que não seja vinculado a uma Operação de Financiamento Inadimplente;
- 63) “Direitos Creditórios de Refinanciamento Automático”: os Direitos Creditórios originados do refinanciamento automático do Saldo Remanescente por meio do pagamento mínimo do Demonstrativo de Pagamento, caso haja tal opção;
- 64) “Direito Creditório Elegível”: todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade e à Condição de Cessão;
- 65) “Diretor Designado”: diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações relativas a esse;
- 66) “Distribuidores”: Banco Ourinvest S.A., na qualidade de instituição distribuidora das Quotas, ou qualquer outra instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários que venha a ser contratada pela Administradora, por meio de adesão ao Contrato de Distribuição;
- 67) “DI_{T-1}”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI;
- 68) “Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, quais sejam: (i) Contrato de Cartão de Crédito; (ii) Contrato de CardMember; e (iii) Cédula de Crédito Bancário;
- 69) “Documentos da Securitização”: são, conjunta ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) o Contrato de Cessão; (iii) o Prospecto; (iv) o Contrato de Custódia; (v) o Convênio de Cobrança; (vi) o Contrato de Cobrança Bancária; (vii) o Contrato de Cobrança; (viii) o Contrato de Distribuição; (ix) o Contrato de Gestão, quando aplicável; (x) o Contrato de Consultoria Especializada; (xi) os Termos de Cessão Consolidados; e (xii) os Aceites Eletrônicos de Cessão;
- 70) “Emissor” ou “Emissores”: significa (i) o Banco Ourinvest S.A., ou (ii) a Supplier, conforme definido no subitem “b” do item (7.1) do presente Regulamento;
- 71) “Empresa de Auditoria”: auditor devidamente contratado pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria de sua carteira;
- 72) “Encargos”: é o somatório da taxa de juros, multas, impostos, taxas, contribuições e demais tributos incidentes; bem como outras despesas ou tarifas, indicadas no Demonstrativo de Pagamento, decorrentes de Operações de Financiamento efetuadas pelo Titular por meio da utilização do Cartão;
- 73) “ES” ou “Excesso de Spread”: valor apurado pela Administradora, em cada Data de Verificação, mediante a utilização da seguinte expressão:

$$ES = \left\{ \left[1 + \frac{RDCA_{(t-1)} + ROA_{(t-1)} - RQSC_{(t-1)} - D_{(t-1)}}{DCA_{(t-1)}} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$$

onde:

$RDCA_{(t-1)}$ = somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos Creditórios Adimplentes apropriados no mês calendário imediatamente anterior à



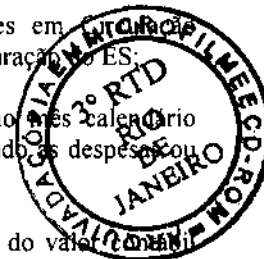
data "t" de apuração do ES;

$ROA_{(t-1)}$ = somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Outros Ativos apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do ES;

$RQSC_{(t-1)}$ = somatório do valor contábil da remuneração das Quotas Seniores em ~~em~~ apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do ES;

$D_{(t-1)}$ = somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do ES, não considerando as despesas ou ajustes com operações com instrumentos derivativos realizadas; e

$DCA_{(t-1)}$ = somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios Adimplentes e do valor contábil dos Outros Ativos na Data de Verificação do mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do ES;



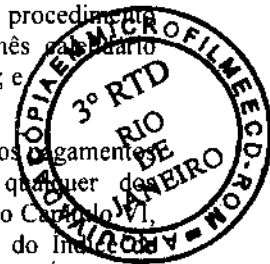
- 74) “Estabelecimento” ou “Estabelecimentos”: estabelecimento(s) que tenha(m) celebrado Contrato de Cartão de Crédito com qualquer um dos Emissores, que possuam os dados cadastrados e permanentemente atualizados junto à Supplier, observada a Política de Concessão de Crédito constante do Anexo VII deste Regulamento, sendo que qualquer inclusão de novo estabelecimento deverá ser imediatamente informada à Administradora e à Agência de Classificação de Risco, cujos documentos cadastrais do respectivo Estabelecimento deverão ser arquivados na sede da Supplier;
- 75) “Eventos de Liquidação”: eventos descritos no item (23.5) do Capítulo XXIII, que, no caso de ocorrência, deverá ser suspensa a aquisição de Direitos Creditórios e, por conseguinte, ser realizado o resgate antecipado das Quotas Seniores, nos termos do item (19.15) do Capítulo XIX, observando ainda o disposto no item (19.16) e (26.1), se for o caso;
- 76) “Eventos de Resgate Antecipado”: eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada por Assembleia Geral, nos termos do item (23.1) do Capítulo XXIII;
- 77) “Evento de Revisão”: eventos descritos no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá caracterizar um Evento de Resgate Antecipado, nos termos do subitem “t” do item (23.1) do Capítulo XXIII deste Regulamento;
- 78) “FGC”: Fundo Garantidor de Créditos;
- 79) “FS” ou “Fator de Saída”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (17.18) do Capítulo XVII;
- 80) “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo I;
- 81) “Grau de Confiança”: percentual que confere ao auditor a certeza de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável;
- 82) “Gestor”: significa a Oliveira Trust, até que seja obtido pela Supplier Assessoria o credenciamento perante a CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, devendo a Administradora realizar alteração ao Regulamento, momento em que a prestação de serviços de consultoria especializada será incorporada à prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo;
- 83) “IGP-DI/FGV”: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, conforme calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 84) “IGP-M/FGV”: Índice Geral de Preços do Mercado, conforme calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 85) “Índice de Recompra”: é a divisão do: (i) somatório do valor de Direitos Creditórios recomprados do Fundo pela(s) Cedente(s), por (ii) somatório do valor de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, no período compreendido entre o 1º (primeiro) e o último Dia Útil dos meses: (a) de Janeiro e Junho, e (b) de Julho e Dezembro, de cada ano;
- 86) “Índice de Refinanciamento”: valor apurado em cada Data de Verificação pela Administradora, com base nas informações colocadas à disposição pelo Custodiante, no site *itaucustodia*, mediante a aplicação da seguinte expressão:

Índice de Refinanciamento = SDCRF/SDCR;

onde:

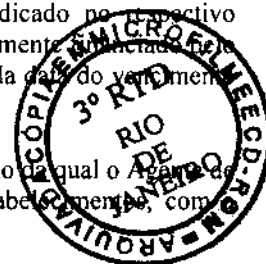
SDCRF = somatório dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, por meio do procedimento referido no subitem “d” do item (6.2) do Capítulo VI, durante o mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Refinanciamento; e

SDCR = somatório dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, por qualquer dos procedimentos referidos nos subitens “a”, “b”, “c” e “d” do item (6.2) do Capítulo VI, durante o mês calendário imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Refinanciamento (se Índice de Refinanciamento é igual à 0,15, então Índice de Refinanciamento é = 15,0%);



- 87) “Início das Atividades”: data da 1ª (primeira) integralização de Quotas;
- 88) “Instituições Autorizadas”: instituições aptas a atuar como contraparte nas operações de *swap* contratadas pela Administradora, em nome do Fundo, quais sejam: (i) Banco Bradesco S.A.; (ii) Banco Itaú-Unibanco S.A.; (iii) Banco Itaú BBA S.A.; (iv) Banco Santander Brasil S.A.; (v) Banco Citibank S.A.; (vi) ING Bank N.V., Filial São Paulo; (vii) HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo; (viii) Banco do Brasil S.A.; ou (ix) outras instituições de 1ª (primeira) linha que venham a ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, cuja deliberação seja condicionada a parecer emitido pela Agência de Classificação de Risco acerca da manutenção do *rating* em função da inclusão de tais outras instituições;
- 89) “Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução CVM nº 435, de 5 de julho de 2006, pela Instrução CVM nº 442, de 8 de dezembro de 2006, pela Instrução CVM nº 446, de 19 de dezembro de 2006, pela Instrução CVM nº 458, de 16 de agosto de 2007, pela Instrução CVM nº 484, de 21 de julho de 2010 e pela Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011;
- 90) “IPC/FIPE”: Índice de Preços ao Consumidor, conforme calculado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;
- 91) “ISS”: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 92) “Layout”: arquivo remessa enviado eletronicamente pelas Cedentes ou seus Agentes ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o qual contém os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo;
- 93) “Liquidez”: característica daquilo que se encontra claramente definido ou determinado;
- 94) “Limite de Erro Tolerável”: erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar;
- 95) “Oliveira Trust”: é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91;
- 96) “Operação de Antecipação”: operação de antecipação de recebíveis relativa a Direitos Creditórios realizada entre o Emissor e cada Estabelecimento, por meio da qual o Emissor adquire do Estabelecimento, mediante cessão, direitos creditórios, em moeda corrente nacional, decorrentes de operações de aquisição de mercadorias realizadas em cada Estabelecimento pelos Titulares por meio da utilização do Cartão, nos termos e condições do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember, as quais são liquidadas por meio de Demonstrativos de Pagamento;
- 97) “Operação de Financiamento”: qualquer Operação Parcelado Emissor, Operação de Antecipação, Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente e/ou Saque;
- 98) “Operação de Financiamento Inadimplente”: significa a Operação de Financiamento que contenha qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo superior a 30 (trinta) dias;

- 99) “Operação de Financiamento Provisionada”: significa a Operação de Financiamento cujos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo;
- 100) “Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente”: operação financeira por meio da qual o Titular, caso esta opção lhe seja facultada, efetua o pagamento igual ou superior ao mínimo indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento, hipótese em que o Saldo Remanescente: (i) será automaticamente cancelado pelo Agente de Financiamento; e (ii) ficará sujeito à cobrança de Encargos, contados a partir da data do vencimento do Demonstrativo de Pagamento;
- 101) “Operação Parcelado Emissor”: operações de crédito com a cobrança de Encargos, por meio de qual o Agente de Financiamento financia a aquisição de mercadorias realizadas pelos Titulares nos Estabelecimentos, com utilização do Cartão, nos termos do Contrato de CardMember;
- 102) “Operações Comerciais de Cartão de Crédito”: operações comerciais realizadas pelos Emissores com os Estabelecimentos e/ou com os Titulares do Cartão não caracterizadas como operações financeiras de crédito;
- 103) “Outros Ativos”: ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios;
- 104) “Periódico”: o periódico “Monitor Mercantil”, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (29.2) do Capítulo XXIX;
- 105) “Período de Efetivação do Resgate”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.6) do Capítulo XVII;
- 106) “Pessoas”: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
- 107) “PIS”: Programa de Integração Social;
- 108) “Política de Cobrança”: rotina e política de cobrança seguidas pelas Cedentes, descritas resumidamente no Anexo VI e contidas em manual a ser entregue à Administradora, mediante protocolo de recebimento, na data de celebração do Contrato de Cessão;
- 109) “Política de Concessão de Crédito”: política de concessão de crédito seguida pelas Cedentes, descrita resumidamente no Anexo VII e contida em manual a ser entregue à Administradora, mediante protocolo de recebimento, na data de celebração do Contrato de Cessão;
- 110) “Potencial de Cessão”: o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, que, a critério da Administradora e do Conselho Consultivo, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo;
- 111) “Programa de Securitização”: mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais as Cedentes cedem Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades;
- 112) “Prospecto”: o prospecto preliminar e definitivo do Fundo;
- 113) “Q”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “a” do item (17.18) do Capítulo XVII;
- 114) “Quotas”, “Quotas Seniores” e “Quotas Subordinadas”: as quotas, quotas seniores e quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso;
- 115) “Quotas Seniores Postergadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.10) do Capítulo XVII;
- 116) “Quotas Seniores Resgatadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.4) do Capítulo XVII;
- 117) “Quotas Subordinadas Resgatadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (18.4) do Capítulo XVIII;
- 118) “Quotistas”, “Quotistas Seniores” e “Quotistas Subordinados”: os titulares das Quotas, das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso;



- 119) “Razão de Garantia”: fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Seniores, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador o valor do patrimônio líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante (exemplo: se Razão de Garantia for 0,80, então Razão de Garantia = 80%);
- 120) “Regulamento”: o presente regulamento;
- 121) “Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.3) do Capítulo XXII;
- 122) “Reserva de Liquidez”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.3) do Capítulo XXII;
- 123) “Resgate Antecipado Compulsório”: tem o significado que lhe é atribuído no item (25.1) do Capítulo XXV;
- 124) “Resolução CMN nº 2.682”: Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;
- 125) “Resolução CMN nº 2.907”: Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN;
- 126) “Saldo Remanescente”: a diferença apurada entre o saldo efetivamente devido pelo Titular, conforme constante no respectivo Demonstrativo de Pagamento, e o valor pago pelo Titular, quando esse pagamento for maior ou igual ao pagamento mínimo autorizado pelo respectivo Emissor e indicado no respectivo Demonstrativo de Pagamento;
- 127) “Saque”: operação de crédito, com a cobrança de Encargos, contratada pelo Titular, por meio da utilização do Cartão;
- 128) “SELIC”: Sistema Especial de Liquidação de Custódia;
- 129) “Serasa”: SERASA - Centralização de Serviços dos Bancos S.A.;
- 130) “SISBACEN”: Sistema de Informações do Bacen;
- 131) “Spread”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI;
- 132) “Supplier”: SupplierCard Administradora de Cartões de Crédito S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.951.711/0001-28;
- 133) “Supplier Assessoria”: significa a Supplier Assessoria Financeira Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, 14º andar, Bela Vista, CEP 01310-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.797.505/0001-70;
- 134) “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (9.1) do Capítulo IX;
- 135) “Taxa de Saída”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.15) do Capítulo XVII;
- 136) “Taxa de Performance”: tem o significado que lhe é atribuído no item (9.8) do Capítulo IX;
- 137) “Taxa DI”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI;
- 138) “Taxa Mínima de Desconto”: taxa apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TMD = (ESM + 1) \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{t-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) + 1 \right\}^{252} - 1$$

onde:

TMD Taxa Mínima de Desconto, expressa na forma decimal ao ano.

ESM Valor mínimo do Excesso de *Spread*, conforme estabelecido no item (14.7) do Capítulo XIV.

DI_{t-1} Referente ao Dia Útil anterior à data “t” de apuração da Taxa Mínima de Desconto. Exemplo: se a



Taxa DI do Dia Útil anterior for 13,00% ao ano, então DI T-1 = 13,00.

Spread Valor atribuído ao *Spread*, conforme o subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI.

- 139) “TED”: Transferência Eletrônica Disponível;
- 140) “Tempo de Permanência”: período compreendido entre a respectiva Data de Emissão das Quotas Seniores e a data de seu respectivo e efetivo resgate, inteiro ou fracionado;
- 141) “Termo de Adesão”: documento preparado na forma do Anexo VIII, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;
- 142) “Termo de Cessão Consolidado”: termo de cessão preparado e consolidado na forma do Contrato de Cessão;
- 143) “Titular”: pessoa física ou jurídica titular do Cartão, devidamente credenciada por uma das Cedentes ou, por delegação da respectiva Cedente e na hipótese de esta não ser uma Cedente, pela Supplier, com sede/domicílio no Brasil, que realiza transações mediante a utilização do Cartão;
- 144) “Valor Bruto do Resgate” ou “VBR”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.17) do Capítulo XVII;
- 145) “Valor Máximo de Resgate”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.9) do Capítulo XVII;
- 146) “Valor Referencial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (26.1) do Capítulo XXVI;
- 147) “VQS_T”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI; e
- 148) “VQS_I”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI.



CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO

- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição preponderante de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de forma rotativa e de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, podendo suas Quotas serem resgatadas de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos nos Capítulos XVII, XVIII e XIX deste Regulamento.

CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 4.1. É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios originários de operações realizadas em qualquer segmento da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos financeiro, industrial, comercial e de prestação de serviços (serviços performados), desde que originados e cedidos pelas Cedentes, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e à Condição de Cessão, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos neste Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.
- 4.2. O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de 111% (cento e onze por cento) da Taxa DI, observado o critério *pro-rata temporis*, conforme as condições estabelecidas no Capítulo XVI. O *benchmark* aplica-se às Quotas Seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Quotas Subordinadas.
- 4.2.1. Exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de maio de 2012 (inclusive), o Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de 115% (cento e quinze por cento) da Taxa DI, para as Quotas Seniores, observado o critério *pro-rata temporis*, conforme as condições estabelecidas no Capítulo XVI.

- 4.3. Decorridos 90 (noventa) dias do Início das Atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio em Direitos Creditórios, observada, ainda, a alocação de recursos para a Reserva de Liquidez e Reserva de Caixa.
- 4.4. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação de qualquer das Cedentes, da Supplier, mesmo na hipótese da Supplier não ser uma Cedente, e/ou de qualquer de suas Afiliadas. As Cedentes, a Supplier e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos nem pela solvência dos Titulares ou dos Estabelecimentos, conforme o caso, inclusive na hipótese de qualquer das Cedentes e/ou de a Supplier, por qualquer motivo, incluindo a decretação de intervenção, falência, recuperação ou liquidação (extrajudicial ou judicial), ou evento assemelhado, tornarem-se inadidas de receber o financiamento automático ao Titular, na forma prevista no Contrato de Cartão de Crédito. As Cedentes somente são responsáveis pela existência, Liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no Contrato de Cessão.
- 4.5. A Administradora, o Gestor, a Consultora Especializada, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es) e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência dos Titulares, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, Liquidez e correta formalização, observados os termos do item (11.17.1) do Capítulo XI.
- 4.6. Observados os limites de concentração definidos no item (4.3) deste Capítulo, respeitada a Alocação Mínima de Investimento, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade do saldo remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em qualquer das seguintes modalidades de investimento:
- a) moeda corrente nacional;
 - b) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
 - c) quotas de fundo(s) de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados, com liquidez diária e com resgate no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente a solicitação, que tenha(m) seu(s) patrimônio(s) representado(s) por títulos ou ativos de renda fixa de longo prazo, pré ou pós-fixados, de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, bem como quotas de fundo(s) de investimento em quotas desses fundos de investimento, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas;
 - d) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos; e
 - e) títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen a atuar no mercado brasileiro, respeitados os seguintes limites de concentração:
 - (i) até 20% (vinte por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos por uma Instituição Autorizada;
 - (ii) até 10% (dez por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos pelo Banco Safra S.A. ou pelo Banco Votorantim S.A.; e
 - (iii) até 5% (cinco por cento) do valor do Saldo Remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em títulos emitidos por instituição financeira cuja classificação de risco atribuída pela Agência de Classificação de Risco, bem como pela Moody's América Latina Ltda. e pela Standard & Poor's Rating Services seja equivalente ou superior à classificação de risco atribuída ao Fundo pela Agência de Classificação de Risco.
- 4.7. Adicionalmente ao descrito no item (4.6) anterior, é facultado ao Fundo, ainda, observado o disposto no item (4.8) a seguir e a deliberação do Conselho Consultivo, na forma do item (28.4) do Capítulo XXVIII, realizar operações em mercados derivativos com o objetivo único e exclusivo de proteger a rentabilidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo das flutuações da taxa de juros, cuja remuneração estará, conforme o caso, vinculada a taxas pré-fixadas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas: (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, 1 (uma) ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F-Bovespa sob a modalidade "sem garantia"; e/ou (b) diretamente na BM&F-Bovespa, sob a modalidade "com garantia"; desde que tal modalidade de operação seja previamente autorizada, por escrito, pela Agência de Classificação de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de compra e venda de opções, de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título.

- 4.8. Observados o disposto neste Regulamento, a sugestão enviada pelo Gestor e a deliberação do Conselho Consultivo, na forma do item (28.4) do Capítulo XXVIII, a Administradora somente poderá proceder à contratação de operações com instrumentos derivativos, por conta e ordem do Fundo, desde que estejam presentes as seguintes condições (“Condições de Derivativos”):
- a) existência de contraparte para realização da respectiva operação com instrumentos derivativos;
 - b) caso o Fundo tenha recursos livres e disponíveis para arcar com os custos de realização da respectiva operação com instrumentos derivativos.
- 4.9. Os recursos decorrentes de ajustes de credores em operações de contratos futuros, celebrados pelo Fundo, deverão ser mantidos obrigatoriamente em qualquer das modalidades de investimento referidas no item 4.1.
- 4.10. Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações no mercado de derivativos deverão ser creditados na Conta do Fundo, devendo a Administradora fazer constar tal obrigação nos contratos porventura celebrados.
- 4.11. A Administradora não poderá contratar operações de *swap* caso os respectivos contratos estipulem: (i) direito de a contraparte rescindi-lo antecipadamente; e/ou (ii) restrições ou limitações no direito de receber os valores devidos por conta dos ajustes positivos em favor do Fundo.
- 4.12. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.
- 4.13. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.
- 4.14. A Administradora não poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte(s) a própria Administradora, suas Afiliadas, o Gestor, ou ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou pelo Gestor ou pelas Afiliadas.
- 4.15. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento.
- 4.16. Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante autorizada à prestação desse serviço, nos termos das normas da CVM, observados o disposto no subitem “a” do item (11.16) e no item (11.17) do Capítulo XI. As aplicações no Fundo não contam com garantia das Cedentes, da Supplier, da Supplier Assessoria, da Administradora, do Custodiante, do(s) Distribuidor(es), de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.



CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO

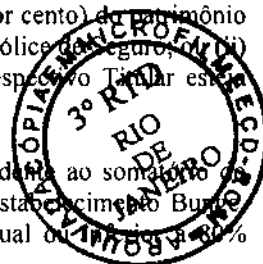
- 5.1. Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo caberá à Cedente a verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios, das Condições de Cessão, transmitido as informações ao Gestor que deverá validá-las, bem como ao Custodiante a verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora, o Gestor, a Cedente, a Consultora Especializada e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização, cujo atendimento estejam sob sua específica responsabilidade.
- 5.2. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios cujas informações sejam transmitidas pela Cedente, com o auxílio da Consultora Especializada, ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes “Critérios de Elegibilidade”:
- a) não terem prazo de vencimento superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, contado da Data de Aquisição, observado que é permitido que até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo contenha Direitos Creditórios com prazo de vencimento de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contado da Data de Aquisição;

- b) o respectivo Titular não se encontrar com uma Operação de Financiamento Inadimplente perante o Fundo;
- c) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devido pelo respectivo Titular, resultar em um valor igual ou inferior a: (i) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo Titular não esteja coberto por Apólice de Seguro; (ii) 4% (quatro por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião, caso o respectivo Titular esteja coberto por Apólice de Seguro;
- d) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, originado pelo Estabelecimento Buro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.046.101/0001-93, resultar em um valor igual ou inferior a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na ocasião;
- e) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, originado pelo respectivo Estabelecimento, resultar em um valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido na ocasião, sendo que, passados 18 (dezoito) meses do Início das Atividades, esse percentual deverá ser, no máximo, 40% (quarenta por cento), observada a alínea (d) anterior;
- f) o respectivo Titular, não coberto por Apólice de Seguro, na Data de Aquisição, não apresentar registros de Apontamentos negativos de cadastro no Serasa em valor agregado igual ou superior a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- g) o respectivo Estabelecimento não se encontrar inadimplente com o Fundo em relação a coobrigação por esse prestada vinculada a Direito Creditório de titularidade do Fundo, seja integral ou parcial, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- h) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de Refinanciamento Automático, de titularidade do Fundo, seja igual ou inferior a 5% (cinco por cento); e
- i) o prazo médio de vencimento das parcelas dos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos Creditórios pretendida pelo Fundo, não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, calculado conforme a fórmula abaixo:

$$PMC = \frac{[\sum_1^n (VN_d \times N_d)] + (VND \times ND)}{VN_t + VND}$$

onde:

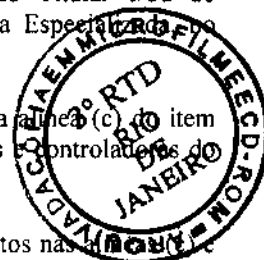
<i>PMC</i>	é o prazo médio da carteira de Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, em número inteiro de dias, obtido pelo arredondamento do resultado da fórmula;
<i>VN_d</i>	é o valor nominal de cada parcela do Direito Creditório de propriedade do Fundo na Data de Aquisição, exceto aqueles que, na Data de Aquisição, estejam vencidos e não pagos;
<i>N_d</i>	é o número de dias compreendidos entre a data do dia de apuração do saldo da carteira e a data de vencimento, inclusive, da respectiva parcela do Direito Creditório;
<i>VND</i>	é o valor nominal da parcela do Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo;
<i>ND</i>	é o número de dias compreendidos entre a Data de Aquisição e a data de vencimento, inclusive, do Direito Creditório a ser adquirido; e



VN,

é o somatório do valor nominal das parcelas dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo na Data de Aquisição, exceto aqueles que, na Data de Aquisição, estejam vencidos e não pagos.

- 5.2.1. A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade previstos nas alíneas (c) e (d) do item (5.2) acima, serão efetuados pelo Custodiante, mediante identificação do Titular e/ou do Estabelecimento, conforme o caso, informados pela Cedente, com auxílio da Consultora Especializada, e o respectivo Layout.
- 5.2.1.1 Caberá à Cedente, verificar que o Fundo não possui exposição por Titular, nos termos da alínea (c) do item (5.2), considerando o grupo econômico do Titular, ou seja, grupo de empresas controladas e controladoras do Titular.
- 5.2.2. A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade previstos nas alíneas (c) e (d) do item (5.2) acima serão verificados pelo Custodiante, somente a partir de 01 de dezembro de 2008.
- 5.3. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios com seguro, nos termos da alínea (c) do item (5.2) acima, que tenham sido selecionados previamente pela Cedente, com o auxílio da Consultora Especializada, e validados pelo Gestor, que sejam cobertos por Apólice de Seguros (“Condição de Cessão”).
- 5.3.1. A Condição de Cessão prevista no item (5.3) acima somente deverá ser validada pelo Gestor quando da assunção pela Supplier Assessoria das funções de gestão da carteira do Fundo.
- 5.3.2. Caberá exclusivamente à Cedente, verificar se o Titular do respectivo Direito Creditório a ser ofertado ao Fundo está devidamente coberto pela Apólice de Seguro, bem como incluir tal informação no respectivo no Layout.
- 5.4. Observados os termos e as condições do Contrato de Cessão, a cessão de Direitos Creditórios realizada após a verificação e validação do atendimento pelos Direitos Creditórios à Condição de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade será considerada como definitiva, perfeita e acabada.
- 5.5. A perda superveniente, por qualquer motivo, pelo Direito Creditório, de qualquer Critério de Elegibilidade ou à Condição de Cessão não dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra a Cedente, a Supplier, a Administradora, a Supplier Assessoria, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es) e/ou qualquer de suas Afiliadas.
- 5.6. Qualquer uma das Cedentes e o Fundo poderão celebrar cessões de 1 (um) ou mais Direitos Creditórios referentes à mesma Operação de Financiamento. É vedada a realização de cessões de frações do valor nominado dos Direitos Creditórios.
- 5.7. As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo XXVI, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.
- 5.8. Caso a Assembleia Geral do Fundo delibere qualquer alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com tais alterações, esse deverá requerer, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contado do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração deste Regulamento, a rescisão do Contrato de Custódia, sem prejuízo do exercício de suas atividades pelo prazo do item (11.5) deste Regulamento.
- 5.8.1. Na hipótese do Custodiante requerer o término do Contrato de Custódia, nos termos do item (5.8) anterior, a alteração do respectivo Critério de Elegibilidade não surtirá efeito até que o novo custodiante assuma suas funções.
- 5.8.2. Caso o Custodiante não se utilize da prerrogativa de que trata o item (5.8) deste Capítulo, as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante.
- 5.9. O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que, no momento da cessão, se encontrem vencidos e não pagos.



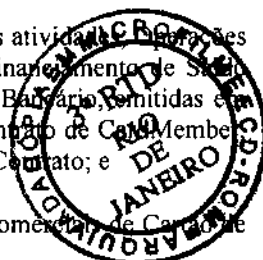
CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, DO RECEBIMENTO DE VALORES, DA EMISSÃO DOS DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO E DA COBRANÇA

- 6.1. Observados os procedimentos definidos no Contrato de Cessão, a cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio de Aceite Eletrônico de Cessão, reconhecido como válido e eficaz pela Cedente e pela Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo. As cessões contratadas nos termos de cada Aceite Eletrônico de Cessão serão consolidadas por meio da lavratura de Termo de Cessão Consolidado celebrado na forma estabelecida no Contrato de Cessão.
- 6.1.1. Os preços de cessão dos Direitos Creditórios serão definidos em cada cessão, devendo ser sempre observado a Taxa Mínima de Desconto.
- 6.2. No curso ordinário do Programa de Securitização:
- a) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamento vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, incluindo aqueles decorrentes de saldos remanescentes mínimo, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão: (i) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; (ii) repassados às Cedentes nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; e (iii) transferidos, pelas Cedentes, nos termos do Convênio de Cobrança, para a Conta do Fundo, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para a Cedente;
 - b) na hipótese de inadimplemento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos com coobrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, os valores pagos pelos Estabelecimentos serão: (i) acolhidos pelas Cedentes; e (ii) transferidos para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para as Cedentes;
 - c) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, efetuados por meio de transferência eletrônica de fundos, serão acolhidos pelas Cedentes e subsequentemente transferidos diretamente, pela Cedente, para Conta do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, em até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que os respectivos recursos encontrem-se disponíveis para as Cedentes;
 - d) a totalidade dos valores equivalentes ao refinanciamento automático do Saldo Remanescente, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser creditados pelas Cedentes, diretamente na Conta do Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data da concessão do financiamento automático do Saldo Remanescente, na forma prevista no Contrato de CardMember; e/ou
 - e) a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamento vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, exceto quando do pagamento no valor mínimo ou de refinanciamento do Saldo Remanescente que deverão ser pagos às Cedentes, efetuados em dinheiro e/ou em cheque poderão ser pagos pelos Titulares, por meio de boleto bancário, diretamente na Conta do Fundo.
- 6.3. Nos termos do item (6.2) anterior, o Agente Cobrador Bancário foi contratado, entre outras atribuições, para realizar a cobrança escritural bancária da totalidade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, tudo nos termos do Contrato de Cobrança Bancária.
- 6.4. Cada uma das Cedentes, na qualidade de mandatária do Fundo, especialmente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, será responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios por ela cedidos para o Fundo e de titularidade do Fundo, que estejam vencidos e não pagos.
- 6.5. Caso os Titulares venham a efetuar pagamentos em valores inferiores aos indicados nos respectivos Demonstrativos de Pagamento, excetuados os casos de refinanciamento do Saldo Remanescente, as Cedentes, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito e do Contrato de CardMember, estornarão o respectivo crédito em favor do Titular, no Demonstrativo de Pagamento subsequente, e, portanto, não considerarão qualquer valor pago. Nesse sentido, não repassarão qualquer valor ao Fundo. Caso os Direitos Creditórios representados naquele respectivo Demonstrativo de Pagamento venham a ser considerados como perda, conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, e existirem recursos não estornados pelas Cedentes ao Titular, nos termos descritos neste item, caberá às Cedentes repassar a eventual quantia não estornada ao Fundo, observado o critério *pro rata* com relação aos Direitos Creditórios representados naquele Demonstrativo de Pagamento não quitado.



CAPÍTULO VII – DAS CEDENTES E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

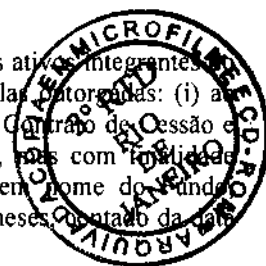
- 7.1. As Cedentes podem ser: (i) um ou mais Emissores; e (ii) o Agente de Financiamento, sendo que:
- a) O Agente de Financiamento realiza, no curso normal de seus negócios, dentre outras atividades, Operações de Financiamentos com Encargos, Operações de Antecipação e Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente. O Agente de Financiamento é beneficiário de Cédulas de Crédito Bancário, emitidas em nome dos Titulares, na forma prevista nas Cláusulas 9.4, 9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3 do Contrato de Compra e Venda em decorrência de Operações de Financiamento contratadas nos termos do referido Contrato; e
 - b) Os Emissores, dentre outros negócios, emitem os Cartões e contratam Operações Comerciais de Crédito com os Titulares.
- 7.1.1. Caracteriza-se como direito creditório passível de cessão ao Fundo, cada contrato ou prestação pecuniária devido por Titular(es) vinculado(s) a: (i) Operação Parcelado Emissor; (ii) Operações de Antecipação; (iii) Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente; (iv) Saque; (v) Operações Comerciais de Cartão de Crédito; e/ou (vi) Cédulas de Crédito Bancário (“Direitos Creditórios”).
- 7.2. Os Direitos Creditórios são pagos pelos Titulares, no curso ordinário do Programa de Securitização, por meio de Demonstrativo de Pagamento, devidamente enviado pelo respectivo Emissor, os quais poderão ser liquidados em instituições integrantes do sistema de compensação bancária brasileiro.
- 7.3. Os Direitos Creditórios vinculados a Operações de Antecipação poderão ser cedidos ao Fundo com coobrigação do Estabelecimento.
- 7.4. Os documentos representativos dos Direitos Creditórios são todos aqueles definidos como Documentos Comprobatórios.
- 7.5. O Banco Ourinvest S.A., tendo em vista que acumula funções de Cedente dos Direitos Creditórios, Emissor, Agente de Financiamento, distribuidor das Quotas e agente responsável pelo recebimento, coleta, conciliação e repasse dos valores de titularidade do Fundo, declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções e que possui mecanismos apropriados de segregação de suas atividades, assim como independência em suas funções.



CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 8.1. O Fundo é administrado pela Oliveira Trust, que será responsável pelas atividades de administração e gestão da carteira, observado o item (11.3) deste Regulamento, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.
- 8.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora tem a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, observados os direitos, garantias e prerrogativas especiais dos Quotistas Seniores, definidos nos Documentos da Securitização, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 8.3. Observados os termos e as condições deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização, e sem prejuízo das demais responsabilidades estabelecidas pela Instrução CVM nº 356, a Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:
- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observando o disposto neste Regulamento e nos demais Documentos de Securitização;
 - b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos ativos integrantes da carteira do Fundo;

- c) alienar os Direitos Creditórios e os Outros Ativos de titularidade do Fundo, sendo que o seu preço de venda não poderá, sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao valor contábil dos respectivos ativos, exceto quando autorizado pelos titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral; e
- d) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e àquelas outorgadas: (i) ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia; e (ii) à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, ou com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses, contado da data da outorga.



8.4. Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) decidir pela contratação, pelo Fundo, após ouvida a sugestão do Gestor, de operações em mercados de derivativos, observada a deliberação do Conselho Consultivo, e, ainda, observado o disposto na política de investimento do Fundo prevista neste Regulamento;
- b) providenciar o registro do Regulamento e de seus eventuais aditamentos, nos termos do item (1.3) do Capítulo I, dos demais Documentos da Securitização, observados os termos e condições ali convencionados, e a realização dos procedimentos de registro e lavratura dos Termos de Cessão Consolidados;
- c) calcular, na periodicidade definida neste Regulamento, o valor do Excesso de *Spread*, da Reserva de Caixa, da Reserva de Liquidez, do DCV, do DCV 30, do DCV 120, do DCV 180 e do Índice de Refinanciamento;
- d) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- e) providenciar, mensalmente, às expensas do Fundo, o envio aos Quotistas, pelo correio ou por meio eletrônico (*e-mail*), de extrato das contas de depósito abertas em seu nome, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo Quotista; (ii) o valor atualizado de suas Quotas; e (iii) a remuneração acumulada desde a respectiva Data de Emissão;
- f) fornecer, anualmente, aos Quotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- g) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, observados os termos do Contrato de Custódia;
- h) confirmar ao Custodiante, conforme o caso, sua concordância com a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão;
- i) monitorar o cumprimento, pelo Fundo, dos índices e parâmetros referidos no item (14.7) do Capítulo XIV e nos demais dispositivos deste Regulamento;
- j) processar a subscrição e integralização de Quotas Seniores, de forma que, considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto nos itens (14.7) e (15.5) dos Capítulos XIV e XV, respectivamente;
- k) processar o resgate de Quotas Seniores, de forma que, considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto no item (14.7) do Capítulo XIV;
- l) processar a subscrição, integralização e resgate de Quotas Subordinadas, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que, considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto no item (14.7) do Capítulo XIV;

- m) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco a ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
- i) substituição da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - ii) ocorrência de qualquer Evento de Resgate Antecipado; ou
 - iii) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização;
- n) entregar e/ou manter à disposição da Agência de Classificação de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante, pela Consultora Especializada, pela Cedente e pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos de Securitização; e
- o) informar ao Custodiante qualquer alteração nos Critérios de Elegibilidade com até 10 (dez) Dias Úteis de antecedência de sua implementação, incluindo, mas não limitando a alteração do percentual de concentração que trata o subitem "d" do item (5.2) do Capítulo V.



8.5. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral que evidencie que o Fundo, em relação ao trimestre, está em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, observado que mencionado demonstrativo deve ser enviado à CVM no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Quotistas, bem como ser examinado por ocasião da realização de auditoria independente.

CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

- 9.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Securitização, uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ou (ii) o valor correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido que atingir até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), acrescido do valor apurado pela aplicação do percentual de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano sobre o montante que exceder os R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) de patrimônio líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último Dia Útil de cada mês. A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos deste item, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes. A remuneração mensal prevista neste item será acrescida das verbas devidas à Administradora no termos do item (9.4) deste Capítulo (“Taxa de Administração”).
- 9.2. Os valores em reais definidos no subitem “i” do item (9.1) deste Capítulo serão atualizados pela Administradora e informados ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de maio de 2006, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IGP-M/FGV, e acrescidos dos tributos ISS, PIS e COFINS Imposto de Renda Retido na Fonte e outros que porventura venham a incidir, nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.
- 9.3. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.
- 9.4. Sobre o valor da Taxa de Administração, serão acrescidos os valores, em moeda corrente nacional, equivalentes:
- a) ao maior valor entre: (i) o montante apurado de acordo com os parâmetros definidos na tabela contida no item (9.5) a seguir, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), e (ii) R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais;
 - b) à R\$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos) por aplicação, resgate ou qualquer evento de Quotista no Fundo; e
 - c) à R\$ 0,60 (sessenta centavos) pela emissão de cada extrato de movimentação do Quotista.
- 9.5. Os valores monetários definidos no item anterior serão corrigidos anualmente, pelo critério *pro-rata temporis*, no 1º (primeiro) Dia Útil do mês de janeiro de 2007 e, posteriormente, sempre no 1º (primeiro) Dia Útil do mês de janeiro dos anos subsequentes, pela variação do IPC/FIPE do ano imediatamente anterior ou, na sua falta,

pela variação do IGP-M/FGV, ou, na falta de ambos, pela variação do IGP-DI/FGV. Sobre os valores apurados nos subitens “a”, “b” e “c” do item anterior, deverá ser acrescido o valor resultante da aplicação das alíquotas vigentes, nas respectivas datas de pagamento, do ISS, PIS, COFINS.

Patrimônio Líquido (em mil reais)			Percentual incidente sobre o Patrimônio Líquido <u>anual</u>
0,000	a	50.000	0,0240
50.001	a	100.000	0,0208
100.001	a	150.000	0,0200
150.001	a	200.000	0,0195
Acima de 200.001			0,0190



- 9.6. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 9.7. Sem prejuízo do disposto no item (9.6) deste Capítulo, o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da Taxa de Administração devida.
- 9.8. Adicionalmente, será devida à Supplier Assessoria, na qualidade de Consultora Especializada do Fundo e/ou Gestor, quando da obtenção do credenciamento perante a CVM, Taxa de Performance, calculada nos termos da fórmula abaixo:

$$TP_T = (TP_{b_n} + TP_{t_s}) \times NQSub_n$$

onde:

TP_T Valor da Taxa de Performance no período.

t_i $t_i \in \{t_1, t_2, t_3, \dots, T\}$ e t_i representa uma data (em dias);

$VQSub_n$ Valor da Cota Subordinada na data em que se está aferindo a Taxa de Performance;

$VQSub_i$ Valor da Cota Subordinada na data do último pagamento da Taxa de Performance ou na data de emissão, o que ocorrer depois;

$NQSub_n$ Número de Cotas Subordinadas na data em que se está aferindo a Taxa de Performance;

DI_{t_i} Taxa DI, média, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) (“Taxa DI”), referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: se a Taxa DI do Dia Útil anterior for 13,50% ao ano, então $DI_{t_i} = 13,50$;

TP_{b_n} “Taxa de Performance Base” (em t_n), como valor por cota, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Se:

$$VQSub_n - VQSub_i \times \prod_i^n \left\{ \left(\left(\frac{DI_{t-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right) \times B_b + 1 \right\} > 0$$

Então,

$$\left(VQSub_n - VQSub_i \times \prod_i^n \left\{ \left(\left(\frac{DI_{t-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right) \times B_b + 1 \right\} \right) \times R_b$$



TP_{b_n}

“Taxa de Performance Incremental” (em t_n), como valor por cota, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Se:

$$VQSub_n - VQSub_i \times \prod_i^n \left\{ \left(\left(\frac{DI_{t-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right) \times B_s + 1 \right\} - TP_{b_n} > 0$$

Então,

$$\left(VQSub_n - VQSub_i \times \prod_i^n \left\{ \left(\left(\frac{DI_{t-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right) \times B_s + 1 \right\} - TP_{b_n} \right) \times R_s$$

B_b

benchmark para Taxa de Performance Base, em relação à Taxa DI, fixado em 115%;

B_s

benchmark para Taxa de Performance Incremental, em relação à Taxa DI, fixado em 125%;

R_b

70% (setenta por cento); e

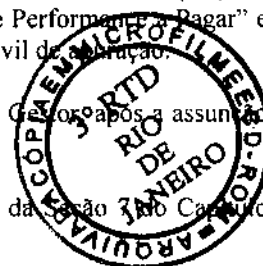
R_s

90% (noventa por cento).

- 9.8.1. O pagamento da Taxa de Performance semestral será condicionado a um Índice de Recompra menor que 7% (sete por cento), apurado no último Dia Útil de cada semestre, considerando o período compreendido entre o 1º (primeiro) e o último Dia Útil dos meses de: (i) janeiro e junho; e (ii) julho e dezembro, de cada ano.
- 9.8.2. O pagamento da Taxa de Performance semestral estará condicionado ao Fundo possuir um saldo de Quotas Subordinadas, igual ou maior que a somatória dos valores dos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, de titularidade dos 5 (cinco) maiores sacados, no Dia Útil anterior da data do referido pagamento.
- 9.8.2.1. Na hipótese do desenquadramento, conforme disposto nos itens (9.8.1) e (9.8.2) acima, o pagamento da Taxa de Performance à Supplier Assessoria ocorrerá tão logo o Fundo esteja enquadrado.
- 9.8.3. A Taxa de Performance será calculada diariamente e paga diretamente pelo Fundo em até 5 (cinco) Dias Úteis após o término do respectivo semestre civil de apuração.
- 9.8.4. Para o cálculo da Taxa de Performance será utilizado o conceito denominado “marca d’água”, ou seja, só será cobrada Taxa de Performance se o valor da cota do Fundo, no término do período de cobrança de performance, estiver acima do valor da quota na data da última cobrança da taxa de performance, atualizado pelo “benchmark” (“Valor da Marca D’Água - VMA”). Caso o quotista ingresse no Fundo e a quota de sua aplicação

esteja inferior ao VMA, a Administradora cobrará um ajuste, a título de apuração da performance individual, cobrado no momento do resgate.

- 9.8.5. Em caso de resgate de quota, haverá retenção da taxa de performance proporcional, acumulada até 1 (um) dia antes da data do efetivo resgate, sendo que tal retenção será apropriada como "Taxa de Performance a Pagar" e paga ao GESTOR, em até 5 (cinco) Dias Úteis após o término do respectivo semestre civil de apuração.
- 9.8.6. A Taxa de Performance continuará sendo paga à Supplier Assessoria, na qualidade de Gestor, após a assunção por ela das funções de gestão da carteira do Fundo.
- 9.9. O Fundo não cobrará taxas de ingresso. O Fundo cobrará Taxa de Saída, nos termos da Resolução 340 do Conselho XVII deste Regulamento.

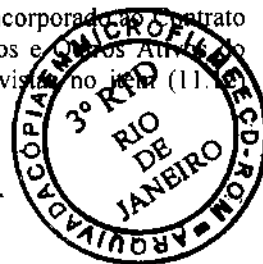


CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR

- 10.1. Os titulares da maioria das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembleia Geral, poderão solicitar, em votação em separado, realizada entre os titulares de Quotas da mesma classe, a substituição da Administradora e/ou do Gestor. Para tanto, os Quotistas que solicitarem a substituição da Administradora e/ou do Gestor deverão encaminhar à Administradora e/ou ao Gestor, no curso da referida Assembleia Geral, documento contendo as razões e os fundamentos da substituição e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora e/ou do Gestor, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas Seniores, caso esses solicitem a substituição da Administradora e/ou do Gestor, não poderá ser superior em 20% (vinte por cento) do valor da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Performance em vigor.
- 10.2. Na hipótese do item (10.1) anterior, os Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação, cuja classe não esteja solicitando a substituição da Administradora, terão o direito de escolher, na referida Assembleia Geral, em votação em separado, qualquer das instituições apresentadas pelos Quotistas que estejam solicitando a sua substituição, para exercer as funções da Administradora.
- 10.3. A Administradora e/ou o Gestor poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração e/ou à gestão do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora e/ou do Gestor, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação ou de um Evento de Resgate Antecipado, a Administradora e/ou o Gestor não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos referidos nos itens (23.6) e (23.3), respectivamente, ambos do Capítulo XXIII.
- 10.4. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e/ou do Gestor e nomeação de nova instituição administradora e/ou gestora em Assembleia Geral, nos termos deste Capítulo, a Administradora e/ou o Gestor continuará(ão) obrigada(os) a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo até que nova instituição venha a lhe(s) substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contado da data da realização da respectiva Assembleia Geral.
- 10.5. A Administradora e/ou o Gestor deverá(ão), sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la(o), no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembleia Geral, ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item (10.4), todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração e/ou gestão que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora e/ou pelo Gestor ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração e/ou gestão do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora e/ou do Gestor, nos termos deste Regulamento.
- 10.6. Caso a nova instituição administradora e/ou gestora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora e/ou o Gestor dentro do prazo estabelecido no item (10.4), tal hipótese também será considerada um Evento de Resgate Antecipado.

CAPÍTULO XI – DO GESTOR E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS CONTRATADOS

- 11.1. A Administradora contratará: (i) serviço de gestão de investimentos a ser prestado pelo Gestor, observado o item (11.3) abaixo; (ii) serviço de consultoria especializada a ser prestado pela Supplier Assessoria, objetivando a análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira do Fundo, sendo que após a obtenção do registro perante a CVM, a Supplier Assessoria será responsável pelas funções de gestão da carteira do Fundo e de consultoria especializada do Fundo, sendo o Contrato de Consultoria Especializada incorporado ao Contrato de Gestão; e (iii) serviço de custódia qualificada, controladoria dos Direitos Creditórios e dos Ativos do Fundo a serem prestados pelo Custodiante o qual será responsável pelas funções previstas no item (11.2) abaixo.



Da Gestão da Carteira:

- 11.2. Incluem-se entre as obrigações do Gestor, dentre outras estabelecidas neste Regulamento:
- a) assistir e orientar a Administradora quanto à avaliação e ao registro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo de acordo com as suas respectivas naturezas;
 - b) praticar todos os demais atos de gestão da carteira, observadas as atribuições da Administradora, da Consultora Especializada e do Custodiante;
 - c) identificar junto as Cedentes os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo em conformidade com a política de investimento do Fundo;
 - d) confirmar a existência dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo;
 - e) celebrar os instrumentos para a formalização das cessões, por conta e ordem do Fundo; e
 - f) auxiliar as Cedentes no fornecimento de toda documentação necessária para dar suporte ao Custodiante na verificação dos Critérios de Elegibilidade.
- 11.3. As obrigações descritas no item (11.2) acima serão exercidas pela Administradora, sendo que serão assumidas pela Supplier Assessoria após a obtenção do credenciamento perante a CVM para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários.
- 11.4. Caberá ao Gestor a tarefa de seleção e manutenção de sua equipe de gestão do Fundo, própria ou contratada, devendo empregar o necessário cuidado na seleção dos profissionais mais adequados e qualificados para exercer as funções que lhes são atribuídas.
- 11.5. A Administradora, o Gestor e os terceiros contratados respondem solidariamente, no exercício de suas respectivas atribuições, pelos prejuízos que causarem aos Quotistas, quando procederem com culpa ou dolo, comprovados, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do presente Regulamento.
- 11.6. Na hipótese de substituição do Gestor pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.

Da Consultoria Especializada do Fundo:

- 11.7. Incluem-se entre as obrigações da Consultora Especializada, dentre outras estabelecidas neste Regulamento:
- a) auxiliar as Cedentes na identificação os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo em conformidade com a política de investimento do Fundo;
 - b) confirmar a existência dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo;
 - c) apresentar ao Gestor os Direitos Creditórios selecionados;
 - d) auxiliar as Cedentes acerca da celebração dos instrumentos para a formalização das cessões, e demais instrumentos jurídicos celebrados pelas Cedentes no âmbito do Programa de Securitização; e
 - e) auxiliar a Cedente no fornecimento de toda documentação necessária para dar suporte ao Custodiante na verificação dos Critérios de Elegibilidade.

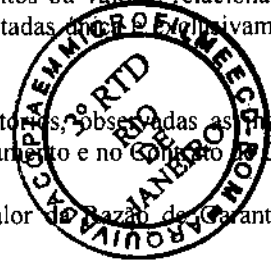
- 11.8. Durante o prazo de duração do Fundo, a Consultora Especializada manterá contatos com as Cedentes para identificar os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo em conformidade com a política de investimento do Fundo.
- 11.9. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que: (i) tenham sido selecionados pela Cedente, e atendam, segundo verificação e validação do Gestor, às Condições de Cessão; e (ii) atendam aos Critérios de Elegibilidade, conforme verificação da Cedente e validação do Custodiante.
- 11.10. A Consultora Especializada poderá ser substituída no Fundo desde que: (i) por meio de aprovação pela Assembleia Geral; e (ii) a consultora especializada substituta seja uma Afiliada da Supra.



Da Custódia e Controladoria do Fundo:

- 11.11. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.
- 11.12. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:
- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
 - b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
 - c) receber e analisar, observado o item (11.7) deste Capítulo, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria, da Cedente e dos órgãos reguladores;
 - d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
 - e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo de duração do Fundo, ressalvado o prazo específico da alínea (ii) deste subitem:
 - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
 - ii) Aceites Eletrônicos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização, pelo prazo de 10 (dez) Dias Úteis;
 - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pela Cedente ou por seus Agentes, observada, assim, a subcontratação estabelecida no subitem “a” do item (11.16) deste Capítulo;
 - iv) Documentos Comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
 - v) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
 - f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos na alínea (i) do subitem “e” deste item;
 - g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pela Cedente ou por seus Agentes, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente na Conta do Fundo;

- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas exclusivamente na Conta do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- j) calcular e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor de Reserva de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento;
- k) colocar à disposição da Administradora, diariamente, no site *itaucustodia*, relatórios para apuração da Reserva de Caixa, da Reserva de Liquidez e do Excesso de *Spread*;
- l) colocar à disposição da Administradora, em cada Data de Verificação, no site *itaucustodia*, relatórios para apuração do valor do DCV, do DCV30, do DCV120, do DCV180 e do Índice de Refinanciamento;
- m) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que ele possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- n) processar, calcular e aplicar a Taxa de Saída quando da efetivação do Resgate das Quotas Seniores na respectiva Data de Resgate das Quotas Seniores.



11.13. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) conforme o caso, abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (i) no SELIC, (ii) na CETIP, ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora; e
- d) somente acatar ordens assinadas por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora.

11.14. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora e do Gestor.

11.15. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a esse atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

11.16. Sem prejuízo de suas responsabilidades, o Custodiante subcontratará cada uma das Cedentes para:

- a) realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pela respectiva Cedente, nos termos do Contrato de Custódia; e
- b) efetuar a cobrança escritural dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pela respectiva Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança.

11.17. Observado o disposto no item (11.16) anterior, os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios ficarão sob a guarda e responsabilidade de cada uma das Cedentes, conforme indicado no Contrato

de Custódia e no Contrato de Cessão, podendo as Cedentes subcontratar terceiros mediante prévia e expressa anuência do Custodiante.

- 11.17.1. Em decorrência da expressiva diversificação de devedores (aproximadamente 3.200 títulos) de significativo volume de Direitos Creditórios cedidos (valor médio de R\$ 2.900,00 por transação), o Custodiante verificará, trimestralmente, por amostragem, o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo no respectivo trimestre, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora, ao Gestor, às Cedentes, à Agência de Classificação de Risco e à Empresa de Auditoria do Fundo. Independentemente de disponibilidade nestes termos, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que em data e horário convenientes a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, tudo nos termos do Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão.
- 11.18. A verificação do lastro por amostragem a ser efetuada pelo Custodiante seguirá os seguintes parâmetros definidos pela Empresa de Auditoria do Fundo:
- a) em conformidade com as boas práticas nacionais ("Norma Brasileira de Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade") e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
 - b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática, que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:
 - (i) Grau de Confiança: 95% (noventa e cinco por cento); e
 - (ii) Limite de Erro Tolerável: 5% (cinco por cento).
 - c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO

- 12.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, a Supplier Assessoria na função de Consultora Especializada e posteriormente também como Gestor do Fundo, o(s) Distribuidor(es) ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos, nos termos deste Regulamento.
- 12.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:
- a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo necessite alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Capítulo XXVI, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios, (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e a seus Quotistas e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos em caso de inadimplemento. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados.
 - b) **Liquidez das Quotas.** Em razão (i) das quotas do Fundo serem inegociáveis e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio aberto, admitindo o resgate das Quotas pelos Quotistas nos

termos estabelecidos nos Capítulos XVII, XVIII e XIX, esses podem ter dificuldade em realizar seus investimentos mediante o resgate de suas Quotas no momento em que considerarem oportuno.

- c) **Resgate condicionado.** O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelos Titulares ou por eventuais garantidores, que os Outros Ativos sejam liquidados e/ou alienados e que os recursos recebidos sejam depositados na Conta do Fundo. A Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para o resgate integral das Quotas, não havendo qualquer garantia de que o Fundo procederá ao resgate integral das Quotas Seniores Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, e das Quotas Subordinadas Resgatadas durante o Período de Emissão do Resgate correspondente e/ou na Data de Resgate de Quotas Subordinadas. O valor de resgate das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do patrimônio líquido do Fundo, não sendo devido, todavia, pelo Fundo ou por qualquer Pessoa qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- d) **Valor Máximo de Resgate.** O valor máximo pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado para a última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores, acrescido do valor das Quotas Seniores Postergadas nos termos deste Regulamento. Caso o valor a ser pago a título de resgate exceda ao limite anteriormente definido, o Fundo procederá ao resgate do saldo do valor das respectivas Quotas Seniores Resgatadas, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, na Data de Resgate de Quotas Seniores imediatamente subsequente, observados os procedimentos definidos no item (19.4) do Capítulo XIX.
- e) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado no prazo de até 1 (um) ano contado da ocorrência de um Evento de Resgate Antecipado, observado o disposto no Capítulo XXVI. Nesse caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Assim, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios entregues em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Titulares e eventuais garantidores dos créditos, além de incorrerem, entre outras despesas e encargos (*i.e.* honorários advocatícios), em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.
- f) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- g) **Riscos operacionais.** O Custodiante realizará a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios apenas através de auditoria semestral e por amostragem. Considerando que: (i) tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo; (ii) os procedimentos de emissão dos Demonstrativos de Pagamento para cobrança são processados por sistema interno de controle dos Emissores, não tendo a Administradora e o Custodiante qualquer controle sobre tais procedimentos; (iii) o Custodiante, sem prejuízo de suas responsabilidades, poderá subcontratar terceiros no que tange à guarda dos Documentos Comprobatórios; e (iv) a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e nos sistemas internos de controle sob responsabilidade dos Emissores, dos terceiros contratados pelo Custodiante e de seus Agentes, nos termos dos Documentos da Securitização, poderá causar, entre outras ocorrências adversas, atraso no recolhimento dos valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios. A ocorrência de tais hipóteses poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.
- h) **Trânsito dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo por contas correntes de titularidade das Cedentes e outros procedimentos de liquidação.** A totalidade dos recursos decorrentes do pagamento, pelos Titulares, dos Demonstrativos de Pagamentos vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, incluindo aqueles decorrentes de seu pagamento parcial e/ou pré-pagamento, efetuados em dinheiro e/ou em cheque, serão (i) acolhidos pelo Agente Cobrador Bancário,

(ii) repassados às Cedentes; e (iii) transferidos, pelas Cedentes para Conta do Fundo, conforme identificado no item (6.2) do Capítulo VI. Os procedimentos de recebimento dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo poderão atrasar ou deixar de ocorrer, por diversas razões, incluindo, sem limitação, (i) na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente com referência às Cedentes e/ou ao Agente Cobrador Bancário, ou (ii) o inadimplemento, por qualquer das Cedentes e/ou pelo Agente Cobrador Bancário, de suas obrigações previstas no Convênio de Cobrança e no Contrato de Cobrança Bancária respectivamente. Ademais, na ocorrência de qualquer das hipóteses anteriormente indicadas, e caso os recursos de titularidade do Fundo se encontrem na posse do Agente Cobrador Bancário e/ou das Cedentes, eles podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. A ocorrência de qualquer evento que impossibilite aos Titulares efetuarem o pagamento de seus Demonstrativos de Pagamento poderá levar à necessidade de adoção de nova sistemática de recebimento e cobrança direta, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, dos valores devidos ao Fundo, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos de transação, causando assim efeitos adversos na sua carteira.

- i) **Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança por qualquer das Cedentes.** Caso qualquer das Cedentes deixe, por qualquer motivo, de atuar como agente de cobrança do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança, o recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, conforme identificado no item (6.2) do Capítulo VI, poderão ser negativamente afetados até a efetiva nomeação de agente de cobrança substituto.
- j) **Descasamentos de taxas e operações com instrumentos derivativos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados principalmente a taxas pré-fixadas, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será apurado na forma estabelecida no item (16.1) do Capítulo XVI, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores. A ocorrência do evento anteriormente descrito poderá resultar na perda do valor de principal das aplicações dos Quotistas, mesmo na hipótese da Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar o risco de descasamento identificado neste item. A Administradora não se encontra obrigada a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas Seniores, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.
- k) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão resultar em perdas para os Quotistas.
- l) **Emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo XV deste Regulamento, independentemente de autorização prévia dos Quotistas, emitir novas Quotas. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos Quotistas da mesma classe de Quotas que já estejam em Circulação.
- m) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, os quais podem afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- n) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no item (16.1) do Capítulo XVI. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerado, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, da Cedente, da Supplier, da Supplier Assessoria, do(s) Distribuidor(es) e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

Independentemente do valor do patrimônio líquido, os Quotistas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

- o) **Risco do exercício de poder de veto pelo Quotista titular das Quotas Subordinadas.** A aprovação das matérias definidas no item (21.10) do Capítulo XXI dependerá dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes e do voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas.
- p) **Resgate antecipado de Quotas Seniores.** Conforme estabelecido no Capítulo XIV, para reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, ou, ainda, caso a Cedente decida por descontinuar, temporariamente, os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Administradora poderá proceder ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembleia Geral, de todas as Quotas Seniores em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI.
- q) **Risco de descontinuidade do Fundo.** A política de investimento do Fundo, conforme descrita no Capítulo IV, estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da descontinuidade das operações regulares da Cedente, da Supplier, da capacidade da Cedente e/ou da Supplier, nos termos do Contrato de CardMember, originarem Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo e da vontade unilateral da Cedente em continuar a ceder Direitos Creditórios ao Fundo.
- r) **Risco no atraso dos repasses dos recursos de titularidade do Fundo.** A obrigação de a Cedente repassar os valores referentes aos pagamentos dos Direitos Creditórios feitos pelos Titulares, nos termos do item (6.2) do Capítulo VI, inicia-se na data do respectivo recebimento dos valores pela Cedente. Nesse sentido, caso o Titular efetue pagamentos mediante cheque, ou em agentes de correspondente bancário e em agências situadas em locais remotos, os referidos recursos somente encontrar-se-ão disponíveis para transferência pela Cedente ao Fundo no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis.
- s) **Risco da Cedente.** Qualquer uma das Cedentes, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, o Fundo poderá ser adversamente afetado na hipótese de descontinuidade das operações de uma ou mais Cedentes com Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Quotas Seniores, observada a possibilidade de os Quotistas deliberarem a alteração dos Critérios de Elegibilidade deste Regulamento em Assembleia Geral.
- t) **Risco de pagamentos inferiores ao mínimo estabelecido no Demonstrativo de Pagamento.** Caso o Titular venha a realizar pagamentos inferiores ao valor mínimo estabelecido no Demonstrativo de Pagamento, a Cedente estornará o respectivo crédito em favor do Titular e, portanto, não considerará qualquer valor pago. Nessa hipótese, não haverá repasse de qualquer valor ao Fundo, o que poderá causar efeitos adversos em sua carteira. Ainda, caso de eventuais repasses de valores que estejam retidos após os Direitos Creditórios a eles vinculados serem considerados como perda, nos termos do item (6.5) do Capítulo VI deste Regulamento, tal fato poderá afetar negativamente a carteira do Fundo e, por conseguinte, a valorização das Quotas.
- u) **Conflito de interesses por parte do Banco Ourinvest S.A..** O Banco Ourinvest S.A. acumula as funções de Cedente dos Direitos Creditórios, Emissor, Agente de Financiamento, distribuidor das Quotas e agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, sendo também a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de sua titularidade, que tenha cedido ao Fundo. Nesse sentido, não há garantia que no futuro não venha a existir a possibilidade de conflito de interesses com o Banco Ourinvest S.A., em razão do acúmulo de funções por ele exercidas, o que poderá causar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.
- v) **Conflito de interesses por parte do grupo Supplier.** O grupo Supplier, através da Supplier e da Supplier Assessoria, acumula as funções de Emissor e Cedente dos Direitos Creditórios, Consultoria Especializada e, eventualmente, Gestor do Fundo, bem como agente responsável pelo recebimento, a coleta, a conciliação e o repasse dos valores de titularidade do Fundo, sendo também a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de sua titularidade, que tenha cedido ao Fundo. Nesse sentido, não há garantia que no futuro não venha a existir a possibilidade de conflito de

interesses com o grupo Supplier, em razão do acúmulo de funções por ele exercidas, o que poderá causar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.

12.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

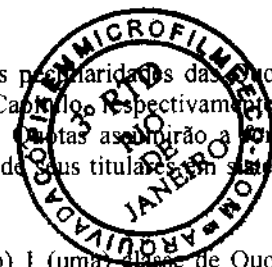
- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios são pagos pelos Titulares quando do vencimento dos seus respectivos Demonstrativos de Pagamento, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito. Na hipótese de pagamento parcial do Saldo Remanescente expresso no Demonstrativo de Pagamento, por meio dos procedimentos de financiamento automático conforme definidos no Contrato de Cartão de Crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos Titulares e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. No caso dos Direitos Creditórios cedidos com coobrigação, total ou parcial, dos Estabelecimentos, esses são responsáveis por seu pagamento na hipótese de inadimplemento do Titular, nos termos do Contrato de Cartão de Crédito. Tal circunstância, contudo, não assegura que os valores devidos ao Fundo sejam recuperados, total ou parcialmente.
- b) **Inexistência de coobrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação das Cedentes ou de qualquer de suas Afiliadas. As Cedentes, a Supplier e quaisquer de suas Afiliadas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência dos Titulares e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios. Em nenhuma hipótese, a Administradora, a Supplier Assessoria, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Titulares e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios.
- c) **Impossibilidade de qualquer das Cedentes prover o refinanciamento automático do Saldo Remanescente aos Titulares.** Nos casos de refinanciamento automático do Saldo Remanescente, o Titular poderá vir a atrasar o pagamento de suas obrigações referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, caso qualquer das Cedentes, por qualquer motivo, incluindo a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária ou evento equivalente, torne-se impedida de oferecer o financiamento automático ao Titular e a Supplier não obtenha recursos no mercado para prover o financiamento do respectivo Saldo Remanescente, na forma estabelecida no Contrato de Cartão de Crédito. Dessa forma, o Titular terá de efetuar o pagamento integral do valor expresso em seu Demonstrativo de Pagamento. A ocorrência do evento identificado neste item poderá afetar negativamente o valor do patrimônio líquido e, consequentemente, a solvência do Fundo.
- d) **Modificações ao Contrato de Cartão de Crédito, à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança.** As Cedentes e a Supplier poderão, unilateralmente, proceder alterações aos termos e às condições do Contrato de CardMember, do Contrato de Cartão de Crédito, da Política de Concessão de Crédito e/ou da Política de Cobrança, sem a necessidade de aprovação prévia da Administradora e/ou dos Quotistas. As Cedentes somente informarão à Administradora, a Supplier Assessoria, e ao Custodiante qualquer alteração aos documentos anteriormente referidos após a sua implementação. Assim, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações de tais documentos poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo.

12.4. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo as Cedentes, a Supplier, a Administradora, a Supplier Assessoria, o Custodiante, o(s) Distribuidor(es) e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, desde que tais eventos não tenham se dado por má-fé da Cedente, da Supplier, da Administradora, da Supplier Assessoria, do Custodiante, do(s) Distribuidor(es) e/ou de qualquer de suas Afiliadas.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 13.1. Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades.
- 13.2. Para efeito da determinação do valor do patrimônio líquido da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS



- 14.1. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as prioridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, descritas nos itens (14.4) e (14.5) deste Capítulo. Respectivamente, e poderão ser resgatadas nos termos dos Capítulos XVII, XVIII e XIX. Ainda, as Quotas ascriverão a forma escritural e serão mantidas, pela Administradora, em contas de depósito em nome de seus titulares em sistema próprio da Administradora.
- 14.2. As Quotas serão de 2 (duas) classes: (a) I (uma) classe de Quotas Seniores; e (b) I (uma) classe de Quotas Subordinadas.
- 14.3. As Quotas são intransferíveis, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.
- 14.4. Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;
 - b) tem o preço unitário de R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;
 - c) tem seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI deste Regulamento;
 - d) nos termos do Capítulo XXX, os Quotistas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
 - e) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.
- 14.5. Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:
- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de resgate, observados os termos deste Regulamento;
 - b) tem o preço unitário de R\$ 100,00 (cem reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
 - c) tem seu valor calculado conforme o disposto no item (16.2) do Capítulo XVI deste Regulamento;
 - d) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de vetar (i) a inclusão da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Seniores como nova Instituição Autorizada, e (ii) a adoção do índice escolhido pelos titulares das Quotas Seniores, nos termos do item (16.5) do Capítulo XVI;
 - e) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo em separado, (i) as matérias de que trata o item (21.10) e (21.11) do Capítulo XXI, e (ii) a substituição da Administradora, do Gestor e do Custodiante nos termos dos itens (10.1) e (10.2) do Capítulo X.
- 14.6. Nas hipóteses previstas nos subitens “d” e “e” do item (14.5) anterior, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto ou veto para essa classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar em qualquer matéria nas Assembleias Gerais.
- 14.7. Enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 80% (oitenta por cento), a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) e o Excesso de *Spread* deverá ser, no mínimo, equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano, todos calculados na periodicidade e na forma definidas neste Regulamento.
- 14.8. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo titular no registro de Quotistas.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

- 15.1. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas poderão ser emitidas, a qualquer tempo, pelo valor apurado na respectiva Data de Emissão na forma definida nos itens (16.1) e (16.2) do Capítulo XVI, respectivamente. O Fundo emitirá no mínimo 100.000 (cem mil) e no máximo 10.000.000 (dez milhões) de Quotas Seniores, observados os termos deste Regulamento.
- 15.2. A aplicação mínima de investimento por Quotista no Fundo, por evento, será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 15.3. Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos investimentos das Quotas.
- 15.4. As Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Supplier ou suas Afiliadas.
- 15.5. O Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores se a Razão de Garantia, considerado *pro-forma* o respectivo evento, for igual ou inferior a 80% (oitenta por cento) na respectiva Data de Emissão.
- 15.6. Na hipótese de investidores desejarem integralizar novas Quotas Seniores, e caso a Razão de Garantia encontre-se acima do patamar definido no item (15.5) anterior, a Administradora deverá solicitar, por escrito, previamente à emissão de Quotas Seniores, que os Quotistas Subordinados subscrevam e integralizem, proporcionalmente às suas participações, novas Quotas Subordinadas suficientes a restabelecer a Razão de Garantia, nos mesmos termos e prazos, *mutatis mutandis*, estabelecidos no item (24.1) do Capítulo XXIV. Caso os Quotistas Subordinados não optem por reenquadrar a Razão de Garantia, a nova emissão de Quotas Seniores não poderá ser realizada.
- 15.7. Não haverá quantidade mínima de Quotas a serem emitidas, observado o disposto na regulamentação em vigor.
- 15.8. Quando do seu ingresso, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão. Caberá a cada Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.
- 15.9. A Administradora poderá suspender, a qualquer momento, novas aplicações no Fundo, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e aos Quotistas atuais.
- 15.10. A suspensão do recebimento de novas aplicações em um dia não impede a reabertura posterior do Fundo para aplicações.
- 15.11. A Administradora deve comunicar imediatamente aos intermediários que o Fundo se encontra fechado para novas captações.



CAPÍTULO XVI – DA VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS

- 16.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente na abertura, para fins de integralização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos seguintes valores:
- o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
 - o valor apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS_T = VQS_1 \times \prod_{t=1}^T \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) + 1 \right\}$$

onde:

VQS_T valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização ou resgate, calculado para a data "T".

VQS_1 valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, ou seja,

VQS₁ é igual a R\$ 100,00 (cem reais);

- Z* número total de Taxas DI;
- T* número de ordem da Taxa DI, sendo "T=1" a Taxa DI divulgada na 1ª (primeira) L de Emissão de Quotas Seniores, e "T=Z" a Taxa DI divulgada no Dia Útil anterior à data "T";
- DI_{T-1}* Taxa DI, média, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por um Dia Útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) ("Taxa DI"), referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: se a Taxa DI do Dia Útil anterior for 13,50% ao ano, então $DI_{T-1} = 13,50$; e
- Spread* 11 (onze) ou 15 (quinze), exclusivamente durante o período compreendido entre 04 de novembro de 2008 (inclusive) e 04 de maio de 2012 (inclusive).



- 16.2 Cada Quota Subordinada terá seu valor unitário equivalente ao resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Quotas Seniores em Circulação, apurado conforme o item (16.1) deste Capítulo, pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação.
- 16.3 Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no item (16.1) deste Capítulo XVI, têm como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deverá ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, da Supplier Assessoria, do Custodiante, da Cedente, da Supplier, do(s) Distribuidor(es) e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.
- 16.4 Quando da determinação do valor das Quotas Seniores, nos termos deste Capítulo XVI, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento. Nesse caso, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Quotas na data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.
- 16.5 Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado, autorizados a funcionar pelo Bacen para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro referido neste item, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado pelos Quotistas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para determinação do valor das Quotas Seniores. Os titulares da maioria das Quotas Subordinadas terão o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, devendo, nessa ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação.

CAPÍTULO XVII – DO RESGATE DAS QUOTAS SENIORES

Seção I – Solicitação de Resgate

- 17.1. Os Quotistas Seniores poderão requerer, a qualquer tempo, o resgate de suas Quotas à Administradora ou seus Agentes, por meio de solicitação escrita.
- 17.2. A solicitação de resgate nos termos do item anterior será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.
- 17.3. Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas Seniores desde a data do envio da convocação para Assembleia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembleia Geral que delibere definitivamente sobre o tema, ressalvados os casos de resgate de Quotas Seniores previamente agendados antes da referida convocação.

Seção 2 – Apuração do Resgate



- 17.4. A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas Seniores solicitados até as seguintes datas (“Quotas Seniores Resgatadas”):

Período de Solicitação de Resgate de Quotas Seniores	(“ <u>Datas de Apuração do Resgate de Quotas Seniores</u> ”)
1. de <u>1º de outubro</u> (inclusive) até <u>31 de janeiro</u> (inclusive)	<u>1º de fevereiro</u>
2. de <u>1º de fevereiro</u> (inclusive) até <u>31 de maio</u> (inclusive)	<u>1º de junho</u>
3. de <u>1º de junho</u> (inclusive) até <u>30 de setembro</u> (inclusive)	<u>1º de outubro</u>

- 17.5. Observados os termos das Seções 5 e 6 deste Capítulo, assim como dos demais procedimentos definidos no Capítulo XIX, as Quotas Seniores Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores serão resgatadas no Período de Efetivação do Resgate subsequente.

Seção 3 – Datas de Efetivação de Resgate

- 17.6. Observados os procedimentos administrativos descritos no Capítulo XIX, em especial nos itens (19.4) e (19.8), o resgate das Quotas Seniores Resgatadas deverá ocorrer dentro do período que se inicia no 45º (quadragésimo quinto) dia (inclusive) e termina no 75º (septuagésimo quinto) dia (inclusive) imediatamente subsequentes à última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores (“Período de Efetivação do Resgate”). O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

Seção 4 – Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência

- 17.7. A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado o disposto no item (17.8) a seguir.
- 17.8. O saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvada a hipótese de saldo de permanência inferior resultante (i) do evento definido no item (17.9), (ii) do Resgate Antecipado Compulsório, (iii) dos Eventos de Resgate Antecipado, (iv) dos Eventos de Liquidação ou (v) do disposto no item (19.5) deste Regulamento.

Seção 5 – Valor Máximo de Resgate

- 17.9. O valor máximo a ser pago quadrimestralmente pelo Fundo a título de resgate das Quotas Seniores Resgatadas, no curso dos procedimentos referidos no item (19.4) do Capítulo XIX, não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor total das Quotas Seniores em Circulação, apurado para a última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores, nos termos deste Regulamento (“Valor Máximo de Resgate”).
- 17.10. Caso o valor a ser solicitado para resgate exceda ao respectivo Valor Máximo de Resgate, o Fundo procederá ao resgate das Quotas Seniores Resgatadas até o limite do Valor Máximo de Resgate, de forma que o saldo do valor das respectivas Quotas Seniores Resgatadas (“Quotas Seniores Postergadas”), devidamente apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, será resgatado no Período de Efetivação do Resgate subsequente, observados os procedimentos definidos no item (19.4) do Capítulo XIX.
- 17.11. O valor das Quotas Seniores Postergadas do Período de Efetivação do Resgate anterior não será considerado para o cálculo do Valor Máximo de Resgate do Período de Efetivação do Resgate seguinte.

Seção 6 – Ordem de Efetivação do Resgate

- 17.12. Durante o Período de Efetivação do Resgate a Administradora, observados os procedimentos definidos no Capítulo XIX deste Regulamento, resgatará: (i) a integralidade das Quotas Seniores Postergadas apurada na

última Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores; e (ii) após resgatadas a totalidade das Quotas Seniores Postergadas, efetuará o resgate, inteiro ou fracionado, observado o Valor Máximo de Resgate para as Quotas Seniores Resgatadas, apurado para a respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Seniores Resgatadas (“Resgate de Quotas Seniores”).



- 17.13. Os Quotistas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em outros termos que não os previstos neste Regulamento.
- 17.14. Não serão devidos aos titulares das Quotas Seniores Resgatadas e/ou das Quotas Seniores Postergadas, conforme aplicável, quaisquer valores a título de multa ou qualquer outra penalidade, caso o Fundo não tenha os recursos suficientes para efetuar o resgate integral de suas Quotas durante o respectivo Período de Efetivação do Resgate.

Seção 7 – Taxa de Saída

- 17.15. Recairá sobre o valor das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Seniores Postergadas uma taxa de saída decrescente, a ser calculada pelo Custodiante, de acordo com o Tempo de Permanência e que resultará em nenhum decréscimo sobre o valor do resgate caso o Tempo de Permanência seja superior a 720 (setecentos e vinte) dias corridos (“Taxa de Saída”).
- 17.16. Na hipótese de realização de Resgate Antecipado Compulsório ou em decorrência do evento definido no item (25.2) do Capítulo XXV, assim como do subitem “q” do item (23.1) do Capítulo XXIII, os Quotistas Seniores não estarão sujeitos ao pagamento da Taxa de Saída, excetuados os casos do item (25.1).
- 17.17. A Taxa de Saída irá reduzir o valor de resgate efetivamente pago às Quotas Seniores Resgatadas e às Quotas Seniores Postergadas de maneira inversamente proporcional ao Tempo de Permanência (“Valor Bruto do Resgate”).
- 17.18. O Valor Bruto do Resgate e a Taxa de Saída serão calculados pelas seguintes fórmulas:

a)
$$VBR = \frac{VQS_T \times Q}{\text{Taxa de Saída}} ;$$

onde:

VBR = valor das Quotas Seniores Resgatadas ou das Quotas Seniores Postergadas, na data do pagamento do resgate, inteiro ou fracionado;

VQS_T = tem o significado que lhe é atribuído no subitem “b” do item (16.1) do Capítulo XVI; e

Q = número de Quotas Seniores Resgatadas ou de Quotas Seniores Postergadas que está sendo efetivamente resgatado, de forma inteira ou fracionada, na data do pagamento do resgate (inteiro ou fracionado);

b)
$$\text{Taxa de Saída} = \frac{CDI_{Acm1}}{CDI_{Acm2}} ;$$

onde:

i)
$$CDI_{Acm1} = \prod_{t=1}^N \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T_t}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) + 1 \right\} ; e$$

$$CDIAcm2 = \prod_{i=1}^N \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T_i}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{FS}{100} \right) + 1 \right\} + 1$$

ii)

onde:

<i>Taxa de Saída</i>	=	fator de redução de rentabilidade pelo Tempo de Permanência;
<i>DI_T</i>	=	significa a Taxa DI;
<i>CDIAcm1</i>	=	produto dos "N" fatores da Taxa DI acrescida do <i>Spread</i> , desde a Data de Emissão (<i>i</i> = 1) até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate (<i>i</i> = N), inteiro ou fracionado;
<i>CDIAcm2</i>	=	produto dos "N" fatores da Taxa DI acrescida do Fator de Saída, desde a Data de Emissão (<i>i</i> = 1) até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate (<i>i</i> = N), inteiro ou fracionado;
<i>Spread</i>	=	tem o significado atribuído no subitem "b" do item (16.1); e
<i>FS</i>	=	fator de saída, calculado pela Administradora de acordo com o Tempo de Permanência, conforme a tabela a seguir:

Tempo de Permanência	Fator de Saída
Até 360 dias corridos	<i>Spread</i> – 2,0
De 361 até 720 dias corridos	<i>Spread</i> – 1,0
Acima de 720 dias corridos	<i>Spread</i>



CAPÍTULO XVIII – DO RESGATE DAS QUOTAS SUBORDINADAS

Seção 1 – Solicitação de Resgate

- 18.1. Os Quotistas Subordinados poderão solicitar o resgate de suas Quotas a partir da 2ª (segunda) Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas imediatamente subsequente à Data de Emissão de suas respectivas Quotas, por meio de solicitação escrita.
- 18.2. A solicitação de resgate nos termos do item anterior será considerada irrevogável e irretratável, de modo que qualquer contra-ordem recebida pela Administradora não será acatada.
- 18.3. Não será admitida a solicitação de resgate de Quotas Subordinadas desde a data do envio da convocação para Assembleia Geral em que conste da ordem do dia a liquidação do Fundo, até a ocorrência da Assembleia Geral que delibere definitivamente sobre o tema.

Seção 2 – Apuração do Resgate

- 18.4. A Administradora apurará a totalidade dos resgates de Quotas Subordinadas solicitados até as seguintes datas ("Quotas Subordinadas Resgatadas"):

Período de Solicitação de Resgate de Quotas Subordinadas	("Datas de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas")
1. de <u>20 de setembro</u> (inclusive) até <u>19 de janeiro</u> (inclusive)	<u>20 de janeiro</u>
2. de <u>20 de janeiro</u> (inclusive) até <u>19 de abril</u> (inclusive)	<u>20 de abril</u>

3. de 20 de abril (inclusive)
até 19 de setembro (inclusive)

20 de setembro



- 18.5. Observados os termos da Seção 5 deste Capítulo e dos procedimentos definidos no Capítulo XIX, as Quotas Subordinadas Resgatadas da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas serão resgatadas na Data de Resgate de Quotas Subordinadas subsequente.

Seção 3 – Datas de Efetivação de Resgate

- 18.6. Observado o disposto nos itens (19.4) e (19.8) do Capítulo XIX, o resgate das Quotas Subordinadas Resgatadas deverá ocorrer no 90º (nonagésimo) dia contado da respectiva Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas (“Data de Resgate de Quotas Subordinadas”). O resgate ora referido será realizado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo.

Seção 4 – Valor Mínimo de Solicitação de Resgate e Saldo Mínimo de Permanência

- 18.7. A solicitação mínima de resgate é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observado o disposto no item (18.8) a seguir.
- 18.8. O saldo mínimo de permanência do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvada a hipótese de saldo de permanência inferior resultante (i) de um Evento de Resgate Antecipado, (ii) de um Evento de Liquidação, ou (iii) do disposto no item (19.5) deste Regulamento.

Seção 5 – Procedimentos para Efetivação do Resgate

- 18.9. O resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas na Data de Resgate de Quotas Subordinadas somente ocorrerá após o resgate integral de todas as Quotas Seniores Postergadas e Quotas Seniores Resgatadas, até o limite das disponibilidades em moeda corrente nacional arrecadadas pelo Fundo no curso dos procedimentos definidos no item (19.4) do Capítulo XIX, que não estejam alocadas para o pagamento de outras obrigações do Fundo, (i) observado, ainda, o disposto no Capítulo XXII, e (ii) considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda a Razão de Garantia, a Alocação Mínima de Investimento e o Excesso de *Spread*.
- 18.10. Os Quotistas Subordinados não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento do resgate, de suas respectivas Quotas em outros termos que não os previstos neste Regulamento.
- 18.11. O resgate de Quotas Subordinadas estará condicionado ao Fundo possuir um saldo de Quotas Subordinadas, após computado *pro forma* o referido resgate, igual ou maior que a somatória dos valores dos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, de titularidade dos 5 (cinco) maiores sacados, na data do referido resgate.

CAPÍTULO XIX – DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS CONDIÇÕES DE RESGATE

Seção 1 – Comunicações e Registro dos Resgates

- 19.1. No máximo até o 3º (terceiro) Dia Útil seguinte à data de pedido de resgate de Quotas Subordinadas, ou no Dia Útil seguinte à Data de Apuração do Resgate de Quotas Subordinadas, o que primeiro ocorrer, a Administradora deverá enviar aos Quotistas Seniores, por *e-mail*, comunicação preparada na forma do Anexo IX, informando-os do pedido de resgate efetuado pelos Quotistas Subordinados.
- 19.2. Sem prejuízo do disposto no item (19.1) anterior, a Administradora deverá (i) registrar imediatamente, no sistema disponibilizado pelo Custodiante, o pedido de resgate de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas, e, caso aplicável, (ii) dar início aos procedimentos de resgate definidos neste Capítulo.
- 19.3. A Administradora deverá notificar os titulares das Quotas Seniores Resgatadas, das Quotas Subordinadas Resgatadas e, conforme o caso, das Quotas Seniores Postergadas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da respectiva data de resgate, sobre o valor dos recursos a serem transferidos a título de resgate.

A handwritten signature in dark ink, consisting of a large loop followed by a vertical stroke.

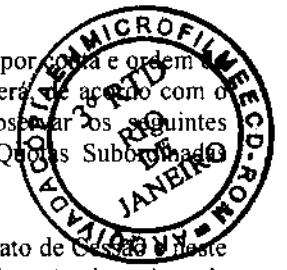
Seção 2 – Procedimentos para Efetivação do Resgate

- 19.4. Observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXII, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, a partir do 1º (primeiro) dia do Período de Efetivação do Resgate (inclusive), deverá proceder, de acordo com o disposto nos itens (17.9), (17.10), (19.8), (19.11) e na Seção 3 deste Capítulo, observar os seguintes procedimentos e rotinas com vista ao resgate das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Subordinadas Resgatadas:
- a) suspender os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios definidos no Contrato de Cessão deste Regulamento e depositar todos os valores decorrentes: (i) do pagamento e/ou da alienação dos ativos de titularidade do Fundo; e (ii) da integralização de novas Quotas Seniores; única e exclusivamente na Conta do Fundo, observado o disposto no item (19.11), até que os valores arrecadados sejam equivalentes ao valor, cumulativamente, das Quotas Seniores Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, das Quotas Seniores Postergadas, caso aplicável, devidamente atualizadas nos termos deste Regulamento, e das Quotas Subordinadas Resgatadas;
 - b) efetuar, no Período de Efetivação do Resgate, o resgate integral das Quotas Seniores Postergadas, caso aplicável;
 - c) efetuar, após o resgate integral das Quotas Seniores Postergadas, conforme aplicável, durante o mesmo Período de Efetivação do Resgate, o resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores Resgatadas solicitado até a Data de Apuração do Resgate das Quotas Seniores imediatamente anterior, observado o limite do Valor Máximo de Resgate; e
 - d) após o resgate integral de todas as Quotas Seniores Postergadas e Quotas Seniores Resgatadas, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder, na Data de Resgate de Quotas Subordinadas, ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas, até o limite das disponibilidades em moeda corrente nacional arrecadadas pelo Fundo no curso dos procedimentos definidos no subitem “a” deste item, que não estejam alocadas para o pagamento de outras obrigações do Fundo, (i) observado o disposto no Capítulo XXII e (ii) considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda a Razão de Garantia e a Alocação Mínima de Investimento.
- 19.5. Somente após o resgate, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores Resgatadas, até o limite do Valor Máximo de Resgate, e, conforme o caso, das Quotas Seniores Postergadas relativas ao quadrimestre anterior, bem como do resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas, o Fundo reiniciará os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Seção 3 – Procedimentos Especiais de Resgate

- 19.6. Observado o que vier a ser deliberado pelo Conselho Consultivo, a Administradora, poderá, a partir da data de início do Período de Efetivação do Resgate (inclusive), até a Data de Resgate de Quotas Seniores do Período de Efetivação do Resgate seguinte (inclusive), e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXII, proceder: (i) ao resgate integral das Quotas Seniores Postergadas por seu valor devidamente atualizado, e, após a conclusão do seu resgate integral; (ii) ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores Resgatadas; e (iii) ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas Resgatadas, sendo que, nesses últimos casos, o valor de cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo e/ou a solicitação forem menores que esse valor.
- 19.7. Caso durante o Período de Efetivação do Resgate, o Fundo não conte com recursos suficientes para efetuar o resgate integral das Quotas Seniores Resgatadas, até o limite do respectivo Valor Máximo de Resgate, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, procederá ao resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores Resgatadas, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, na medida e até o limite da totalidade dos recursos em moeda corrente nacional arrecadados no curso dos procedimentos definidos no item (19.4) deste Capítulo. Nessa hipótese, o valor de cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo e/ou a solicitação forem menores que esse valor.

Seção 4 – Outras Condições



- 19.8. Todos os resgates das Quotas Seniores Resgatadas e das Quotas Seniores Postergadas deverão ser efetuados com base no valor atualizado da Quota Sênior, apurado nos termos do item (16.1) do Capítulo I, até a data do efetivo resgate.
- 19.9. O Custodiante efetuará o pagamento do resgate, inteiro ou fracionado, conforme o caso, de Quotas Seniores, Postergadas, de Quotas Seniores Resgatadas e de Quotas Subordinadas Resgatadas, por meio do sistema de lançamento específico no Sistema de Cotas de Fundo – SCF, administrado pela CETIP, ou outro sistema de balcão organizado em que as Quotas sejam registradas ou crédito em conta corrente, ou qualquer outro meio de transferência autorizada pelo Banco Central, sem a cobrança de qualquer taxa ou despesa adicional não prevista neste Regulamento.
- 19.10. A Administradora procederá ao pagamento do resgate das Quotas Subordinadas Resgatadas considerando os registros de titularidade mantidos pela Administradora, conforme o caso, no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Resgate de Quotas Subordinadas.
- 19.11. Os recursos arrecadados pelo Fundo nos termos do subitem “a” do item (19.4) deste Capítulo poderão ser aplicados pela Administradora nos ativos descritos nos subitens “a” a “c” do item (4.6) do Capítulo IV, desde que tais investimentos sejam de liquidez imediata, até que as aplicações atinjam os montantes definidos neste Regulamento necessários à efetivação do resgate de Quotas.
- 19.12. Os valores correspondentes ao resgate de Quotas não reclamados pelos respectivos Quotistas ficarão à disposição do titular na sede da Administradora, sem direito a qualquer remuneração.
- 19.13. Caso (i) o Fundo encontre-se preparado para efetuar o resgate das Quotas, nos termos dos subitens “b” e “c” do item (19.4) deste Capítulo, e a respectiva Data de Resgate de Quotas Seniores e/ou (ii) a Data de Resgate de Quotas Subordinadas não seja Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos pelo Fundo ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil subsequente, não havendo direito, por parte dos Quotistas, a qualquer acréscimo.
- 19.14. Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do Fundo ou do conjunto dos Quotistas, em prejuízo desses últimos, a Administradora poderá declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembleia Geral, nos termos do item (21.4.1) do Capítulo XXI, para deliberar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do fechamento para resgate, se o respectivo evento constitui, ou não, um Evento de Resgate Antecipado.

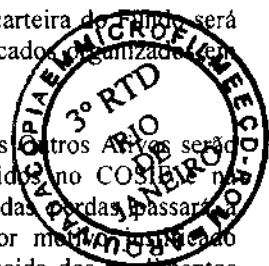
Seção 5 – Liquidação do Fundo

- 19.15. Sem prejuízo dos demais eventos de aceleração de resgate, conforme indicados no Capítulo XXIII, a Administradora, em nome do Fundo, deverá iniciar os procedimentos de resgate para a liquidação acelerada do Fundo quando restarem 12 (doze) meses para o prazo final de duração do Fundo, conforme indicado no item (1.1) do Capítulo I, observadas, se for o caso, eventuais prorrogações. Para tanto, a Administradora, no início do referido prazo, realizará *mutatis mutandis* os procedimentos definidos no item (23.3) do Capítulo XXIII até que se proceda ao completo resgate das Quotas, observados os demais termos do presente Regulamento.
- 19.16. Caso ao final do prazo de duração do Fundo, conforme indicado no item (1.1) do Capítulo I, não haja recursos em moeda corrente nacional em caixa, suficientes para pagamento da totalidade das Quotas Seniores em Circulação, estará caracterizado inadimplemento pelo Fundo, devendo a Administradora convocar imediatamente os detentores das Quotas pendentes de resgate para decidir: (i) sobre o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, nos termos do item (26.1) deste Regulamento; ou (ii) sobre os procedimentos que deverão ser adotados para quitação do Saldo Remanescente.

CAPÍTULO XX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 20.1. Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os seus valores ajustados nos termos dos itens deste Capítulo.
- 20.2. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

- 20.3. Os Outros Ativos da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BM&F-Bovespa, SISBACEN ou outros mercados organizados, desde que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.
- 20.4. As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSBAC na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo ocorrido subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.
- 20.5. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.



CAPÍTULO XXI – DA ASSEMBLEIA GERAL

- 21.1. Observados os respectivos *quorums* de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral:
- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
 - b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento, nos curso ordinário do Programa de Securitização;
 - c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
 - d) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
 - e) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Gestor, da Consultora Especializada e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
 - f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
 - g) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Resgate Antecipado;
 - h) deliberar sobre a alteração dos Documentos da Securitização; e
 - i) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.
- 21.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer, exclusivamente, da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, assim como poderão ser feitos outros ajustes de caráter não material. Nessas hipóteses, a respectiva alteração deverá ser informada no ato pela Administradora ao Custodiante e divulgada aos Quotistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data de realização da alteração, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.
- 21.3. A primeira e a segunda convocação da Assembleia Geral far-se-á, concomitantemente, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de *e-mail* enviado ao Quotista ou seu representante, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.
- 21.4. A Assembleia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

- 21.4.1. Salvo se outro prazo não for estabelecido neste Regulamento, a Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias contado de sua convocação, e, em segunda convocação, no prazo de 5 (cinco) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação, tudo nos termos do item (21.3) anterior.
- 21.4.2. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos, 1 (um) Quotista.
- 21.5. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 21.6. A Assembleia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.
- 21.7. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro *quorum* de deliberação for exigido por este Regulamento.
- 21.8. Para efeito da constituição de quaisquer dos *quorums* de instalação ou deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora, da Supplier, de suas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas e da Cedente.
- 21.9. Os Quotistas Seniores e os Quotistas Subordinados, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembleias Gerais.
- 21.10. Ressalvado o disposto no item (23.3) do Capítulo XXIII, as deliberações relativas a qualquer das matérias previstas nos subitens “b”, “f” e “h” do item (21.1) deste Capítulo serão tomadas em primeira convocação pela unanimidade dos titulares de Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, pelos Quotistas titulares da maioria das Quotas Seniores em Circulação, assim como pelo voto afirmativo dos Quotistas titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos separadamente no curso da mesma Assembleia Geral.
- 21.11. Adicionalmente, caberá exclusivamente aos Quotistas Subordinados deliberar sobre: (i) a criação de um prêmio de remuneração a ser conferido aos Quotistas Seniores, assim como determinar a forma de apuração e o critério de pagamento; e (ii) a alteração deste Regulamento no que tange à negociação das Quotas Subordinadas no mercado de balcão organizado, devendo o Fundo e Administradora, nesse caso, observar a legislação aplicável, inclusive no que tange ao registro de emissão das referidas Quotas Subordinadas perante a CVM e as entidades em que as Quotas Subordinadas forem registradas para negociação. As deliberações de que trata este item devem ser realizadas mediante Assembleia Geral convocada especificamente para tanto, devendo tais deliberações serem tomadas em primeira convocação pela unanimidade dos Quotistas titulares de Quotas Subordinadas em Circulação e, em segunda convocação, pela unanimidade dos Quotistas titulares de Quotas Subordinadas presentes na referida Assembleia Geral. Tais deliberações devem ser divulgadas na forma dos itens (21.13) e (21.14) deste Capítulo.
- 21.12. Têm qualidade para comparecer à Assembleia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.
- 21.13. A divulgação referida no item (21.11) deste Capítulo deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.
- 21.14. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quorums* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os Quotistas Seniores quanto os Quotistas Subordinados, quer tenham comparecido à Assembleia Geral, e nela se abstiveram de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido, devendo ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembleia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.
- 21.15. A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.



CAPÍTULO XXII – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

22.1. A partir da 1ª (primeira) data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obrigatoriamente deverá alocar os recursos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento de despesas e dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- b) no pagamento de dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações;
- c) no resgate das Quotas Seniores Postergadas, observados os termos e as condições deste Regulamento, conforme aplicável;
- d) no resgate de Quotas Seniores Resgatadas, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- e) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa e da Reserva de Liquidez;
- f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- g) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- h) no pagamento da Taxa de Performance, quando for o caso; e
- i) no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

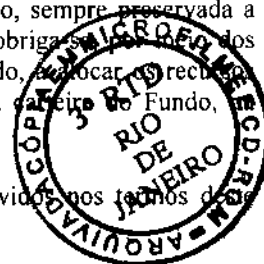
22.2. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação e/ou de um Evento de Resgate Antecipado, os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- a) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- b) no resgate integral de Quotas Seniores, observados os termos e condições deste Regulamento;
- c) no pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco;
- d) no pagamento da remuneração da Taxa de Performance; e
- e) no resgate integral de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

22.3. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada nas modalidades de investimento referidas nos subitens “a” a “c” do item (4.6): (a) parcela de seu patrimônio líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 3 (três) meses calendários subsequentes à realização do respectivo provisionamento (“Reserva de Caixa”), e (b) uma reserva de liquidez equivalente a 3% (três por cento) do valor dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo (“Reserva de Liquidez”).

CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO E DOS EVENTOS DE RESGATE ANTECIPADO

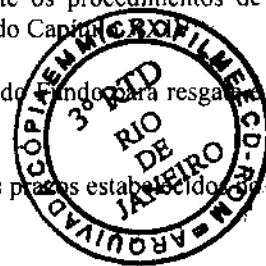
23.1. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar a liquidação do Fundo, a ser deliberada em Assembleia Geral qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Resgate Antecipado”):



- a) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da referida notificação;
- b) inobservância por qualquer uma das Cedentes, do Gestor ou da Consultora Especializada de Risco de Crédito e obrigações previstos nos Documentos da Securitização, desde que, notificada pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, a Cedente, o Gestor ou a Consultora Especializada inadimplente não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- c) inobservância por qualquer uma das Cedentes ou do Gestor, quanto à cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios que não atenda à Condição da Cessão;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Seniores em mais de 2 (dois) subníveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- e) resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- f) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- g) rescisão do Convênio de Cobrança ou renúncia da(s) Cedente(s) que representem 50% (cinquenta por cento) dos Direitos Creditórios Elegíveis do Fundo dos últimos 3 (três) meses;
- h) rescisão de qualquer dos Documentos da Securitização por qualquer Pessoa, sem que outra(s) Pessoa(s) assumam integralmente as atribuições ali estabelecidas nos termos ali definidos;
- i) descumprimento pelo Agente Cobrador Bancário de qualquer de suas obrigações definidas no Contrato de Cobrança Bancária, que não seja sanado nos prazos ali assinalados, que possa, a critério exclusivo da Administradora, comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização;
- j) interrupção ou mudança significativa nos procedimentos de recebimento e transferência de valores previstos no Convênio de Cobrança e/ou no Contrato de Cobrança Bancária, e tal evento possa, a critério exclusivo da Administradora, afetar a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização;
- k) renúncia da Administradora ou do Gestor, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, ou sua não substituição, nos termos deste Regulamento;
- l) caso haja um acréscimo da Taxa DI acima de 50% (cinquenta por cento) em relação à Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- m) caso o Fundo deixe de atender à Reserva de Caixa, à Reserva de Liquidez, à Alocação Mínima de Investimento e/ou à Razão de Garantia e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data em que se verificar o desenquadramento;
- n) caso o Fundo deixe de atender ao Excesso de *Spread* em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Excesso de *Spread*. Não será exigido o atendimento da obrigação confida neste subitem durante os 2 (dois) primeiros meses subsequentes à 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;
- o) caso o DCV, o DCV30, o DCV120, o DCV180 ou o Índice de Refinanciamento, apurado pela Administradora em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 6% (seis por cento), a 7% (sete por cento) ou a 50% (cinquenta por cento), respectivamente;
- p) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor para as Quotas Seniores, nos termos do item (16.5) do Capítulo XVI;



- q) caso qualquer uma das Cedentes deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou de enviar o *Layout* ao Custodiante, nos termos do subitem "a" do item (24.1) do Capítulo XXIV;
- r) caso ambas as Cedentes informem sua decisão de interromper definitivamente os procedimentos de cessão de Direitos Creditórios, conforme previsto no subitem "c" do item (24.1) do Capítulo XXIV;
- s) caso os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, deliberem que o fechamento do Fundo para resgate seja um Evento de Resgate Antecipado, nos termos do item (19.14) do Capítulo XIX;
- t) caso ocorra qualquer Evento de Revisão, que não seja, caso aplicável, sanado nos prazos estabelecidos no Contrato de Cessão;
- u) existência de indícios de que qualquer uma das Cedentes tenha cedido Direitos Creditórios sem lastro em uma Operação Parcelado Emissor, Operação de Antecipação, Operação de Refinanciamento de Saldo Remanescente e/ou Saque; ou
- v) a decretação de falência, de autofalência ou de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer Estabelecimento, desde que a soma dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e vinculados ao respectivo Estabelecimento represente 15% (quinze por cento) ou mais do total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.



23.2. A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Resgate Antecipado: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, (ii) suspender, de imediato, o resgate de Quotas e o recebimento de quaisquer solicitações de resgate de Quotas; (iii) convocar a Assembleia Geral, nos termos do item (21.4.1) do Capítulo XXI, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Resgate Antecipado, para que ela se reúna no prazo máximo de 20 (vinte) dias; (iv) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (v) se assim dispuser a Assembleia Geral, iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, conforme disposições constantes deste Regulamento e da regulamentação vigente.

23.3. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembleia Geral, convocada na forma do item (23.2) anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação do Fundo, observado o *quorum* de deliberação definido no item (21.7) do Capítulo XXI, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas Seniores, proporcional, inteiro ou fracionado, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, observados a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXII e os seguintes procedimentos:

- a) suspender os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios definidos no Contrato de Cessão e neste Regulamento e depositar todos os valores decorrentes do pagamento e/ou da alienação dos ativos de titularidade do Fundo única e exclusivamente na Conta do Fundo;
- b) utilizar os recursos arrecadados na forma do subitem "a" deste item no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Seniores, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, sendo que cada evento de resgate fracionado por Quotista não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor; e
- c) somente após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, nos termos do subitem "b" anterior, a Administradora deverá utilizar os recursos arrecadados na forma do subitem "a" deste item no resgate, proporcional, inteiro ou fracionado, das Quotas Subordinadas, por seu valor devidamente apurado na forma do item (16.2) do Capítulo XVI, sendo que cada evento de resgate fracionado não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Quotista, ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.

23.4. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembleia Geral, convocada na forma do item (23.2) deste Capítulo, decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores devidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembleia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembleia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item (23.3) anterior.

23.5. São Eventos de Liquidação, os quais ensejam a liquidação automática do Fundo, a ser efetuada nos termos do item (23.6) a seguir, observado o disposto no item (19.16) deste Regulamento:

- a) caso o Fundo não possua recursos suficientes para realizar o resgate tanto das Quotas Seniores Resgatadas quanto das Quotas Seniores Postergadas, conforme solicitado pelos Quotistas, nas datas, prazos e termos constantes deste Regulamento;
- b) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resiliado;
- c) requerimento de (i) autofalência, (ii) recuperação judicial ou extrajudicial, ou (iii) intervenção de qualquer uma das Cedentes e/ou de qualquer de suas Afiliadas, conforme o caso; e
- d) decretação de falência, intervenção, regime especial de administração temporária, liquidação ou evento assemelhado de qualquer uma das Cedentes e/ou de qualquer de suas Afiliadas, conforme o caso.



23.6. A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Liquidação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou a seus representantes, (ii) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e, (iii) iniciar os procedimentos para a liquidação do Fundo, primeiramente efetuando o resgate das Quotas Seniores, considerado proporcionalmente os investimentos no Fundo, conforme disposições constantes deste Regulamento e da regulamentação vigente, e por conseguinte, o resgate das Quotas Subordinadas, observados os termos do item (23.3). Nessa hipótese, o valor de cada evento de resgate fracionado, tanto para Quota Sênior quanto para Quota Subordinada, não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ressalvado o caso em que o saldo for menor que esse valor.

CAPÍTULO XXIV – DO REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ E DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO

24.1. A Administradora deverá enviar às Cedentes, por meio eletrônico, no dia em que for verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento, observado o disposto no item (14.7) do Capítulo XIV, o Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelas Cedentes à Administradora, impreritivamente até o 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, a respectiva Cedente deverá:

- a) informar se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo *Layout* ao Custodiante;
- b) informar sua intenção em reenquadrar a Razão de Garantia e/ou a Alocação Mínima de Investimento aos parâmetros definidos neste Regulamento, por meio do Resgate Antecipado Compulsório, observados os procedimentos definidos no Capítulo XXV a seguir. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, a Cedente deverá indicar o valor do Resgate Antecipado Compulsório, a ser implementado pela Administradora no curso dos procedimentos definidos no Capítulo XXV, e o novo valor do patrimônio líquido em que a Cedente reenquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no item (14.7) do Capítulo XIV; ou
- c) interromper definitivamente os procedimentos de cessão definidos no Contrato de Cessão.

24.2. Na hipótese do subitem “a” do item (24.1) anterior, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro-forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros definidos no item (14.7) do Capítulo XIV.

24.3. Na hipótese do subitem “b” do item (24.1) deste Capítulo, a Administradora, caso necessário, dará início aos procedimentos definidos no Capítulo XXV, com vista ao Resgate Antecipado Compulsório.

CAPÍTULO XXV – DO RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO

25.1. Para reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação Mínima de Investimento, ou, ainda, para os termos e efeitos do item (25.2) a seguir, a Administradora, a seu exclusivo critério, procederá ao resgate compulsório antecipado, inteiro ou fracionado, independentemente de realização de Assembleia Geral, de todas as Quotas Seniores em Circulação, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item

(23.3) do Capítulo XXIII, de forma que, computada, *pro-forma*, o resgate pretendido, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no item (14.7) do Capítulo XIV, à Reserva de Caixa e à Reserva de Liquidez ("Resgate Antecipado Compulsório"), observado, ainda, o disposto no item (25.3) a seguir.

- 25.2. A Cedente poderá notificar a Administradora acerca de sua pretensão, temporária, de não mais exercer Direitos Creditórios ao Fundo até que esse reduza seu patrimônio líquido ao patamar indicado na respectiva notificação, hipótese em que deverá ser observados os procedimentos definidos no item (25.1) anterior.
- 25.3. Na hipótese do item (25.1) deste Capítulo, a Administradora deverá inicialmente efetuar o resgate das Quotas Seniores Postergadas e das Quotas Seniores Resgatadas, para, somente depois, iniciar os procedimentos descritos no referido item.
- 25.4. Nos termos deste Capítulo, a Administradora deverá realizar o Resgate Compulsório Antecipado, inteiro ou fracionado, até que o patrimônio líquido do Fundo atinja o patamar indicado nas notificações de que tratam os itens (25.1) e (25.2), observada a prioridade estabelecida pelo item (25.3), sendo obrigatório, para que seja retomada a compra de Direitos Creditórios pelo Fundo, que se encontrem atendidos pelo Fundo, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no item (14.7) do Capítulo XIV, à Reserva de Caixa e a Reserva de Liquidez.
- 25.5. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos referidos nos itens (25.1) a (25.3) deste Capítulo, a Administradora deverá informar imediatamente aos Quotistas, ou seus representantes, conforme endereço cadastrado na forma do item (15.8) do Capítulo XV, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, assim como a razão da antecipação dos resgates, conforme o caso, e o valor total do respectivo resgate devido a cada Quotista.



CAPÍTULO XXVI – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 26.1. Para efeito do disposto no inciso VI, alínea "c", do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas Seniores referida no item (23.3) do Capítulo XXIII, existam Quotas Seniores em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro-forma*, observado o disposto no item (16.1) do Capítulo XVI ("Valor Referencial"). Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar ao disposto no item (5.6) do Capítulo V deste Regulamento.
- 26.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (26.1) anterior, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (26.3) a seguir.
- 26.3. Para fins do disposto no item (26.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral referida no item (26.2) anterior. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 26.4. O Custodiante, por meio de seu Agente contratado para prestação de serviço de custódia física, fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido neste item, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil

referido do item (26.3) anterior e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

- 26.5. Antes da implementação dos procedimentos de dação referidos no item (26.1) deste Capítulo, a Cedente poderá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, deduzido dos Outros Ativos, se for o caso, e acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigido em data posterior ao encerramento de suas atividades. A Cedente poderá exercer a opção de compra referida anteriormente no prazo decadencial de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando a Cedente do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar o disposto no item (5.6) do Capítulo V deste Regulamento. Na hipótese de a Cedente optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos no item (26.2) deste Capítulo.
- 26.6. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXII.

CAPÍTULO XXVII – DOS ENCARGOS DO FUNDO

- 27.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
 - b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
 - c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
 - d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas correntes de titularidade do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
 - e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
 - f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
 - g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
 - h) despesas com a contratação de agência de classificação de risco;
 - i) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma do subitem “d” do item (21.1) do Capítulo XXI; e
 - j) taxas de custódia de ativos do Fundo, as quais incluirão todos os serviços prestados pelo Custodiante.
- 27.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXVIII – DO CONSELHO CONSULTIVO

- 28.1. O Fundo terá um conselho consultivo (“Conselho Consultivo”) composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) deles necessariamente representantes da Administradora e o outro escolhido pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas, reunidos em Assembleia Geral, os quais definirão, por meio de regimento interno, os

procedimentos de convocação e deliberação do Conselho Consultivo. O Diretor Designado ou seu representante deverá necessariamente comparecer a todas as reuniões do Conselho Consultivo.

- 28.2. Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados.
- 28.3. As deliberações do Conselho Consultivo serão sempre tomadas por decisão unânime de seus membros.
- 28.4. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá realizar os seguintes negócios jurídicos de transações após sua aprovação prévia pelo Conselho Consultivo:
- a) observados os termos e condições deste Regulamento, definir a política de alocação, aquisição e alienação de Outros Ativos;
 - b) a contratação pelo Fundo de operações em mercado de derivativos, incluindo operações de *hedge*;
 - c) deliberar sobre a antecipação do resgate das Quotas Seniores Postergadas e/ou das Quotas Seniores Resgatadas, na forma do item (19.6) do Capítulo XIX; e
 - d) definir o Potencial de Cessão antes de cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.
- 28.5. As deliberações adotadas nas reuniões do Conselho Consultivo deverão ser lavradas em ata própria, assinada por todos os presentes, e que deverá ser arquivada pela Administradora.
- 28.6. Considera-se o correio eletrônico (*e-mail*) como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre os membros do Conselho Consultivo para fins das deliberações de que trata este Capítulo, aceitando-se, inclusive, a assinatura eletrônica, para os fins do disposto no item (28.5) anterior.
- 28.7. Caberá ao Diretor Designado consolidar cada uma das deliberações realizadas e arquivá-las, nos termos do item (28.5) deste Capítulo.



CAPÍTULO XXIX – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- 29.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Liquidação ou Evento de Resgate Antecipado, nos termos dos itens (23.5) e (23.1), respectivamente, do Capítulo XXIII deste Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.
- 29.2. A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja “Monitor Mercantil”, e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem as Quotas no mercado.
- 29.3. A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:
- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
 - b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
 - c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 29.4. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO XXX – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS SENIORES

- 30.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à solução dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares da maioria das Quotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, deverão prover o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Seniores para assegurar, no caso, a adoção e manutenção dos procedimentos anteriormente referidos.
- 30.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Quotistas Seniores, não estando a Administradora, a Supplier Assessoria, o Custodiante, a Cedente, a Supplier, o(s) Distribuidor(es) e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 30.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos na Assembleia Geral prevista no item (30.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembleia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização das Quotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- 30.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos Quotistas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 30.5. A Administradora, a Supplier Assessoria, o Custodiante, a Cedente, a Supplier, o(s) Distribuidor(es) e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não proposição (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 30.6. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXXI – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 31.1. O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.
- 31.2. Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas Seniores e o resgate das Quotas Subordinadas.
- 31.3. O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro do mesmo ano.
- 31.4. O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação dos Direitos Creditórios ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pela Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

- 31.5. Para fins tributários, e de acordo com a composição de sua carteira, o Fundo será classificado como "fundo de investimento de longo prazo" conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º, inciso I, da Instrução nº 487, de 30 de dezembro de 2004, da Receita Federal.
- 31.6. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2011


OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

ALEXANDRE LODI DE OLIVEIRA
PROCURADOR

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1017211
- 4 NOV 2011
ARQUIVO CORA EM TITULOS E
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard, datado de 04 de novembro de 2011

ANEXO I

AVISO DE DESENQUADRAMENTO

Aviso de Desenquadramento nº [•]

Data: [•].

Ref.: Aviso de Desenquadramento

Na qualidade de Administradora do Ourinvest Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Financeiros-Suppliercard, nos termos do no item (24.1) do Capítulo XXIV do Regulamento, servimo-nos da presente para informá-los sobre o desenquadramento da [Razão de Garantia]/[Alocação de Mínima Investimento] estabelecida no Regulamento. Em razão disto, requer-se, de V.Sas., as providências necessárias para que seja sanada a situação conforme facultado em tal Regulamento.

Não havendo resposta a este aviso de desenquadramento, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do seu recebimento, sobre qual medida que essa empresa pretende nos termos e prazos do Regulamento, será observado, pela Administradora, o disposto no Capítulo XXV do Regulamento.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

OLIVEIRA TRUST DTVM. S.A.

REGISTRO DE DIÁRIOS E DOCUMENTOS
1017211
- 4 NOV 2011
ARQUIVADA COM A EM 10/11/2011
SIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ




Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard, datado de 04 de novembro de julho de 2011.

ANEXO II

BASE DE DADOS DO FUNDO

Relatório de Demonstrativo de Caixa

 **Serviços para o
Mercado de Capitais**

Data Atual: 31/10/2003 14:08:07

Data da Posição: 25/10/2003 a 30/10/2003

Última Atualização da Carteira: 31/10/2003 - 11:15:07

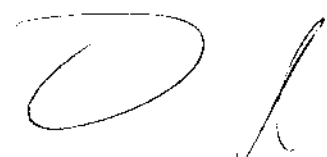
Carteira: FIDC

Data Liquid.	Descrição	Entrada	Saída	Saldo
27/10/2003	SALDO ANTERIOR			482.347,62
27/10/2003	Diferença de Caixa a Conciliar		1.386,15	
27/10/2003	Resgate de Título RF (LFT O TESOURO) Op. 10291899 Mv. 294479	1.912.954,23		
27/10/2003	Resgate de Título RF (LFT O TESOURO) Op. 10291900 Mv. 294480	3.099.003,85		
27/10/2003	Resgate de Título RF (NBC O BC) Op. 10291909 Mv. 294481	1.961.084,05		
27/10/2003	Direitos Creditórios - Base Antecipada Of. Valor Presente	75,05		
27/10/2003	Direitos Creditórios - Base de PDD a Processar em 27/10/03		207.128,39	
27/10/2003	Direitos Creditórios - Base de Títulos a receber em 27/10/03	49.019,00		
27/10/2003	Direitos Creditórios - Diferença de Rendimento		3.727,84	
27/10/2003	Direitos Creditórios - Movimentação de Títulos Vencidos e Não Pagos		240.352,36	
27/10/2003	Fatura de CPMF em 24/10/03		6,48	
27/10/2003	Resgate de Título RF (DIRCR SADIJA) Op. 10320891 Mv. 294482	90.500.062,03		
27/10/2003	Compra de Título RF (DIRCR SADIJA) Op. 10332436 Mv. 529287		94.551.296,23	
27/10/2003	Venda de Título RF (LFT TESOURO) Op. 10267280 Mv. 528714	4.493.961,59		
27/10/2003	Venda de Título RF (LFT TESOURO) Op. 9720895 Mv. 528715	2.725.253,81		
27/10/2003	SALDO			199.851,80
28/10/2003	Compra de Título RF (DIRCR SADIJA) Op. 10348435 Mv. 529352		66.891.043,56	
28/10/2003	Direitos Creditórios - Abatimentos		7.351,37	

482.347,62
RECEBIMOS DA
BANCA DE DEPOSITOS
DO FIDC OBRIGADO
A PAGAR EM 27/10/03
R\$ 482.347,62

- 4 NOV 2003 1017211

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
- SupplierCard, datado de 04 de novembro de 2011.

** D7RX/A dd/mm/aa 14.25.27 **

D7 - FUNDOS DE RECEBIVEIS

** FL. 000001 **

RELATORIO DE CREDITOS ADQUIRIDOS VENCIDOS E A VENCER POSIÇÃO EM dd/mm/aa

AGENCIA/CONTA/DAC
9999/12345-6

NOME DO CEDENTE
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

VENCTO	N. DIAS	VL. TITULO
dd/mm/aa	-14	xxx,xx
dd/mm/aa	-12	xxx,xx
dd/mm/aa	-11	xxx,xx
dd/mm/aa	-10	xxx,xx
dd/mm/aa	-9	xxx,xx
dd/mm/aa	-8	xxx,xx
dd/mm/aa	-7	xxx,xx
dd/mm/aa	-6	xxx,xx
dd/mm/aa	-5	xxx,xx
dd/mm/aa	-4	xxx,xx
dd/mm/aa	-3	xxx,xx
dd/mm/aa	-2	xxx,xx
dd/mm/aa	-1	xxx,xx
dd/mm/aa	1	xxx,xx
dd/mm/aa	2	xxx,xx
dd/mm/aa	3	xxx,xx
dd/mm/aa	4	xxx,xx
dd/mm/aa	5	xxx,xx
dd/mm/aa	6	xxx,xx
dd/mm/aa	7	xxx,xx
dd/mm/aa	8	xxx,xx
dd/mm/aa	9	xxx,xx
dd/mm/aa	10	xxx,xx
dd/mm/aa	11	xxx,xx
dd/mm/aa	12	xxx,xx
dd/mm/aa	13	xxx,xx
dd/mm/aa	14	xxx,xx
dd/mm/aa	15	xxx,xx
dd/mm/aa	16	xxx,xx
dd/mm/aa	17	xxx,xx
dd/mm/aa	18	xxx,xx
dd/mm/aa	19	xxx,xx
dd/mm/aa	20	xxx,xx
dd/mm/aa	21	xxx,xx
TOTAL		xxx.xxx,xx
TOTAL GERAL		xxx.xxx,xx

- 4 NOV 2011 1017211

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
- SupplierCard, datado de 04 de novembro de 2011.

ANEXO III

NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1017211
- 4 NOV 2011
ARQUIVADA CÓPIA EM PROCESSO DE
SIS DE JANEIRO - CAPITAL - RJ



**NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE
LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA**

CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES:

1. Para perfeito entendimento e interpretação destas NORMAS GERAIS, são adotadas as seguintes definições:

ADMINISTRADORA - é a SUPPLIERCARD, conforme definida nestas NORMAS GERAIS.

AGENTE DE FINANCIAMENTO - é o BANCO OURINVEST, conforme definido nestas NORMAS GERAIS.

ASSOCIADO - é a pessoa física ou jurídica aceita por qualquer um dos EMISSORES ou pela ADMINISTRADORA, cuja qualificação e registro se encontram em banco de dados específico, com sede/ domicílio no Brasil, e que está apta a possuir o CARTÃO DE COMPRA e realizar TRANSAÇÕES por meio da utilização do CARTÃO DE COMPRA nos termos da política de concessão de crédito do EMISSOR.

BACEN - é o Banco Central do Brasil.

BANCO OURINVEST - é o BANCO OURINVEST S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º e 2º andares, CEP 01310-919, inscrito no CNPJ sob nº 78.632.767/0001-20

CARTÃO DE COMPRA - é o "Cartão de Compra SupplierCard" emitido pelo EMISSOR, em nome do ASSOCIADO, e administrado pela ADMINISTRADORA, por meio do qual o ASSOCIADO realiza TRANSAÇÕES, nos termos destas NORMAS GERAIS.

CENTRAL DE ATENDIMENTO - é a central de atendimento disponibilizada pela ADMINISTRADORA ao ASSOCIADO, nos termos destas NORMAS GERAIS, na qual o ASSOCIADO poderá obter todas as informações relativas ao seu CARTÃO DE COMPRA e ao seu respectivo LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, a ser acessada por telefone e/ou por site específico da internet.

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - é: (a) o documento representativo da prestação de contas ao ASSOCIADO, emitido por um dos EMISSORES ou pela ADMINISTRADORA e enviado para cada ASSOCIADO, por meio eletrônico ou no endereço por ele indicado, no qual são discriminados os débitos e créditos relativos às TRANSAÇÕES efetuadas pelo ASSOCIADO, por meio da utilização do CARTÃO DE COMPRA, assim como pagamento, estornos, ajustes, taxas, tarifas, ENCARGOS, valores de multa, juros moratórios, saldo anterior e atual, valor do pagamento mínimo, caso aplicável, data de vencimento e avisos em geral; ou (b) o documento emitido na forma de um boleto de cobrança bancária, no qual são discriminados, principalmente, o valor total para pagamento, sem a possibilidade do pagamento do valor mínimo, e a data do vencimento. O DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO é: (i) o meio de comunicação entre, de um lado, os EMISSORES ou a ADMINISTRADORA e, de outro lado, o ASSOCIADO; e (ii) o principal meio de pagamento para o ASSOCIADO.

DEVEDOR SOLIDÁRIO - é cada um dos representantes legais do ASSOCIADO, seja como sócio, seja como administrador, que assina o TERMO DE ADESÃO ao presente instrumento de NORMAS GERAIS, e que ao assiná-lo, automaticamente e sem formalidade adicional, obriga-se solidariamente com o ASSOCIADO, nos termos do artigo 264 do Código Civil brasileiro, pela liquidação de toda e qualquer obrigação assumida pelo ASSOCIADO, principal ou acessória, decorrente da utilização do CARTÃO DE COMPRA.



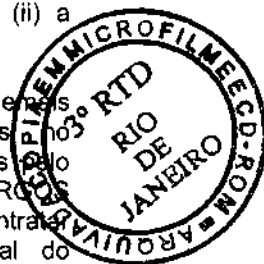
ASSOCIADO COM EMISSOR
RIO DE JANEIRO - RJ

- 4 NOV 2011 10:17:21

REGISTRO DE TERMOS E DOCUMENTOS
04/11/2011

EMISSOR ou EMISSORES - é: (i) o BANCO OURINVEST, acima qualificado; ou (ii) a SUPPLIERCARD, abaixo qualificada.

ENCARGOS - é o somatório da taxa de juros, multa, impostos, taxas, contribuições e demais tributos incidentes, bem como outras despesas ou tarifas, indicadas no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, decorrentes de TRANSAÇÕES efetuadas pelo ASSOCIADO por meio da utilização do CARTÃO DE COMPRA. Os ENCARGOS (especiais e máximos) incidirão, conforme o caso, sempre que o ASSOCIADO contratar SAQUE, OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSOR, efetuar o pagamento parcial do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, na respectiva data de vencimento, e/ou deixar de pagá-lo na data de vencimento, inclusive na hipótese de contratação da TRANSAÇÃO referida no item 4.5 (a) destas NORMAS GERAIS.



ESTABELECIMENTO - é o fornecedor de bens e serviços que tenha celebrado com um dos EMISSORES e com a ADMINISTRADORA o "Contrato para Emissão de Cartões de Compra Sistema SupplierCard" e/ou instrumento equivalente, sendo cadastrado como instituição na qual o ASSOCIADO possa realizar TRANSAÇÕES.

IGP-M/FGV - é o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - são as instituições bancárias nas quais poderão ser pagos os DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO.

LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA - limite máximo de crédito concedido para uso profissional/ pessoal e intransferível do ASSOCIADO, sem regresso financeiro contra o ESTABELECIMENTO, unicamente para utilização do CARTÃO DE COMPRA em TRANSAÇÕES e/ou OPERAÇÕES DE CRÉDITO com o ESTABELECIMENTO ou com o EMISSOR, conforme o caso. Este limite não poderá ser excedido, exceto quando e se houver prévia autorização por qualquer um dos EMISSORES ou da ADMINISTRADORA, aos seus exclusivos critérios.

NORMAS GERAIS - o presente instrumento de "Normas Gerais para Concessão de Limite de Cartão de Compra".

OPERAÇÃO DE CRÉDITO - é a contratação, pelo ASSOCIADO, de OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSOR, SAQUE e/ou, caso esta modalidade de OPERAÇÃO DE CRÉDITO encontre-se disponível para o ASSOCIADO, a OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE, nos termos da Cláusula 8, bem como a contratação pelo ASSOCIADO de financiamento do saldo devedor, nos termos do item 8.3 e da Cláusula 9 destas NORMAS GERAIS.

OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE - possui a definição indicada na Cláusula 8 destas NORMAS GERAIS.

OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSOR - possui a definição indicada no item 4.5 (b) destas NORMAS GERAIS.

OPERAÇÃO PARCELADO-ESTABELECIMENTO - possui a definição indicada no item 4.5 (a) destas NORMAS GERAIS.

OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS - são produtos e serviços que, se disponíveis, podem ser adquiridos pelo ASSOCIADO utilizando-se, para tanto, do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, e os quais incluem, mas não se limitam a, seguros, títulos de capitalização, produtos de assistência, empréstimos parcelados, etc.

SALDO REMANESCENTE - possui a definição indicada no item 7 (b) destas NORMAS GERAIS..

SAQUE - possui a definição indicada no item 4.5 (d) destas NORMAS GERAIS.

SENHA - é o código sigiloso atribuído a cada ASSOCIADO para que, quando necessário, realize consultas às TRANSAÇÕES por ele efetuadas.

SISTEMA - são os procedimentos e a tecnologia operacional, de propriedade da ADMINISTRADORA, necessários à prestação do serviço de administração do CARTÃO, com o objetivo de viabilizar a realização de TRANSAÇÕES.

SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES - significa o complexo de operações de financiamento e de cessões de crédito a terceiros, com o objetivo de prover os recursos necessários para, conforme o caso, financiar as TRANSAÇÕES decorrentes do uso do CARTÃO DE COMPRA pelos ASSOCIADOS.

SUPPLIERCARD - é a SUPPLIERCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, 13º Andar, CEP 01310-919, inscrita no CNPJ sob o nº 06.951.711/0001-28, empresa que é detentora do SISTEMA e do *know how* para mantê-lo e operacionalizá-lo, sendo responsável por todos os procedimentos operacionais descritos nestas NORMAS GERAIS.

TERMO DE ADESÃO - termo pelo qual, a critério da ADMINISTRADORA, o(s) representante(s) legal(is) do ASSOCIADO se vincula(m) às presentes NORMAS GERAIS e, solidariamente, se obriga(m) com o ASSOCIADO, nos termos do artigo 264 do Código Civil brasileiro, pela liquidação de toda e qualquer obrigação assumida pelo ASSOCIADO, principal ou acessória, decorrente da utilização do CARTÃO DE COMPRA.

TRANSAÇÕES - todas e quaisquer aquisições de bens e/ou serviços realizadas pelo ASSOCIADO em ESTABELECIMENTOS, por meio da utilização de seu CARTÃO DE COMPRA, com ou sem a cobrança de ENCARGOS, inclusive OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

CLÁUSULA 2 - OBJETO

2. Estas NORMAS GERAIS regulam as condições para a prestação dos serviços de administração do CARTÃO DE COMPRA, bem como as condições para: (i) a realização de TRANSAÇÕES no ESTABELECIMENTO; e (ii) a contratação de OPERAÇÃO DE CRÉDITO, ambas a serem feitas exclusivamente pelo ASSOCIADO, conforme vier a ser autorizado por um dos EMISSORES ou pela ADMINISTRADORA, e as quais compreenderão:

- (a) a concessão do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, para aquisição de bens e serviços no ESTABELECIMENTO;
- (b) a administração e gestão da utilização do CARTÃO DE COMPRA;
- (c) a emissão do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO; e
- (d) os demais serviços, inclusive financeiros, nesse caso a serem prestados pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO, ou por terceiros.

2.1. A concessão do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA dependerá da aceitação, pelo EMISSOR, da inclusão do ASSOCIADO no SISTEMA, segundo critérios próprios de análise cadastral e creditícia.

CLÁUSULA 3 - ADESÃO ÀS NORMAS GERAIS

3. A adesão a estas NORMAS GERAIS efetiva-se por meio de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro:

- (a) pagamento, total ou parcial, do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO;
- (b) aquisição do CARTÃO DE COMPRA via telemarketing;
- (c) assinatura no TERMO DE ADESÃO;
- (d) desbloqueio do CARTÃO DE COMPRA, pelo ASSOCIADO, junto à CENTRAL DE ATENDIMENTO;



- (e) utilização do CARTÃO DE COMPRA em qualquer TRANSAÇÃO; ou
- (f) qualquer outra manifestação expressa de vontade do ASSOCIADO.

- 3.1. Como remuneração pelos serviços prestados, a ADMINISTRADORA e/ou os EMISSORES poderá(ão) cobrar do ASSOCIADO, por CARTÃO DE COMPRA concedido, custo de manutenção sempre que houver qualquer utilização do CARTÃO DE COMPRA, pelo ASSOCIADO, ou emissão e envio, ao ASSOCIADO, do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, desde que previamente pactuado com o ESTABELECIMENTO.
- 3.2. As cobranças referidas no item 3.1 anterior serão lançadas no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO e dependerão de prévio aviso do EMISSOR ao ASSOCIADO discriminando os respectivos valores, por meio dos diversos meios de comunicação colocados à disposição do ASSOCIADO, conforme descritos no item 14.3.



CLÁUSULA 4 - UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE COMPRA

- 4. O ASSOCIADO se responsabilizará pela utilização do CARTÃO DE COMPRA na forma estabelecida por estas NORMAS GERAIS.
- 4.1. Na hipótese de "assinatura em arquivo", a qual se caracteriza por um processo que permite ao ASSOCIADO realizar TRANSAÇÕES por telefone e/ou por outros meios eletrônicos, sem a assinatura física no respectivo comprovante da TRANSAÇÃO, o ASSOCIADO se obriga a pagar as despesas realizadas por intermédio do SISTEMA, inclusive ENCARGOS, conforme discriminados no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 4.2. O CARTÃO DE COMPRA deverá ser utilizado pelo ASSOCIADO unicamente como meio de pagamento das TRANSAÇÕES e/ou OPERAÇÕES DE CRÉDITO. É expressamente vedada a realização: (i) de quaisquer operações que não se enquadrem na modalidade de crédito oferecida ao ASSOCIADO nestas NORMAS GERAIS; ou (ii) quaisquer outras operações proibidas pela legislação, sob pena de cancelamento imediato do CARTÃO DE COMPRA e retirada do ASSOCIADO do SISTEMA sem qualquer aviso prévio.
- 4.3. O ASSOCIADO deverá respeitar o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA concedido. O LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA poderá ser reduzido ou aumentado, a livre critério dos EMISSORES e/ou da ADMINISTRADORA, mediante comunicação ao ASSOCIADO através dos meios de comunicação colocados à sua disposição, nos termos do item 14.3 abaixo. O uso do CARTÃO DE COMPRA, após a comunicação feita ao ASSOCIADO sobre a alteração de LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, em qualquer das formas previstas nestas NORMAS GERAIS, implicará a expressa concordância do ASSOCIADO com o novo LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA.
- 4.4. Sempre que necessitar cancelar qualquer operação de compra e venda mercantil, o ASSOCIADO deverá solicitá-lo diretamente ao ESTABELECIMENTO. O ESTABELECIMENTO, uma vez concordando com a solicitação de cancelamento, encaminhará à ADMINISTRADORA a ordem de cancelamento da respectiva operação de compra e venda mercantil.
- 4.5. Conforme permitido pela legislação em vigor e nestas NORMAS GERAIS, o CARTÃO DE COMPRA poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO, desde que as respectivas modalidades de TRANSAÇÕES sejam previamente colocadas à sua disposição, para a realização de TRANSAÇÕES conforme as opções a seguir indicadas:
 - (a) "OPERAÇÃO PARCELADO-ESTABELECIMENTO" - entendendo-se essa opção como a concessão, feita diretamente pelo ESTABELECIMENTO, da facilidade de pagamento a prazo, em 1 (uma) ou mais parcelas, das compras ali realizadas, desde que tal opção encontre-se disponível ao ASSOCIADO no SISTEMA, e sobre as quais não incidirão juros remuneratórios, salvo na hipótese de inadimplência, quando se aplicará o disposto na Cláusula 9;

(b) "OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSOR" - entendendo-se essa opção: (a) como a concessão, feita diretamente pelo EMISSOR, no ato da TRANSAÇÃO, da facilidade de pagamento a prazo, em 1 (uma) ou mais parcelas; ou (b) como a concessão, feita pelo EMISSOR, por intermédio da ADMINISTRADORA, mediante comunicação por telefone ou correio eletrônico pelo ASSOCIADO diretamente à ADMINISTRADORA, na forma e condições admitidas pelo SISTEMA, da facilidade do parcelamento do boleto de cobrança bancária vincendo, em 1 (uma) ou mais parcelas. Em ambas as hipóteses ocorrerá a imediata contratação de uma OPERAÇÃO DE CRÉDITO concedida pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO, sobre a qual incidirão ENCARGOS, informados e devidos no momento da contratação, conforme indicado nestas NORMAS GERAIS;

(c) OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE – conforme disposto na Cláusula 8 destas NORMAS GERAIS; e

(d) "SAQUE" - refere-se ao empréstimo de quantias em dinheiro, concedido pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO ao ASSOCIADO através de telefone ou da internet, se disponível, mediante uso do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA. O valor de cada empréstimo estará sujeito às normas do BACEN e aos procedimentos e tarifas do AGENTE DE FINANCIAMENTO. Em cada empréstimo será cobrada uma tarifa e, sobre o valor do empréstimo, incidirão ENCARGOS, que serão computados desde a data de concessão do empréstimo até o seu efetivo pagamento, observados os termos e condições definidos nestas NORMAS GERAIS

4.5.1. Às opções referidas no item 4.5 anterior, aplica-se o previsto na Cláusula 8 destas NORMAS GERAIS, que regula a OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE, ficando, contudo, ressalvada a possibilidade de, a exclusivo critério do AGENTE DE FINANCIAMENTO, em qualquer das modalidades de TRANSAÇÕES acima referidas: (i) não vir a ser concedido novo financiamento mediante o pagamento mínimo; ou (ii) vir a ser concedido o financiamento automático do SALDO REMANESCENTE, sob determinados percentuais fixados pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO, e informados no ato de contratação da operação e/ou no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.

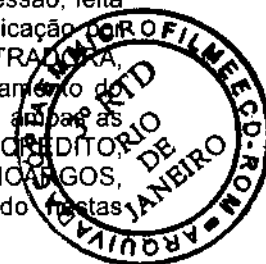
4.5.2. Os ENCARGOS incidentes em cada OPERAÇÃO DE CRÉDITO serão indicados no próprio DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, nos termos das Cláusulas 7, 8 e 9 destas NORMAS GERAIS.

4.5.3. Exclusivamente em relação às OPERAÇÕES À VISTA, o EMISSOR poderá cobrar uma taxa pela disponibilização e utilização do SISTEMA. O valor da taxa será informado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO e está disponível para consulta pelo ASSOCIADO junto a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

4.6. Em caso de retirada do ASSOCIADO do SISTEMA, fica a critério dos EMISSORES ou da ADMINISTRADORA a cobrança antecipada dos valores ainda não pagos pelo ASSOCIADO, cobrança essa que poderá ser efetivada mediante a emissão de um DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO específico.

4.7. A utilização do CARTÃO DE COMPRA pelo ASSOCIADO sensibilizará o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA concedido pelo EMISSOR ao ASSOCIADO, que retornará ao seu valor original à medida que os DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO sejam, total ou parcialmente, quitados pelo ASSOCIADO, na forma estabelecida no item 8.11 destas NORMAS GERAIS.

4.8. O ASSOCIADO não poderá ultrapassar o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA que lhe fora originalmente concedido pelo EMISSOR, incluindo-se o valor financiado pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO e os respectivos ENCARGOS, salvo se, excepcionalmente, o EMISSOR, a seu exclusivo critério, autorizar previamente a TRANSAÇÃO. O eventual excesso deverá ser pago na data de vencimento cumulativamente ao valor total ou ao pagamento mínimo, conforme o caso.

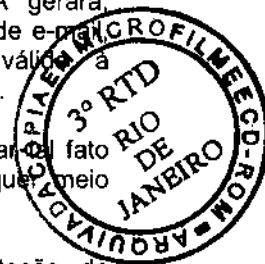


CLÁUSULA 5 - RECLAMAÇÕES

5. Para cada TRANSAÇÃO efetuada pelo SISTEMA, a ADMINISTRADORA gerará, automaticamente, uma confirmação ao ASSOCIADO via endereço eletrônico de e-mail, caso o ASSOCIADO tenha disponibilizado um endereço eletrônico válido à ADMINISTRADORA, com os valores de cada TRANSAÇÃO, inclusive SAQUES.
- 5.1. Caberá ao ASSOCIADO, caso a TRANSAÇÃO não seja reconhecida, informar tal fato imediatamente ao ESTABELECIMENTO e à ADMINISTRADORA, por qualquer meio possível, inclusive por meio eletrônico.
- 5.1.1. O não cumprimento do disposto no item 5.1 acima, implicará a aceitação da TRANSAÇÃO efetuada pelo ASSOCIADO frente ao ESTABELECIMENTO.
- 5.1.2. Qualquer alteração do endereço eletrônico de e-mail do ASSOCIADO deverá ser imediatamente comunicada à ADMINISTRADORA.
- 5.2. Os EMISSORES, e/ou a ADMINISTRADORA não se responsabilizam pela eventual restrição do ESTABELECIMENTO ao uso do CARTÃO DE COMPRA, nem pela qualidade ou quantidade de bens ou serviços adquiridos, ou por diferença de preço, cabendo unicamente ao ASSOCIADO conferir a exatidão dos valores das TRANSAÇÕES, a efetiva prestação de serviços, a forma de parcelamento, se houver, bem como promover, sob sua conta e risco, qualquer reclamação contra o ESTABELECIMENTO.
- 5.3. Na hipótese de o ASSOCIADO não ter cadastrado seu endereço eletrônico para o recebimento da confirmação da TRANSAÇÃO, conforme o item 5 acima, o eventual questionamento acerca de TRANSAÇÃO indicada no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO deverá ser feito por escrito junto à ADMINISTRADORA, no endereço indicado na Cláusula 1, até a data de vencimento indicada no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO. Caso o questionamento seja parcial, o ASSOCIADO deverá fazer o pagamento da parte incontroversa até a data de vencimento indicada no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 5.4. O ASSOCIADO que pagar integralmente o débito indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO e apresentar reclamação acerca de TRANSAÇÃO terá estornada a importância paga, devidamente corrigida monetariamente pelo IGP-M/FGV, caso sua reclamação seja considerada procedente pelo EMISSOR.
- 5.5. Caso o ASSOCIADO não tenha pago o valor da TRANSAÇÃO questionada, a improcedência da reclamação implicará a cobrança dos ENCARGOS máximos sobre o valor inadimplido, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto nestas NORMAS GERAIS.

CLÁUSULA 6 - DOS LANÇAMENTOS

6. O EMISSOR comunicará ao ASSOCIADO, pelo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO a ser encaminhado para o endereço por ele indicado, todas as informações sobre as TRANSAÇÕES e pagamentos efetuados, valores de tarifa de inscrição, ENCARGOS e demais valores correspondentes aos ENCARGOS previstos na Cláusula 8 destas NORMAS GERAIS, saldo anterior e atual, valor do pagamento mínimo, se houver, data de vencimento e instruções para pagamento, entre outras informações que vier a julgar serem necessárias. Nos casos em que o DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO for representado exclusivamente pela ficha de compensação bancária, esta fará referência ao número da nota fiscal onde as informações relativas à TRANSAÇÃO estarão discriminadas e, adicionalmente, serão enviadas ao ASSOCIADO, por via eletrônica ou física, as demais informações de ENCARGOS e tarifas para simples conferência.
- 6.1. Para todos os fins previstos na legislação em vigor, sem prejuízo do disposto no item 5.1.1, o não questionamento pelo ASSOCIADO a respeito de quaisquer lançamentos



contidos no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, até sua data do vencimento, mesmo que exista litígio comercial de qualquer natureza com o ESTABELECIMENTO, ressalvada a Cláusula 5 destas NORMAS GERAIS, implicará o reconhecimento e a aceitação incondicional pelo ASSOCIADO dos lançamentos expressos naquele documento e contabilizados nos livros do EMISSOR, valendo o DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, acompanhado de cópia destas NORMAS GERAIS, como prova de seu débito, ressalvado ao ASSOCIADO o direito de reaver as quantias pagas indevidamente, conforme vier a ser efetivamente comprovado.



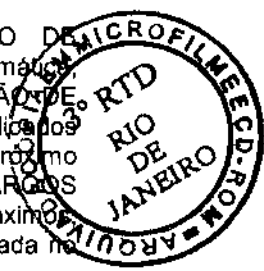
- 6.2. O ASSOCIADO reconhece que a digitação, pelo ESTABELECIMENTO, da TRANSAÇÃO no SISTEMA caracteriza sua aceitação via SISTEMA, tendo como fato gerador o respectivo comprovante de venda.

CLÁUSULA 7 - LIQUIDAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

7. O ASSOCIADO deverá, até a data de vencimento indicada no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO:
- (a) efetuar o pagamento do total do saldo devedor ali indicado, hipótese em que não ocorrerá a cobrança de ENCARGOS (excetuando na hipótese de haver SAQUES, OPERAÇÃO PARCELADO EMISSOR e/ou OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE); ou
 - (b) efetuar, caso essa opção encontre-se disponível no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, pagamento igual ou superior ao mínimo, e inferior ao total indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, hipótese em que a diferença apurada entre o saldo devedor e o pagamento efetuado ("SALDO REMANESCENTE") ficará sujeita a cobrança de ENCARGOS, contados a partir da data de vencimento do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 7.1. Caso o ASSOCIADO efetue o pagamento igual ou superior ao mínimo e inferior ao total indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o SALDO REMANESCENTE será lançado automaticamente no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO do mês seguinte acrescido dos ENCARGOS.
- 7.2. Verificada a inadimplência decorrente do não pagamento, na data de vencimento, do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, de valor igual ou superior ao mínimo indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o ASSOCIADO ficará sujeito aos ENCARGOS indicados no item 8.3, observado, ainda, o estabelecido na Cláusula 9.
- 7.3. Observado o disposto no item 4.5.1 acima, caberá exclusivamente ao SISTEMA fixar, no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o valor mínimo que poderá ser pago pelo ASSOCIADO, para fins da contratação de OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE, sem sujeitar-se às penas previstas na Cláusula 9.
- 7.4. Os pagamentos com cheques serão considerados quitados somente após a compensação destes.
- 7.5. O ASSOCIADO deverá pagar as importâncias devidas em INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, por intermédio da ficha de compensação contida no próprio DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO ou por outros meios admitidos pelo SISTEMA.
- 7.6. Na hipótese de o ASSOCIADO não receber o DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO até 2 (dois) dias antes da data de seu vencimento, deverá o ASSOCIADO obter o seu saldo devedor na CENTRAL DE ATENDIMENTO, ou ainda, por outro meio admitido pelo SISTEMA, e solicitar orientação sobre a forma de pagamento. O não recebimento do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO não exime o ASSOCIADO da responsabilidade de pagamento do seu débito na data de vencimento, sob pena de cobrança dos ENCARGOS previstos na Cláusula 9.

CLÁUSULA 8 - DO FINANCIAMENTO

8. O pagamento parcial do saldo devedor expresso no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, na forma autorizada pelo item 7 (b), resultará na contratação automática, pelo ASSOCIADO, por meio do AGENTE DE FINANCIAMENTO, da "OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE", a ENCARGOS especiais, indicados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, e válidos até a data de vencimento do próximo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, quando então passarão a vigorar os ENCARGOS indicados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO sob a rubrica ENCARGOS máximos, caso o financiamento não tenha sido liquidado até a referida data na forma indicada no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 8.1. Sempre que o ASSOCIADO optar pela OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE, por meio do pagamento mínimo, será cobrado no próximo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, pelo valor de suas TRANSAÇÕES, acrescido do SALDO REMANESCENTE anterior e dos ENCARGOS especiais aplicados até a data de vencimento, que serão aqueles indicados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO anterior. Na eventualidade de pagamento em atraso e/ou em desacordo com o disposto na Cláusula 7, aplicar-se-á o disposto no item 8.3 e na Cláusula 9 destas NORMAS GERAIS.
- 8.2. A OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE, na forma autorizada no item 7 (b), terá ENCARGOS especiais indicados no próprio DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, por prazo certo e ajustado de um mês, e deverá ser liquidado até a data de vencimento do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO subsequente para que não incidam, a partir de então, os ENCARGOS máximos indicados no mesmo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 8.3. A falta, atraso de pagamento ou pagamento inferior ao valor mínimo expresso no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO resultará no financiamento, pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO, do saldo devedor inadimplido, o qual estará sujeito aos ENCARGOS máximos vigentes, indicados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, os quais incidirão até a data do seu efetivo pagamento.
- 8.4. Cada OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSION e/ou SAQUE realizados pelo ASSOCIADO, por meio da utilização do CARTÃO, serão objeto de financiamento pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO, aplicando-se ENCARGOS especiais pré-fixados, que serão informados ao ASSOCIADO no momento da contratação, incidentes desde a data de realização da TRANSAÇÃO, até a data de vencimento do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, quando passarão a vigorar os ENCARGOS máximos, também informados ao ASSOCIADO no momento da contratação, e demais valores previstos na Cláusula 9 caso não haja a liquidação ou a contratação da OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE por meio do pagamento mínimo, na forma prevista no item 7 (b).
- 8.5. Os ENCARGOS poderão ser obtidos a qualquer momento pelo ASSOCIADO, por intermédio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, e serão também prévia e adequadamente informados ao ASSOCIADO em espaço próprio no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 8.6. Sem prejuízo do modo e prazo como o ASSOCIADO venha a liquidar o seu saldo devedor, o EMISSOR efetuará o pagamento ao ESTABELECIMENTO na forma e prazo admitidos pelo EMISSOR e pelo ESTABELECIMENTO em contrato específico.
- 8.7. O EMISSOR informará, no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o percentual máximo dos ENCARGOS, especiais, máximos e rotativos, aplicáveis a cada uma das TRANSAÇÕES.
- 8.8. No caso de rescisão destas NORMAS GERAIS, com o consequente vencimento antecipado de todas as obrigações pecuniárias do ASSOCIADO, os ENCARGOS



aplicados desde o vencimento do último DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO serão aplicados até a data de vencimento para liquidação de todos os valores devidos. Caso não ocorra o pagamento das obrigações pecuniárias vencidas antecipadamente, na data indicada, incidirão sobre o débito os ENCARGOS sob a rubrica ENCARGOS máximos indicados no último DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.

- 8.9. Na hipótese de existirem alterações, por superveniência de normas legais regulamentares, das atuais condições aplicáveis a ativos, passivos, receitas e resultados das instituições financeiras às quais se submetem a operação objeto destas NORMAS GERAIS, especialmente na ocorrência de instituição de tributos, contribuições e empréstimos compulsórios, o valor do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA concedido poderá ser reduzido até o montante do efetivo saldo devedor, mediante prévia comunicação ao ASSOCIADO por quaisquer meios disponíveis.
- 8.10. Fica esclarecido que nos ENCARGOS não estão incluídas as tarifas bancárias e despesas de registro de qualquer natureza, as quais são responsabilidade do ASSOCIADO.
- 8.11. O ASSOCIADO está ciente de que o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA concedido somente será reconstituído mediante os seguintes critérios:
- (a) o EMISSOR, por meio do SISTEMA, concederá em favor do ASSOCIADO um LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA para a realização de TRANSAÇÕES decorrentes da utilização do CARTÃO DE COMPRA, que poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO, sempre observadas as opções disponíveis no SISTEMA. O LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA será concedido segundo critérios próprios de análise e corresponderá ao valor máximo que poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO em TRANSAÇÕES com o CARTÃO DE COMPRA;
 - (b) o EMISSOR poderá, a seu exclusivo critério, reduzir o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA do ASSOCIADO, devendo tal redução ser informada por meio eletrônico para os ASSOCIADOS que tenham disponibilizado um endereço eletrônico, conforme item 5.1, e por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, para todos os ASSOCIADOS. Compete ao ASSOCIADO consultar previamente a CENTRAL DE ATENDIMENTO, inclusive por meio da internet, para verificar se o LIMITE DO CARTÃO DE COMPRA autoriza a realização da TRANSAÇÃO à qual pretende contratar. O ASSOCIADO que não aceitar o novo LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA poderá solicitar seu cancelamento, sem que haja o vencimento antecipado de suas obrigações pecuniárias, ficando, contudo, vedada a realização de qualquer nova TRANSAÇÃO com o CARTÃO DE COMPRA, ou o financiamento automático do saldo devedor por meio de pagamento mínimo. O EMISSOR, ainda, poderá, a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, aumentar o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA do ASSOCIADO;
 - (c) os valores das TRANSAÇÕES realizadas pelo ASSOCIADO comprometem proporcionalmente o seu LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, que será restabelecido, após a verificação do pagamento efetuado, na forma indicada nestas NORMAS GERAIS. Caso o pagamento não seja feito de forma integral, o restabelecimento do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA também será proporcional;
 - (d) nas compras efetuadas mediante pagamento parcelado, o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA ficará comprometido em relação ao valor total da TRANSAÇÃO, havendo o descomprometimento proporcional, na medida em que cada parcela for liquidada; e
 - (e) tanto as OPERAÇÕES PARCELADO-ESTABELECIMENTO quanto as OPERAÇÕES PARCELADO-EMISSOR comprometerão o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA nos termos acima especificados.



CLÁUSULA 9 - FALTA OU ATRASO DE PAGAMENTO

9. O pagamento de valor inferior ao mínimo, a falta ou o atraso de pagamento por parte do ASSOCIADO de suas obrigações principais ou acessórias, no prazo indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, o sujeitará à cobrança dos itens a seguir indicados, sem prejuízo da faculdade de o EMISSOR considerar vencido este contrato em todas as suas obrigações e exigir de uma só vez e de imediato, o pagamento de todo o saldo devedor indicado no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, incluindo o valor referente às compras parceladas:
- (a) ENCARGOS às taxas de mercado, cujos percentuais máximos serão aqueles informados no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO sob a rubrica ENCARGOS máximos. Os ENCARGOS serão cobrados *pro rata die* e devidos até o efetivo pagamento;
 - (b) MULTA sobre o saldo devedor na data da liquidação do DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, conforme percentual máximo permitido pela legislação, atualmente de 2% (dois por cento); e
 - (c) Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou fração de mês em atraso, aplicados a partir de 30 (trinta) dias contados do início da incidência dos ENCARGOS máximos, calculados sobre o total em atraso, acrescido dos respectivos ENCARGOS e da multa, devidos até o efetivo pagamento.
- 9.1. A ADMINISTRADORA poderá cobrar, ainda, as despesas incorridas para realização de cobrança extrajudicial, cabendo ao ASSOCIADO igual direito, despesas estas que serão de 10% (dez por cento) do valor total devido no pagamento ou, desde que comprovado, valor superior.
- 9.2. A ADMINISTRADORA poderá, ainda, solicitar ao ESTABELECIMENTO que bloqueie novas vendas ao ASSOCIADO nas quais o pagamento seja realizado por meio do CARTÃO DE COMPRA, até que o saldo devedor seja devidamente regularizado.
- 9.3. A ADMINISTRADORA poderá emitir Cédula de Crédito Bancário ("CCB") em nome do ASSOCIADO e em favor do AGENTE DE FINANCIAMENTO, no ato da contratação de uma OPERAÇÃO DE CRÉDITO entre o ASSOCIADO (representado pela ADMINISTRADORA) e o AGENTE DE FINANCIAMENTO. A CCB deverá indicar claramente as obrigações, principais e/ou acessórias, tais como juros, atualização monetária, tributos e penas convencionais do respectivo financiamento, sempre em sua exata condição.
- 9.3.1 A eventual representação do crédito por CCB não implicará em qualquer modificação no financiamento originalmente contratado pelo ASSOCIADO por meio da utilização do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, continuando a incidir sobre seu débito os mesmos ENCARGOS, vencendo no mesmo prazo e podendo ser efetuado o pagamento na forma prevista no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO e nestas NORMAS GERAIS.
- 9.3.2 Para a emissão da CCB em favor do AGENTE DE FINANCIAMENTO, o ASSOCIADO outorga, neste ato, mandato à ADMINISTRADORA, em caráter irrevogável e irretratável, na forma do artigo 684 do Código Civil brasileiro, para que, em seu nome, assine a CCB em favor do AGENTE DE FINANCIAMENTO, sempre no limite e nas exatas condições da TRANSAÇÃO contratada.
- 9.3.3 A CCB emitida conforme previsto nesta Cláusula 9 terá prazo de vigência de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de sua emissão, sendo que após o seu vencimento o ASSOCIADO e/ou seus DEVEDORES SOLIDÁRIOS poderão ser incluídos nos órgãos de proteção ao crédito, enquanto em mora ou inadimplentes com as suas obrigações de pagamento assumidas com base nestas NORMAS GERAIS.



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'D' followed by a cursive flourish.

- 9.4. Sem prejuízo do disposto no item 9.3.3 acima, o EMISSOR ou a ADMINISTRADORA poderão incluir o ASSOCIADO e/ou seus DEVEDORES SOLIDÁRIOS nos órgãos de proteção ao crédito, a qualquer tempo, enquanto em mora ou inadimplente(s) com a(s) sua(s) obrigação(ões) de pagamento assumida(s) com base nestas NORMAS GERAIS.

CLÁUSULA 10 - ALTERAÇÕES E ADESÃO DE NOVOS AGENTES DE FINANCIAMENTO

10. O EMISSOR e/ou a ADMINISTRADORA poderão introduzir modificações nas condições destas NORMAS GERAIS, mediante comunicação escrita, informações ou mensagens lançadas no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO ou mediante redação de novo documento prevendo as NORMAS GERAIS para a concessão de LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, procedendo ao registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
- 10.1. O exercício de qualquer dos atos descritos na Cláusula 3 destas NORMAS GERAIS, após a comunicação da alteração indicada no item 10 anterior, implica, de pleno direito, a aceitação e adesão irrestrita do ASSOCIADO às novas condições.
- 10.2. A CENTRAL DE ATENDIMENTO informará aos ASSOCIADOS, quando solicitada, sobre eventuais modificações ocorridas nas NORMAS GERAIS, que estarão sempre disponibilizadas na internet, independente do registro no competente Cartório de Títulos e Documentos.



CLÁUSULA 11 - RETIRADA

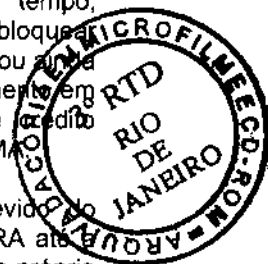
11. O ASSOCIADO poderá se retirar do SISTEMA a qualquer tempo, operando tal retirada efeitos imediatos. A retirada do ASSOCIADO do SISTEMA, por iniciativa do EMISSOR e/ou da ADMINISTRADORA, se dará mediante aviso prévio escrito de 15 (quinze) dias ao ASSOCIADO, exceto quando a retirada ocorrer nas hipóteses do item 11.1.
- 11.1. Fica a critério dos EMISSORES ou da ADMINISTRADORA retirar o ASSOCIADO do SISTEMA com o consequente cancelamento do CARTÃO DE COMPRA, a qualquer tempo, independentemente de aviso prévio ou qualquer comunicação escrita ao ASSOCIADO, quando da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:
- (a) a violação de qualquer das disposições previstas nestas NORMAS GERAIS;
 - (b) o não pagamento dos débitos na respectiva data de vencimento;
 - (c) o ASSOCIADO se encontrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ou tiver sua falência decretada;
 - (d) a constatação de restrições creditícias do ASSOCIADO ou de seus sócios;
 - (e) a infringência aos limites atribuídos pelo EMISSOR; e
 - (f) a realização de TRANSAÇÕES desrespeitando as leis e regulamentação aplicáveis.
- 11.2. Constituirá, também, inadimplemento do ASSOCIADO a verificação, pelo EMISSOR, a qualquer tempo, de não serem verídicas ou completas as informações e comunicações prestadas pelo ASSOCIADO ou a constatação de qualquer ação ou omissão a ele imputáveis visando ingresso ou permanência irregular no SISTEMA.

CLÁUSULA 12 - CANCELAMENTO E BLOQUEIO DO CARTÃO DE COMPRA

12. A responsabilidade do ASSOCIADO pelo uso do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA cessará, em relação às operações subsequentes, no momento do recebimento, pelo EMISSOR, de comunicação solicitando o cancelamento e bloqueio do CARTÃO DE COMPRA. As TRANSAÇÕES efetuadas até o momento da comunicação serão de exclusiva responsabilidade do ASSOCIADO.

A large, stylized handwritten signature in dark ink, consisting of a single continuous loop with a horizontal tail.

- 12.1. Baseada na avaliação periódica cadastral e creditícia do ASSOCIADO, que levará em conta restrições, tais como protestos e registros nos serviços de proteção ao crédito, ou ainda alteração nas informações cadastrais do ASSOCIADO obtidas no momento da concessão do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, o EMISSOR, a qualquer tempo, poderá negar autorização para que o ASSOCIADO realize TRANSAÇÕES ou bloquear os CARTÕES DE COMPRA emitidos pelo EMISSOR em favor do ASSOCIADO, ou ainda não permitir o desbloqueio dos respectivos CARTÕES DE COMPRA, até o momento em que o ASSOCIADO esteja em conformidade com os critérios de risco de crédito estabelecidos pelo EMISSOR e já utilizados quando de sua admissão ao SISTEMA.
- 12.2. Caso sejam detectados pelo EMISSOR indícios ou suspeitas de uso indevido do CARTÃO DE COMPRA, o EMISSOR poderá bloquear o CARTÃO DE COMPRA até a conclusão das investigações, sem prejuízo das responsabilidades contraídas pelo próprio ASSOCIADO.
- 12.3. O bloqueio do CARTÃO DE COMPRA, mencionado no item anterior, será baseado na análise do comportamento habitual do ASSOCIADO na sua utilização, podendo, ainda, o EMISSOR se certificar junto ao ASSOCIADO com o intuito de confirmar as TRANSAÇÕES realizadas.



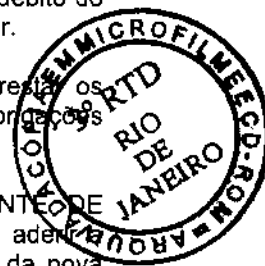
CLÁUSULA 13 - SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES

13. Para viabilizar o custeio do SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES e com o objetivo de ampliar as fontes de captação de recursos, atendendo assim aos interesses dos ASSOCIADOS, o EMISSOR poderá ceder seus créditos a terceiros, na forma da legislação vigente.
- 13.1. Os créditos de natureza financeira do AGENTE DE FINANCIAMENTO também poderão ser cedidos a terceiros, sejam estes terceiros instituições financeiras ou não, conforme dispõe o artigo 287 do Código Civil brasileiro e atos normativos do BACEN.
- 13.1.1. Na forma da legislação vigente, a cessão de créditos de natureza financeira poderá ser realizada por meio de endosso em CCB emitida, por um ASSOCIADO, em favor do AGENTE DE FINANCIAMENTO, sendo esta CCB representativa do valor do respectivo crédito.
- 13.2. Em nenhuma hipótese a viabilização do custeio do SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES poderá implicar na modificação das condições originais das obrigações assumidas pelo ASSOCIADO, especialmente as características do financiamento contratado.
- 13.3. A cessão do crédito do EMISSOR e/ou do AGENTE DE FINANCIAMENTO a terceiros e a eventual representação do crédito do AGENTE DE FINANCIAMENTO por CCB, não implicarão qualquer modificação da obrigação originalmente contratada pelo ASSOCIADO.
- 13.4. Serão nulos de pleno direito, e não gerarão efeitos, quaisquer atos praticados pelos EMISSORES ou pela ADMINISTRADORA, em nome do ASSOCIADO, que impliquem a realização de negócios diversos dos previstos nas NORMAS GERAIS, ou assunção de obrigações, encargos ou compromissos diferentes do financiamento originalmente contratado pelo ASSOCIADO com o AGENTE DE FINANCIAMENTO.
- 13.5. Ainda que haja cessão do crédito do EMISSOR, o ASSOCIADO permanece com o direito ao financiamento automático por meio de pagamento do valor igual ou superior ao mínimo, nas hipóteses previstas nestas NORMAS GERAIS. Nessa hipótese, caso esta opção de financiamento esteja disponível ao ASSOCIADO, o AGENTE DE FINANCIAMENTO será integralmente responsável pelo pagamento ao cessionário do crédito do valor anteriormente financiado pelo ASSOCIADO, com os recursos do novo financiamento e de acordo com a necessidade.

13.6. Na hipótese do AGENTE DE FINANCIAMENTO, por qualquer motivo, se tornar impedido de oferecer o financiamento ao ASSOCIADO, fica a ADMINISTRADORA autorizada, por mandato expresso e irrevogável, na forma do artigo 684 do Código Civil brasileiro, a buscar recursos em outras instituições financeiras no mercado para financiar o débito do ASSOCIADO, fixando os ENCARGOS de acordo com as taxas que consiga obter.

13.6.1. Na hipótese prevista no item 13.6 acima, a instituição financeira que emprestar os recursos para financiar o débito do ASSOCIADO exercerá todos os direitos e obrigações do AGENTE DE FINANCIAMENTO previstos nestas NORMAS GERAIS.

13.6.2. A instituição financeira que exercer os direitos e obrigações de AGENTE DE FINANCIAMENTO, conforme disposto no item 13.6.1 acima, ficará obrigada a aderir a estas NORMAS GERAIS, devendo estas NORMAS GERAIS, após a adesão da nova instituição financeira, ser registrada no cartório de registros competente para produzir os devidos efeitos legais.



CLÁUSULA 14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14. A tolerância ou transigência no cumprimento das obrigações previstas nestas NORMAS GERAIS serão consideradas atos de mera liberalidade, renunciando as partes invocá-las em seu benefício, não constituindo renúncia ou modificação do pactuado, que permanecerá válido integralmente para todos os fins de direito.

14.1. Os regulamentos relativos a eventuais campanhas promocionais, programas de incentivo e outros programas que propiciem benefícios adicionais ao ASSOCIADO serão divulgados separadamente, sendo que, por mera liberalidade, alguns serviços poderão ser oferecidos gratuitamente a título promocional e por prazo determinado.

14.2. O ASSOCIADO se obriga a manter o EMISSOR informado sobre alterações de endereço e demais dados cadastrais, independentemente de solicitação que venha o EMISSOR lhe fazer quando assim o desejar.

14.3. A ADMINISTRADORA manterá serviço de atendimento na CENTRAL DE ATENDIMENTO ao ASSOCIADO para consulta de saldos, tarifas, alteração de dados cadastrais, comunicação de apropriação indevida por terceiros e demais informações necessárias. Os telefones da CENTRAL DE ATENDIMENTO e outros meios de contato com a ADMINISTRADORA serão divulgados por intermédio dos meios de comunicação do SISTEMA como, exemplificativamente, mas sem exclusão de outros, DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, correspondência e sistemas computadorizados. Independente dos telefones, todas as informações relacionadas ao CARTÃO DE COMPRA estarão igualmente disponibilizadas na internet, inclusive os valores dos ENCARGOS, o LIMITE DE CRÉDITO DE CARTÃO DE COMPRA do ASSOCIADO, e a versão vigente destas NORMAS GERAIS.

14.4. O EMISSOR e/ou o AGENTE DE FINANCIAMENTO poderão comunicar ao BACEN, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e/ou a quaisquer outros Órgãos que a legislação dispuser a respeito das transações que possam estar configuradas na Lei nº 9.613/98 e demais disposições legais pertinentes à matéria.

14.5. Fica o ASSOCIADO ciente que, se e quando for o caso, o EMISSOR e/ou o AGENTE DE FINANCIAMENTO farão cumprir a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do BACEN relativa ao Sistema Central de Risco de Crédito, administrado pelo BACEN.

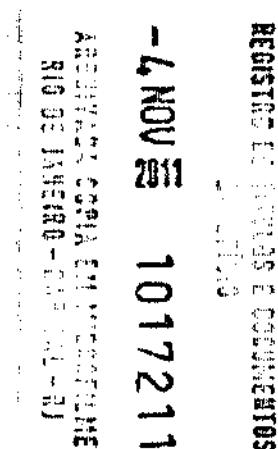
14.6. O ASSOCIADO, ao aderir a estas NORMAS GERAIS, passa a fazer parte integrante da base de clientes de todo o conglomerado a qual pertence os EMISSORES ou a ADMINISTRADORA, autorizando assim, o oferecimento de produtos e/ou serviços, desde que tal oferta não lhe ocasione qualquer custo.

14.7. O ASSOCIADO poderá, a qualquer tempo, cancelar a autorização constante desta Cláusula 14, mediante contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

- 14.8. Ao aderir a essas NORMAS GERAIS, o ASSOCIADO autoriza o AGENTE DE FINANCIAMENTO a trocar informações com outras instituições financeiras para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco do BACEN, bem como a realização de consultas, através da ADMINISTRADORA, junto aos órgãos de proteção ao crédito como o SERASA - Centralizadora de Serviços dos Bancos S/A, Serviço de Segurança ao Crédito e Informações - SCI, etc.
- 14.9. Os débitos e responsabilidades decorrentes de OPERAÇÕES DE CRÉDITO contratadas pelo ASSOCIADO serão registradas no Sistema de Informações de Crédito do BACEN - SCR (ou seu substituto), visando a supervisão do risco de crédito a que estão sujeitas por lei as instituições financeiras e para troca de informações entre elas. O ASSOCIADO poderá acessar os dados constantes no SCR por meio da Central de Atendimento ao Público do BACEN. Pedidos de correções, exclusões e registros de medidas judiciais, ou discordâncias dos dados constantes do SCR deverão ser enviados por escrito, com a decisão judicial se for o caso. A consulta a qualquer informação do SCR somente poderá ser feita com a prévia autorização do ASSOCIADO.
- 14.10. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas destas NORMAS GERAIS, podendo, a critério da ADMINISTRADORA e/ou do EMISSOR, optar pelo foro do domicílio do ASSOCIADO.

Esse Contrato é Aditivo das Normas Gerais registrada sob o número 3166569, no 1º. Oficial de Registro de Títulos e Documentos/SP.

O modelo de Cédula de Crédito Bancário está registrado sob o nº 825222, no 9º. Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica/SP.



Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Unanotados - Supliercard, datado de 04 de novembro de 2011.

ANEXO IV

CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE COMPRA SISTEMA SUPPLIERCARD

REGISTRO DE EMISSÃO DE CARTÕES
- 4 NOV 2011 1017211
BANCO DE CREDITO EM DEBITO
BANCO DE CREDITO EM DEBITO

01

-4 NOV 10 1017211

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE COMPRA
SISTEMA SUPPLIERCARD**

BANCO OURINVEST S.A. ("BANCO OURINVEST"), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, sobreloja, 1º e 2º andares, CEP 01310-919, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.632.767/0001-20, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social;

SUPPLIERCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. ("SUPPLIERCARD"), sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, 13º andar, CEP 01310-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.951.711/0001-28, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social; e

[•], [QUALIFICAÇÃO], doravante denominado "ESTABELECIMENTO".

Considerando que os EMISSORES pretendem incentivar a associação de pessoas jurídicas ao SISTEMA da ADMINISTRADORA;

Considerando que a ADMINISTRADORA, proprietária do SISTEMA, pretende desenvolver e incentivar o relacionamento entre o EMISSOR, o ESTABELECIMENTO e o ASSOCIADO;

Considerando que o ESTABELECIMENTO pretende, por intermédio do SISTEMA, conceder facilidades para os seus clientes na aquisição de bens e serviços; e

Considerando que o ESTABELECIMENTO mantém relação direta com as pessoas jurídicas adquirentes dos bens e serviços que comercializa, as quais serão o mercado alvo do EMISSOR para a utilização do CARTÃO DE COMPRA.

Resolvem, de pleno e comum acordo, celebrar o presente "CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE COMPRA SISTEMA SUPPLIERCARD", que será regulado pelos seguintes termos e condições:

1. DEFINIÇÕES

ADMINISTRADORA - é a SUPPLIERCARD, conforme definição indicada no preâmbulo.

AGENTE DE FINANCIAMENTO - é o BANCO OURINVEST, conforme definição indicado no preâmbulo.

ASSOCIADO - é a pessoa física ou jurídica aceita por qualquer um dos EMISSORES, de acordo com as Cláusulas 2.1 e 3.5.1 (b) deste CONTRATO, cuja qualificação e registro se encontram em banco de dados específico, com sede/ domicílio no Brasil, apta a possuir o CARTÃO DE COMPRA e a realizar TRANSAÇÕES, nos termos da política de concessão de crédito dos EMISSORES.

BACEN - é o Banco Central do Brasil.

BANCO DE DADOS CADASTRAIS - possui a definição indicada na Cláusula 17.6 deste

- 4 NOV 88 1017211

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

CONTRATO.

BANCO DE DADOS DE PERFIS - possui a definição indicada na Cláusula 17.6 deste CONTRATO.

CARTÃO DE COMPRA - é o "Cartão de Compra SupplierCard" emitido pelo EMISSOR, em nome do ASSOCIADO, e administrado pela ADMINISTRADORA, por meio do qual o ASSOCIADO, observados os termos e condições das NORMAS GERAIS, realiza as TRANSAÇÕES, nos termos da Cláusula 3.1 deste CONTRATO.

CNPJ/MF - significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.

COMPROVANTE DE VENDA - é a nota fiscal de venda correspondente à transação comercial realizada pelo ASSOCIADO, mediante o uso do CARTÃO DE COMPRA, e o documento comprobatório da aceitação pelo ASSOCIADO, conforme o caso.

CONTRATO - significa o presente "Contrato para Emissão de Cartões de Compra Sistema SupplierCard", assim como seus anexos e demais aditivos.

CRÉDITO COM INTERVENIÊNCIA - possui a definição indicada na Cláusula 11.1.1 deste CONTRATO.

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - é: (a) o documento representativo da prestação de contas do SISTEMA ao ASSOCIADO, emitido pela ADMINISTRADORA ou por um dos EMISSORES, e remetido para cada ASSOCIADO, por meio eletrônico ou no endereço por ele indicado, no qual são discriminados os débitos e créditos relativos às TRANSAÇÕES efetuadas pelo ASSOCIADO, por meio da utilização do CARTÃO DE COMPRA, assim como pagamento, estornos, ajustes, taxas, tarifas, ENCARGOS, valores de multa, juros moratórios, saldo anterior e atual, valor do pagamento mínimo, caso aplicável, data de vencimento e avisos em geral; ou (b) o documento emitido na forma de um boleto de cobrança bancária, no qual são discriminados, principalmente, o valor total para pagamento, sem a possibilidade do pagamento do valor mínimo, e a data do vencimento. O DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO é: (i) o meio de comunicação entre, de um lado, a ADMINISTRADORA ou os EMISSORES e, de outro lado, o ASSOCIADO; e (ii) o principal meio de pagamento para o ASSOCIADO, observado os termos e condições da Cláusula 5.1 abaixo.

DIVERGÊNCIAS COMERCIAIS - significa quaisquer TRANSAÇÕES impugnadas, discutidas ou não aceitas pelo ASSOCIADO, inclusive por atos indevidos de seus próprios funcionários e/ou representantes legais, e que sejam por qualquer razão, de fato ou de direito, contestadas pelo ASSOCIADO por meio de medida judicial ou extrajudicial, e que digam respeito à validade, liquidez, certeza ou exigibilidade de parte ou totalidade do crédito em questão.

EMISSOR ou EMISSORES - é: (i) o BANCO OURINVEST acima qualificado; ou (ii) a SUPPLIERCARD, acima qualificada.

ENCARGOS - é o somatório da taxa de juros, multa, impostos, taxas, contribuições e demais tributos incidentes, bem como outras despesas ou tarifas, indicadas no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, decorrentes de TRANSAÇÕES efetuadas pelo ASSOCIADO por meio da utilização do CARTÃO DE COMPRA. Os ENCARGOS (especiais e máximos) incidirão, conforme o caso, sempre que o ASSOCIADO contratar SAQUE, OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSOR, efetuar o pagamento parcial do



DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, na respectiva data de vencimento, e/ou deixar de pagá-lo na data de vencimento, inclusive na hipótese de contratação da TRANSAÇÃO referida no item 4.5 (a) das NORMAS GERAIS.

ESTABELECIMENTO – é o fornecedor de bens e serviços, PARTE deste CONTRATO, conforme indicado no preâmbulo, sendo cadastrado como instituição na qual o ASSOCIADO poderá realizar TRANSAÇÕES sendo que tais dados cadastrais estão indicados no Anexo I a este CONTRATO.

IGP-M/FGV – é o Índice Geral de Preços do Mercado, conforme calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA – é o limite máximo de crédito concedido para uso profissional/pessoal e intransferível do ASSOCIADO, sem regresso do risco financeiro de crédito para o ESTABELECIMENTO, unicamente para utilização do CARTÃO DE COMPRA em TRANSAÇÕES e/ou OPERAÇÕES DE CRÉDITO com o ESTABELECIMENTO ou com o EMISSOR, conforme o caso. Este limite não poderá ser excedido, exceto quando e se houver prévia autorização por qualquer um dos EMISSORES ou da ADMINISTRADORA, aos seus exclusivos critérios. O LIMITE DE COMPRA não terá regresso para o ESTABELECIMENTO a exceção do previsto na Cláusula [11] do presente CONTRATO.

MANUAL DE TI – são as informações necessárias para que o ESTABELECIMENTO adapte seus sistemas de informação às necessidades do SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES. O MANUAL DE TI será entregue ao ESTABELECIMENTO e é parte integrante deste CONTRATO.

NORMAS GERAIS – é o contrato “Normas Gerais para a Concessão de Limite de Cartão de Compra”, o qual regula as condições para a prestação dos serviços de administração do CARTÃO DE COMPRA, as condições para: (i) a contratação de TRANSAÇÕES pelo ASSOCIADO; (ii) a utilização do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA; e (iii) o relacionamento entre o EMISSOR, a ADMINISTRADORA e o ASSOCIADO, cujos termos o ESTABELECIMENTO declara conhecer e aceitar.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO – é a contratação, pelo ASSOCIADO, de OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSOR, de SAQUE e/ou, caso esta modalidade de OPERAÇÃO DE CRÉDITO encontre-se disponível para o ASSOCIADO, de OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE, nos termos da Cláusula 8 das NORMAS GERAIS, bem como a contratação pelo ASSOCIADO de financiamento do saldo devedor, nos termos do item 8.3 e da Cláusula 9 das NORMAS GERAIS.

OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE – possui a definição indicada na Cláusula 7.4 (c) deste CONTRATO.

OPERAÇÃO PARCELADO-EMISSOR - possui a definição indicada na Cláusula 7.4 (b) deste CONTRATO.

OPERAÇÃO PARCELADO-ESTABELECIMENTO - possui a definição indicada na Cláusula 7.4 (a) deste CONTRATO.

OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS - são produtos e serviços financeiros, que, se disponíveis, podem ser adquiridos pelo ASSOCIADO, utilizando-se, para tanto, do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, e os quais incluem, mas não se limitam a,



seguros, títulos de capitalização, produtos de assistência, empréstimos parcelados, etc.

PARTE ou PARTES - é o BANCO OURINVEST, a SUPPLIERCARD e o ESTABELECIMENTO, em conjunto ou em separado.

REPRESENTANTES - são pessoas físicas com poderes legais para representar o ASSOCIADO em funções que incluem, mas não se limitam, a efetuar TRANSAÇÕES, e tudo mais permitido formalmente pela ADMINISTRADORA, nos termos das NORMAS GERAIS.

SAQUE -. possui a definição indicada na Cláusula 7.4 (d) deste CONTRATO.

SISTEMA - são os procedimentos e a tecnologia operacional, de propriedade da ADMINISTRADORA, necessários à prestação do serviço de administração do CARTÃO, com o objetivo de viabilizar a realização de TRANSAÇÕES.

SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES - significa o complexo de operações de financiamento e de cessões de crédito a terceiros, com o objetivo de prover os recursos necessários para, conforme o caso, financiar as TRANSAÇÕES decorrentes do uso do CARTÃO DE COMPRA pelos ASSOCIADOS.

TAXA DE CANCELAMENTO - é a taxa utilizada para atualizar os valores a serem reembolsados a qualquer das PARTES, nos termos deste CONTRATO, conforme indicada no Anexo II.

TRANSAÇÕES - todas e quaisquer aquisições de bens e/ou serviços realizadas pelo ASSOCIADO no ESTABELECIMENTO, por meio da utilização do CARTÃO DE COMPRA, com ou sem a cobrança de ENCARGOS, inclusive OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

2. MERCADO ALVO

2.1. O mercado alvo do CARTÃO DE COMPRA, objeto deste CONTRATO, são os ASSOCIADOS, pessoas físicas e jurídicas, clientes do ESTABELECIMENTO, que tenham sido aprovadas por um dos EMISSORES ou, por delegação do EMISSOR, pela ADMINISTRADORA, segundo critérios de aceitação e risco estabelecidos pelo próprio EMISSOR.

3. CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE COMPRA E DO LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA

3.1. O CARTÃO DE COMPRA atribuído ao ASSOCIADO pode ser representado pela emissão física de um cartão plástico e deve permitir, com base no respectivo LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, a realização de TRANSAÇÕES, conforme vier a ser definido pelos EMISSORES ou ADMINISTRADORA de acordo com a política de concessão de crédito dos EMISSORES, observado, ainda, as demais Cláusulas deste Capítulo e das NORMAS GERAIS.

3.2. O EMISSOR, por meio do SISTEMA, concederá em favor do ASSOCIADO um LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA para a realização de TRANSAÇÕES e/ou OPERAÇÕES DE CRÉDITO decorrentes da utilização do CARTÃO DE COMPRA, que poderá ser utilizado



pelo ASSOCIADO, sempre observadas as opções disponíveis no SISTEMA. O LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA será concedido segundo critérios próprios de análise e corresponderá ao valor máximo que poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO em TRANSAÇÕES e OPERAÇÕES DE CRÉDITO com o CARTÃO DE COMPRA.

- 3.3. Os EMISSORES ou a ADMINISTRADORA poderão, aos seus exclusivos critérios, reduzir ou aumentar o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, mediante comunicação ao ASSOCIADO, através dos meios de comunicação descritos nas NORMAS GERAIS. O uso do CARTÃO DE COMPRA, após a comunicação feita ao ASSOCIADO sobre a alteração do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA, nos termos das NORMAS GERAIS, implicará na expressa concordância do ASSOCIADO ao novo LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA.
- 3.4. Os valores das TRANSAÇÕES realizadas pelo ASSOCIADO comprometem proporcionalmente o seu LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA que será restabelecido, após a verificação do pagamento efetuado, na forma indicada nas NORMAS GERAIS. Caso o pagamento não seja feito de forma integral, o restabelecimento do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA também será, a critério do EMISSOR, proporcional.
- 3.5. Nas compras efetuadas mediante pagamento parcelado, o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA ficará comprometido em relação ao valor total da TRANSAÇÃO, havendo o descomprometimento proporcional, na medida em que cada parcela for liquidada.
- 3.6. Tanto as OPERAÇÕES PARCELADO-ESTABELECIMENTO quanto as OPERAÇÕES PARCELADO-EMISSOR, SAQUE e OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE comprometerão o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA nos termos acima especificados.

4. RESPONSABILIDADES DO EMISSOR E DO AGENTE DE FINANCIAMENTO

- 4.1. São responsabilidades do EMISSOR:
 - a) realizar as avaliações cadastrais e creditícias para aprovação e aceitação das pessoas jurídicas como ASSOCIADOS, podendo solicitar ao ESTABELECIMENTO ou aos potenciais ASSOCIADOS diretamente, sempre em nome do ESTABELECIMENTO, qualquer informação que seja necessária à respectiva aprovação do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA;
 - b) conceder o LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA e efetuar a manutenção do relacionamento financeiro tanto com os ASSOCIADOS quanto com os ESTABELECIMENTOS, nos termos das NORMAS GERAIS; e
 - c) estabelecer quaisquer vantagens e/ou serviços para os ASSOCIADOS.
- 4.2. É responsabilidade do AGENTE DE FINANCIAMENTO:
 - a) definir o valor dos ENCARGOS a serem cobrados em casos de contratação de uma OPERAÇÃO DE CRÉDITO e/ou atraso no pagamento, conforme indicado nas NORMAS GERAIS e nos respectivos DEMONSTRATIVOS DE PAGAMENTO.

5. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA



5.1. São responsabilidades da ADMINISTRADORA:

- a) implementar o SISTEMA nos ESTABELECIMENTOS;
- b) com base na política de crédito adotada pelo EMISSOR, e nos termos do contrato específico com ele formalizado, promover e realizar as avaliações cadastrais e creditícias dos ESTABELECIMENTOS e dos ASSOCIADOS com vistas à aprovação e aceitação, se for o caso, das pessoas jurídicas como ASSOCIADOS, podendo solicitar do ESTABELECIMENTO ou dos potenciais ASSOCIADOS diretamente, sempre em nome do ESTABELECIMENTO, toda e qualquer informação necessária à avaliação antes referida;
- c) efetuar a manutenção do relacionamento comercial e administrativo com os ESTABELECIMENTOS e com os ASSOCIADOS;
- d) definir os custos de manutenção de conta e das eventuais tarifas decorrentes da utilização do CARTÃO DE COMPRA;
- e) fornecer o treinamento necessário aos funcionários do ESTABELECIMENTO designados para a gerência do negócio; e
- f) informar o ESTABELECIMENTO sobre as condições e serviços decorrentes deste CONTRATO, inclusive quanto aos ENCARGOS em vigor, disponibilizados por intermédio de um sistema de atendimento telefônico, ou outros meios de comunicação que a ADMINISTRADORA venha a definir.

6. RESPONSABILIDADES DO ESTABELECIMENTO

6.1. São responsabilidades do ESTABELECIMENTO:

- a) aceitar o SISTEMA para aquisições de bens e/ou serviços por ele comercializados;
- b) disponibilizar as informações de seus clientes, respectivamente, com vistas ao cumprimento pelos EMISSORES, pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO e pela ADMINISTRADORA do previsto nas Cláusulas 4.1, 4.2 e 5.1, respectivamente, e, se for o caso, para a concessão do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA;
- c) participar do processo de divulgação e captação de novos ASSOCIADOS durante a vigência deste CONTRATO;
- d) garantir a adequação tecnológica em seus sistemas de informação necessários para a operação do SISTEMA, conforme descrito no MANUAL DE TI;
- e) oferecer aos seus clientes a opção de pagamento das TRANSAÇÕES via CARTÃO DE COMPRA, de acordo com as condições e ENCARGOS estabelecidos neste CONTRATO e nas NORMAS GERAIS;
- f) estabelecer contato imediato com qualquer um dos EMISSORES, sempre que identificar ou suspeitar de irregularidade no uso do CARTÃO DE COMPRA;



- g) guardar todo e qualquer documento COMPROVANTE DE VENDA decorrente das TRANSAÇÕES, durante o prazo de 5 (cinco) anos fiscais contados de sua respectiva elaboração, incluindo, mas não se limitando a, nota fiscal de venda e o comprovante de entrega das mercadorias, devendo apresentar esses documentos em caso de solicitação por qualquer um dos EMISSORES, em até, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas;
 - h) não realizar nenhuma nova transação comercial a prazo com o ASSOCIADO que apresentar saldo em atraso com o EMISSOR, por quaisquer meios de pagamento, com recursos próprios ou de terceiros, bem como não realizar nenhuma nova transação comercial através do LIMITE DE COMPRA com ASSOCIADOS que apresentarem saldo em atraso ou dívida renegociada com o ESTABELECIMENTO;
 - h.1) nos casos em que o ASSOCIADO tiver dívida renegociada com o ESTABELECIMENTO e que não esteja em atraso no LIMITE DE COMPRA, o ESTABELECIMENTO poderá ao seu critério vender a prazo para o ASSOCIADO através de recursos próprios, desde que o ESTABELECIMENTO informe a ADMINISTRADORA no dia seguinte da renegociação da dívida em questão com o ASSOCIADO;
 - i) manter cadastro físico ou digital do ASSOCIADO, contendo, no mínimo: (i) a última alteração contratual consolidada; e (ii) o Balanço Contábil. Para ASSOCIADOS com LIMITE DE COMPRA superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) é necessário o envio físico deste cadastro para a ADMINISTRADORA; e
 - j) enviar à ADMINISTRADORA o termo de adesão as NORMAS GERAIS, devidamente assinado pelos ASSOCIADOS, sempre que o LIMITE DE COMPRA for igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- 6.2. Mesmo na hipótese de término deste CONTRATO, o ESTABELECIMENTO assume a condição de fiel depositário, nos termos da Cláusula 6.1 (g) e do artigo 627 do Código Civil brasileiro, para guardar, como se seus fossem, os documentos cadastrais, os contratos, as garantias e outros eventuais documentos decorrentes das TRANSAÇÕES, assim como aqueles que compõem o dossiê dos ASSOCIADOS, devendo mantê-los em suas dependências, função essa que aceita exercer de forma não onerosa, sob pena de incorrer nas sanções previstas na legislação em vigor aplicável à espécie.
- 6.3. Caso o EMISSOR, a ADMINISTRADORA e/ou o AGENTE DE FINANCIAMENTO necessitem de quaisquer dos documentos originais, conforme Cláusulas 6.1 (g) e 6.1 (i), o ESTABELECIMENTO será responsável pelo seu fornecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação feita, sob pena de ter que ressarcir financeiramente os valores referentes aos documentos faltantes ao EMISSOR, à ADMINISTRADORA e/ou ao AGENTE DE FINANCIAMENTO.
- 6.4. O descumprimento do subitem (h), da Cláusula 6.1, implicará no reembolso por parte do ESTABELECIMENTO ao EMISSOR, do saldo total em aberto do ASSOCIADO corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"), em até 10 (dez) dias da comprovação da ocorrência.



- 6.5. O ESTABELECIMENTO fica igualmente responsável por fornecer ao EMISSOR, antes do início das operações e conforme instruções do BACEN, relação de documentos cadastrais conforme Anexo III deste CONTRATO.

7. UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE COMPRA

- 7.1. O LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA será de uso para a captura, pela ADMINISTRADORA, de TRANSAÇÕES.
- 7.2. É expressamente proibida a utilização do CARTÃO DE COMPRA pelo próprio ESTABELECIMENTO, para uso no ESTABELECIMENTO, com finalidade de produzir ou financiar capital de giro, ou ainda, para pagamento de aquisição de bens para o ESTABELECIMENTO, sendo que tal atitude será considerada infração contratual grave, sujeitando o ESTABELECIMENTO ao pagamento de multa contratual equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da respectiva TRANSAÇÃO, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual e da responsabilidade integral do ESTABELECIMENTO para com o respectivo débito efetuado.
- 7.3. Equivale ao procedimento acima, a efetivação de TRANSAÇÕES que não correspondam ao efetivo fornecimento de bens e/ou serviços pelo ESTABELECIMENTO, salvo contratação expressa e por escrito em que haja a anuência conjunta dos EMISSORES.
- 7.4. Uma vez permitido pela legislação em vigor e nos termos e condições das NORMAS GERAIS, o CARTÃO DE COMPRA poderá ser utilizado pelo ASSOCIADO, desde que as respectivas modalidades de TRANSAÇÕES sejam previamente colocadas à sua disposição para a realização de TRANSAÇÕES conforme as opções a seguir indicadas:
- a) "OPERAÇÃO PARCELADO - ESTABELECIMENTO" - entendendo-se essa opção como a concessão, feita diretamente pelo ESTABELECIMENTO, da facilidade de parcelamento a prazo, em 1 (uma) ou mais parcelas, das compras ali realizadas, desde que tal opção encontre-se disponível ao ASSOCIADO no SISTEMA, e sobre as quais não incidirão juros remuneratórios, salvo na hipótese de inadimplência, quando se aplicará o disposto na Cláusula 9 das NORMAS GERAIS;
 - b) "OPERAÇÃO PARCELADO - EMISSOR" - entendendo-se essa opção: (a) como a concessão, feita diretamente pelo EMISSOR, no ato da TRANSAÇÃO, da facilidade de parcelamento a prazo, em 1 (uma) ou mais parcelas; ou (b) como a concessão, feita pelo EMISSOR, por intermédio da ADMINISTRADORA, mediante comunicação por telefone ou correio eletrônico pelo ASSOCIADO diretamente à ADMINISTRADORA, na forma e condições admitidas pelo SISTEMA, da facilidade do parcelamento do boleto de cobrança bancária vincendo, em 1 (uma) ou mais parcelas. Em ambas as hipóteses ocorrerá a imediata contratação de uma OPERAÇÃO DE CRÉDITO, concedida pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO, sobre a qual incidirão ENCARGOS, informados no momento da contratação;
 - c) "OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO SALDO REMANESCENTE" - o pagamento parcial do saldo devedor expresso no DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO, resultará na contratação automática pelo ASSOCIADO, por meio do AGENTE DE FINANCIAMENTO, de referida operação, nos termos da Cláusula 8 das NORMAS GERAIS; e



- d) "SAQUE" - refere-se ao empréstimo de quantias em dinheiro, concedido pelo AGENTE DE FINANCIAMENTO ao ASSOCIADO através de telefone ou da internet, se disponível, mediante uso do LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA. O valor de cada empréstimo estará sujeito às normas do BACEN e aos procedimentos e tarifas do AGENTE DE FINANCIAMENTO. Em cada empréstimo será cobrada uma tarifa e, sobre o valor do empréstimo, incidirão ENCARGOS, que serão computados desde a data de concessão do empréstimo até o seu efetivo pagamento, observados os termos e condições definidos nas NORMAS GERAIS.

- 7.5. Na hipótese de desistência da TRANSAÇÃO entre o ASSOCIADO e o ESTABELECIMENTO, a referida TRANSAÇÃO somente poderá ser estornada mediante autorização expressa do ESTABELECIMENTO.

8. CAPTURA DE TRANSAÇÕES

- 8.1. O ESTABELECIMENTO poderá optar pelo sistema de "assinatura em arquivo", o qual se caracteriza por um sistema que permite ao ASSOCIADO realizar TRANSAÇÕES por telefone e/ou por outros meios eletrônicos, sem a assinatura física no respectivo comprovante da TRANSAÇÃO, por meio do qual o ASSOCIADO se obriga a pagar as despesas realizadas por intermédio do SISTEMA, inclusive ENCARGOS, conforme discriminados no respectivo DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.
- 8.2. Para a realização de TRANSAÇÕES através de sistema "assinatura em arquivo", o ESTABELECIMENTO deverá obedecer às seguintes regras:
- a) obter a prévia e expressa autorização da ADMINISTRADORA para a realização de TRANSAÇÕES mediante a utilização do SISTEMA;
 - b) digitar corretamente os dados das TRANSAÇÕES que forem efetivadas mediante a utilização do SISTEMA; e
 - c) comprovar a formalização da TRANSAÇÃO, toda vez que lhe for solicitado pela ADMINISTRADORA.
- 8.3. Em caso de reclamação pelo ASSOCIADO quanto à veracidade de qualquer TRANSAÇÃO, realizada mediante a utilização de quaisquer dos sistemas acima, envolvendo bens ou serviços fornecidos pelo ESTABELECIMENTO, o EMISSOR deixará de repassar o respectivo valor ao ESTABELECIMENTO ou, caso já o tenha feito, debitará tal quantia dos valores futuros que lhe forem devidos, atualizada pela TAXA DE CANCELAMENTO, até que seja comprovada pelo ESTABELECIMENTO a veracidade da realização da TRANSAÇÃO contestada, caso em que retornará a respectiva quantia ao ESTABELECIMENTO, devidamente atualizada pela TAXA de CANCELAMENTO.
- 8.4. Em caso de constatação de participação do ESTABELECIMENTO, por ato praticado por seus funcionários e/ou representantes legais, em fraudes na utilização do CARTÃO DE COMPRA, o EMISSOR deixará de repassar o respectivo valor ao ESTABELECIMENTO ou, caso já o tenha feito, debitará tal quantia dos valores futuros que lhe forem devidos, acrescida dos encargos e multa previstos neste CONTRATO, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei.



- 8.5. Em caso de DIVERGÊNCIA COMERCIAL, o EMISSOR deixará de repassar o respectivo valor ao ESTABELECIMENTO ou, caso já o tenha feito, o ESTABELECIMENTO deverá reembolsar tal valor, atualizado pela TAXA DE CANCELAMENTO, no dia imediatamente seguinte a decisão judicial julgada em primeira instância a favor do ASSOCIADO, ou laudo arbitral final a favor do ASSOCIADO.

9. CUSTOS

- 9.1. São custos exclusivos do ESTABELECIMENTO:

- a) os que decorrerem de implantação de programa de bonificação aos ASSOCIADOS, solicitada pelo ESTABELECIMENTO;
- b) aqueles relativos à instalação de equipamentos necessários à captura das TRANSAÇÕES;
- c) os decorrentes da realização de campanhas de *marketing* que visem o incremento das vendas de bens e/ou serviços do ESTABELECIMENTO tendo o CARTÃO DE COMPRA como meio de pagamento; e
- d) quaisquer custos decorrentes de customizações do processo padrão da ADMINISTRADORA.

- 9.2. Ressalvado o previsto na Cláusula 9.1, eventuais custos sujeitos a reembolso deverão ser pagos pelo devedor no prazo máximo de 10 (dez) dias da sua apresentação pelo credor.

10. RECEITAS E REMUNERAÇÃO

- 10.1. Caberá ao ESTABELECIMENTO os valores decorrentes exclusivamente das vendas de seus produtos e/ou serviços realizadas nas dependências do ESTABELECIMENTO por meio da utilização do CARTÃO DE COMPRA.
- 10.2. Para os efeitos deste CONTRATO, entende-se por taxa de administração o percentual cobrado pela ADMINISTRADORA, do ESTABELECIMENTO, em decorrência da disponibilização do SISTEMA, percentual esse que será aplicado sobre o valor de cada compra de bens e/ou serviços pelos ASSOCIADOS nas dependências do ESTABELECIMENTO, por meio da utilização do CARTÃO DE COMPRA.
- 10.3. O AGENTE DE FINANCIAMENTO poderá atuar como recolhedor e repassador das tarifas que existirem oriundas do presente CONTRATO, devidas pelo ESTABELECIMENTO à ADMINISTRADORA.
- 10.4. Fica facultado aos EMISSORES ou à ADMINISTRADORA propor a alteração das condições contidas no Anexo II a este CONTRATO, incluindo taxas, tarifas, comissões, etc., mediante meio eletrônico ou elaboração de um novo anexo a ser assinado entre as PARTES, que substituirá o antigo em sua totalidade.
- 10.5. O ESTABELECIMENTO desde já autoriza a compensação dos créditos relativos aos repasses devidos ao ESTABELECIMENTO pelo EMISSOR, decorrentes das transações



comerciais de compra e venda de bens e/ou serviços efetuadas pelos ASSOCIADOS por meio da utilização do CARTÃO DE COMPRA em suas dependências, com valores de qualquer natureza devidos pelo ESTABELECIMENTO a um dos EMISSORES ou à ADMINISTRADORA, sendo certo que cumpre ao EMISSOR notificar o ESTABELECIMENTO, por escrito ou por arquivo, quando da ocorrência da compensação prevista nesta Cláusula, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da data da sua realização.

- 10.5.1. Caso o EMISSOR tenha repassado ao ESTABELECIMENTO valores que, por força de disposição contida neste CONTRATO, não deveriam ter sido repassados, o ESTABELECIMENTO se obriga a restituir ao EMISSOR os valores repassados indevidamente, mediante dedução de valores futuros que eventualmente forem devidos pelo EMISSOR ao ESTABELECIMENTO. Em caso de inexistência de valores futuros para compensação, a restituição ocorrerá mediante crédito em conta a ser indicada pelo EMISSOR no momento oportuno, em até 10 (dez) dias após a notificação respectiva, incidindo após esse prazo atualização pela TAXA de CANCELAMENTO.
- 10.6. Os valores devidos pelo EMISSOR ao ESTABELECIMENTO em decorrência do presente CONTRATO serão depositados a favor do ESTABELECIMENTO na data e nos termos acordados no Anexo II a este CONTRATO, sendo certo que poderá o ESTABELECIMENTO solicitar o pagamento antecipado de tais valores, o que será tratado caso a caso entre as PARTES, inclusive quanto às condições financeiras provenientes de cada pagamento antecipado, o qual será realizado na forma de "antecipação de recebíveis".
- 10.7. O negócio a ser implantado prevê, basicamente, receitas com encargos financeiros decorrentes da disponibilização dos recursos para as TRANSAÇÕES, que pertencem ao AGENTE DE FINANCIAMENTO, e de taxas e comissões ou tarifas diversas, que pertencem à ADMINISTRADORA.
- 10.8. Qualquer outro serviço efetuado pelos EMISSORES ou ADMINISTRADORA, aqui não relacionado, se solicitado pelo ESTABELECIMENTO, será objeto de negociação independente entre as PARTES.
- 10.9. Todos os valores de preços e tarifas decorrentes do presente CONTRATO, que não correspondam a percentuais e estejam fixados em "reais", serão reajustados na menor periodicidade permitida em lei, de acordo com os índices de variação do IGP-M/FGV do período. Aqueles fixados por tabela terão a periodicidade calculada pelo prazo de validade da tabela.

11. INTERVENIÊNCIA

- 11.1 Sem prejuízo de outras responsabilidades e obrigações contraídas pelo presente CONTRATO, e adicionalmente a elas, o ESTABELECIMENTO, por meio da assinatura deste CONTRATO, obriga-se como devedor solidário e principal pagador, nos termos do artigo 265 do Código Civil brasileiro, pela liquidação integral de toda e qualquer obrigação originada como CRÉDITO COM INTERVENIÊNCIA e assumida pelo ASSOCIADO em razão da utilização do CARTÃO DE CRÉDITO, devendo a liquidação se dar no prazo previsto no Anexo II do presente CONTRATO, independente de aviso ou notificação, ainda que por compensação de valores devidos pelo EMISSOR ao ESTABELECIMENTO, renunciando assim ao benefício de ordem.



- 11.1.1. Qualifica-se como crédito com interveniência toda e qualquer transação que tenha sido implantada no CARTÃO DE CRÉDITO sem limite disponível para compra, mas que, por autorização do ESTABELECIMENTO no SISTEMA, tenha sido implantada na modalidade em questão. O ESTABELECIMENTO passa assim a ser devedor solidário e principal pagador de tais créditos ("CRÉDITO COM INTERVENIÊNCIA").
- 11.2 Seguindo a regulamentação do BACEN, o ESTABELECIMENTO se compromete a enviar prontamente para, pelo menos, um dos EMISSORES seu cadastro completo assim como outras informações financeiras relevantes que se fizerem necessárias, a critério dos EMISSORES.

12. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

- 12.1. As PARTES, mesmo após o término deste CONTRATO, manterão sigilo sobre as informações de BANCO DE DADOS CADASTRAIS.
- 12.2. Não se inclui na obrigação de sigilo, as informações de domínio público, as exigidas por autoridade constituída e as autorizadas prévia e expressamente pelo ESTABELECIMENTO e/ou pelo EMISSOR, na qualidade de legítimo detentor da informação a ser divulgada.
- 12.3. Ao AGENTE DE FINANCIAMENTO cumpre ainda respeitar todas as disposições contidas na Lei Complementar 105/01, no tocante ao sigilo bancário advindo das operações realizadas com os ASSOCIADOS, sem prejuízo do disposto nesta Cláusula.

13. EXCLUSIVIDADE

- 13.1. O ESTABELECIMENTO, os EMISSORES e a ADMINISTRADORA, mutuamente, por si e pelas demais empresas ligadas, coligadas, controladoras ou controladas, se comprometem a não celebrar acordos, convênios, serviços ou contratos similares com outras empresas que, direta ou indiretamente, tenham por objetivo operação similar àquela descrita neste CONTRATO e nas NORMAS GERAIS, salvo sob prévia e expressa concordância das PARTES.

14. MARCAS

- 14.1. As PARTES, gratuitamente, autorizam o uso do seu nome, marca, imagens e logomarcas para a divulgação do CARTÃO DE COMPRA, bem como autorizam sua utilização em campanhas de interesse comum, estejam elas reproduzidas em impressos, em materiais decorrentes deste CONTRATO ou, ainda, veiculadas por qualquer outro meio.
- 14.2. O direito de uso, ora conferido, em nenhuma hipótese implica transferência da propriedade de marca mesmo na hipótese de extinção ou de rescisão dos pactos ajustados.
- 14.3. Salvo com prévia, expressa e escrita autorização da proprietária, é vedado o uso isolado de marca, logomarca, nome e imagens das PARTES.



- 14.4. Este CONTRATO, direta ou indiretamente, não confere poderes ou direitos a qualquer das PARTES de promover o depósito ou registro, mesmo por cessão ou licença de uso, de nomes, marcas ou logomarcas por qualquer das PARTES, sem a autorização prévia, expressa, escrita em documento próprio subscrito pelos representantes legais de sua legítima proprietária.
- 14.5. O custo de alterações de nomes, marcas ou logomarcas no CARTÃO DE COMPRA, bem como em impressos decorrentes deste CONTRATO serão suportados pela PARTE solicitante, ou por ambas as PARTES, se advindo de norma legal.

15. PRAZO E RESCISÃO

- 15.1. Este CONTRATO vigorará pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua assinatura, sendo renovado automaticamente por prazo indeterminado.
- 15.2. Este CONTRATO estará rescindido de pleno direito e independentemente de notificação, interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da PARTE inocente pleitear perdas e danos, nas seguintes hipóteses:
- a) o não cumprimento de obrigação contratual por qualquer das PARTES;
 - b) o ESTABELECIMENTO se encontrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ou tiver sua falência decretada;
 - c) as PARTES, por si ou por qualquer de seus prepostos, vierem a praticar atos capazes de comprometer o bom conceito público da(s) outra(s) PARTE(s), conforme o caso; ou
 - d) nos casos previstos em lei.
- 15.3. Findo este CONTRATO, pelo decurso de seu prazo ou por antecipação, as PARTES, sem que os acordos, fatos ou eventos abaixo mencionados ou a sua execução, direta ou indiretamente, impliquem novação ou prorrogação contratual, acordam que:
- a) as obrigações das PARTES, por atos ou fatos anteriores à rescisão, perdurarão até a data de cancelamento da totalidade dos CARTÕES DE COMPRA;
 - b) os créditos eventualmente existentes entre as PARTES serão liquidados nas respectivas datas de vencimento; e
 - c) os CARTÕES DE COMPRA já emitidos e os contratos firmados permanecerão em vigor, válidas a autorização de uso de nome, marca ou logomarca concedidas e os direitos assegurados por este CONTRATO, até o respectivo cancelamento dos CARTÕES DE COMPRA, sem qualquer ônus ou encargo adicional.
- 15.4. No caso da rescisão vir a ocorrer por iniciativa de qualquer uma das PARTES durante o período de vigência deste CONTRATO, ficará a PARTE que solicitou a rescisão obrigada a ressarcir a outra PARTE por despesas de desenvolvimento de customizações de sistemas, despesas de lançamento de cartões, despesas de *marketing* em geral e outras despesas diretas claramente incorridas ao longo deste CONTRATO.



- 15.4.1. Fica desde já ajustado entre as PARTES que o valor que se refere a Cláusula 15.4 acima é de R\$ 18,00 (dezoito reais) por CNPJ/MF com LIMITE DE CARTÃO DE COMPRA na base de dados dos EMISSORES ou da ADMINISTRADORA. O valor em questão deverá ser liquidado pela PARTE solicitando a rescisão em até 30 (trinta) dias da formalização da solicitação da rescisão.

16. VÍNCULOS

- 16.1. Em nenhuma hipótese, os pactos deste CONTRATO ensejarão interpretação de existir quaisquer vínculos ou obrigação trabalhista, securitária, previdenciária, ou mesmo, empregatícia entre os representantes, prepostos, contratados, colaboradores e/ou funcionários das PARTES.
- 16.2. No caso de ser promovido contra qualquer um dos EMISSORES ou a ADMINISTRADORA, também na qualidade de ADMINISTRADORA e de AGENTE DE FINANCIAMENTO, qualquer procedimento judicial ou administrativo, pelos empregados ou prepostos do ESTABELECIMENTO, o ESTABELECIMENTO se compromete a requerer a exclusão dos EMISSORES ou da ADMINISTRADORA da lide, assumindo o pólo passivo dos respectivos procedimentos, bem como indenizando-os por toda e qualquer quantia que os EMISSORES ou a ADMINISTRADORA venham a desembolsar, em virtude dos mencionados procedimentos. Os EMISSORES ou a ADMINISTRADORA têm as mesmas obrigações acima definidas perante o ESTABELECIMENTO, no caso de procedimentos judiciais ou administrativos aqui mencionados.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. O atraso ou falta de cumprimento de obrigação contratual por motivo de comprovada força maior ou de caso fortuito, na forma do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil brasileiro, exonera a responsabilidade atribuída por este CONTRATO, mas tão somente com relação ao evento, sempre interpretado de forma restrita.
- 17.2. Este CONTRATO expressa e contém todos os acordos e condições estipuladas pelas PARTES, substituindo quaisquer outros entendimentos anteriores das PARTES, os quais, mesmo que celebrados formalmente, neste ato e data são dados por resílicos integral, mútua e reciprocamente.
- 17.3. As PARTES responderão perante terceiros, isoladamente, por qualquer ato praticado fora das condições ora ajustadas. A tolerância, omissão ou transigência não implicará renúncia, novação ou modificação do pactuado, constituindo mera liberalidade, conforme se convencionou, renunciando as PARTES invocá-las em seu benefício.
- 17.4. Se uma das PARTES deixar de cumprir quaisquer das disposições contidas neste CONTRATO, a PARTE prejudicada poderá exigir que a inadimplente cumpra rigorosamente as condições aqui previstas, sob pena de rescisão deste CONTRATO, sem prejuízo da PARTE inocente pleitear perdas e danos.
- 17.5. Ressalvada a possibilidade dos EMISSORES ou da ADMINISTRADORA cederem seus créditos em razão da utilização dos CARTÕES DE COMPRA pelos ASSOCIADOS, nenhuma das PARTES poderá ceder ou transferir os direitos e obrigações oriundos deste CONTRATO, mesmo que parcialmente, sem o aviso prévio e o expresso



consentimento da outra PARTE. No caso de cessão ou transferência, a cessionária ou subrogação estará subordinada, sem reservas ou restrições, aos termos deste CONTRATO e aos acordos e documentos dele decorrentes.

- 17.6. Para os efeitos do presente CONTRATO, entende-se por "BANCO DE DADOS CADASTRAIS" o conjunto de informações relativas à razão social, endereço, telefone, CNPJ/MF, dos ASSOCIADOS, constituído por força da parceria ora contratada entre as PARTES. Por outro lado, entende-se como o "BANCO DE DADOS DE PERFIS" o conjunto de informações creditícias relativas à utilização dos CARTÕES DE COMPRA pelos ASSOCIADOS, informações essas devidamente protegidas pelas disposições trazidas pela Lei Complementar nº 105/01. A eventual cessão de créditos a terceiros, e, em razão disso, a liberação do BANCO DE DADOS CADASTRAIS e do BANCO DE DADOS DE PERFIS ao terceiro cessionário do crédito, não configurará violação às disposições da Lei Complementar nº 105/01 desde que as informações fornecidas ao terceiro cessionário sejam estritamente relacionadas ao devedor do crédito cedido.
- 17.7. O BANCO DE DADOS CADASTRAIS e o BANCO DE DADOS DE PERFIS poderão servir de base para os EMISSORES ou a ADMINISTRADORA, ofertarem outros produtos financeiros e/ou serviços financeiros seus e/ou de outras empresas financeiras, não identificados e que não concorram com as atividades do ESTABELECIMENTO.
- 17.8. Para que tenham validade legal, todas as modificações ou aditivos a este CONTRATO deverão ser feitos por escrito, com a assinatura dos representantes legais das PARTES.
- 17.9. O ESTABELECIMENTO se responsabiliza pela exatidão das informações contidas neste CONTRATO e autoriza o AGENTE DE FINANCIAMENTO a trocar informações com outras instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco do BACEN e a realização de consultas, através da ADMINISTRADORA, junto aos órgãos de proteção ao crédito como o SERASA - Centralizadora de Serviços dos Bancos S.A., Serviço de Segurança ao Crédito e Informações - SCI, etc.
- 17.10. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder conferido a qualquer das PARTES nos termos deste CONTRATO, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste CONTRATO.
- 17.11. Para viabilizar o custeio do SISTEMA SUPPLIERCARD DE FINANCIAMENTO DE CARTÕES e com o objetivo de ampliar as fontes de captação de recursos, atendendo assim aos interesses dos ASSOCIADOS, os EMISSORES poderão ceder seus créditos a terceiros, sendo que o AGENTE DE FINANCIAMENTO, quando autorizado pela legislação e/ou por atos normativos do BACEN, deverá participar de operações de natureza financeira advindas da cessão.

As PARTES elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste CONTRATO.

São Paulo, ____/____/____

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
34 OFÍCIO

-4 NOV 1017211

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

[RAZÃO SOCIAL DO ESTABELECIMENTO]

BANCO OURINVEST S.A.

SUPPLIERCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A

TESTEMUNHAS:

Nome / CPF/MF

Nome / CPF/MF

Parte integrante do Contrato para Emissão de Cartões de Compra Sistema Suppliercard



-4 NOV 1988 1017211

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ANEXO I

CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE COMPRA SISTEMA SUPPLIERCARD

Este Anexo é parte integrante do CONTRATO celebrado em ____/____/____, e substitui o Anexo I de ____/____/____.

DADOS CADASTRAIS DO ESTABELECIMENTO

CNPJ/MF nº:

Razão social:

Nome fantasia:

Ramo de Atividade:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Contato:

Cargo:

DDD: Telefone:

Ramal:

DDD:

Fax:

Telefone Cadastrado (1):

Telefone Cadastrado (2):

Telefone Cadastrado (3):



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CARTÓRIO

-4 NOV 1973 1017211

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - C. 1. 1. 1. - RJ

DADOS CADASTRAIS DO(S) SÓCIO(S) e/ou DIRETOR (ES)

Nome:

CPF/MF nº:

RG (nº e Órgão Emissor):

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

Endereço (Rua, nº, Complemento):

Nome:

CPF/MF nº:

RG (nº e Órgão Emissor):

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

Endereço (Rua, nº, Complemento):

DOMICÍLIO BANCÁRIO (Pagamento ao ESTABELECIMENTO)

Banco:

Nome do Banco:

Agência nº:

Nome da Agência:

Conta Corrente nº:



-4 NOV 80 1017211

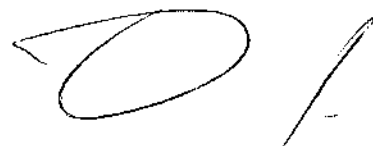
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CASPAC - RJ

ANEXO II

CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE COMPRA SISTEMA SUPPLIERCARD

CONDIÇÕES COMERCIAIS

- Taxa de desconto na antecipação de recebíveis CDI + [•] % a.m.
- Tolerância de novas vendas para associado em atraso até [•] dias de atraso
- Taxa de cancelamento e prorrogação [•] % (+PIS/Cofins e IOF)
- Reembolso de custo de emissão de extrato R\$ [•]



-4 NOV 1981 1017211

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ANEXO III

CONTRATO PARA EMISSÃO DE CARTÕES DE COMPRA SISTEMA SUPPLIERCARD

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CADASTRAIS DO ESTABELECIMENTO

- Ficha Cadastral Pessoa Jurídica no modelo do AGENTE DE FINANCIAMENTO, devidamente preenchida, assinada e datada;
- Fichas Cadastrais de Pessoa Física e Cartões de Assinaturas no modelo do AGENTE DE FINANCIAMENTO (abonados em estabelecimento bancário ou com firma reconhecida em cartório) dos sócios, controladores, diretores, representantes legais da empresa, acompanhados das respectivas cópias do RG e CPF/MF e comprovantes de residência;

***Nota: Na hipótese de um ou mais sócios ser pessoa jurídica, devem ser providenciados os seguintes documentos adicionais: Ficha Cadastral, cópia autenticada do CNPJ/MF, Estatuto/Contrato Social, Balanço Patrimonial, RG e CPF/MF dos sócios da empresa.

Quando a pessoa jurídica possuir domicílio no Exterior, devem ser providenciados os seguintes documentos adicionais: Ficha Cadastral, Balanço Patrimonial Auditado e Estatuto Social (cópia autenticada do documento original notariado e consularizado e cópia autenticada da respectiva tradução devidamente registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, bem como procuração e documentação do representante legal).

- Cópia autenticada do Estatuto Social (S.A.) ou do Contrato Social (Ltda.), inclusive da ata de eleição da atual diretoria ou da reunião do Conselho de Administração;

*No caso de Ltda, o Contrato Social deverá estar adequado na conformidade do novo Código Civil brasileiro.

- Cópia autenticada do instrumento de procuração da empresa, se for o caso. Caso a procuração seja por instrumento particular, deverá constar reconhecimento de firma do signatário;
- Balanço Patrimonial e respectiva demonstração de resultados dos últimos 3 (três) exercícios e último balancete; e
- Relação de faturamento dos últimos 12 (doze) meses.

Observações:

1. As cópias solicitadas deverão ser legíveis. A requisição das cópias dos documentos autenticadas pode ser substituída pela remessa do documento original junto a uma cópia simples do mesmo documento. Após nossa conferência, a documentação original será devolvida.
2. Todos os documentos sociais aqui relacionados deverão ser consolidados. Caso contrário, será necessário o envio do documento de constituição e de todas as alterações posteriores.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
34-07310

-4 NOV 1017211

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CADASTRAIS DOS ASSOCIADOS...
(para limites de crédito acima de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais))

- Contrato social com alterações;
- Último balanço; e
- RG e CPF/MF dos sócios.



ANEXO V

< LOGO >

Vencimento

Associado _____

Numero do Cartão _____

CNPJ _____

Data	Pedido	Taxa*	Histórico	Valor Compra	Parcela	Crédito	Débito

Ao utilizar seu cartão sua empresa aderiu as NORMAS GERAIS PARA A CONCESSÃO DE LIMITE DE CARTÃO DE CRÉDITO, registrado sob o nº 3166569 no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Encargos de Crédito Rotativo -

Encargos Máximos (incidentes após vencimento) -

* Encargos Especiais

Subtotal:

Pontos Acumulados Programa Fidelidade (a)

Pontos Utilizados até o Momento (b)

Pontos Disponíveis Programa Fidelidade (a-b)

	Valor Total
<p>Pague qualquer valor entre o Pagamento Mínimo e o Valor Total e refinancie seu saldo automaticamente.</p> <p>O uso do Pagamento Mínimo não diminui seu limite de compra disponível.</p>	Pagamento Mínimo

ARMED AND DANGEROUS
RTO OF JAREND - 02741-21

101721-4 NOV 2011

THE

[illegible][illegible]

01

-4 NOV 2011 1017211

ANEXO VI

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

POLÍTICA DE COBRANÇA

Processos de cobrança

A área de Cobrança da SupplierCard tem como objetivo a recuperação e o monitoramento de créditos concedidos inadimplentes.

Cada estabelecimento/fornecedor tem uma regra específica de cobrança que varia de acordo com o tipo de contrato estabelecido.

A atuação da área de Cobrança será balizada conforme o acordado com os estabelecimentos/fornecedores, podendo a SupplierCard utilizar, além de sua estrutura própria de cobrança, a estrutura de cobrança destes.

Régua de cobrança

A cobrança em atraso segue uma régua que define a linha de tempo relativa ao atraso no pagamento de faturas. Para cada intervalo de tempo de atraso decorrido, há uma ação diferenciada considerada para sua atuação. Destacamos a seguir o tratamento dado a cada período de tempo de atraso transcorrido, de acordo com o estabelecimento/fornecedor.

Régua de cobrança Votorantim

Todos os clientes da Votorantim apresentam limites com interveniência, ou seja, em caso de inadimplência do cliente, o estabelecimento/fornecedor, no caso a Votorantim, deverá realizar a liquidação das faturas em atraso. Dessa maneira, as ações de cobrança cumprem a seguinte cronologia:

- **Cinco dias de atraso**
Acionamento telefônico pela filial Votorantim.
- **15 dias de atraso**
Envio do cliente para a Serasa pela SupplierCard.
- **25 dias de atraso**
Inclusão do cliente no PEFIN (sistema que centraliza informações de pendências financeiras).
- **65 dias de atraso**
Execução da interveniência. A Votorantim efetua o pagamento da parcela em atraso do cliente acrescida de correção.

Régua de cobrança Eletrodireto

No caso da Eletrodireto, os clientes podem ter limites de compra (risco SupplierCard) e limites de interveniência (risco Eletrodireto). A régua de cobrança tem o seguinte funcionamento:

- **Um dia de atraso**
Bloqueio de novas compras.
- **Três dias de atraso**
Acionamento telefônico pela SupplierCard.
- **15 dias de atraso**
Envio do cliente para a Serasa.
- **25 dias de atraso**
Inclusão do cliente no PEFIN.
- **65 dias de atraso**
Execução da interveniência (quando for o caso). A Eletrodireto efetua o pagamento da parcela em atraso do cliente acrescida de correção.

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ouminvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiosos - SupplierCard, datado de 04 de novembro de 2011.

Para todos os clientes dos estabelecimentos/fornecedores, quando o cliente da SupplierCard adere ao Normas Gerais para a Concessão de Limite de Cartão de Compra, ele passa a ser responsável pelo pagamento dos extratos das compras realizadas. O normativo de concessão de limite determina que para cada operação realizada pelo cliente poderá ser emitida uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) em nome deste, representativa da operação de financiamento contratada. De posse desse documento, a SupplierCard poderá tomar as medidas cabíveis em caso de inadimplemento do cliente, como negativação, protesto ou ajuizamento.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2011.10.06
- 4 NOV 2011 1017211
ARQUIVADO: CCBX EM NECESSIDADE
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

02

ANEXO VII

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A Política de Concessão de Crédito é feita inicialmente pela Administradora, em nome da Cedente, a qual realiza a análise de crédito dos Titulares em relação a cada um dos Estabelecimentos individualmente, pré-aprovando um limite de crédito exclusivo para aquisição de mercadorias no respectivo Estabelecimento.

Inicialmente analisa-se o histórico de compras e pagamentos junto ao Estabelecimento, utilizando-se, para tanto, do histórico de relacionamento de cada Titular com respectivo Estabelecimento para conferir um limite de crédito adequado para aquisição de mercadorias financiadas, ressalvados os casos em que o Estabelecimento for interveniente garantidor, casos em que não é verificado tal histórico.

- **Análise da Documentação.** Dentre as informações analisadas, destacam-se:

- a) **Dados da Empresa:**
 - (i) CNPJ/MF;
 - (ii) Razão Social;
 - (iii) nome fantasia;
 - (iv) Inscrição Municipal;
 - (v) Inscrição Estadual;
 - (vi) número de funcionários;
 - (vii) data da fundação;
 - (viii) objeto social;
 - (ix) endereço;
 - (x) tempo de endereço;
 - (xi) nome e dados de pessoa de contato;
 - (xii) faturamento mensal;
 - (xiii) nome e dados do contador; e
 - (xiv) e-mail;
- b) **Dados dos Sócios:**
 - (i) CPF/MF/CNPJ/MF;
 - (ii) Nome/Razão Social;
 - (iii) nome fantasia;
 - (iv) qualificação;
 - (v) Inscrição Municipal;
 - (vi) Inscrição Estadual;
 - (vii) identidade;
 - (viii) nome cônjuge / nome contato;
 - (ix) telefone;
 - (x) endereço;
 - (xi) tempo de endereço;
 - (xii) e-mail;
 - (xiii) filler; e
 - (xiv) sequencial;
- c) **Histórico de Pagamentos:**
 - (i) data do vencimento original;
 - (ii) valor do vencimento original;
 - (iii) data do pagamento;
 - (iv) valor do pagamento; e
 - (v) tipo de liquidação;
- d) **Fluxo de Caixa**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1017211
- 4 NOV 2011
ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard, datado de 04 de novembro de 2011.

- (i) data da compra;
- (ii) valor da compra;
- (iii) data do vencimento; e
- (iv) valor do vencimento;



• **Análise de crédito.** Essa análise inclui a consulta a bancos de dados internos e externos, como o Serasa, buscando informações tanto positivas quanto negativas do proponente. Baseadas nas informações cadastrais, são feitas consultas tanto da pessoa jurídica quanto dos sócios da empresa. Os cadastros "Restritivos" são tratados conforme seu tempo de permanência e sua relevância e, em regra geral, os cadastros "Restritivos" na figura dos sócios desqualificam o proponente a receber crédito. Apenas cadastros "Restritivos" muito antigos e de baixo valor não afetam a análise e aprovação do potencial Titular.

• **Definição do limite.** Para proponentes com bom histórico de crédito e pagamento e sem "Restritivos" relevantes, é utilizado como referência para limite de crédito o valor médio de crédito utilizado no Estabelecimento. Para proponentes com histórico de atraso, tal limite é ajustado para baixo ou pode não ser concedido.

• **Aumentos de limite.** Conforme histórico de pagamento dentro do banco emissor, o Titular pode periodicamente solicitar aumento de limites previamente estabelecidos.

• **Titulares sem histórico.** Para Titulares com pouca experiência junto ao Estabelecimento, e sem "Restritivos" relevantes, são atribuídos limites mínimos, que podem ser aumentados com o tempo, de acordo com performance de pagamento dele.

• **Bloqueio de novas vendas.** No caso de atrasos por parte do Titular, a Cedente poderá bloquear suas compras futuras.

• **Interveniência.** O Estabelecimento pode, caso assim o deseje, definir limites dentro de seu limite global aprovado pelo comitê da Cedente para aumentar limites de crédito aos respectivos Titulares.

• **Atualizações Cadastrais.** A troca de arquivos diária feita com cada Estabelecimento contempla o recebimento de alterações cadastrais, baseada inclusive em alterações no endereço de entrega das mercadorias.

• **Limite Máximo por Titular.** O limite de crédito máximo autorizado no "Sistema de Crédito" varia de acordo com as características do mercado de cada Estabelecimento, podendo chegar no valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). As vendas acima desse limite de crédito somente poderão ser aprovadas com intervenção do Estabelecimento.

• **Crédito rotativo.** Titulares com bom histórico podem ainda receber um segundo limite para refinancear suas compras de mercadoria. Esse segundo limite é sempre de 50% (cinquenta por cento) do limite de compra. Da mesma maneira, o pagamento mínimo dentro de um extrato nunca pode ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor.

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard, datado de 04 de novembro de 2011.

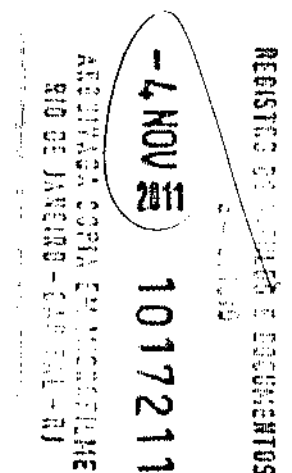
O pagamento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo será feito por cada Titular na rede de compensação bancária, conforme boleto bancário emitido pelo Banco Bradesco S.A.

Titulares em atraso têm bloqueadas suas novas compras de mercadorias junto ao Estabelecimento, conforme parâmetros estabelecidos por cada um dos Estabelecimentos.

Em caso de atraso, os seguintes procedimentos de cobrança são seguidos adicionalmente àqueles já adotados por cada Estabelecimento:

- a plataforma de cobrança da administradora faz ligações entre três e cinco dias após o vencimento do direito creditório, cobrando o saldo devedor em aberto;
- em até 15 dias do atraso, um arquivo com todos os Titulares nessa situação é enviado ao Serasa, que envia imediatamente uma comunicação a cada um dos Titulares, dando-lhes um prazo de 10 dias para que o saldo devedor em aberto seja quitado; e
- passado tal prazo, o nome do Titular passa a constar como devedor no PEFIN do Serasa.

A Cédula de Crédito Bancário (CCB) prevista no contrato de adesão do associado é o instrumento de execução judicial.



- 4 NOV 2011 1017211

ANEXO VIII

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

TERMO DE ADESÃO

**TERMO DE ADESÃO AO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIRO-SUPPLIERCARD E RECIBO DO PROSPECTO**

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no Artigo 23, Parágrafo Primeiro da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), expedida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento ("Regulamento") e do Prospecto ("Prospecto") do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiro-SupplierCard ("Fundo"), cujos conteúdos declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente termo de adesão, os termos e expressões neste empregados têm os mesmos sentidos respectivamente designados a eles no Regulamento.

O investidor também declara:

- (i) ser investidor qualificado, nos termos da regulamentação vigente;
- (ii) concordar com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimentos;
- (iii) ter recebido uma cópia do Prospecto e do Regulamento do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, nesse ato, às suas disposições;
- (iv) ter total ciência da política de investimento do Fundo e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto no Regulamento, e que poderá ocorrer perda do capital investido no Fundo;
- (v) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (vi) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (vii) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão da carteira do Fundo, observando o disposto no Regulamento, no Prospecto e na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades legais e de mercado;
- (viii) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM 356/01;
- (ix) que as informações do Fundo serão divulgadas no periódico "Monitor Mercantil", de circulação nacional;
- (x) que tomou ciência das regras sobre resgate, conforme constantes no Regulamento; e
- (xi) que conforme disposto no Artigo 60 da Instrução CVM 356/01, admite-se a utilização de meio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador e os Quotistas do Fundo.

[local], [•] de [•] de [•]

Denominação social/Nome do Investidor:

[nomes e cargos dos representantes legais]

CNPJ/MF:

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard, datado de 04 de novembro de 2011.

ANEXO IX

NOTIFICAÇÃO DE RESGATE

Aviso nº [•]

Data: [•].

A Olivera Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora do "OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS-SUPPLIERCARD" ("FUNDO") vem, por meio desta, informar a V.Sa., na qualidade de quotista sênior do FUNDO, que em [data], foram solicitados resgates de quotas subordinadas no valor total de R\$ [•], valor esse que representa [•]% do patrimônio do FUNDO na presente data.

Atenciosamente,

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
EXCERTE
- 4 NOV 2011 1017211
ASSINADA COM EM RECONHECIMENTO
RUA DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstração Financeira da Bunge Alimentos S.A. – 31/12/2009

Originadora do OURINVEST FIDC FINANCEIROS SUPPLIERCARD, responsável por mais que 20% dos créditos cedidos ao Fundo



BUNGE ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 84.046.101/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO											
Senhores Acionistas, Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, correspondente ao exercício social encerrado naquela data, juntamente com as Notas Explicativas.											
Gaspar (SC), abril de 2010. A Administração											
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008			2009	2008	2009	2008
Circulante											
Disponibilidades.....		6.707	17.204	33.208	80.681	Empréstimos e					
Contas a receber.....	3	520.981	618.718	748.916	933.054	financiamentos bancários	12	46.777	326.270	59.490	689.662
Estoque.....	4	866.109	1.486.964	937.318	1.688.991	Fornecedores	11	735.011	1.008.787	1.033.578	1.165.500
Adiantamentos a						Pré-pagamentos de					
fornecedores de matéria-						exportações	13	3.465.776	3.051.074	2.930.053	3.303.237
prima, líquidos						Salários e encargos sociais		63.750	77.784	64.580	78.631
de provisão.....	5	449.865	968.725	460.673	979.448	Obrigações tributárias		29.889	26.603	30.135	27.479
Impostos a recuperar	6	376.630	736.726	384.468	742.487	Imposto de renda e					
Imposto de renda e						contribuição					
contribuição						social diferidos.....	16.a	12.064	-	12.129	2.345
social diferidos.....	16.a	79.099	121.217	80.142	121.226	Provisão para benefícios.....	19	9.480	9.478	9.480	9.478
Outros créditos a receber....		194.462	115.987	222.437	202.042	Instrumentos financeiros	17	948.853	621.301	948.853	622.728
Instrumentos financeiros						Outras contas a pagar.....		219.559	208.321	234.015	219.505
ativo	17	919.386	693.828	919.386	695.055	Total do passivo circulante .		5.531.159	5.329.618	5.322.313	6.118.565
Despesas antecipadas.....		17.745	12.478	17.818	12.553	Não Circulante					
Total do ativo circulante.....		3.430.984	4.771.847	3.804.366	5.455.537	Empréstimos e					
Não Circulante											
Adiantamentos a						financiamentos bancários	12	27.289	4.598	100.521	90.105
fornecedores de matéria-						Pré-pagamentos					
prima, líquidos						de exportações.....	13	906.469	1.216.642	906.469	1.216.642
de provisão.....	5	412.177	505.469	413.540	510.931	Partes relacionadas.....	8	41.086	35.319	10.068	30.147
Impostos a recuperar.....	6	950.241	259.536	950.351	259.667	Imposto de renda e					
Partes relacionadas.....	8	600.493	465.908	577.046	453.376	contribuição					
Imposto de renda e						social diferidos.....	16.a	43.122	-	43.122	-
contribuição						Provisão para					
social diferidos.....	16.a	480.057	462.275	480.146	465.170	contingências.....	14	104.315	194.377	108.173	195.021
Depósitos judiciais e						Provisão para benefícios.....	19	48.355	46.392	48.355	46.392
cauções.....		59.444	69.482	60.218	69.646	Provisão para passivo					
Bens destinados à venda....		58.906	9.337	58.926	9.337	a descoberto					
Outras contas a receber		202.044	194.742	213.329	203.339	em controlada.....	7	1.401	258.299	-	-
		2.763.362	1.966.749	2.753.556	1.971.466	Outras contas a pagar.....		42.267	24.842	50.038	29.117
Investimentos	7	670.517	154.470	27	36	Total do passivo					
Imobilizado	9	1.540.474	1.600.857	1.728.154	1.753.448	não circulante.....		1.214.304	1.780.469	1.266.746	1.607.424
Intangível.....	10	792.041	799.295	792.222	799.498	Participação dos acionistas					
		3.003.032	2.554.622	2.520.403	2.552.982	minoritários.....		-	-	37.351	70.865
Total do ativo não circulante		5.766.394	4.521.371	5.273.959	4.524.448	Patrimônio Líquido					
Capital social											
Reserva de capital											
Ajustes acumulados											
de conversão.....											
Ajustes de avaliação											
patrimonial											
Reservas de lucros.....											
Prejuízos acumulados											
Total do Passivo e Patrimônio Líquido											
Total do Ativo											
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)										
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial					Total	
				Incentivos fiscais	Ajustes acumulados de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados
							Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	15	1.572.373	238.423	-	-	-	641.517	(179.969)	2.272.344	
Ajustes acumulados de conversão.....		-	-	19.096	-	-	-	-	19.096	
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(164.402)	-	-	-	(164.402)	
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	53.975	53.975	
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	-	2.118	2.118	
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	15	1.572.373	238.423	19.096	(164.402)	-	641.517	(123.876)	2.183.131	
Ajustes acumulados de conversão.....				(17.697)					(17.697)	
Ajustes de avaliação patrimonial					165.626				165.626	
Ajustes de retenção de lucros							(123.876)	123.876	-	
Lucro líquido do exercício.....								120.855	120.855	
Destinação do Lucro:										
Constituição de reserva legal.....						6.043		(6.043)	-	
Constituição de reserva de retenção de lucros							114.812	(114.812)	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	15	1.572.373	238.423	1.399	1.224	6.043	632.453	-	2.451.915	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)									
1. Contexto Operacional A Bunge Alimentos S.A. ("Companhia") e suas controladas têm como atividade preponderante a industrialização e comercialização de cereais e sementes oleaginosas, seus derivados e sucedâneos.									
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória 449/08 2008, transformada na Lei 11.941, de 27 de maio de 2009. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas registradas, bem como as divulgações nas demonstrações financeiras (controladora e consolidado). Os resultados dessas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) incluem, portanto, várias estimativas referentes principalmente à vida útil do ativo imobilizado, para calcular projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado e intangível, provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisões para perda nos estoques e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Companhia revisa periodicamente essas estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Durante 2009 foram emitidos 26 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados para aplicação mandatória para exercícios iniciados a partir 1º de janeiro de 2010. Os pronunciamentos que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando suas operações, são:									
<ul style="list-style-type: none">• Estoques (CPC 16).• Custos de Empréstimos (CPC 20).• Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).• Evento Subsequente (CPC 24).• Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).• Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26).• Ativo Imobilizado (CPC 27).• Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29).• Receitas (CPC 30).• Tributos sobre o Lucro (CPC 32).• Adoção Inicial das IFRS (CPC 37).• Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38).• Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39).• Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40).									
A aplicabilidade dos referidos pronunciamentos está sendo avaliada pela Administração da Companhia e os eventuais ajustes necessários serão efetuados de forma retrospectiva nos casos em que tal prática for requerida nos pronunciamentos. Em 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis efetuou a revisão do CPC 2, resultando na emissão do CPC 2 (R). A principal mudança trazida por esse pronunciamento refere-se à exclusão da obrigatoriedade de que os ativos e passivos de uma controlada no exterior, que não se caracterize como entidade independente, seja integrado às demonstrações individuais da empresa controladora Na adoção inicial do CPC 02 pela Companhia, a Administração concluiu que as entidades Santista Export Ltd., Ceval International Ltd., Gardone Consultoria e Serviços Ltda., Ceval International Participation Ltd., Ceval International Participation II Ltd. E Bunge Alimentos Holding B.V. não se caracterizavam como entidades independentes, consequentemente foram consolidadas na controladora. Tendo em vista as mudanças trazidas por esse pronunciamento, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 estão sendo reapresentadas. As principais práticas contábeis adotadas foram às seguintes:									
a) Apuração do resultado O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.									
b) Disponibilidades O saldo de disponibilidades inclui caixa e saldos positivos em conta movimento. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são representadas por investimentos temporários de alta liquidez, com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação e estão registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de realização.									
c) Contas a receber de clientes e outros créditos As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e ajustadas a valor presente, se esse ajuste for relevante.									
d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual e em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão.									

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receita Bruta de Vendas				
Mercado interno.....	7.588.912	8.748.854	7.657.159	8.760.694
Mercado externo.....	9.058.542	9.408.444	13.758.222	14.601.236
	16.647.454	18.157.298	21.415.381	23.361.930
Tributos, devoluções e abatimentos.....	(867.905)	(1.102.371)	(873.329)	(1.111.202)
Receita Líquida de Vendas.....	15.779.549	17.054.927	20.542.052	22.250.728
Custo dos produtos vendidos.....	(13.998.900)	(14.211.928)	(17.944.878)	(19.112



BUNGE ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 84.046.101/0001-93

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

e) Estoques
Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não excede o valor de mercado, incluindo as provisões para cobrir as eventuais perdas e, quando aplicável, ajustados ao valor de mercado. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

f) Adiantamentos a fornecedores
Os adiantamentos concedidos aos fornecedores de soja relativos à safra do ano seguinte, cujos preços de compra já tenham sido fixados, são classificados nos estoques. Por outro lado, os adiantamentos, cujos preços de compra ainda não tenham sido fixados, são classificados como adiantamentos a fornecedores de soja.

g) Bens destinados à venda
Os bens destinados à venda são registrados pelo custo de aquisição, líquido da depreciação e das provisões para prováveis perdas na sua realização.

h) Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

i) Imobilizado
O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a formação, a construção ou o desenvolvimento e deduzido das provisões para perdas contabilizadas quando não há expectativa de recuperar o valor residual do ativo, quando aplicável, e das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens (vide nota explicativa nº 9).

j) Intangível
O intangível é avaliado pelo custo de aquisição, ajustado pelo seu valor de recuperação e deduzido da amortização acumulada registrada até 31 de dezembro de 2008. Os ágios são fundamentados, substancialmente, na expectativa de lucro futuro nos negócios.

k) Demais ativos circulante e não circulante
Demais ativos circulante e não circulante estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, acrescidos ou reduzidos, quando aplicável, dos respectivos rendimentos, provisão para perdas ou variações monetárias.

l) Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal, às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social sobre diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro apurado para fins de tributação são reconhecidos como créditos ou débitos tributários diferidos na extensão em que sua realização seja provável. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são movimentados em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 25 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

m) Provisão para contingências
A provisão para contingências é registrada com base em uma avaliação efetuada pelos consultores jurídicos da Companhia, para os processos trabalhistas, previdenciários, tributários, comerciais e cíveis, cujas perdas são classificadas como prováveis. Os saldos das provisões para contingências estão sendo apresentados líquidos dos respectivos depósitos judiciais, nos casos aplicáveis.

n) Provisão para benefícios
Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relativos a benefícios a empregados são determinados nas datas dos balanços por atuários independentes (nota explicativa nº 19).

o) Empréstimos e financiamentos bancários
Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais, determinadas em cada modalidade, incorridas até as datas dos balanços.

p) Demais passivos circulante e não circulante
Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

q) Ajuste a valor presente
Os ativos e passivos monetários são analisados e ajustados a seus valores presentes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras.

r) Avaliação da recuperação de ativos
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como outras despesas operacionais.

s) Demonstrações financeiras consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas mencionadas na nota explicativa nº 7. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os princípios básicos de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Assim sendo, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de ativos e/ou passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados entre empresas, bem como foram consolidadas as empresas controladas e controladas em conjunto, essas últimas pelo percentual de participação da controladora.

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Mercado interno:				
Terceiros	493.975	605.761	512.351	604.310
Parte relacionadas (nota explicativa nº 8)	6.337	2.523	6.337	2.523
	500.312	608.284	518.688	606.833
Mercado externo:				
Terceiros	621	19.623	50.014	201.339
Parte relacionadas (nota explicativa nº 8)	74.075	44.450	242.034	187.374
	74.696	64.073	292.048	388.713
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.027)	(53.639)	(61.820)	(62.492)
	520.981	618.718	748.916	933.054

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Matérias-primas e adiantamentos com preços já fixados	450.493	1.086.708	519.588	1.154.679
Produtos em elaboração	34.428	86.735	34.428	86.730
Produtos acabados	298.033	241.878	298.911	375.938
Material de manutenção e outros	83.155	71.643	84.391	71.644
	866.109	1.486.964	937.318	1.688.991

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	992.546	1.559.648	1.006.142	1.577.480
Provisão para perdas	(130.504)	(85.454)	(131.929)	(87.101)
Total	862.042	1.474.194	874.213	1.490.379
Ativo circulante	(449.865)	(968.725)	(460.673)	(979.448)
Ativo não circulante	412.177	505.469	413.540	510.931

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	262.376	194.070	267.062	195.255
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	118.271	100.714	118.381	100.848
Crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	24.667	23.498	24.667	23.498
Programa de Integração Social - PIS	341.595	292.388	341.596	292.388
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	547.151	356.644	547.165	356.651
Outros	32.811	28.948	35.948	33.514
Total	1.326.871	996.262	1.334.819	1.002.154
Ativo circulante	(376.630)	(736.726)	(384.468)	(742.487)
Ativo não circulante	950.241	259.536	950.351	259.667

Os saldos de impostos a recuperar estão representados por créditos gerados nas transações mercantis, aquisições de ativo imobilizado e antecipações de impostos e são considerados realizáveis pela Administração no curso normal das operações da Companhia e de suas controladas. Os créditos acumulados de impostos registrados no ativo circulante em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$376.630 (R\$384.468 - consolidado), deverão ser realizados em um período igual ou inferior a 12 meses, de acordo com a expectativa da Administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Investimentos	670.490	154.434	-	-
Outros investimentos	27	36	27	36
	670.517	154.470	27	36
Provisão para passivo a descoberto em controlada	1.401	258.299	-	-

c) Movimentação dos investimentos em sociedades controladas

	2009												2008	
	Santista Export Ltd.	Bunge Alimentos Holding BV	Ceval Centro Oeste S.A.	TGG Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Madryn Indústria de Farinha Ltda.	Bunge Food Service Com. e Serviços Ltda.	Serra do Lopo Empreend. e Participações Ltda.	Cereol do Brasil Ltda.	Bunge Paraguay S.A.	Produzir Fomento Agrícola Com. Exp. S.A.	Outros	Total	Total	Total
Controladora:														
Saldos no início do exercício	-	20.668	2.839	21.402	5.980	-	32.767	23	70.755	-	36	154.470	287.652	
Aquisições:														
Custo	-	-	-	-	-	-	30.276	-	-	2.206	-	32.482	33.262	
Transferência para o Imobilizado	-	-	-	-	(5.854)	-	-	-	-	-	-	(5.854)	-	
Baixa, liquidação, venda	-	-	-	-	(276)	-	-	-	-	-	(9)	(285)	(1.926)	
Equivalência patrimonial	783.534	4.603	41	(7.974)	150	(96)	789	(31)	(16.387)	33	-	764.662	103.274	
Ganho por variação de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216	
Efeitos da Lei nº 11.638/07	-	(824)	-	-	-	(33)	(30)	-	(17.173)	-	-	(18.060)	(6.684)	
Transferência para o intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(190.669)	
Passivo a descoberto de controladas (*)	(257.027)	-	-	-	-	(1.272)	-	-	-	-	-	(258.299)	(70.655)	
Saldos no fim do exercício	526.507	24.447	2.880	13.428	-	(1.401)	63.802	(8)	37.195	2.239	27	669.116	154.470	
Consolidado:														
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27	36	
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27	36	

(*) A parcela correspondente ao passivo a descoberto da Bunge Food Service Comércio Exportação Ltda., foram classificadas para o passivo não circulante.

8.Saldos e Transações com Partes Relacionadas

a) Contas patrimoniais - controladora	2009				2008			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contratos de mútuo/aplicações:								
Ceval Centro Oeste S.A.	-	-	-	3.544	-	-	-	1.450
TGG Terminal de Granéis do Guarujá S/A	-	23.448	-	-	-	12.876	-	-
Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	-	16.143	-	-	-	13.569
Madryn Indústria de Farinha Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	123
Ceval International Ltd.	-	-	-	12.124	-	-	-	20.177
Bunge Fertilizantes S.A.	-	-	-	9.275	-	-	-	-
Bunge Açúcar & Bioenergia Ltda.	-	11.484	-	-	-	173.817	-	-
Ramata Empreendimentos e Participações S.A.	-	51.081	-	-	-	35.783	-	-
Pedro Afonso Empreendimentos e Participações S.A.	-	130.698	-	-	-	19.459	-	-
Agroindustrial Santa Juliana S.A.	-	145.142	-	-	-	157.201	-	-
Agroindustrial Nova Ponte Ltda.	-	-	-	-	-	5.775	-	-
Monteverde Agro-Energética S.A.	-	238.154	-	-	-	54.842	-	-
Produzir Fomento Agrícola Com. e Exp. S.A.	-	-	-	-	-	6.155	-	-
Fertimport	-	486	-	-	-	-	-	-
	-	600.493	-	41.086	-	465.908	-	35.319
Cientes/fornecedores - mercado interno:								
Agroindustrial Nova Ponte Ltda	25	-	-	-	-	-	-	-
Fertimport S.A.	-	-	312	-	-	-	715	-
Terminal de Granéis do Guarujá S.A. - TGG	-	-	-	-	-	-	290	-
Bunge Fertilizantes S.A.	5.536	-	186	-	1.696	-	8.568	-
Outros	-	-	1.430	-	-	-	2.263	-
Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil	776	-	-	-	827	-	-	-
	6.337	-	1.928	-	2.523	-	11.836	-
Cientes/fornecedores - mercado externo:								
Bunge América do Norte	70.845	-	58.507	-	36.025	-	39.757	-
Bunge Europa	3.230	-	2.281	-	8.425	-	14.198	-
	74.075	-	60.788	-	44.450	-	53.955	-
Pré-pagamentos de exportações: (*)								
Outros	-	-	-	-	-	-	29	-
Ceval International Ltd.	-	-	3.465.776	906.469	-	-	3.051.045	1.216.642
	-	-	3.465.776	906.469	-	-	3.051.074	1.216.642

(*) Vide informações adicionais na nota explicativa nº 13.

a) Investimentos no exterior
A Companhia mantém investimentos em controladas no exterior, cujos resultados são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. Os patrimônios líquidos das sociedades controladas no exterior são expressos em dólares norte-americanos (US\$) ou euros (€) e são convertidos para reais (R\$) com base na taxa de câmbio histórica da data de ocorrência de cada transação.

	Participação no fim do exercício - %		Patrimônio líquido	
	2009	2008	2009	2008
Controladas diretas:				
Santista Export Ltd.	100,00	100,00	526.507	(257.027)
Ceval Centro Oeste S.A. (1)	98,00	98,00	3.871	3.817
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	57,00	57,00	23.557	37.548
Bunge Food Service Comércio e Serviços Ltda.	99,99	99,99	(1.401)	(1.273)
Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A.	99,90	99,90	63.867	32.800
Bunge Alimentos Holding B.V.	100,00	100,00	24.447	20.669
Cereol do Brasil Ltda.	99,99	99,99	(8)	23
Bunge Paraguay S.A.	50,00	50,00	74.390	141.512
Madryn Indústria de Farinha Ltda. (2)	-	99,99	-	5.979
Produzir Fomento Agrícola Comércio Exportação S/A	99,38	-	2.253	-
Controladas indiretas:				
Ceval International Ltd. (3)	100,00	100,00	812.397	114.950
Gardone Consultadoria e Serviços Ltda. (4)	100,00	100,00	4.749	5.909

(1) Participação composta por Bunge Alimentos S.A. (74,40%) e Santista Export Ltd. (23,60%).
(2) Empresa incorporada pela Companhia em 2009.
(3) Empresa controlada pela Santista Export Ltd.
(4) Empresa controlada pela Bunge Alimentos Holding B.V.

Adicionalmente, a Administração concluiu que a moeda funcional da Bunge Paraguay S.A. é o dólar norte-americano, por entender que essa controlada possui administração independente e autonomia própria. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o ganho ou a perda na conversão para reais das demonstrações financeiras dessa controlada foram registrados na conta "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido.



BUNGE ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 84.046.101/0001-93

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

b) Contas patrimoniais – consolidado

	2009				2008			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contratos de mútuo/aplicações:								
Bunge Fertilizantes S.A.	-	-	-	9.702	-	-	-	29.629
Bunge Management Services Inc.	-	-	-	-	-	345	-	-
Bunge Alimentos Securitization Ltd.	-	-	-	366	-	-	-	518
Bunge Açúcar e Bioenergia Ltda. (1)	-	11.484	-	-	-	173.817	-	-
Ramata Empreendimentos e Participações S.A. (1)	-	51.081	-	-	-	35.783	-	-
Pedro Afonso Empreendimentos e Participações S.A. (1)	-	130.698	-	-	-	19.459	-	-
Agroindustrial Santa Juliana S.A. (1)	-	145.142	-	-	-	157.201	-	-
Agroindustrial Nova Ponte Ltda. (1)	-	-	-	-	-	5.775	-	-
Monteverde Agro-Energética S.A. (1)	-	238.154	-	-	-	54.842	-	-
Fertimport	-	487	-	-	-	-	-	-
Produzir Fomento Agrícola Com. e Exp. S.A.	-	-	-	-	-	6.154	-	-
	-	577.046	-	10.068	-	453.376	-	30.147
Cientes/fornecedores – mercado interno:								
Agroindustrial Nova Ponte Ltda.	25	-	-	-	-	-	-	-
Fertimport S.A.	-	-	312	-	-	-	714	-
Bunge Fertilizantes S.A.	5.536	-	186	-	1.696	-	8.568	-
Outros.....	-	-	1.430	-	-	-	-	-
	776	-	-	-	827	-	-	-
	6.337	-	1.928	-	2.523	-	9.282	-
Cientes/fornecedores – mercado externo:								
Bunge América do Norte.....	112.363	-	76.084	-	116.201	-	102.633	-
Bunge América do Sul.....	-	-	36.323	-	2.364	-	28.329	-
Bunge Ásia.....	197	-	20.570	-	362	-	209	-
Bunge Europa.....	129.474	-	96.945	-	68.447	-	36.708	-
	242.034	-	229.922	-	187.374	-	167.879	-
Pré-pagamentos de exportações: (2)								
Bunge Finance Ltd.	-	-	828.578	906.469	-	-	1.863.680	1.216.642
Bunge Trade Ltd.	-	-	-	-	-	-	24.290	-
Bunge Master Trust.....	-	-	1.842.419	-	-	-	1.415.239	-
Bunge Europe Finance B.V.	-	-	259.056	-	-	-	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-	-	28	-
	-	-	2.930.053	906.469	-	-	3.303.237	1.216.642

(1) Os contratos de mútuo efetuados entre a Companhia e as partes relacionadas Bunge Açúcar e Bioenergia Ltda., Ramata Empreendimentos e Participações S.A., Pedro Afonso Empreendimentos e Participações S.A., Agroindustrial Santa Juliana S.A., e Monteverde Agro-Energética S.A. são atualizados por uma taxa média de 130,38% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com prazo de vencimento previsto para outubro de 2010.

(2) Vide informações adicionais na nota explicativa nº 13.

c) Contas de resultado – controladora

	2009				2008			
	Financeiras		Financeiras		Financeiras		Financeiras	
	Vendas	Compras	Receitas	Despesas	Vendas	Compras	Receitas	Despesas
Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A.	-	2.520	-	1.380	-	2.520	-	1.404
Produzir Fomento Agrícola Comércio e Exportação S/A	-	-	57	-	-	-	-	-
Agroindustrial Santa Juliana S/A	-	-	14.244	-	-	-	1.605	-
Madryn Indústria de Farinha Ltda.	-	384	-	4	-	-	-	-
TGG Terminal de Graneis do Guarujá S. A.	-	32.139	1.452	-	-	25.532	850	-
Ceval Centro Oeste S.A.	-	-	-	167	-	-	-	158
Bunge Armazéns Gerais Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	140
Bunge Paraguay S/A.....	-	34.392	-	-	-	19.507	-	-
Bunge Fertilizantes S.A.	16.084	18.820	-	-	77.929	16.142	-	-
Pedro Afonso Empreendimentos e Participações S/A.....	-	-	4.636	-	-	-	2.509	-
Ramata Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	4.775	-	-	17.410	1.651	-
Monteverde Agro-energética S/A.....	-	-	18.334	-	-	-	1.552	-
Bunge Açúcar & Bioenergia Ltda.....	-	-	14.046	-	-	-	21.466	-
Agroindustrial Nova Ponte Ltda.	-	-	707	-	-	-	-	-
Ceval International Ltd.....	8.508.977	-	-	390.733	9.033.283	-	-	333.937
Gardone Consultadoria e Serviços Lda.	472.106	-	-	-	203.837	-	-	-
Bunge América do Norte.....	5.277	-	-	-	13.397	-	-	-
	9.002.444	88.255	58.251	392.284	9.328.446	81.111	29.633	335.639

d) Contas de resultado – consolidado

	2009				2008			
	Financeiras		Financeiras		Financeiras		Financeiras	
	Vendas	Compras	Receitas	Despesas	Vendas	Compras	Receitas	Despesas
Agroindustrial Santa Juliana S/A.....	-	-	14.244	-	-	-	1.605	-
Pedro Afonso Empreendimentos e Participações S/A.....	-	-	4.636	-	-	-	2.509	-
Monteverde Agro-energética S/A.....	-	-	18.344	-	-	-	1.552	-
Bunge Açúcar & Bioenergia Ltda.....	-	-	14.046	-	-	-	21.466	-
Agroindutrial Nova Ponte Ltda.....	-	-	707	-	-	-	-	-
Bunge Finance Ltd.	-	-	-	161.345	-	-	-	163.480
Bunge Trade Ltd.	-	-	-	1.958	-	-	-	7.423
Bunge Master Trust.....	-	-	-	92.976	-	-	-	91.920
Bunge Fertilizantes S.A.....	16.084	18.820	-	-	77.929	16.142	-	-
Bunge Fertilizantes International Ltd.....	-	-	-	-	-	-	6.465	27.756
Fertilizantes Fosfatados S.A - Fosfertil	-	-	-	-	826	-	-	-
Ramata Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	4.775	-	-	17.410	1.651	-
Bunge América do Norte.....	677.240	-	-	-	854.457	-	-	-
Bunge América do Sul.....	189.557	-	-	-	407.037	-	-	-
Bunge Ásia.....	2.114.932	-	-	-	2.118.635	-	-	-
Bunge Europa.....	5.330.711	-	-	-	4.408.722	-	-	-
	8.328.524	18.820	56.752	256.279	7.867.606	33.552	35.248	290.579

As operações de compra e venda de produtos e serviços são efetuadas, segundo a avaliação da Administração da Companhia e de suas controladas, de acordo com os preços e as condições usuais de mercado, assim como os valores constantes do ativo e do passivo abrangem créditos e débitos, respectivamente, com partes relacionadas, sujeitos aos encargos usuais de mercado.

9. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação e exaustão - %	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Custo:					
Terrenos.....	-	231.597	203.069	243.321	205.045
Máquinas, equipamentos e instalações.....	10 a 20	1.660.026	1.459.985	1.750.438	1.565.467
Edifícios e benfeitorias.....	4	889.884	770.025	1.026.343	891.552
Móveis e utensílios.....	10 a 16	33.960	35.504	35.373	37.748
Veículos.....	20	10.054	11.170	10.564	12.001
Reflorestamento e outros.....	-	42.207	40.999	43.274	62.340
		2.867.728	2.520.752	3.109.313	2.774.153
Obras em andamento	-	78.806	411.923	78.880	412.729
		2.946.534	2.932.675	3.188.193	3.186.882
Depreciação acumulada		(1.406.060)	(1.331.818)	(1.460.039)	(1.433.434)
		1.540.474	1.600.857	1.728.154	1.753.448

Os saldos de obras em andamento referem-se aos gastos e investimentos efetuados

em infraestrutura logística, obras industriais em andamento, construções, máquinas e equipamentos. Os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a formação, a construção ou o desenvolvimento de bens do ativo imobilizado estão sendo capitalizados. Durante o exercício de 2009 foram capitalizados juros no montante de R\$7.896 (R\$9.014 em 2008) sobre empréstimos e financiamentos bancários.

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2008.....	1.600.857	1.753.448
Adições:		
Terrenos.....	11.948	27.747
Máquinas, equipamentos e instalações	14.729	24.104
Edifícios e benfeitorias	32.326	50.036
Reflorestamento e outros	2.662	2.797
Obras em andamento	94.554	101.422
	156.219	206.106
Baixas	(70.266)	(50.487)
Transferências:		
Para o ativo Intangível.....	(3.167)	(3.167)
Do Investimento	5.854	5.854
Provisão para perdas	(17.760)	(40.058)
Depreciação, exaustão e amortização.....	(131.263)	(143.542)
	154.043	112.702
Saldos em 31 de dezembro de 2009.....	1.540.474	1.728.154

10. Intangível

	Taxa anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Custo:					
Software	20	78.440	75.273	81.308	79.009
Marcas e patentes	-	5.772	5.737	5.772	5.737
Marca com vida útil definida	14	4.600	4.600	4.600	4.600
Ágio sobre aquisições (a)	-	1.523.419	1.523.220	1.523.419	1.523.220
Deságio (a).....	-	(72.927)	(73.362)	(72.927)	(73.363)
		1.539.304	1.535.468	1.542.172	1.539.203
		(747.263)	(736.175)	(749.950)	(739.705)
Amortização acumulada		792.041	799.295	792.222	799.498

(a) O montante de R\$1.523.419 refere-se ao ágio fundamentado na expectativa de lucros futuros e ágio fundamentado na mais-valia de ativos intangíveis vertidos conforme segue:

- R\$850.626 vertidos na incorporação da Bunge II de Participação S.A.
- R\$347.517 vertidos na incorporação da Bunge Alimentos Participações Ltda.
- R\$134.593 vertidos na incorporação da Bunge AL Participação S.A.
- R\$155.557 vertidos na incorporação da Soccepar Ltda., Soceppart Empreendimentos e Participações Ltda., Madryn Indústria de Farinhas Ltda. e PLM Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios.
- R\$35.126 referentes ao ágio fundamentado na mais-valia de ativos intangíveis vertidos para a Companhia.

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Mercado interno:				
Terceiros.....	631.746	855.261	632.471	857.608
Parte relacionadas (nota explicativa nº 8).....	1.928	11.836	1.928	9.282
	633.674	867.097	634.399	866.890
Mercado externo:				
Terceiros.....	40.549	87.735	169.257	130.731
Parte relacionadas (nota explicativa nº 8).....	60.788	53.955	229.922	167.879
	101.337	141.690	399.179	298.610
	735.011	1.008.787	1.033.578	1.165.500

12. Empréstimos e Financiamentos Bancários

Modalidade	Encargos anuais	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
BNDES (a)	TJLP (b) + 3,20%	-	-	85.945	98.253
Capital de giro e outros	Juros de 11,25% + variação monetária	74.066	330.868	74.066	681.514
Total		74.066	330.868	160.011	779.767
Passivo circulante		(46.777)	(326.270)	(59.490)	(689.662)
Passivo não circulante		27.289	4.598	100.521	90.105

(a) Financiamento celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a controlada da Companhia,TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A. referente a contrato de financiamento para a construção do respectivo terminal de embarque e estocagem de graneis. Financiamento garantido por penhor das ações da TGG e fiança e avais dos acionistas.

(b) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

As parcelas a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
2010	-	-	-	12.407
2011	27.289	-	39.717	12.407
2012	-	-	12.437	12.437
2013	-	-	12.469	12.469
A partir de 2014	-	4.598	35.898	40.385
	27.289	4.598	100.521	90.105

13. Pré-Pagamentos de Exportações

Modalidade	Encargos anuais	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Financiamentos de partes relacionadas no exterior	Juros de 6,42% + variação cambial	4.372.245	4.267.716	2.930.053	3.295.792
Financiamentos de longo prazo de partes relacionadas no exterior	Juros de 8,91% + variação cambial	-	-	906.469	1.224.087
Total		4.372.245	4.267.716	3.836.522	4.519.879
Passivo circulante (nota explicativa nº 8)		(3.465.776)	(3.051.074)	(2.930.053)	(3.303.237)
Passivo não circulante (nota explicativa nº 8)		906.469	1.216.642	906.469	1.216.642

Conforme referenciado com a nota explicativa nº 8, os financiamentos mencionados foram obtidos de partes relacionadas.

Os financiamentos de longo prazo, no montante de R\$906.469 (equivalentes a US\$520,6 milhões), foram obtidos da Bunge Finance Ltd. (empresa ligada sediada no exterior) com amortização trimestral do principal e dos juros, cuja opção de pagamento ou renovação é exclusiva da tomadora.

As parcelas a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
2010	-	383.268
2011	285.557	833.374
A partir de 2012	620.912	-
	906.469	1.216.642

14. Contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo determinadas ações judiciais nas esferas tributária, trabalhista e cível para as quais foram interpostos recursos, amparadas por depósitos judiciais, quando requerido.

Para os casos em que os seus assessores jurídicos consideram como prováveis as possibilidades de perda, a Administração constituiu provisões por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de desfechos desfavoráveis, conforme demonstrado a seguir:



BUNGE ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 84.046.101/0001-93

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fiscais e tributárias	84.662	139.534	84.662	139.534
Trabalhistas e previdenciárias.....	40.714	36.108	44.572	36.752
Comerciais.....	11.280	11.390	11.280	11.390
Cíveis e outras	75.476	90.517	75.476	90.517
	212.132	277.549	215.990	278.193
Depósitos judiciais	(107.817)	(83.172)	(107.817)	(83.172)
	104.315	194.377	108.173	195.021

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$525 milhões, para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

A movimentação das Contingências será demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008.....	194.377	195.021
Adições.....	59.198	62.413
Baixas.....	(134.362)	(134.363)
Atualizações monetárias	9.747	9.747
Depósitos compulsórios.....	(24.645)	(24.645)
Saldo em 31 de dezembro de 2009.....	104.315	108.173

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.572.373, representado por 2.279.856.678 ações ordinárias, sem valor nominal. A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada como segue:

Acionista	Ações Ordinárias		%	Saldo		%
Brasil Holdings B.V.....	2.279.160.616	99,97	1.571.775	99,97		
Bunge Cooperatief U.A.....	696.062	0,03	598	0,03		
	2.279.856.678	100,00	1.572.373	100,00		

b) Reserva de capital

Reserva por incentivos fiscais

Refere-se a benefícios fiscais obtidos pela Companhia nas esferas estadual e federal com o objetivo específico de subvenção para investimentos, cujos recursos são aplicados na implementação e expansão de empreendimentos econômicos existentes nas áreas de origem dos benefícios. Durante o exercício de 2009 foi registrado no resultado do exercício um montante de R\$126.387 (R\$152.922 em 2008) a título de incentivos fiscais obtidos.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social limitado a 20% do capital social votante.

Reserva de retenção de lucros

Será proposta à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2010 a destinação do resultado do exercício à reserva de retenção de lucros que se destina ao atendimento do programa anual de investimentos, no montante de R\$155.778.

d) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma do Estatuto.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram registrados créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes à controladora e às empresas controladas. Esses créditos estão sendo mantidos nos ativos circulante e não circulante, considerando sua expectativa de realização, com base nas projeções de rentabilidade futura dessas empresas e no limite de 30% para compensação anual, conforme legislação vigente.

Por ocasião da análise, para efeito de determinação da parcela a ser registrada, a Administração da Companhia e das empresas controladas utilizou-se das projeções de resultados para os próximos exercícios e avaliou, de maneira consistente, a efetiva capacidade de realização desses créditos, com base nas estimativas dos lucros tributáveis futuros.

As perspectivas futuras dos negócios das empresas controladas e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração; portanto, são dependentes de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças.

a) Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos (controladora)

	2009	2008
Prejuízo fiscal de imposto de renda	755.972	1.029.178
Alíquota de imposto de renda.....	25%	25%
Imposto de renda	188.993	257.295

Base negativa de contribuição social	1.019.622	1.321.615
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Contribuição social	91.766	118.945

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	280.759	376.240
---	---------	---------

Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências e benefícios.....	276.616	333.419
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	184.304	147.133
Provisão para perdas em ativos permanentes.....	163.450	146.950
Instrumentos Financeiros - marcação a mercado	66.107	(59.561)
Outras.....	92.856	41.623

Exclusão temporária:		
Benefício da amortização de ágio sobre investimento	(126.830)	-
Base de cálculo das diferenças temporárias.....	656.503	609.564
Alíquotas de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	223.211	207.252

Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	503.970	583.492
Classificação do imposto de renda diferido:		
Parcela contabilizada no ativo circulante.....	79.099	121.217
Parcela contabilizada no ativo não circulante.....	480.057	462.275
Parcela contabilizada no passivo circulante	(12.064)	-
Parcela contabilizada no passivo não circulante	(43.122)	-
	503.970	583.492

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais está demonstrada conforme segue:

2010	46.209
2011	28.226
2012	40.940
2013 e 2014.....	165.384
	280.759

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, para o biênio 2009-2010, continuam a ser determinadas pelos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

b.1) Controladora

	2009	2008
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	115.052	(9.922)
Alíquotas de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(39.118)	3.373

Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Variação cambial sobre investimento no exterior	(46.843)	107.050
Incentivos fiscais.....	(126.387)	(152.921)
Amortização do ágio sobre investimentos	-	3.480
Contribuições e doações não dedutíveis	7.816	25.411
Outras diferenças permanentes.....	33.295	(8.510)
Base de cálculo dos ajustes da alíquota efetiva.....	(132.199)	(25.490)
Alíquotas de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes da alíquota efetiva.....	44.921	8.667
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido.....	5.803	12.040

b.2) Consolidado

	2009	2008
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social.....	102.486	23.878
Alíquotas de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(34.845)	(8.119)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Variação cambial sobre investimento no exterior	(46.843)	107.050
Incentivos fiscais.....	(126.387)	(152.921)
Amortização do ágio sobre investimentos	-	3.480
Contribuições e doações não dedutíveis	7.816	25.411
Outras diferenças permanentes.....	57.093	(17.728)
Base de cálculo dos ajustes da alíquota efetiva.....	(108.321)	(34.708)
Alíquotas de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes da alíquota efetiva.....	36.829	11.801
Total de imposto de renda e contribuição social	1.984	3.682

17.Instrumentos Financeiros

a) Gerenciamento de riscos

Com o objetivo de proteger a sua exposição aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre os seus compromissos indexados à moeda estrangeira, a Companhia realiza operações com derivativos ("swaps" cambiais e "forwards"). Adicionalmente, excessos de caixa temporários são aplicados em linha com as políticas de tesouraria, as quais são reavaliadas periodicamente. As operações e a administração desses instrumentos são realizadas pela área de Operações Financeiras por meio de política de controles e estabelecimento de estratégia de operação, previamente aprovadas pela Diretoria da Companhia e de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos de ativo e passivo relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos estão apresentados como segue:

	Consolidado	
	Ativo circulante	Passivo circulante
Risco de preço - Derivativos de mercadorias:		
Contratos futuros de compra e venda	9.739	-
Compromissos de compra e venda	896.478	854.256
	906.217	854.256
Risco de taxa de câmbio - Derivativos de taxa de câmbio:		
Contratos de "swap" cambial - exposição financeira	-	20.922
Contratos a termo ("forward") - exposição financeira.....	10.163	73.675
Contratos de opções - exposição financeira.....	1.294	-
Contratos "seagull" - "hedge" de fluxo de caixa	1.712	-
	13.169	94.597
	919.386	948.853

b) Risco de preço

A Companhia, no curso regular de suas atividades, assume compromissos firmes de compra de soja futura a preços fixos, que são neutralizados com a contratação de vendas no mercado futuro através da Bolsa de Chicago (CBOT), para mitigação dos riscos de volatilidade dos preços das "commodities" no mercado internacional.

À medida que são realizadas contratações firmes de vendas físicas com entrega futura, as operações de proteção na CBOT são simultaneamente liquidadas, produzindo resultados (ganhos ou perdas) que serão apropriados no momento em que os embarques forem efetivamente realizados e as correspondentes receitas de vendas forem reconhecidas.

Em 31 de dezembro de 2009, a parcela dos resultados decorrentes de tais operações são como segue:

	Consolidado		
	Volume (kton)	Ativo circulante	Passivo circulante
Soja:			
Contratos futuros de compra	852	15.256	-
Contratos futuros de venda.....	255	(3.106)	-
Compromissos de compra	4.032	138.350	25.652
Compromissos de venda	3.026	11.313	73.396
	8.165	161.813	99.048
Derivados de soja:			
Contratos futuros de compra	1.291	35.365	-
Contratos futuros de venda.....	1.189	(26.132)	-
Compromissos de compra	749	9.398	3.588
Compromissos de venda	1.876	10.658	53.475
	5.105	29.289	57.063
Milho:			
Contratos futuros de compra	37	131	-
Contratos futuros de venda.....	4	3	-
Compromissos de compra	186	2.568	1.987
Compromissos de venda	358	4.131	4.351
	585	6.833	6.338
Sugar -			
Compromissos de compra	7.093	702.225	13.829
Compromissos de venda	7.093	17.834	677.978
	14.186	720.059	691.807
	28.041	917.994	854.256

c)Concentração de risco de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a riscos de crédito em suas vendas a prazo. Para mitigar possíveis riscos, a Companhia mantém procedimento de análises formalizado, com níveis de aprovações e avaliações de solvência, tanto quantitativas quanto qualitativas, exigindo garantias sempre que necessário. A fim de atender às vendas com prazo de safra, a Companhia utiliza ferramentas automatizadas ("rating") tanto para avaliação e classificação do cliente e de produtos quanto para avaliação dos bens dados em garantia, minimizando o risco e garantindo a liquidez.

d) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem contratado operações financeiras com derivativos, visando à proteção de sua exposição a moedas para os passivos de curto prazo, decorrentes da aquisição de matérias-primas e de contratos de financiamento com a finalidade de expansão de suas atividades industriais.

Em 31 de dezembro de 2009, os contratos de "swap" visando ao "hedge" de obrigações com fornecedores montam a R\$2.693.985 (controladora e consolidado) e possuem vencimentos variáveis até janeiro de 2011, conforme segue:

	Vencimento	Valor nocional - US\$	Ativo circulante	Passivo circulante
"Forward" - "hedge" de valor justo:				
Banco do Brasil	Jan. a Mai./2010	520.000	8.677	16.254
Bradesco.....	Fev. a Abr./2010	165.000	493	3.747
Calyon	Abr./2010	65.000	-	16.315
Citibank	Abr./2010	65.000	-	16.278
HSBC.....	Jan./2010	30.000	-	7.482
ING	Jan./2010	30.000	-	6.490
Itaú	Jan./2010	20.000	-	5.130
Santander	Mai./2010	30.000	-	1.227
Votorantim.....	Jan. a Abr./2010	100.000	994	751
		1.025.000	10.164	73.674

"Swap" cambial - "hedge" de valor justo:				
Citibank	Abr. a Jan./2011	140.000	-	1.820
Merrill Lynch.....	Jan./2011	250.000	-	19.101
		390.000	-	20.921

Opcoes - "hedge" de valor justo:				
Banco Itaú	Mai. a Jul./2010	12.200	1.294	-
"Seagull" - "hedge" de fluxo de caixa:				
Itaú	Jan. a Dez./2010	60.000	303	8
Votorantim	Jan. a Dez./2010	60.000	1.416	-
		120.000	1.719	8
		1.547.200	13.177	94.603

Em 31 de dezembro de 2009, a exposição cambial está preponderantemente indexada ao dólar norte-americano como segue:

	Consolidado		
	Curto prazo	Longo prazo	Total
Ativo:			
Clientes do mercado externo (nota explicativa nº 3)	292.048	-	292.048
Estoque exportáveis e adiantamentos a fornecedores de soja.....	1.188.321	94.952	1.283.273
Contratos de compra de "commodities" em reais (R\$)	275.207	-	275.207
Contratos de "swap" cambial.....	1.610.610	609.420	2.220.030
Ativos financeiros	29.347	-	29.347
	3.395.533	704.372	4.099.905
Passivo:			
Contratos de venda de "commodities" no mercado interno	(123.096)	-	(123.096)
Fornecedores do mercado externo (nota explicativa nº 11)	(399.179)	-	(399.179)
	(522.275)	-	(522.275)
Financiamentos de partes relacionadas no exterior	(2.930.053)	(906.469)	(3.836.522)
Exposição líquida, em reais (R\$).....	(56.795)	(202.097)	(258.892)
Exposição líquida, equivalente em dólares norte-americanos (US\$) em 31 de dezembro de 2009.....	(32.618)	(116.068)	(148.686)
Exposição líquida, equivalente em dólares norte-americanos (US\$) em 31 de dezembro de 2008.....	179.171	(58.105)	121.065

e) Aplicações financeiras

São representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, indexadas pelas taxas do CDI, Taxas Referenciais - TRs e aplicações em dólares norte-americanos - US\$ por meio de controladas no exterior.

f)Valores estimados de mercado

Caixa e bancos, aplicações financeiras, outros ativos circulantes, empréstimos, pré-pagamentos de exportações e provisões diversas - o valor contabilizado aproxima-se do valor de realização.

Para os demais instrumentos financeiros, a Companhia e suas controladas não identificaram diferenças relevantes entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e de 2008, originadas de operações envolvendo instrumentos financeiros nas referidas datas-base, que requersem divulgação específica.

g) Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a seguir está demonstrada uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros relativos a precificação e proteção de risco cambial em 31 de dezembro de 2009, que são considerados pela Administração como o risco mais relevante a que a Companhia está exposta. Essa análise considera expectativas da Administração com relação ao cenário futuro projetado.

Operação	Risco	Controladora e Consolidado	
		Cenários possíveis	
		Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Compromissos de compra	Queda no preço de "commodities"	(1.076.508)	(2.153.015)
Compromissos de venda	Alta no preço de "commodities"	1.246.589	2.493.177
Contratos futuros	Queda/alta no preço de "commodities"	(91.934)	(183.868)
Contratos de "swap" cambial	Baixa na taxa de câmbio R\$/US\$	(169.797)	(339.534)
Contratos a termo ("forward")	Baixa na taxa de câmbio R\$/US\$	(385.241)	(770.481)
Contratos de opções	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(376)	(2.989)
"Zero cost collars"	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(8.459)	(62.688)



BUNGE ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 84.046.101/0001-93

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

18. Participação nos Lucros e Resultados
Em atendimento à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e com cálculo nos termos de acordo sindical firmado, a Companhia mantém a política de conceder participação nos lucros e resultados a seus funcionários, vinculada a seu plano de ação e ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. As despesas correspondem a R\$17.647 controladora e R\$19.543 consolidado no exercício de 2009 e a R\$50.504 e R\$59.933 (controladora e consolidado) no exercício de 2008.

19. Provisão para Benefícios
a) Plano de assistência médica e seguro
O valor do passivo atuarial, representado por planos de assistência médica e seguros concedidos, desde que preenchidas determinadas condições, corresponde a R\$57.835, sendo R\$48.355 registrados no longo prazo em 31 de dezembro de 2009 (R\$55.870 em 2008). Periodicamente, o passivo atuarial é revisado e, quando aplicável, os ajustes são refletidos no resultado da Companhia.

b) Plano de suplementação de aposentadoria
A suplementação da aposentadoria dos funcionários da Companhia e de suas

controladas está a cargo da Bungeprev, uma entidade fechada de previdência privada, estabelecida sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual a Companhia é uma das patrocinadoras. As contribuições mensais das patrocinadoras são calculadas com base em 200% da contribuição básica do participante, limitada a 4,5% do salário de contribuição. No exercício de 2009, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$9.706 (R\$8.586 em 2008), referente a contribuição básica, benefício mínimo e serviço passado.

O plano de aposentadoria foi constituído de acordo com as características do plano de contribuição definida, para o qual a Companhia não tem a obrigação de efetuar contribuições adicionais no caso de os ativos da Bungeprev não serem suficientes para saldar os benefícios devidos. Os benefícios são calculados com base em um fundo formado pelas contribuições individuais dos participantes e pelas contribuições das patrocinadoras, acrescidas dos respectivos rendimentos líquidos.

20. Seguros (Informação não auditada)
Em virtude das características de operações multilocalizadas, a Companhia e suas

controladas contrataram seguro de riscos operacionais que cobre sinistros de incêndio, vendaval, inundação, granizo e outros, cuja cobertura é julgada suficiente, levando-se em consideração os riscos envolvidos, os sistemas de proteção existentes e a natureza dos bens. Adicionalmente, a Companhia possui cobertura de seguros de transporte de mercadorias, danos pessoais e veículos.

Em 31 de dezembro de 2009, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$350.000 para danos materiais e para lucros cessantes e R\$15.000 para responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras; consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Companhia.

A Diretoria

Almir José Girardi
Contador – CRC/SC 010767/O-9

Fundo
Ourinvest Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Financeiros - SupplierCard
CNPJ/MF nº 08.692.888/0001-82

Cedentes

Banco Ourinvest S.A.
CNPJ/MF nº 78.632.767/0001-20
Avenida Paulista, nº 1.728,
sobreloja, 1º e 2º andares
01310-919 - São Paulo – SP

**SupplierCard Administradora de Cartões
de Crédito S.A.**
CNPJ/MF nº 06.951.711/0001-28
Avenida Paulista, nº 1.728, 13º andar
01310-919 - São Paulo - SP

Estruturador e Coordenador Líder

Banco Ourinvest S.A.
CNPJ/MF nº 78.632.767/0001-20
Avenida Paulista, nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º, 10º e 11º andares
01310-919 - São Paulo – SP

Coordenadores Contratados

**Reliance Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda.**
CNPJ/MF nº 04.215.594/0001-09
Rua dos Pinheiros, nº 870, 22º andar
05422-001 - São Paulo – SP

**LLA Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda.**
CNPJ/MF nº 67.600.379/0001-41
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.391, 5º
andar, conjunto 51
01452-000 - São Paulo – SP

Administradora

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.**
CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91
Av. das Américas, nº 500, bloco 13, Gr. 205
22640-100 - Rio de Janeiro – RJ

Custodiante

Itaú Unibanco S.A.
CNPJ/MF nº 60.701.190/0001-04
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº
100 – Torre Itaúsa
04344-902 - São Paulo – SP

Agente Cobrador Bancário

Banco Bradesco S.A.
CNPJ/MF nº 60.746.948/0001/12
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara,
06029-900 - Osasco – SP

Consultora Especializada

SupplierAssessoria Financeira Ltda.
CNPJ/MF nº 13.797.505/0001-70
Avenida Paulista, nº 1.728, 14º andar
01310-919 – São Paulo - SP

Agência Classificadora de Risco

Fitch Ratings Brasil Ltda.
CNPJ/MF nº 01.813.375/0001-33
Av. Nações Unidas, nº 12.551, 16º Andar
04578-903 - São Paulo – SP

Empresa de Auditoria

KPMG Auditores Independentes
CNPJ/MF nº 57.755.217/0001-29
Rua Renato Paes de Barros, nº 33
04530-904 - São Paulo – SP

Assessor Legal Estruturador

Motta, Fernandes Rocha Advogados
CNPJ/MF nº 35.808.211/0001-30
Alameda Santos, nº 2335 – 10 e 11 andares
01419-002
São Paulo – SP

Consultor Jurídico

Vellozo & Girotto Advogados Associados
CNPJ/MF nº 71.714.208/0001-10
Av. Paulista, nº 901 – 17º e 18º andares
01311-100
São Paulo – SP